



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

RANNA MIRTHES SOUSA CORREA

Lutas por creches, lutas do cotidiano:

Cuidado e moralidade no ativismo de mulheres no Morro da Polícia

Porto Alegre

2022

RANNA MIRTHES SOUSA CORREA

Lutas por creches, lutas do cotidiano:

Cuidado e moralidade no ativismo de mulheres no Morro da Polícia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Correa, Ranna Mirthes Sousa
Lutas por creches, lutas do cotidiano: Cuidado e
moralidades no ativismo de mulheres no Morro da
Polícia / Ranna Mirthes Sousa Correa. -- 2022.
229 f.
Orientadora: Claudia Lee Willians Fonseca.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Educação Infantil. 2. Estado. 3. Política. 4.
Atuação comunitária. 5. Ativismo feminino cotidiano.
I. Willians Fonseca, Claudia Lee, orient. II. Título.

RANNA MIRTHES SOUSA CORREA

Lutas por creches, lutas do cotidiano:

Cuidado e moralidade no ativismo de mulheres no Morro da Polícia

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Antropologia Social.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2022.

Resultado: Tese aprovada com louvor.

Banca Examinadora:

Profa. Doutora Claudia Lee William Fonseca (Orientadora/Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS)

Prof. Doutor Handerson Joseph (Membro Interno)
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS)

Profa. Doutora Lúcia Mury Scalco (Membro Interno)
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS)

Profa. Doutora Camila Pierobon (Membro Externo)
San Diego State University

In Memoriam

*À Vitória, pela parceria, pela amizade e pela
renovação da esperança sem a qual esta tese
não seria possível.*

*Aos meus pais, Eunice e Luiz Carlos,
À Gabi
Ao Café,
por me acompanharem pelo caminho
transformador em busca de tudo o que eu
podia ser, com amor e esperança.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita por muitas mãos e contém abraços compartilhados, encontros inesperados, amizade sincera, lágrimas de tristeza e de esperança, e palavras suadas. Reconhecer tantos anos de vida e de parceria de todas as pessoas e das condições que fizeram este trabalho possível é parte do movimento de abraçar a minha trajetória familiar, espiritual, acadêmica e profissional.

Agradeço primeiramente à minha mãe, Eunice, ao meu pai, Luiz Carlos, e à minha irmã, Gabriela. Desde criança, aprendi que uma das maiores heranças que receberia seria o investimento de toda uma vida nos meus estudos. Com uma vida de muito trabalho e suor que minha mãe e meu pai tiveram, soube desde muito cedo que não herdaria bens, imóveis ou dinheiro. Também soube que o conhecimento acumulado de toda uma vida, dentro e fora da universidade, ninguém me tomaria. Viveria em mim e seria meu até o final dos meus dias. Com eles, também aprendi, espelhada nas histórias de luta de quem saiu do Maranhão e veio tentar a vida na nova capital federal nos anos 1970, que valeria a pena viver daquilo que se quer e se acredita, para além de ocupar todos os espaços com os quais um dia eu quisesse sonhar.

O meu maior agradecimento sempre foi e será para eles. Por me apresentarem uma vida que os sonhos e o querer tivessem um espaço que lhes fora outrora negado; por não abrirem mão, nem por um centímetro, dos esforços que teriam de fazer para formar duas filhas em uma universidade pública; e por me ensinarem que a educação formal de nada adiantaria se eu não aprendesse a viver uma vida com humildade, dignidade e honestidade. Agradeço por terem acreditado, antes de qualquer outra pessoa, que a filha da manicure e do comerciante podia ser doutora. À minha irmã querida, agradeço por ser a melhor amiga que eu poderia ter e por ter segurado a minha mão por toda a vida, lembrando-me, sempre que a vida parecesse nos fraquejar, dos ensinamentos que tivemos, das dificuldades que enfrentamos e das batalhas que travamos para sermos quem queríamos ser. A vocês, sempre darei o meu amor, o meu respeito e a minha admiração profunda.

A toda a minha família Sousa e a minha família Correa. Pelo apoio constante nessa jornada pela Antropologia ao longo desses anos, por vibrarem por cada conquista e por sonharem com um futuro melhor para a nova geração de nossas famílias. Por todo o amor compartilhado entre Codó, São Luiz, Brasília e Porto Alegre, sou muito honrada de tê-los em minha vida. Agradeço também a toda a família Café, que sempre me estimulou a seguir firme até a conclusão da tese, não me deixando esquecer do que realmente estava em jogo.

À minha mãe Oxum e a toda a minha família *Ilè Ifé Ti Òsún*, por reafirmarem em mim os votos de família, de amor, de respeito e de ancestralidade, e pelo apoio em todos esses anos em que estivemos distantes. Pelo apoio incondicional, pela vibração em cada conquista e etapa finalizada, pela parceria e pela força, mesmo nos momentos em que duvidei disso. Em especial, Mãe Amélia, Pai Alan, Mãe Raquel, *Ègbón mi* Sandra e toda a família que, de um jeito ou de outro, acompanharam de perto e fizeram parte de toda essa caminhada, bem como da mulher que me tornei. À Alessandra e ao Rodrigo, meus irmãos queridos, que compartilharam a saudade dos anos que passei em Porto Alegre, dividiram angústias durante a pandemia e seguiram pertinho de mim com o apoio mais do que necessário.

Ao meu companheiro Flávio, pela partilha diária de sonhos, pelo afago em dias difíceis e pelo amor compartilhado, ora pertinho, ora bem longe, sempre me mostrando como é bom ter uma vida mais doce ao seu lado. Pelos longos cafés da manhã em que compartilhávamos devaneios tolos e inspirações de trabalho, e pelos silêncios quando não tinha muito o que dizer, mas principalmente pela parceria, pelo acolhimento, pelo respeito e pelo amor. Muito amor.

Às minhas amigas-irmã Rosa, Zeza e Kris, pela partilha da vida e da amizade – da universidade, do mestrado, do doutorado e de tudo o que construímos juntas com esse encontro. Por estarem comigo em todos os momentos decisivos, importantes, tristes e felizes da minha vida. Por compartilharem canções, momentos, viagens, conquistas e celebrações. À Emili, meu presente da UFRGS para toda a vida. A baiana que me acolheu entre os gaúchos, e partilhou comigo a sala de aula, os finais de semana e todos os momentos – bons e ruins – que tivemos naquelas terras. Agradeço a vocês a sorte de termos compartilhado tanto, principalmente por me ensinarem que eu até posso andar sozinha, mas caminhar com vocês é muito mais especial. Esse texto também é resultado dessa parceria que virou interlocução, diálogo, respeito e admiração mútua construída ao longo desses anos.

Ao meu grupo querido *Estamos juntxs*, Nicholas, Bia, Lígia, Leo e Kris, herança da união que só 32 créditos seriam capazes de fazer. Mas não só. Como cota brasiliense, entre uma baiana, uma mineira, uma paraibana, um potiguar e um cearense, tenho muita sorte de tê-los por perto, aliviando a tensão da intensa rotina acadêmica com o que realmente importa: muita fofoca, almoços gostosos, cerveja gelada e amizade sincera.

Aos meus amigos Tiago e Cláudio, colegas de república e amigos desde a graduação na UnB, que dividiram comigo a ida a Porto Alegre e a casa por dois anos, além do sonho e a esperança de cursar o doutorado em uma universidade nova e em uma cidade diferente. Vocês foram meus colegas, minha família, meus confidentes. Estar em Porto Alegre com vocês foi um presente do destino. À Natália e ao Nando, meus afilhados amados, que desde a graduação

acompanhamos a caminhada uns dos outros entre diferentes trajetórias, com reencontros gostosos, na torcida constante de que pudéssemos ser a melhor pessoa que conseguíssemos ser. Entre viagens, casamentos e casa nova, muitos foram os momentos que compartilhamos. Sinto-me honrada de estarem por perto em mais essa conquista.

Aos meus colegas de turma de doutorado Calvin, Hermes, Yara, Gabi, as duas Marianas e demais colegas. Ao longo destes últimos anos, compartilhamos a insegurança de fazer doutorado durante constantes ataques à universidade pública, cortes de verbas, perseguições políticas e ameaças de corte de bolsas. Também dividimos a angústia e o medo de escrever uma tese no meio da pandemia, enquanto o luto ditava o ritmo dos nossos dias e questionávamos sobre a possibilidade de continuar. Ora mais, ora menos, lembrávamos uns aos outros da importância de seguir em frente e de fechar ciclos.

Às minhas queridas colegas de orientação coletiva, Helena Fietz, Helena Lancelotti, Mariah, Bianca e Vítor, pela amizade, pelo carinho, pelo caminhar compartilhado, pelo diálogo, pelas trocas constantes e pelo apoio ao longo desses anos. Ao meu lado, ajudaram-me a trilhar um caminho menos solitário, mostrando-me alternativas possíveis quando eu acreditava não saber o que fazer. Ao Negra Coletividade e o Grupo de Leitura de Intelectuais Negras do Twitter pela parceria, apoio e coletividade sempre. Pela construção de um espaço respeitoso e afetivo na valorização dos nossos, também fazem parte desta tese e desse processo.

À minha querida orientadora, Claudia Fonseca, pelo empenho em construir esse diálogo. Pela parceria constante ao longo dos últimos quase cinco anos. Por me desafiar a cada reunião; por reacender o meu amor pela Antropologia, quando o cansaço parecia me consumir; por me inspirar pela disciplina e dedicação à etnografia; e por me incentivar a seguir sempre em frente. Por me ensinar a embarcar na aventura que é fazer pesquisa e ser a melhor professora que eu poderia ter tido. Sinto-me honrada pela partilha dos dias e pelo trabalho conjunto.

Não poderia deixar de agradecer a todas e a todos que contribuíram para a realização desta pesquisa, pela recepção e pela acolhida durante esses anos, seja no Conselho Tutelar, seja no interior de suas casas, de suas famílias e de suas vidas. Agradeço imensamente aos conselheiros tutelares Nira, Charles e Marcelo, pelo acolhimento e pelo reconhecimento da importância da pesquisa. Pela partilha das tardes de trabalho, pelos cafés e pela esperança de um futuro melhor. A todas as mãos que reservaram alguns minutos e horas de suas vidas para uma conversa comigo e pela recepção em suas casas. Agradeço às cuidadoras do morro pela acolhida em suas casas e pela partilha do seu tempo de cuidado, a fim de que eu pudesse conhecer de perto o amor e a dedicação que elas têm pelo seu trabalho.

À Teca e sua mãe, dona Sueli, que me receberam em suas casas, me convidaram para conhecer suas famílias e a suas lutas. Pessoas por quem tive o prazer de cultivar um enorme carinho, amizade e admiração. À Vitória, uma mulher inspiradora que ressignificou a minha relação com Porto Alegre, com a pesquisa e com esta tese. Que presente foi conhecer a sua determinação e o seu amor pela comunidade, a sua força em criar uma corrente do bem, e a sua amizade que tanto me ensinou. É com muito pesar que escrevo essas palavras, já que sonhávamos tanto com o nosso reencontro e com a defesa. Que nossos orixás lhe guiem por onde você estiver na sua nova vida, mesmo que o meu coração seja só saudade, e que seja incontável a vontade de te ligar para dividir as novidades e saber notícias suas. Enfim, a todas as pessoas que, desde 2018, compartilharam comigo um pouco de seu tempo, de suas vidas e de suas casas para que esta tese fosse possível.

À Lucia Scalco, pela parceria desde a minha chegada a Porto Alegre, pelas portas que abriu, pelas palavras de conforto em diversos momentos, pela amizade de sempre. É um prazer tê-la na minha banca, como um diálogo possível de afeto e de carinho, assim como pela constante construção política e acadêmica que transpõe os muros da universidade. Ao professor Handerson Joseph e à professora Camila Pierobon, pelo aceite para compor a banca e estabelecer outras possibilidades de interlocução. Às professoras Patrice Schuch, Fernanda Bittencourt Ribeiro e Fernanda Rifiotis, pela participação na banca de qualificação desta tese. Suas generosas leituras e suas contribuições foram imprescindíveis para a versão final desta tese, mesmo que o campo pós-qualificação tenha trazido outros elementos importantes para a discussão.

Agradeço, por fim, ao CNPq, pela concessão de bolsa de estudos, que permitiu a realização de todo o curso de doutorado na UFRGS; ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRGS; e a todos os professores e demais funcionários que fizeram parte, de alguma forma, desta trajetória, que culmina, aqui, com a finalização deste ciclo. E para todos aqueles que não citei nominalmente neste texto e me acompanharam nessa jornada: o meu sincero muito obrigada.

Portanto, essa tese é fruto da herança dos meus pais, do diálogo com amigos queridos, do investimento na educação pública e de qualidade, das ações afirmativas nas universidades, do medo, da insegurança, da esperança de sobreviver à pandemia, e do acúmulo de encontros e escolhas que fiz ao longo dos últimos 15 anos. Por isso, agradecer é poder reviver e reverenciar o caminho que trilhei, e que certamente não o fiz sozinha.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar.

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

A luta pela legitimação do acesso à creche como direito a ser garantido pelo Estado e como forma de compartilhar socialmente o cuidado de crianças tem sido, ao longo dos últimos anos, marcada pelo protagonismo de mulheres e de movimentos sociais feministas. Neste trabalho, a procura das famílias por vagas em creches consiste no fio condutor para uma análise que revela a indissociabilidade dessa busca com outras questões estruturais da vida das mulheres e das famílias no Morro da Polícia, em Porto Alegre. Considerando-se esse cenário, esta tese objetiva apresentar as múltiplas formas de atuação política comunitária em um cenário que evidencia desigualdades de gênero e de raça, além de diversas noções de Estado e de política. Por meio de uma pesquisa etnográfica com as mães, com as cuidadoras, com as lideranças comunitárias e com os conselheiros tutelares, este trabalho propõe uma reflexão sobre os *ativismos cotidianos* entre diferentes instituições, a comunidade e suas casas. Ao tomar o *ativismo cotidiano* como eixo analítico para refletir sobre as articulações políticas e as mobilizações comunitárias, esta tese apresenta um conjunto de interações cotidianas que se dão em e por meio de diversos aparatos administrativos, que expõem diversas concepções, sentidos e disputas sobre o Estado, visando-se, assim, a contribuir com as discussões sobre um Estado em ato. Esta pesquisa evidenciou como a discussão acerca do acesso à creche implica estarmos atentos às articulações de mulheres e de famílias tanto na garantia do direito à vaga quanto no acesso a outros direitos essenciais e estruturais, em busca de uma vida digna para si, para a família e para a comunidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ativismo feminino cotidiano. Estado. Política. Atuação comunitária.

ABSTRACT

The struggle for the legitimization of access to daycare as a right to be guaranteed by the State and as a way to socially share childcare has been marked over the last few years by the protagonism of women and feminist social movements. The families' search for the vacancy in this work consists in the thread of an analysis that reveals its inseparability with other structural issues in the lives of women and families in the Morro da Polícia in Porto Alegre. This thesis aims to present the multiple forms of community political action in a scenario that shows gender and race inequalities, as well as different notions of State and politics. Based on an ethnographic research with mothers and caregivers, community leaders and tutelary counselors, this work proposes a reflection on their daily activisms between different institutions, the community and their homes. By taking everyday activism as an analytical axis to reflect on their political articulations and community mobilizations, this thesis presents a set of everyday interactions that take place in and through various administrative apparatuses, which exposes diverse conceptions, meanings, and disputes about the State, thus aiming to contribute to discussions about a State in act. This research has shown how the discussion about access to daycare implies that we must be attentive to the articulations of women and families both in terms of guaranteeing the right to a place and access to other essential and structural rights for a dignified life for themselves, their families, and their community.

Keywords: Early childhood education. Everyday female activism. State. Politics. Community action.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1. Fluxograma das representações52

QUADROS

Quadro 1. Valores repassados em 2018 e 2019, por região, em Salários Mínimos (SM)622

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMUE	Associação de Mulheres Unidas pela Esperança
BU	Biblioteca Universitária
CEE	Companhia Estadual de Energia
CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e do adolescente.
CME	Conselho Municipal de Educação
CME/POA	Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID	<i>Corona Virus Disease</i>
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEI	Escolas Municipais de Educação Infantil
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESF	Instituto Municipal de Estratégia da Saúde da família
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MNLN	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MP	Ministério Público
MP/RS	Ministério Público do Rio Grande do Sul
MPT	Ministério Público do Trabalho
NACi	Núcleo de Antropologia da Cidadania

NPF	Núcleo de Promoção a Filiação e Paternidade
NUDECONTU	Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLP	Promotora Legal Popular
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGAS	Programa da Pós-graduação em Antropologia Social
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RG	Registro Civil
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SARS-CoV-2	Coronavírus 2 da Síndrome Respiratória Aguda Grave
SASE	Serviço de Apoio Socioeducativo
SIE	Sistema de Informações Educacionais
SM	Salário Mínimo
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMIM	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
WS	(Creche) Walter Silber

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
0.1 TRILHANDO AS PEDRAS NO CAMINHO	18
0.2 MEU CORPO NEGRO EM CAMPO.....	26
0.3 NOTA SOBRE UMA QUESTÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA ALÉM DA ÉTICA	31
0.4 O ENTRELACE DOS CAPÍTULOS.....	35

CAPÍTULO 1

O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: O CAMINHO OFICIAL DE ACESSO	38
1.1 A ARTICULAÇÃO DA REDE	38
1.2 A FALTA DE CRECHES: O ESPELHO DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA	43
1.3 A CENTRALIDADE DO CONSELHO TUTELAR NA PROCURA POR VAGAS	48
1.3.1 As representações	50
1.4 A CHEGADA AO JUDICIÁRIO	53
1.4.1 Entre custos e benefícios da judicialização	56
1.5 CONSELHEIROS: O ELO DO <i>SISTEMA</i> ?.....	58

CAPÍTULO 2

AUMENTANDO A OFERTA DE VAGAS E EXPANDINDO A REDE DE CRECHES CONVENIADAS: ATÉ QUANTO AS FAMÍLIAS PODEM/DEVEM PAGAR?	60
2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA QUESTÃO DE CUSTOS.....	64
2.2 TRILHANDO O CAMINHO DAS VAGAS	64
2.2.1 Conceição	67
2.2.2 Beatriz	68
2.2.3 Amanda	70
2.3 O FIM: COMEÇO OU RECOMEÇO?	71
2.3.1 Ângela – quando o CT parece ajudar.....	72
2.3.2 E quando não dá certo: a frustração de Carolina	74
2.3.3 O <i>merecimento</i>: entre a indignação de Maria e a amarga <i>sorte</i> de Conceição	75
2.4 AS LEIS RESOLVEM? O NOVO MARCO REGULATÓRIO.....	78
2.5 AS HIERARQUIAS MORAIS DA VAGA: DE VOLTA AO CONSELHO TUTELAR.....	80
2.5.1 Moralidades e <i>merecimento</i>	81
2.6 DIREITO, SORTE OU MERECEMENTO?	83

CAPÍTULO 3

A ECONOMIA MORAL DOS <i>CUIDA-SE</i>: ENTRE ENSINAR OU CUIDAR	85
3.1 POR DENTRO DAS CASAS	86
3.2 TIA TERESA	90
3.3 TIA ELZA	95
3.4 TIA SUELI	97
3.5 NORMAS DE FUNCIONAMENTO: OLHANDO PARA AS CONSEQUÊNCIAS	99
3.6 ENTRE O CUIDADO, O DINHEIRO E A INTIMIDADE	101
3.6.1 Criando muito amor: afeto e relações familiares	104
3.6.2 Família, casa e cuidados.....	107
3.7 O JOGO DE MORALIDADES NO <i>CUIDAR</i> : A VISÃO DAS CUIDADORAS.....	110
3.8 QUANDO O <i>ESTADO</i> BATE À PORTA	116
3.9 (RE)PENSAR AS FRONTEIRAS	120

CAPÍTULO 4

PREENCHENDO AS LACUNAS DO ESTADO COM COMPROMETIMENTO	124
4.1 TRAJETÓRIAS DE PERIFERIA	125
4.1.1 Nira: Era como se na sua casa funcionasse uma filial do Conselho.....	125
4.1.2 Tatau e Charles: Trabalho hoje onde minha mãe veio pedir ajuda	127
4.2 BRIGAS E INDIGNAÇÃO	130
4.2.1 O ofício do judiciário.....	130
4.2.2 Um ofício com um rio de lágrimas e sangue	131
4.2.3 Casos faz de conta	133
4.2.4 A lógica do gabinete versus a lógica da rua	134
4.3 O MP SÓ PODE ESTAR DE BRINCADEIRA	135
4.3.1 A visão da rua é outra completamente diferente	136
4.3.2 Voltando ao Marco Regulatório – exemplo por excelência dos embates	137
4.4 MEXENDO COM O SISTEMA.....	140

CAPÍTULO 5

O TRABALHO MATERNO E O ATIVISMO NO COTIDIANO	144
5.1 TECA – A <i>DILMA DO MORRO</i>	144
5.2 UMA MÃE – LUTANDO DIANTE DA VIDA	146
5.3 PREENCHENDO AS LACUNAS DE UMA INFRAESTRUTURA DEFICIENTE	150
5.4 A SAGA DA LUZ: O COTIDIANO DE UMA CIDADANIA DESFALCADA	154
5.5 A BATALHA CONTRA A INVISIBILIDADE: OS ENTRAVES NO ESTADO	156
5.5.1 Na Defensoria Pública	159

5.5.2 A Covid-19, as novas alianças e a conquista da luz	160
5.6 A COMUNIDADE E AS <i>PANELINHAS</i>	164
5.6.1 O parto na cabana	164
5.6.2 A <i>panelinha</i>: entre acusar e ser acusada	167
5.7 A FORÇA DO CUIDADO COMUNITÁRIO	170

CAPÍTULO 6

ONDE O ESTADO NÃO CHEGA, A GENTE TRABALHA: CASA, ACOLHIMENTO E POLÍTICA	174
6.1 VITÓRIA	176
6.2 O QUE A GENTE FAZ INCOMODA: RACISMO NO DIA A DIA DO ESTADO	180
6.3 AMUE – AS MULHERES UNIDAS PELA ESPERANÇA	182
6.3.1 O acolhimento	185
6.3.2 Atividades: Festas, ‘Fala Comunidade’ e ‘Projeto Ubuntu’	188
6.3.3 Entre <i>articular por trás</i>, politicagens e coincidências	192
6.4 CASA, POLÍTICA E FAMÍLIA: MOVIMENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS	198
6.5 <i>TOMAR A FRENTE</i> : A ENTRADA PARA A POLÍTICA.....	205
6.6 O LEGADO DE VITÓRIA	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	221

INTRODUÇÃO

0.1 TRILHANDO AS PEDRAS NO CAMINHO

Esta tese é uma confluência de muitos encontros e desencontros. Nas páginas que se seguem, apresento parte do meu percurso de vida e de pesquisa – de uma brasileira que se aventurava nos morros de Porto Alegre e que, nesse percurso, encontrou mulheres, como Nira, Teresa, Teca e Vitória. Também me desencontrei de mulheres, como Maria, Ana Paula, Beatriz e tantas outras. A tese que apresento não é uma análise da trajetória de vida dessas mulheres. É, antes de tudo, um exercício de compreensão e de reconhecimento de suas trajetórias, de lutas e reivindicações por suas comunidades, abrangendo-se uma diversidade de questões que fizeram parte do cotidiano dessas mulheres durante todos esses anos de pesquisa. Essa tese apresenta percursos marcados por muitas chegadas e partidas, por pesquisas e crises, por articulações e lutas, por mapear situações e ser mapeada, por seguir e ser a rede, por inserir e ser inserida na vida de tantas outras pessoas. Esta tese apresenta, principalmente, o desafio de ‘costurar’ na escrita o que eu achava fundamental entre tantas coisas que vivi e aprendi sobre Estado, política, gênero e raça, bem como sobre questões tão imiscuídas no contexto de desigualdade política e econômica que ainda caracteriza o Brasil.

De um lado, apresento os caminhos de uma pesquisa que teve início em 2017, com o objetivo de refletir sobre as estratégias de mulheres/mães na busca pelo acesso a uma vaga na Educação Infantil e, em especial, de discutir as articulações relacionadas ao cuidado de crianças pequenas entre as famílias. De outro, destaco como esse objetivo de tese – que defini como incontrolável – me guiou para uma caminhada atenta ao lado de muitas mulheres que me ensinaram a ouvir suas reivindicações, que transcendiam a falta de vagas nas creches, e a segui-las nos seus ativismos cotidianos em busca da garantia de direitos básicos para uma vida digna tanto para suas comunidades quanto para suas famílias.

No entanto, gostaria de lembrar como a minha chegada à cidade também reverberava a minha vontade de fazer um movimento inverso à minha trajetória acadêmica até aquele momento, tão marcada por pesquisas em tribunais de justiça e em salas de audiências. Queria aproveitar o tempo do doutorado, longe da cidade em que nasci, para estar mais próxima às pessoas, às suas famílias e às suas práticas cotidianas. Por mais que o nosso cotidiano seja atravessado por instituições, documentos e procedimentos burocráticos, estava ansiosa pela partilha da multiplicidade e da diversidade de possibilidades de pesquisa fora dos ambientes

institucionais aos quais estava acostumada. Aos poucos fui dando os primeiros passos nas ruas da cidade que foi a minha casa por três anos e meio, entendendo as dinâmicas e os endereços. Ao mesmo tempo estabelecia uma nova vida, permeada de novas redes e de novas amizades.

Ao me lembrar desse movimento de adaptação, percebi que a minha entrada em campo se deu a partir da junção de três momentos: minha chegada a Porto Alegre, a pesquisa de pós-doutorado de Lucia Scalco e o fragmento de uma reportagem de jornal. O primeiro momento, *de chegar a Porto Alegre*, significa dizer que eu iria fazer pesquisa em um lugar que não conhecia e que precisava, além de mapear as possibilidades de pesquisa, me ambientar, se assim posso dizer. Até mesmo porque eu estava abandonando o projeto de pesquisa concebido à época, que pretendia dar continuidade à pesquisa iniciada no mestrado¹. Nesse sentido, Lucia Scalco, sempre parceira, não só me ajudou a me inserir em campo, como também me abriu várias portas. À época, a pesquisadora estava interessada em revisitar a noção de circulação de crianças 20 anos depois. Cientes de que as análises antropológicas não são imunes aos efeitos do tempo, o desafio da pesquisa de Lucia consistia em perceber se a circulação de crianças, observada por Fonseca (1995) nos anos 1980 e 1990, ainda era presente na região do Morro da Cruz e, caso a resposta fosse positiva, analisar o que a definiria e a caracterizaria no atual contexto.

A inserção de Lucia nesta pesquisa foi este segundo momento, funcionando como um convite para que, uma vez estabelecida a *ponte* acadêmica, eu pudesse também ser seduzida por algo que me interessasse em uma nova empreitada etnográfica. Seguindo juntas, Lucia estava surpresa com a recorrente queixa entre as pessoas que conhecia sobre a falta de vagas em creches. Foi então que Lucia, em um dos nossos encontros do grupo de pesquisa, nos apresentou o trabalho de Nira – que, além de conselheira tutelar, sempre foi muito atuante no Morro da Cruz –, com quem passou a compartilhar tempos depois o trabalho do Coletivo Autônomo do

¹ No mestrado, acompanhei a experiência do Núcleo de Promoção a Filiação e Paternidade em Maceió (NPF), e discuti sobre as representações das profissionais e das mães sobre os sentidos do registro civil, bem como as noções relativas à paternidade e à família (CORREA, 2016). Com sede no Tribunal de Justiça do Estado, a sala de espera do NPF foi um espaço que proporcionou o encontro com as mães que eram intimadas para regularizarem os registros civis de seus filhos sem a filiação paterna. Tal encontro etnográfico me permitiu a inserção em um contexto que, apesar de visar à regulamentação do registro civil e à ênfase da presença da figura paterna na família, mobilizava a constituição de diversas outras formas possíveis de arranjos familiares. Por muitas vezes, esses arranjos extrapolavam a composição nuclear triangular entre pai, mãe e filhas/os, tendo em vista outras relações de afinidade, afetividade e convivência com outras mulheres da família, como avós, tias, madrinhas e vizinhas. Naquele momento, apesar de ter estabelecido contato com essas mulheres a partir de um contexto institucional, estava constantemente estimulada a estar mais próximas das famílias, das mulheres e de outros parentes e pessoas que compõem seus cotidianos de diversas formas. Era esse estímulo que motivou o meu interesse em continuar a pesquisa no doutorado, naquele momento, mais interessada em compreender como se davam as configurações familiares em um contexto pós-regularização do registro civil.

Morro da Cruz². A ênfase dada pela conselheira sobre a quantidade de mães que estavam à procura de vagas em creches para os filhos chamou a atenção de Lucia, que decidiu, em setembro de 2017, me apresentar Nira, com a finalidade de que eu pudesse conhecer de perto o trabalho das *representações* – encaminhamento dado, por ofício, para que o Conselho Tutelar solicite ao judiciário a vaga em creche. Parecia uma porta a se abrir, já que estávamos motivadas a identificar as articulações das famílias para cuidar das crianças pequenas, enquanto eu continuava seguindo o movimento próprio em busca do campo de pesquisa. Afinal de contas, ainda estava em busca de autonomia em relação a esse novo contexto que se descortinava: o trabalho de Nira.

A proposição da ação judicial de solicitação de vagas em creche pelo Conselho Tutelar foi o que me impulsionou a considerar o local, em termos de análise, como a porta de entrada, que me daria acesso às famílias que buscavam uma vaga na Educação Infantil. Estando no Conselho Tutelar ainda em 2017, seja nas salas de atendimento seja na sala de espera, eu almejava acompanhar a rotina de trabalho dos conselheiros tanto para compreender os percursos dos casos até a justiça quanto para estabelecer contato com as mães, com os pais e com os responsáveis que buscavam uma vaga para os filhos.

O terceiro momento se deu justamente em uma de nossas reuniões de orientação coletiva, regada a chá na casa da minha orientadora, Claudia Fonseca. Recebi de suas mãos um fragmento de jornal de uma reportagem do Correio do Povo de 21 de abril de 2018 intitulada ‘Falta de vaga em creche lidera ações judiciais’. Em síntese, o texto da reportagem informava que a busca por vagas em creches e a permissão para o ingresso no Ensino Fundamental de crianças com idade inferior a cinco anos lideravam as ações na justiça no Rio Grande do Sul. Não coincidentemente, essa leitura reverberou em mim, ratificando o meu interesse no que diz respeito à atuação do judiciário no cenário da Educação Infantil – uma vez que eu já estava inserida no Conselho Tutelar –, embora ainda estivesse motivada pelo desejo de seguir outros horizontes de pesquisa e ansiasse por estar mais perto da vida das pessoas.

Com a reportagem dobrada, guardada e amarelando com o passar do tempo, passei a ficar atenta ao crescente número de ações na justiça referentes à busca por vagas em creches. Na medida em que estudava e buscava entender mais os trâmites dos documentos e a relação que o Conselho Tutelar estabelecia com outras instituições – os agentes envolvidos na pauta da Educação Infantil no município, o contexto de implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e os dilemas com as instituições conveniadas e as famílias –

² Para mais informações sobre o coletivo e as atividades realizadas, sugiro consultar: <http://coletivomdc.org/>. Acesso em: 10 jul 2019.

, sentia a necessidade de expandir meus contatos. Foi a partir de 2018 que, incentivada por Tatau (um dos conselheiros que trabalhava com Nira), passei a alternar minhas visitas ao Conselho Tutelar e a tentativa de estabelecer contato com outros profissionais atuantes na Educação Infantil em Porto Alegre, como os defensores públicos, os promotores e os juízes.

A verdade é que as minhas visitas semanais ao Conselho Tutelar, além de servirem para acompanhar a atuação dos conselheiros com as *representações*, foram marcadas pelas dificuldades de me encontrar com um número significativo de mães, o que era, àquela altura, minha principal intenção. Com a promessa de que *otimizaria o meu tempo de pesquisa*, Tatau se dispôs a selecionar uma lista de casos referentes à solicitação de vagas que ele recebeu naquele ano, de modo que eu pudesse olhar cada um dos casos e entrar em contato com as mães em momento posterior. Na sala de espera até foi possível alguns encontros, mas sem maiores avanços além disso. Ao seguir a lista com os telefones das mães, tive negativas de contato e dificuldades de encontros, o que me fez perceber a urgência de repensar os próximos passos.

Com essa preocupação em mente, Lucia, mais uma vez, me apresentou uma alternativa: estabelecer contato com Joana, que era secretária de uma creche municipal da região. Com um documento emitido pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) que a autorizava a entrar nas creches municipais, Lucia intermediou o nosso contato e, apresentada como sua *colega de pesquisa*, passei a acompanhar o período de novas inscrições para o ano seguinte. Nas duas últimas semanas de novembro de 2018, acompanhei as inscrições na creche, onde foi possível entender melhor o procedimento das inscrições e, principalmente, constituir o espaço no qual conheci algumas mulheres: as personagens – mães, tias e avós – eram majoritariamente as responsáveis pela busca da vaga.

Fui entender a necessidade de adentrar outros espaços e acessar outras discussões ainda em 2018, a partir do encontro com mulheres na sala de espera da creche em busca de vagas para as filhas, como era o caso de Conceição e de Teca. Mais tarde, em 2019, pude visitar as casas dessas mulheres. O encontro com o *cuida-se*³ de Elza, ao retornar da casa de Conceição, coincidia com os recorrentes comentários que eu ouvia de mães que deixavam os filhos *na casa de mulheres que cuidavam de crianças* na comunidade. Esse foi então um dos motivos que me fez considerar a importância das casas de *cuida-se* para a discussão, lugares nem dentro nem fora da lei, com mulheres que se definiam como alguém que *faz o que a prefeitura não faz*. O início do ano de 2019 demonstrava que eu estava seguindo os caminhos que desejava: eu finalmente estava mais perto das mães.

³ *Cuida-se* era como eram conhecidas as casas de mulheres que cuidavam de crianças na comunidade e na cidade.

Conhecer Teca na creche e acompanhar a sua luta pela vaga tanto para a filha quanto para a neta ressaltou o desafio de entender como a sua *luta pela creche* também envolvia outras personagens e outras reivindicações de acesso a direitos para a família e para a comunidade. Ao acompanhar as diferentes articulações *com* Teca e as muitas portas em que ela bateu, ela me apresentou Vitória, uma liderança comunitária do Morro da Polícia e presidente da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança (AMUE).

Quando finalmente cheguei à casa de Vitória, onde também funcionava a sede da Associação, fui inserida em uma rede de articulações entre moradores da comunidade, casa e família de Vitória, e espaços públicos e institucionais. Foi Vitória que me apresentou para outras duas donas de *cuida-se* próximos à sua casa: Teresa e Sueli. Naquele momento, todos os caminhos trilhados por meio das mulheres que conheci me levavam para as casas de *cuida-se*, espaços onde passei a acompanhar o trabalho das mulheres que cuidavam. Todavia, eu também escolhi seguir outros caminhos. Sem dúvida, o encontro com Vitória foi um importante convite para que compartilhássemos da nossa negritude e da nossa vivência como mulheres negras, o que foi fundamental para que eu pudesse continuar caminhando junto à atuação de mulheres negras no morro.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que estava dentro das casas de *cuida-se*, aproximava-me das lutas de Teca e de lideranças comunitárias, como Vitória e Teresa (dona de *cuida-se* e figura presente nas articulações comunitárias do morro), que lidavam diariamente com mães que não conseguiam a vaga para os filhos. Sentia que continuar a seguir as articulações das mulheres para garantirem a vaga em creche para os filhos era, ao mesmo tempo, uma questão importante para a pesquisa e um apego meu, como pesquisadora. Diariamente, passei a subir o morro determinada a seguir os rastros da luta pela creche. Fui diariamente reconhecida por muitas mulheres que ali conheci, as quais não conseguiam vaga para as suas crianças nas creches e não conseguiam acessar outros direitos básicos.

Durante esses anos, as andanças pelo morro acompanhando as articulações de Teca e de Vitória abriram um novo caminho, que me apresentou outros moradores, familiares, cabos eleitorais, candidatos e políticos da região. Estava dividida entre visitar as casas de *cuida-se* e acompanhar as articulações de Teca e de Vitória em situações diversas, seja em suas casas tomando chimarrão enquanto pensávamos nos próximos passos, seja na mobilização entre os moradores para a participação de reuniões, de projetos, de atividades, de protestos, de festas e de eventos, ou mesmo para a distribuição de doações.

Em 2019, estive dividida entre a escrita do material apresentado na qualificação do doutorado, a minha vida particular/acadêmica e a intensa imersão em campo, de domingo a

domingo, comprometendo-se com parte das mobilizações das mulheres presentes neste texto. Meus dias seguiam marcados por muito trabalho, mas também por muitas crises e por muita ansiedade em não conseguir prever no que resultaria todo esse investimento. Entre 2017 e 2020, eu enxergava apenas uma pesquisa que insistia em não acontecer e, diante do que acreditava ser uma falha do meu trabalho, fui seguindo nas articulações de mulheres para além da luta por vagas. O passar do tempo me convenceu de que a pesquisa efetivamente acontecia não apenas em função das decisões estratégicas diárias que eu tomava, mas principalmente a partir do caminho que as minhas interlocutoras me indicavam.

Durante esse período, passei a entender como subir o Morro da Polícia todos os dias foi determinante para perceber como o tema sobre a creche crescia, ao mesmo tempo em que essa temática vazava por entre os meus dedos, como um objetivo de tese incontrolável – movimento que foi se intensificando até a escrita desta tese. Crescia porque era imperativo para aquelas mulheres falar sobre tantas outras ‘faltas’ que marcavam as suas vidas na comunidade, convidando-me a ouvir com mais atenção o que as interessava falar. A partir daí, ao ouvir as histórias dessas mulheres, fui seguindo seus chamados. Algumas mães queriam me falar sobre a falta de vagas na creche da região onde moravam, mas também queriam falar da escassez de água encanada, de energia elétrica, de saneamento básico e de coleta de lixo. O sentimento de que o tema das vagas estava ‘vazando’ cresceu na medida em que o tempo passou; ao mesmo passo em que me sentia incumbida, pela forte relação que formei com minhas interlocutoras, a seguir novos caminhos e novas articulações. Ironicamente, para além de incontrolável, o meu tema de pesquisa inicial parecia limitado. Ao conhecer melhor a realidade das pessoas, foi preciso perceber como a discussão sobre vaga na Educação Infantil estava inserida em um contexto mais amplo de acesso a direitos.

De volta a Brasília, em 2020, o país e o mundo tiveram de lidar com a pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2. Ciente de que a pandemia não havia atingido todas as pessoas da mesma forma, mantive as minhas escolhas em acompanhar – sempre que possível e mesmo à distância – como todas estavam de saúde e como estavam lidando com esses novos desafios. Nossa relação continuava e, ainda que distantes, compartilhávamos os resultados de muitas articulações das quais eu tinha participado anos antes e as novas possibilidades que se abriam mesmo diante do agravamento da crise sanitária.

Por telefone, acompanhei o divórcio e a conquista da luz elétrica de Teca, o crescimento de parceiros e doadores da AMUE, e a campanha política para a candidatura de Vitória como vereadora nas eleições municipais em 2021. Acompanhei também o diagnóstico de Vitória de câncer no pâncreas, coexistido com a força e a rapidez da doença entrelaçada pela sua vontade

de viver. *Sempre articulando*, ela repetia mesmo quando estava no hospital. Por muitas vezes, Vitória seguia em frente, mesmo abatida e debilitada pelo tratamento. Em tantas outras vezes, pedíamos juntas à Iansã pela sua vida, enquanto sonhávamos com o nosso reencontro em Porto Alegre, para que eu pudesse ver de perto como as coisas estavam diferentes. E das muitas coisas que Vitória me ensinou, aprendi com a sua partida deste mundo, em março de 2022, que sua nova vida veio para eternizar sua história. Muitos foram os caminhos, marcados pela presença de muitas pedras, e o luto que pairava sobre nós não ajudou muito. Mesmo diante dessas pedras, muitas delas construíram pontes.

Para além de inserir o percurso de parte das mulheres/mães com as quais tive contatos nesses últimos anos, apresento uma discussão que parte de uma narrativa etnográfica de transição de tema de pesquisa, importante para demonstrar como a pesquisa foi se redimensionando. Quatro anos depois, entendi a impossibilidade de se falar sobre vagas em creche, como assunto isolado. Enfatizo como foi fundamental entender a indissociabilidade da discussão sobre o acesso à creche com outras questões sociais e estruturais da vida das mulheres e das famílias que moravam nas periferias urbanas. Refletir acerca do acesso à creche implicava pensar não somente sobre as articulações das mães em torno das vagas, mas também sobre outras questões que atravessavam o cotidiano dessas mães entre instituições (Conselho Tutelar, Defensoria Pública e ONG), atores (conselheiros tutelares, SMED, defensores públicos, lideranças comunitárias, políticos eleitos e candidatos), comunidade (vizinhos e familiares) e suas casas. Mais que isso, implicava discutir a atuação política e comunitária desses atores.

Nesse sentido, discuto nesta tese como a articulação dessas mulheres sobre a pauta das vagas somava-se à luta e à articulação pela garantia e pelo acesso à água encanada, à energia elétrica segura e constante, e a serviços de saneamento básico, de saúde pública e de combate à violência doméstica. Enfim, pautas que integravam a garantia de direitos em sua plenitude e envolviam uma ampla rede de atores e de instituições. Portanto, nesta introdução, objetivo, principalmente, explicitar o meu percurso de pesquisa entre o Conselho Tutelar, as rotinas de cuidado nas casas de *cuida-se*, e o ativismo cotidiano de mulheres e de lideranças comunitárias no alto do Morro da Polícia, seguindo algumas pedras que encontrei no caminho e deixando outras para que pudessem me guiar por onde quisesse voltar.

Desse modo, não poderia dizer que essa tese é sobre cuidados na primeira infância ou sobre o Conselho Tutelar e a judicialização de acesso a vagas em creche. Também não é apenas sobre a atuação de mulheres na luta por direitos pelas suas comunidades. Aliás, os capítulos que se seguem não são só sobre cada uma dessas questões. Esta tese se fez em um encontro potente de todas essas questões, na medida em que informou sobre uma ação política gradativa,

que teve início no Conselho Tutelar e terminou com a *entrada para a política* de Vitória, transbordando pelo ativismo cotidiano dessas mulheres pautado na ordem do dia.

Com o objetivo de dar conta desse denso e complexo universo que a pesquisa se transformou, percebi apenas no momento de escrita desta tese como o Conselho Tutelar não era apenas a porta de entrada para a pesquisa, mas também era a porta de entrada desses atores para a vida na política. Acompanhando tais atores, como os conselheiros tutelares, as cuidadoras, as mães e as lideranças, o tema das vagas em creches – pauta importante para as mulheres, as crianças e as famílias – se ressignifica nesta tese como fio condutor que me guiou por um caminho de reflexão sobre uma atuação política comunitária que compunha a vida cotidiana dessas pessoas. Uma ação política que, ao nascer na comunidade, tinha no Conselho Tutelar um importante espaço que servia como porta de entrada para os espaços de poder; passava por mulheres que *fazem o que o Estado não faz*; integrava a vida de Teca e de lideranças, como Vitória; e desaguava na própria *entrada* de Vitória *para a política*, como candidata à vereadora. Tudo isso para que pudessem continuar tentando, agora a partir de outro lugar, trazer *o direito de volta* para a comunidade; e para que a *entrada na política* – como uma das consequências de suas atuações – fosse uma forma de levar as demandas e as experiências da comunidade para os espaços de poder, e pudesse fechar um ciclo para que outro começasse: da comunidade para a comunidade.

Em outras palavras, com base em um jogo de oportunidades, precariedades e possibilidades, jogado sob um senso de pragmatismo consubstancial, essa pesquisa adquiriu vida própria. Assim, essa tese é sobre o ativismo cotidiano que marcou a vida de mulheres interconectadas com diversas camadas de relações, iminentemente preenchidas por múltiplas ações políticas em suas comunidades. Nem dentro/nem fora do Estado, entre o que regula e o que vaza, entre o permitido e o não permitido, entre a norma e a vida que pulsa, e entre ações *sem envolver política*, *ser de dentro sem se contaminar* e *ter de entrar para a política* – as trajetórias de mobilizações comunitárias desses atores são recuperadas nesta tese a partir de um lugar marcado por suas origens, como potencialidade transformadora, de modo que a comunidade possa finalmente colher o que ela sempre plantou.

Nesse conjunto de escolhas, apresento o resultado de uma pesquisa etnográfica intensa e de um engajamento contínuo com o trabalho de campo entrelaçado pelo desejo de se construir uma base segura para formulações teóricas desafiadoras frente aos limites que encontramos em teorias sobre as ações políticas em ambientes definidos como periféricos (BORGES, 2013). Nesse processo, o meu corpo negro esteve em campo, de modo que escrevo a partir dele. Ocupando certos espaços, vivenciei marcas de raça, de gênero, de classe, de geração, de região

e do meu corpo que, como mulher negra em campo, provocou e sofreu efeitos pelos lugares pelos quais passei e pelas interações que tive como antropóloga com as minhas interlocutoras e os meus interlocutores –entre o Conselho Tutelar e o alto do morro.

0.2 MEU CORPO NEGRO EM CAMPO

Deixe-me pedir que gentilmente me acompanhem em umas das minhas experiências em campo. Estávamos no *cuida-se* da Elza. A cuidadora de crianças dividia o espaço da sala de sua casa diariamente com Valentina, Bia, Isadora, Mel e Matheus. Normalmente as crianças ficavam na sala, mas naquela tarde, para quebrar a rotina, estávamos no terraço que ficava no andar de cima, logo depois dos quartos. De cima era possível ver o movimento da rua e a cama elástica que ainda estava molhada da chuva do dia anterior. Matheus, bebê com cinco meses de vida, estava dormindo no quarto ao lado, em vez de estar dividindo o espaço conosco. As crianças ainda não decidiram sobre qual brinquedo escolheriam. Sentada no sofá, ao tentar iniciar uma conversa sobre as crianças, Elza comentou que Bia iria fazer 4 anos. Três. Foi o que Valentina, carinhosamente conhecida como Vavá, disse. Ao tirar seus cabelos lisos e soltos do rosto, hábito que fazia parte do seu jeito de ser, Vavá mostrou o número com os 5 dedos da pequena mão aberta. Vavá revelou que tinha 1 ano, enquanto eu a ensinava a mostrar com as mãos a idade que tinha. *Sabia que tenho 5?*, Isadora perguntou e se juntou a nós na conversa. Naquele momento, saí do sofá e resolvi sentar no chão para ficar mais próxima das meninas, assim como fazia na casa da Sueli, outra cuidadora do bairro.

A minha presença sentada no chão chamou a atenção das meninas, fazendo com que todas se aproximassem ao mesmo tempo. Não demorou para que começássemos a brincar com peças coloridas de montar. Aos poucos, Isa, que estava brincando de fazer comidinhas em suas panelinhas, se aproximou e se juntou a nós na brincadeira de fazer castelinhos coloridos. Elas brincavam, mas também brigavam. Disputavam espaços, brinquedos, atenção, risadas, lágrimas e choro. Enquanto me abria para esse universo da brincadeira, notei que as crianças ficavam cada vez mais interessadas em mim, enquanto também administrava algumas situações e lidava com o ciúme de cada uma pela minha atenção. Claro que a atenção das crianças variava à proporção que a tarde transcorria, ora montando peças ou brincando de cozinha, ora entrando na piscina de bolinhas, andando de velotrol ou brincando de cavalinho. A curiosidade das meninas foi crescendo, até que passei a ser o centro das atenções.

Tia, a minha pele é igual a sua?, Isa perguntou de repente. Fiquei surpresa com a pergunta, ao mesmo tempo em que rapidamente coloquei o meu braço ao lado do dela e afirmei que sim. Isa sorriu ao me encarar, enquanto os nossos braços de pele negra clara estavam juntos. *Tia, meu cabelo é igual ao seu?*, foi a pergunta seguinte, enquanto eu ainda retribuía o seu sorriso. Seus cabelos finos e presos no alto da cabeça evidenciavam seus cachos soltos nas pontas e seus olhos bem abertos e atentos esperando a minha resposta. *Seus cabelos são lindos e cacheados, assim como os meus*, foi o que eu disse, mesmo sabendo que os meus cabelos tinham fios mais crespos.

Entre cenas imaginárias, faz de conta, blocos coloridos e brigas pela liderança na brincadeira, o tempo da tarde foi passando. Altos e baixos entre a disputa pelo brinquedo da outra, o arremesso de um brinquedo, a recusa em compartilhar e o cuspe, enquanto Elza, de longe e sentada no sofá, administrava as situações. *Tia, você está cuidando da gente?*, Isa perguntou. *Quem está cuidando de vocês é a tia Elza, eu estou brincando com vocês*, respondi rapidamente, quase sem pensar direito. *Então por que você está aqui?*, Isa reagiu. *Enquanto eu brinco, eu também faço um trabalho para a faculdade*, disse isso enquanto encaixava a última peça do bloco. Ao falar *Tia, é tão legal brincar com você!*, Isa pulou no meu colo e me abraçou, enquanto fazia perguntas sobre o meu colar com pingente no formato de abebê e ofá dourados. Essas perguntas inspiraram as outras meninas a se aproximarem ainda mais de mim, e meu colo não foi o suficiente para todas elas. No meu colo, elas pegavam nos meus cabelos, na minha roupa e ficavam entretidas com o pingente. Ao ver a cena, Elza comentou como as crianças eram carentes de atenção.

Tamanho entrosamento com as crianças naquela tarde me fez lembrar do dia em que conheci Ângela, a caçula da casa, com 4 meses de idade. Percebi que Elza sempre demonstrava um carinho especial por bebês. Segurando Ângela no colo, Elza comentou que eu ia me apaixonar pela bebê, porque ela era muito risonha e tranquila. E ela tinha toda a razão. Assim que me viu, Ângela abriu logo o sorriso e ficou assim o dia todo. Ainda despertando da soneca, Elza percebeu que estava precisando trocar a fralda e decidiu fazer ali mesmo no sofá, ao meu lado. Agora vestida com um macacão rosa, a cuidadora perguntou se eu não gostaria de segurá-la no colo um pouco. Sem nem pensar duas vezes, segurei seu pequeno corpo entre as minhas mãos, enquanto ela se abria em sorrisos. Essa magia durou alguns minutos até ela golfar em cima de mim. Entre risadas e embaraços, achamos engraçado o acontecido, mesmo que Elza tivesse ficado envergonhada.

Na tentativa de contornar a situação, a cuidadora fez questão de comentar como ela era *bem limpinha*. Confesso que ouvi esse comentário com estranhamento e talvez não tivesse

conseguido me conter, deixando minhas expressões faciais ‘falarem’. Talvez a minha expressão naquele momento fez com que ela comentasse que *achava muito lindo a cor da nossa pele. Uma negrinha linda com o cabelo liso e bem escuro*. Elza fez esse comentário quando ainda estava com a bebê no colo. Talvez eu tivesse feito mais uma dessas expressões incontroláveis que motivaram Elza a dizer de novo como achava linda a nossa pele e como a prova disso era o fato de seu marido ser moreno. *Acho que pessoas brancas são feias demais* foi o comentário que fez, esticando suas pernas para evidenciar a palidez da pele em risadas abafadas.

Desse dia em diante, passei a estar atenta à constante fala de cada uma das cuidadoras quanto à cor das crianças, seja como *alemoas*, termo utilizado para descrever meninas loiras com a pele branca, em alusão à origem alemã; seja como *negona*, para meninas com a pele mais escura, como era o caso de Mel. Passei a estar mais atenta que talvez não tivesse sido as minhas expressões ou as reações a quaisquer tipos de comentários que justificavam o comportamento de Elza. Mas sim o simples fato de eu estar lá, e de como um corpo negro, de diferentes formas, evocava sensações, sentimentos, assuntos e pauta relacionados a raça não só entre as crianças e as cuidadoras, mas também entre Teca e Vitória.

Cor da pele. Cabelo. Brincadeira. Cuidados. Articulações. Essa seção é construída também ao encontro dessas palavras. Cenas como essas trazem implicações teórico-metodológicas de um fazer antropológico etnográfico referenciado a partir do meu corpo negro. Permitem uma reflexão sobre as relações estabelecidas em campo, ao mesmo tempo que apontam para a necessidade de pensarmos sobre como a racialização é produtiva no diálogo com as teorias, possibilitando-se avaliar e refinar a própria teoria a partir de boas e latentes provocações. Nesse sentido, pensar o lugar do meu corpo racializado é um ensaio para a discussão de um processo de construção de conhecimento em que esse ‘outro’ – agora também presente como pesquisador – pode repensar método e teoria que tratam, com seriedade e comprometimento, das questões raciais.

Pensar sobre a reflexividade e a posicionalidade nos nossos trabalhos incide diretamente nas nossas formas de pensar e de fazer Antropologia. Levar isso em consideração não me implicaria a fazer uma autoetnografia, como já me indicaram em outros momentos, e sim em pensar sobre as implicações teórico-metodológicas de um fazer antropológico a partir do meu corpo negro, para que fosse possível pensar as relações que estabeleci com as pessoas assim que comecei a subir o morro.

Diversas intelectuais negras (HURSTON, 1990 [1938]; GONZALEZ, 1984; GOMES, 2013; ALBUQUERQUE, 2017; MEDEIROS, 2017; NASCIMENTO, 2019; CASTRO, 2022) nos inspiram a refletir como certas situações vivenciadas na realização do trabalho de campo

expõem dilemas raciais diversos. Acredito que seja isso que nos motiva a refletir como a etnografia pode se tornar uma contribuição que permite problematizar questões sobre relações de poder e de saber, ao se tomar como referência o conhecimento produzido por sujeitos hegemonicamente tidos como o outro. Nesse sentido, a etnografia permite que sejam construídas interpretações sob outras perspectivas e outras experiências (MEDEIROS, 2017).

Entre os ditos e os não ditos, meu entrosamento com as crianças e com as mulheres perpassava o tom da minha pele, os abraços e as brincadeiras, mas envolvia também carinho e afagos. Entre o questionamento da minha presença ali com elas – sentadas no chão, tomando chimarrão ou preparando cachorro-quente, entre o cuidar, o brincar, o escutar, o estranhar e o sentir –, (re)encontramo-nos também. Nas entrelinhas do *ela é bem limpinha, ela é lindinha*, escutava na minha mente *apesar de ser uma criança negra*. E isso reverberava – e até hoje reverbera – em mim.

Como mulher, jovem, negra e estudante de doutorado de uma universidade pública, convivi diariamente com mães e com lideranças comunitárias negras, às vezes sem escolaridade, que compartilhavam diariamente experiências de racismo comigo. Por isso, muitas vezes me vi pensando sobre os caminhos de pesquisa que estavam sendo desenhados, as conversas mais íntimas que tínhamos e os entendimentos ‘no olhar’. Digo isso pelo rápido movimento de Vitória com o dedo indicador direito perpassando pelo antebraço esquerdo e com o olhar fitando-me profundamente, que, sem ter de dizer, me mostrava que determinadas ações estavam intimamente ligadas à pele, à cor, à raça. Por esses sinais, entendíamos juntas se tratar de *uma das nossas*, forma como Vitória costumava se referir a mim, *não é dos nossos*, ao se referir a uma pessoa branca. Assim, a minha subjetividade e a minha corporalidade pretas apareceram como lugar de entendimento entre mim e as mulheres com as quais fiz pesquisa, inaugurando-se uma comunicação específica.

Sou ciente de que – como pesquisadora que subia o morro diariamente – partilhávamos a multiplicidade que marca a experiência de ser uma mulher negra no Brasil e em Porto Alegre, evidenciada por marcadores de classe, de geração e de região. Percebia também como o desenho dos rumos desta pesquisa foram possíveis pelo fato de representar, em alguma medida, o lugar da universidade. E sobre esse aspecto destaco diferentes níveis. Primeiramente, ocupar esse lugar de *moça da UFRGS* me permitiu uma constante negociação com as pessoas que eu ia conhecendo para realizar um trabalho que pudesse ampliar a visibilidade da realidade vivida por aquelas famílias naquela parte da cidade, por meio das reivindicações, das articulações e das vivências em comunidade. Parecia-me que ter uma pesquisa dando visibilidade a certas

ausências poderia contribuir para trazer melhorias para aquela comunidade. Era um palpite que eu tinha.

Em segundo lugar, porque ser uma jovem pesquisadora negra cursando o doutorado em uma universidade federal transmitia uma mensagem importante: toda a luta e todo o investimento tanto no cuidado daquelas crianças quanto no empoderamento das mulheres de comunidade refletiam em uma presença que, mesmo sem eu querer, significava a esperança. Minha presença acenava para desenhar e sonhar com um futuro diferente, que contradizia estereótipos racistas: *de que nós mulheres negras podemos*. E por último, além de a *moça da UFRGS*, eu era também a *moça de Brasília*, expressão que, com o passar do tempo, foi adquirindo sentidos específicos. Na medida em que a política – na figura dos cabos eleitorais, dos candidatos, dos políticos eleitos, dos partidos políticos, e das eleições municipais e federais – ganhava uma crescente proporção ao longo da pesquisa, a minha origem brasiliense me associava a uma proximidade ao poder e à esfera política da capital do país.

Como uma forasteira brasiliense, morar em Porto Alegre significava diariamente ouvir, de um lado, *você não é daqui, né?*; e, de outro, o grito de movimentos sociais da região de *tem negros no sul sim*. Estar na capital gaúcha significava experimentar na pele os efeitos de um projeto de construção de um povo que se reconhecia majoritariamente por suas heranças italianas e alemãs, negando pertencimento a quem não se encaixava nesse perfil. Foi nesse subir e descer diário do morro – entre ser reconhecida pelos cobradores do ônibus que pegava e de ser *uma das nossas* – que o encontro com essas mulheres me ensinou não apenas a levar a sério a organicidade das nossas pesquisas antropológicas, mas também a me reencontrar com a minha própria voz.

Desse modo, pensar nas implicações teórico-metodológicas de um fazer antropológico a partir do meu corpo negro, principalmente entre grupos ditos populares, se apresentou como um meio para compreender as relações que estabeleci e a forma como faço pesquisa etnográfica. Inspirada por Audre Lorde (2019), segui em busca de pensar cada vez mais a escrita a partir da liberdade, concebendo que me incluir nessa narrativa, a partir da raça/cor, foi um chamado/desafio para pensar na presença/ausência dessa discussão na antropóloga que sou.

Retomei Patrícia Hill Collins, que nos lembra que

a abordagem sugerida pelas experiências das *outsiders within* é de que as intelectuais aprendem a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário de abordagens que exigem submergir, essas dimensões do *self* durante o processo de se tornar um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, as *outsiders within* reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa (COLLINS, 2016, p. 123).

Trago esse (re)encontro como um processo, ao mesmo tempo, subjetivo e acadêmico de ruptura de silenciamentos.

Apresento, ao longo desta tese, notas de um conjunto de palavras que constituem esforço e potência de um pensamento autônomo. Assim, é minha esperança de ver emergirem processos de construção de saberes compromissados com a descolonização do conhecimento em busca de nossa potência, em alinhamento com o compromisso constante de se autorizar a dizer. Que esse momento de reflexão venha para se somar a um conjunto de vozes já enunciadas, que seguem deixando sementes sobre uma potente discussão que reverbera em outras autoras e em outras leituras, ampliando-se saberes diante da urgência de ‘outras’ formas de se fazer antropologia.

0.3 NOTA SOBRE UMA QUESTÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA ALÉM DA ÉTICA

“Não o objeto, mas o sujeito”. Foi pensando nessas palavras de Grada Kilomba (2019) que segui os últimos meses de pesquisa presencial em Porto Alegre. Uma pesquisa que se iniciou no final de 2017 e seguiu até 2021, mesmo com um formato adaptado ao cenário de pandemia da Covid-19. Para além de uma discussão no ambiente acadêmico, pensar a relação entre sujeito e objeto sempre foi parte dos meus questionamentos a respeito da pesquisa que eu gostaria de fazer e das relações que eu pretendia construir. Contudo, foi em um dos muitos eventos que Vitória – personagem central no meu trabalho de campo, que aparecerá de maneira mais sistemática no capítulo seis – organizava que passei a pensar sobre isso com mais atenção, mais compromisso e mais responsabilidade.

Era uma tarde de domingo e eu estava a caminho de mais uma das festas de dia das crianças organizada por Vitória, dessa vez na altura da igreja de São Judas Tadeu, e não na sua casa, como de costume. Ao decidir fazê-la na praça da igreja, Vitória tinha a intuição de que esse local não somente facilitaria o acesso a um número maior de crianças, como também favoreceria alugar brinquedos, como pula-pula, por ter mais espaço. Nas últimas semanas que antecederam a festa, Vitória estava envolvida com a busca por apoio e por doações de bolos, doces, brinquedos e lanches, a fim de que a festa pudesse acontecer conforme achava que as crianças mereciam. Um dos apoios que recebeu foi de *um grupo de motoqueiros* – expressão escolhida por ela quando se referiu a eles –, a partir da doação de muitos brinquedos para a distribuição no final da tarde.

A festa estava organizada. A caixa de som emprestada por Tatau estava ligada, e aguardávamos a chegada de todos. Primeiramente, servimos os refrigerantes e o cachorro-quente, enquanto as crianças brincavam na pracinha e tinham sua atenção capturada pelos brinquedos espalhados em volta da mesa de bolo e doces. Cada criança que chegava fitava de longe os brinquedos que chamavam a atenção, parecendo escolher qual parecia mais colorido ou interessante. Era preciso repetir que elas deveriam esperar até a distribuição. Vitória seguia conversando com todos que chegavam, fazendo vídeos, tirando fotografias e manifestando contentamento com a procura de outras mulheres para *somar*, ajudar e contribuir com outras ações e eventos a serem realizados pela AMUE. *A corrente do bem contagia*, era o que Vitória sempre dizia.

Entre doces, balões e refrigerantes, tentávamos conversar em meio à euforia e à alegria das crianças. Todos os presentes estavam muito curiosos para saber quem estava por trás de toda essa organização. *Mas quem são vocês?*, um dos homens altos com colete de couro, barbas e cabelos grandes então perguntou. Ainda muito eufórica, Vitória respondeu que elas eram *parte da AMUE, associação de mulheres do Morro da Polícia, um grupo de mulheres empoderadas que lutavam pela garantia de direitos. De todos os direitos da criança, da mulher, da família, e queriam o melhor para a comunidade*. Não satisfeita com apenas essa resposta, Vitória continuou e disse *inclusive eu já fui objeto de pesquisa de 5 trabalhos da universidade, não é objeto de pesquisa que fala, Ranna?*

Paralisei ao ouvir seu comentário, em uma mistura de impacto e nervosismo, enquanto pensava em qual resposta daria. Rapidamente me recompus e disse que ela não era objeto de pesquisa, mas que era uma mulher de liderança que muitos faziam questão de conhecer e de acompanhar o trabalho e a atuação. Vitória reagiu com um sorriso desconcertado, mesmo com a cabeça a mil, enquanto organizava os doces na mesa. Daquele momento em diante, foi impossível não pensar sobre todas as questões acerca da produção de conhecimento antropológico nas comunidades que me atravessaram nos últimos tempos. Tive muitas dúvidas sobre a resposta que dei para a pergunta de Vitória. Minha principal preocupação estava aliada a um lamento de que, talvez depois de todos esses meses, eu tivesse responsabilidade e participação nessa referência a si mesma como ‘objeto’ de pesquisa. Estava tomada pela certeza de que, em nenhum momento, eu havia usado esse termo. Seguia impactada por ouvir o jargão acadêmico ‘objeto de pesquisa’ de sua boca, já que parecia ressoar como uma repetição de algo que um dia lhe havia sido dito. Uma vez. Duas vezes. Cinco vezes.

Agora com uma tese escrita, volto a essa cena etnográfica, porque, ao sistematizar e ao analisar os meus diários de campo, repensando a experiência de pesquisa que tive, vejo como

tal reflexão continua a reverberar em minha mente: Vitória se sentia um objeto de pesquisa? Esse questionamento funcionou como um freio necessário, uma parada para a troca de pneus que atravessarão as páginas que se seguem. Seria eu a quinta pesquisadora? Ou a sexta? Eu estava reproduzindo o que faria ela se sentir um ‘objeto de pesquisa’? Desde aquele dia, entre músicas infantis, sacos de balas e refrigerantes, fui consolidando o compromisso político que tenho com essa tese – de refletir sobre como atuar em um diálogo de produção de conhecimento nas comunidades e nas lideranças sem objetificar as pessoas, as histórias de vida, e as trajetórias de família, de política e de luta. Estou certa de que Vitória não era objeto de pesquisa.

É produtivo ressaltar o quanto esta pergunta de Vitória – *é objeto de pesquisa que fala?* – me pôs diante de um questionamento muito presente desde que comecei o doutorado e desde que migrei de uma trajetória de pesquisa em instituições para estar cada vez mais acima do morro, nas casas e nas vidas dessas mulheres. O movimento de questionamento deste par (sujeito/objeto) nesta pesquisa partiu do trabalho de campo, mas se encontrou e se alimentou em um terreno frutífero de debate nas teorias antropológicas. A antropologia tem experimentado muitas produções que avaliam os limites dessa dualidade, especialmente no campo das teorias feministas.

bell hooks (1989), ao utilizar os conceitos de ‘sujeito’ e de ‘objeto’, argumenta que sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (HOOKS, 1989, p. 42). Já objetos têm “a sua realidade definida por outros, identidades criadas por outros, e a história designada somente de maneiras que definem a sua relação com aqueles que são sujeitos” (HOOKS, 1989, p. 42).

Em ‘Memórias da plantação’, Grada Kilomba (2019) examina a temporalidade do racismo cotidiano, discutindo como essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como ato político. Ao evocar a escrita como uma ação que permite ‘tornar-se sujeito’, Kilomba (2019) evoca o desejo duplo de nos opormos àquele lugar de ‘outridade’ e de nos inventarmos de (modo) novo, de forma que a oposição e a reinvenção sejam dois processos complementares. Assim, destaco novamente a importância de se considerarem minha subjetividade e minha posicionalidade como pesquisadora negra, como um movimento pautado em construir uma pesquisa entre *sujeitos*.

Em seu clássico texto ‘Racismo e sexismo na cultura brasileira’, Lélia Gonzalez (1984) já anunciava que, ao se evidenciarem certas análises que privilegiam as discussões sobre a luta de classes, mas que não incluem as categorias de raça e de sexo, estaríamos negando o estatuto de sujeito humano às mulheres negras, tratando-as como objeto. Gonzalez (1984), a partir do reencontro consigo mesma como mulher negra, ressaltou a importância de se pensar sobre essa

retomada de lugar de escrita e de produção de conhecimento como um lugar que também nos pertence, reconhecendo a diversidade de abordagem entre raça e gênero.

Tanto Kilomba (2019) quanto Gonzalez (1984) pensam a relação entre sujeito e objeto a partir de uma teoria feminista que tem como eixo articulador principal o racismo e seu impacto nas relações de gênero, assim como entendem a produção de conhecimento como uma relação entre sujeitos. A ótica de mulheres pertencentes a grupos subalternizados, considerando-se a diversificação de suas concepções e de suas práticas políticas, introduz ao feminismo o que Sueli Carneiro definiu como resultado de um processo dialético, que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos; de outro, exige o reconhecimento da diversidade e das desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (CARNEIRO, 2003).

Dessa forma, quando deparamos com análises similares às apresentadas por bell hooks (2019) e por outras intelectuais negras citadas até o momento, podemos perceber formas de abordar o contexto de opressão e de exclusão das mulheres negras, o qual é estruturado pelo racismo e pelo sexismo na diáspora negra, mas que funciona também como um contexto de lutas, de subversões e de redefinições para projetar novos horizontes. Ao percorrer um caminho trilhado por mulheres que estão à margem – entendendo-se que estar à margem significa fazer parte do todo, mas fora do corpo principal –, hooks (2019) elucida que tais mulheres reconhecem o seu próprio contexto e o contexto dos opressores, a partir de um olhar tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora.

Inspiro-me nessas abordagens na medida em que dialogam e propõem uma narrativa etnográfica que teoriza o nosso vivido, como meio de repensar a relação sujeito/objeto, tendo em vista o caráter intrínseco de ‘contribuição teórica’ das etnografias (PEIRANO, 2014). Portanto, a pergunta de Vitória nos ajuda a construir uma narrativa que teoriza o nosso vivido, o vivido de mulheres racializadas, a partir de uma problematização dos lugares do sujeito e do objeto nos processos de produção de conhecimento, de modo a reposicionar tal narrativa como forma de construção de conhecimento, provocar mudanças na linguagem considerada legítima para definir aquela realidade social, alterar a nossa compreensão de mundo, e convocar-nos a transformar nosso leque conceitual e metodológico (BORGES, 2013).

Motivada tanto por Vitória e pelas movimentações políticas de mulheres que encontrei em campo quanto por essas teorias feministas, esta tese se vincula a um modelo de teorização que questiona a alocação dessas mulheres como objetos de análise, sob a justificativa de que elas mesmas precisam exercitar um olhar de fora e dentro, bem como testar mobilidades na experimentação e no conhecimento de suas relações, a fim de que, dessa forma, possam

elaborar, resistir e subverter as opressões nas quais estão inseridas. O material aqui apresentado não intenta fixar as diferentes formas de vida e de ações políticas desses diversos atores com os quais fizemos pesquisa em um único modelo possível, mas demonstrar como, ao longo do doutorado, participei de modo superficial e circunscrito no tempo e no espaço, com visitas passageiras (BORGES, 2013) em um fluxo contínuo de experiências de vida. Por isso, Vitória não é um objeto nesta tese. Ao teorizar o nosso vivido – o meu também, como mulher preta –, uma estatização (fixação rígida) das posições de sujeito e de objeto parece se tornar sem sentido.

0.4 O ENTRELACE DOS CAPÍTULOS

Esta tese está dividida em 6 capítulos. Cada um deles tem especificidade, independência e lógica interna própria. Por essa razão, a escolha dessa disposição foi movida pela decisão de evidenciar uma sequência que reflete a complexidade e a crescente densidade do universo apresentado, envolvendo uma diversidade de questões e de enfrentamentos que fizeram parte da vida das pessoas que conheci nos últimos cinco anos.

O primeiro capítulo apresenta o cenário da Educação Infantil, ao se discutir o papel dos conselheiros tutelares na busca pela vaga em creche, a partir do trabalho das *representações jurídicas*. O segundo capítulo, construído a partir das perspectivas das mães, visibiliza as trajetórias da busca pela vaga, ao se evidenciarem os dilemas e as hierarquias morais que atravessam o acesso a uma vaga pública e de qualidade. Na sequência, as casas de *cuida-se* e as rotinas de cuidado são os protagonistas do terceiro capítulo, em que se discutem como se dão as relações entre as cuidadoras, as crianças, as famílias, os afetos e o Estado, e como se produz, nos termos de Fassin (2015), uma economia moral do cuidado de crianças.

No quarto capítulo, discute-se como o comprometimento e a militância dos conselheiros compõem um significativo papel articulador entre a comunidade e o Estado, a partir da luta pelo acesso à vaga. É neste capítulo que inicio a transição e a conexão das lutas por direitos acionadas nesta tese. Ao se colocar a militância em termos de ‘visão das ruas’ (em vez de ‘visão de gabinete’), os conselheiros abrem o caminho para se pensar – além da busca por vaga na creche – o conjunto de demandas que as famílias trazem a eles. Sem esquecer, claro, da importância de se considerarem o contexto social e a realidade em que essas famílias estão inseridas, visando à luta pela garantia de direitos para aqueles que normalmente são esquecidos pelo poder público.

Assim, o comprometimento dos conselheiros e as suas origens ‘de vila’ reposicionam, nesta tese, a discussão apresentada até o momento e devolvem a centralidade da discussão para a atuação política comunitária, em busca de se fazer uma real diferença na vida dessas famílias. O debate sobre a atuação dos conselheiros revela como esses agentes são uma importante vertente de atuação que brota da comunidade, a partir de um lugar no Estado. Essa ponte é fundamental para compreender que a trajetória de reivindicações de mulheres, como Teca e Vitória, apresentadas nos dois capítulos seguintes, tem como foco as diversas articulações cotidianas comunitárias, mostrando-nos atuações que aconteciam independentemente do Estado, mas também em constante relação com este.

Mais proximamente a lideranças e a mulheres que lutam por sua comunidade, o quinto capítulo apresenta a trajetória de Teca, no alto do Morro da Polícia, que, além de buscar vagas na creche pública, investe suas energias na luta por água, por energia elétrica e por outras melhorias fundamentais para a vizinhança, evidenciando a complexidade e a diversidade que marcam a vida cotidiana das comunidades. Seguindo o seu *ativismo cotidiano* – emaranhado em um conjunto de relações que envolve família, vizinhança, políticos e atores institucionais diversos –, foi possível construir uma visão mais ampla no que concerne a uma atuação política que brota da comunidade. Por fim, o sexto (e último) capítulo busca compreender os sentidos das articulações de Vitória na arena política – entre *articular por trás e tomar a frente* – a partir da centralidade dada à sua casa e à sede da AMUE nessas movimentações.

A partir dessa disposição dos capítulos, esta tese pretende apresentar como a discussão do cuidado na primeira infância, a partir da luta das mães pelo acesso à vaga gratuita e de qualidade em creche, revela uma conexão entre diversas reivindicações das famílias em busca de uma vida digna, ao mesmo tempo em que engendra uma atuação política mais ampla na comunidade. Em um cenário marcado pelo ativismo cotidiano de mulheres que vivem nos morros de Porto Alegre, a vida orgânica da pesquisa evidenciou, com uma força cada vez maior, um conjunto de moralidades e de práticas que foram constantemente mobilizadas entre diferentes atores, presentes no Conselho Tutelar, nas casas de *cuida-se*, nas ruas, nas casas e nas vizinhanças.

Foi trilhando esse percurso que fui levada a repensar muitas concepções prévias sobre gênero e raça, e, por extensão, sobre o Estado em ato e a plena atuação política desses atores nesse contexto de desigualdade político-econômica que caracteriza o Brasil contemporâneo. Para isso, concebo que o Estado em ato deve ser entendido a partir de seus efeitos performativos, suas performances e suas materialidades contextualmente situados, sendo fundamental notar que a percepção acerca da contradição, da polissemia e da pluralidade

situacional do Estado não é atributo exclusivo de pesquisadores, mas sim de todos os atores sociais em suas vidas concretas (VIANNA; LOWENKRON, 2017b).

CAPÍTULO 1

O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL: O CAMINHO OFICIAL DE ACESSO

1.1 A ARTICULAÇÃO DA REDE

Em uma tarde de maio em 2019, período em que eu já não estava semanalmente no Conselho Tutelar, decidi acompanhar a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, que teria como pauta a reforma das salas de aula para a ampliação das salas da creche Walter Silber, uma das creches municipais da região do Partenon. Ao passar pela porta de vidro logo ao final do corredor onde ficavam as salas das reuniões, pude ver, mesmo antes de me acomodar, a Nira e o Charles sentados bem na ponta da mesa. Ao entrar rapidamente tentando fazer o mínimo de barulho possível, percebi que a reunião tinha acabado de começar. Enquanto me sentava, cumprimentei de longe e silenciosamente todos os presentes que conhecia. O som ao fundo era a voz do presidente da comissão, que leu uma nota técnica enviada pela SMED para explicar a situação. A nota justificava porque o recurso de 200 mil reais aprovado pela câmara ainda não havia sido utilizado para a finalização da reforma de uma área da creche Walter Silber. A reforma ampliaria a atual estrutura e possibilitaria a criação de mais 3 turmas que acolheriam 25 crianças, atendendo-se a um total de 75 crianças. Durante a reunião, outros detalhes sobre a nota iam vindo à tona.

Na medida em que o tempo passava e os presentes iam se apresentando, percebi que, além do Conselho Tutelar, estavam presentes o representante da SMED; o vereador Aldacir Oliboni; a representante do Conselho Municipal de Saúde Rosa Helena; uma representante do Conselho Escolar da Walter Silber; o diretor de Planejamento e Gestão da Prefeitura; e uma arquiteta da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

O vereador Oliboni pediu a palavra, logo após a leitura da nota da SMED, e começou falando sobre a caótica situação de falta de vaga em toda a cidade de Porto Alegre. Chegou a dizer que apenas a zona leste da cidade tinha um déficit de 1000 vagas. Assim como na Walter Silber, a creche Padre Ângelo tinha cerca de 200 crianças aguardando vagas na fila de espera, situação muito semelhante entre as demais creches conveniadas da região. Todo o clima tenso entre os presentes tinha o objetivo de advogar pela liberação do orçamento e pela retomada das obras na creche. A fala do vereador defendia a mobilização de vários encaminhamentos de diversas emendas e o repasse da verba de 200 mil reais para finalizar as obras, a fim de que a

creche pudesse voltar a funcionar o mais rápido possível e atender a alta demanda de vagas por toda a comunidade. A urgência da reivindicação tinha a ver com a alta procura por novas vagas, e o pedido do vereador era mais um entre muitos apelos para que a prefeitura executasse (e não perdesse) o recurso que já havia sido aprovado pela câmara.

Rosa Helena⁴, coordenadora adjunta do Conselho Distrital de Saúde do bairro Partenon, foi a próxima a ter a palavra. Em seu relato, a coordenadora informou que muitas crianças que estavam fora da creche levavam diversas situações ao Conselho Municipal de Saúde. Destacou, ainda, o crescente número de mães e de pais com problemas psicológicos, o que justificava a cobrança pela reforma e pela ampliação da creche. Esse cenário se relacionava com a enorme preocupação que muitos tinham em sair para trabalhar e não saber das condições dos filhos em casa, podendo deixar *a porta cada vez mais aberta* para a drogadição e para outras violências. Ousava afirmar que o número de crianças com demanda não atendida de vagas em creches só na região do Partenon era de 1.500 a 3.000. As falas até o momento haviam sido bem breves. Charles foi o próximo a ter o microfone em mão.

Charles estava representando o Conselho Tutelar, mas também era membro do Conselho de Educação junto ao Ministério Público. Logo de início, frisou a situação da falta de vagas em creche, que era antiga. Ao comentar sobre a última gestão, lembrou que ouviu a promessa de que a obra seria inaugurada *nos próximos dias* e até hoje nada havia se confirmado. *Estive na escola hoje de manhã para ver a situação a se fazer sobre piso, móveis, luz e também recursos humanos, e me assustei com o abandono e descaso*, pontuou Charles.

Em sua fala, Charles demonstrava muita preocupação com a morosidade dos gestores para essa pauta na cidade. Ele afirmou que, em 2004, quando assumiu a vaga no Conselho Tutelar, a demanda por vagas era recorrente e frisou que até hoje a realidade persistia. Com certa indignação, Charles lembrou ter sido alguém que apontava para isso por anos e que não

⁴ O comentário da coordenadora chamou a minha atenção e a procurei no final da reunião em busca do seu contato. Na semana seguinte a essa reunião, encontrei-me com Rosa Helena no Hospital Sanatório, bem perto do Conselho Tutelar, no Partenon, na sala do conselho de saúde para uma conversa. Destaco aqui que a sua participação no conselho municipal de saúde era resultado de uma longa trajetória de articulações e de lutas comunitárias na região onde morava. Ao evidenciar que a sua experiência de vida era bem maior do que a sua formação – uma vez que só havia estudado até a 2ª série do Ensino Médio – Rosa Helena relatou que sua trajetória nos movimentos sociais começou há cerca de 30 anos, quando ‘decidi buscar a minha rua’. Isso significava que o seu cansaço em ver diariamente a sujeira e o esgoto a céu aberto na frente da sua casa e próximo da escola da comunidade foi a mola propulsora para que ela desenvolvesse o interesse em se mobilizar para pressionar por melhorias para a comunidade. Mesmo odiando política, foram as suas intensas mobilizações juntamente com o Orçamento Participativo que ela ‘conquistou a rua’, ao dizer que conseguiu a pavimentação e o saneamento básico. Ilustro brevemente sua articulação na comunidade para explicar como, ao longo dos anos, ela foi se articulando com outras pessoas e setores que já faziam isso há mais tempo. *Só conquista quem se mobiliza*, como costumava dizer. Na conversa, indicou Mara, sua mãe (Dona Sueli) e Vitória como parceiras do trabalho que já realizava. Conheceremos, com mais profundidade, suas trajetórias nos capítulos 4 e 5.

compreendia o porquê de até hoje serem os mesmos responsáveis a atuar na linha de frente da educação no Estado: *Não existe preocupação com as classes mais pobres nessa cidade e eles sofrem mais com o descaso com a educação e saúde, que são as maiores demandas que chegam no Conselho Tutelar.*

Agora era a vez de Elenira Martins Pereira, a Nira, do Conselho Tutelar. Sua fala começou com um pedido de desculpas, pois ela, ao contrário dos outros, não conseguia falar sentada e precisava se levantar. Rapidamente alguém providenciou um microfone sem fio para que ela pudesse falar de pé. Nira, então, se pronunciou.

Hoje eu estou no Conselho Tutelar, mas eu faço parte da comunidade. Eu nasci e me criei ali. E durante muito tempo vi a Walter Silber acumulada no posto de saúde que funcionava junto ali⁵. Depois do incêndio que teve, toda a comunidade se juntou para que uma área fosse destinada à criação de uma nova creche na região. Tudo ali na base de muita luta da comunidade. O governo fechou os olhos para a nossa comunidade, que levanta há muitos anos essa bandeira. Isso é uma obrigação do governo de garantir direitos.

Ela ainda comentou como a creche, àquele momento, enfrentava um déficit profissional. Com muita eloquência e firmeza, ainda de pé, Nira compartilhou com os presentes que recebeu, além das mães que a procuram em busca de vaga, uma

rebelião de mães no Conselho Tutelar por conta do horário reduzido. Falta profissionais, e essas mães precisam trabalhar enquanto os meninos estão sendo liberados mais cedo para casa. Governo, Estado e município são os maiores violadores de direitos das nossas crianças. Hoje a creche da paineira está fechada e prometeram mais vagas. Não tem vagas! Só no ano passado foram mais de 180 representações do nosso conselho para o MP. Isso é um absurdo! Isso é um apelo para não deixar esse dinheiro ir embora. Vocês até me desculpem se acham que estou com falta de educação com alguém, mas a falta de educação é do governo. Dos processos que são encaminhados para a justiça, a SMED responde todos com a vaga. Isso é o que me faz ter orgulho do que eu faço. Mas aí ela responde com uma vaga lá na Glória, que a criança que mora no Morro da Cruz tem que pegar dois ônibus para chegar lá. A gente não aceita e pede outra vaga e depois eles mandam uma vaga lá na Cascatinha. É dever do município garantir esse direito.

Assim que Nira terminou a sua fala, foi a vez de representantes do executivo falarem. Jorge André, diretor do Planejamento e Gestão da prefeitura, foi o primeiro. Logo de início, ele deixou bem claro que estaria ali para responder questões relacionadas apenas ao orçamento, e complementou que ele não era político, e sim funcionário de carreira do município. Reiterou,

⁵ Tanto Nira quanto os outros conselheiros lembraram, em diversas situações, como a área em que hoje funcionava a creche Walter Silber era destinada a um posto de saúde. Antes de ter sido realizada a reforma da estrutura, a creche funcionava de forma provisória, aproveitando a estrutura já pertencente ao posto de saúde.

ainda, que um representante da Secretaria de Fazenda deveria estar participando da reunião. Todos os problemas, infelizmente, já eram conhecidos: dificuldade de execução, parcelamento de salários e inúmeros contingenciamentos de gastos na prefeitura.

Em poucas palavras, dizendo que o *governo faz o que pode* e informando que o prefeito já havia aumentado 30% dos recursos para Educação Infantil no ano anterior e 15% naquele ano, nota-se que a tentativa de buscar recursos era a justificativa de alguém que, ao mesmo tempo em que representava o governo, demonstrava não estar nem um pouco a par da situação, tampouco confortável e preparado para falar sobre ela. O diretor prometeu que o secretário estava se responsabilizando pelo plano que seria executado no ano seguinte e deixou claro haver uma preocupação em deixar *dinheiro em caixa* para o ano seguinte. Antes que pudesse concluir, um dos vereadores presentes fez uma relevante pergunta: *A nota da SMED disse que a empresa responsável abandonou a obra. Seria preciso então uma nova licitação de outra empresa?*

Naquele momento, Jorge gaguejou, alegando que não sabia responder, ao mesmo tempo em que olhava para uma moça de cabelos vermelhos que estava sentada ao seu lado. A moça também disse não saber de detalhes, mas timidamente assinalou que seria preciso realizar nova licitação, enquanto manteve os olhos baixos e fixos no papel sob a mesa à sua frente. Não precisou dizer muito para que todos inferissem o que uma nova licitação significaria para esse caso: mais atraso na liberação desse recurso para resolver a falta de vagas.

Era então a vez de Daniela, a moça ruiva que estava ao lado de Jorge falar. Ela, como arquiteta da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM), falou bem menos, em um pronunciamento rápido e esquivo. Informou que a SMED havia montado um escritório próprio para gerenciar as obras e as infraestruturas escolares. Tudo isso para dizer que eles não sabiam do andamento dessas obras e, por esse motivo, não poderiam trazer mais informações. Assim, ela indicou que seria preciso uma nova licitação, caso a empresa, de fato, tivesse abandonado as obras por falta de pagamento. Quem presidia a reunião evidenciou sua leitura da situação e ficou impressionado tanto com a falta de comunicação das estruturas do governo para se discutirem as políticas públicas para a população; quanto com a presença de uma pessoa que não sabia responder nada sobre o andamento do processo.

Charles, que assumia a palavra mais uma vez, corrigiu o vereador ao dizer que a lista de espera na WS já ultrapassava 200 nomes, acrescentando que o Conselho Tutelar queria informar o Ministério Público sobre a situação.

Eu não saio triste daqui porque esse desencontro de informações desse governo onde ninguém nunca assume nada é antigo. E os direitos continuam sendo violados. E olha que nós estamos falando da Educação Infantil. Ainda tem a bomba de que no primeiro

ano do Ensino Fundamental é o mesmo problema. Não tem vaga para o primeiro ano. Quando for ano que vem eles só pensam na reeleição, e nossas crianças e comunidade que se virem.

Nira voltou a ter a palavra e esclareceu que, daquela vez, ela não iria ficar de pé.

Sou calma e tranquila. E não vou me levantar. Todos os processos movidos pelo conselho para garantir o direito, a prefeitura recorreu. Por que isso acontece com a nossa cidade? Por que o prefeito deixa isso acontecer? Porque ele não é da nossa cidade. Hoje ele não vem e não manda seus representantes para nos dar uma resposta. Na época da sua campanha, ele andava pra cima e pra baixo nas ruas da nossa cidade pra conseguir voto. Hoje ele se esconde. Eu só queria que o prefeito entendesse que só quem se esconde nessa cidade é rato e que o governo dele é um governo de uma gestão só.

O presidente da reunião finalmente comentou que não havia o menor sentido negligenciar recursos disponíveis, em visível postura de oposição à atual gestão da prefeitura. Acrescentou, indignado, que a Educação nunca havia sido prioridade na gestão, e que recebiam, posteriormente, justificativas em uma nota qualquer – nada satisfatória – com dados aleatórios.

Naquele momento, com a intenção de colaborar com o caos, como ele mesmo disse, o assessor do Oliboni destacou que a Coordenadoria Regional de Educação teve dificuldade em localizar a escola WS, achando que aquela área ainda era um posto de saúde. Mais um exemplo do tamanho desentendimento e da falta de comunicação entre as gestões do próprio governo, em atitude de completo desrespeito com a comunidade, o que se agravava com a ausência de qualquer representante do governo na reunião. Novamente, solicitou-se uma reunião com a presença do secretário. Era de se lamentar que fosse uma prática cada vez mais recorrente na cidade os orçamentos virarem uma peça de ficção.

Dou início a este capítulo a partir da etnografia de uma reunião na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, a qual evidencia algumas dificuldades que surgiam no esforço cotidiano do trabalho dos conselheiros tutelares em articular as diferentes instituições públicas envolvidas nesse *sistema*. A narração e a descrição dessa reunião mostram como, para além do comprometimento de determinados agentes públicos ali presentes, era marcante o desencontro de informações entre os atores políticos e as instituições responsáveis pelo funcionamento de um Estado que demonstrava um funcionamento e uma comunicação limitados.

Portanto, objetivo, nas páginas seguintes, discutir sobre a atuação e o papel dos conselheiros tutelares, como Nira, Charles e Tatau, na busca pela garantia do direito à vaga em creches, a partir do trabalho de *representar*. Nos últimos anos de pesquisa, *não tem vagas* era

uma expressão recorrentemente usada tanto entre conselheiros tutelares e demais profissionais da rede de proteção à criança quanto entre muitas famílias com as quais tive contato em diferentes locais de Porto Alegre. Por essa razão, antes de seguir para a discussão a respeito do trabalho das *representações* e das articulações dos conselheiros no cenário de Educação Infantil no município, destaco a importância de se entender esse cenário no país, principalmente no que tange ao atendimento escolar na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, que se divide em creche (crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (crianças de 4 a 5 anos).

1.2 A FALTA DE CRECHES: O ESPELHO DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

Apesar de significativa mudança quanto ao tratamento institucional dado à Educação Infantil nas últimas décadas, é inegável que ainda haja um longo caminho a ser percorrido para se qualificarem todas as condições de acesso e de permanência de crianças (especialmente de famílias de baixa renda) nessas instituições educacionais. A CF/1988 (Constituição Federal) prevê, no art. 208, que ao Estado cabe garantir a prestação de serviços na “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 2012 [1988], p. 122). Por muitas décadas, as creches públicas foram incluídas nas políticas públicas de atenção a situações de vulnerabilidade social no âmbito da assistência social, não estando, portanto, atreladas à educação, sob a justificativa de que crianças que pertenciam a uma elite social já costumavam frequentar creches privadas.

Com a construção do texto da CF/1988, durante o período de redemocratização, no pós-ditadura, movimentos feministas e pesquisadoras/es sob forte influência de teorias feministas (ROSEMBERG, 2002; ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2002; FARIA, 2005) se articularam na luta pela inclusão do direito à educação de crianças desde a primeira infância (FONSECA, 2012). O texto constitucional reflete, assim, parte dessas articulações, ao se prever a garantia do direito à creche a partir de um duplo caráter: o direito à educação das crianças pequenas, visando-se a universalização, e o direito ao trabalho das pessoas responsáveis pelo cuidado (MARCONDES *et al.*, 2020).

As décadas seguintes à CF/1988, entretanto, espelhavam como a política de creches foi marcada por uma ambiguidade entre as diretrizes normativas e a realidade cotidiana das famílias, caracterizada como um ‘entrelugar’ da educação formal e não formal (MARCONDES *et al.*, 2020) – consequência tanto da priorização de outras etapas da Educação Básica quanto

do avanço da força neoliberal pela diminuição do gasto estatal na área social (ROSEMBERG, 2001).

Além da CF/1988, um conjunto de outras legislações, de políticas e de planos conformavam importantes marcos no reconhecimento do direito à creche e na ampliação da responsabilidade estatal (ROSEMBERG, 1999; CRUZ, 2017). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) integrou a creche e a pré-escola como primeira etapa da Educação Básica (BRASIL, 1996).

Contudo, a incorporação das creches à educação formal somente aconteceu anos depois, durante o primeiro governo Lula, no início dos anos 2000, em um duplo movimento que visava tanto à reorganização da política da assistência – com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – quanto à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) – fonte de financiamento da política educacional que incluía a primeira infância (MARCONDES, 2013; MARCONDES *et al.*, 2020). A transição das creches da assistência social para a política de educação no início dos anos 2000 possibilitou a ampliação e a expansão do seu financiamento, juntamente com a regulamentação da exigência do diploma de ensino superior para as professoras da Educação Infantil. Assim, a iniciativa de financiamento estatal para a criação de infraestrutura de novas creches se mostrou um fato fundamental para se conseguir a expansão da política de creche no país (MORENO, 2019).

Além disso, outras medidas – como a Lei n. 11.114/2005, que alterou o artigo 32 da LDBEN, determinando o Ensino Fundamental, gratuito e obrigatório, aos seis anos de idade (BRASIL, 2005) – também trouxeram mudanças consideráveis nos dados referentes a essa faixa etária. Em 2013, novas normas foram estabelecidas pela Lei n. 12.796, a qual ajustava a Lei 9.394/96 (LDBEN) à Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009, que tornava obrigatória a oferta gratuita de Educação Básica a partir dos 4 anos de idade (BRASIL, 2013). Por isso, a afirmação do direito à creche é constitutiva de agenda política dos movimentos feministas, e o seu deslocamento da área de assistência social para a área de educação reflete grande parte do processo da institucionalidade de políticas de cuidado na primeira infância tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina.

No caso da Educação Infantil, as mulheres foram protagonistas na luta pela legitimação do acesso à creche como direito a ser garantido pelo Estado e como forma de compartilhar socialmente o cuidado de crianças (ALVAREZ, 1988). A organização social do cuidado, especialmente de crianças pequenas, é profundamente estruturada pela desigual divisão sexual do trabalho, de modo que o trabalho – tanto no interior das famílias quanto em outros espaços

públicos e na vizinhança – seja realizado majoritariamente por mulheres. Tal organização nos permite considerar que os trabalhos domésticos remunerados e não remunerados são elementos importantes na discussão sobre a Educação Infantil (GUIMARÃES *et al.*, 2018), mesmo que não sejam tratados com mais atenção nesta tese.

Vale destacar que a efetivação do direito inscrito na legislação, conforme aponta Moreno (2019)⁶, ocorreu diante de mudanças de discursos sobre a infância, considerando-se as especificidades da educação e do trabalho docente na primeira infância (MARCONDES; MORENO, 2018). Durante os governos de esquerda no Brasil, a prioridade do direito à educação das crianças – em ascensão desde a década de 1990 – contribuiu para o aumento da cobertura de creches, mas também trouxe desafios para se garantir que as necessidades de quem cuida e de quem é cuidado fossem atendidas de forma integrada, conforme reivindicavam as feministas (MARCONDES *et al.*, 2020). Dessa forma, a discussão sobre a ampliação de políticas públicas que articulam e garantem o direito de acesso à creche estava atrelada tanto às reivindicações sobre autonomia econômica das mulheres quanto a uma reorganização do cuidado na sociedade como um todo (MARCONDES, 2019).

É oportuno enfatizar que não pretendo apresentar nesta tese uma genealogia das políticas públicas voltadas para a primeira infância no país – tema já abordado em outros trabalhos⁷ e que, por sua amplitude e importância, merece ser discutido com mais espaço e atenção. Entretanto, almejo informar ao leitor como se dá a oferta de vagas na Educação Infantil e quais são os principais dilemas que envolvem essa trama, considerando-se a trajetória da pauta no país. São diversas as consequências desse breve histórico, mas destaco o cenário de que a oferta principal de vagas é hoje garantida por instituições públicas administradas pelo poder municipal, ainda que recebam cooperação técnica e financeira dos estados, da União, de instituições privadas ou de entidades conveniadas⁸ comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

⁶ O objetivo da tese de Moreno (2019) é estudar o trabalho e as práticas de cuidado de crianças pequenas, a partir de diferentes processos e sujeitos que o realizam, gratuitamente ou como profissão. Ou seja, perceber como o Estado, o mercado e a família estão organizando o cuidado de crianças pequenas em São Paulo. A análise da socióloga busca refletir como, ao se considerarem as desigualdades que estruturam a cidade e a vida das pessoas, não existe um só modelo de como conseguir organizar o cuidado de crianças pequenas, até mesmo porque as realidades são muito diferentes, mesmo entre as famílias que têm acesso à creche pública. Seu trabalho oferece relevante contribuição para a discussão nesta tese, ao se considerarem a pluralidade das organizações do cuidado de crianças pequenas no país que seguem estruturadas e reproduzem desigualdades que evidenciam a complexidade e a diversidade de trajetórias de cuidado possíveis.

⁷ Recomendo consultar os trabalhos de Marcondes (2013, 2019) e de Moreno (2019).

⁸ As instituições conveniadas são entidades de direito privado que disponibilizam vagas nos locais, a partir de parceria firmada com a prefeitura por meio de chamada de edital público de convênio, cuja a oferta pública é insuficiente para atender à demanda. Nesse arranjo, o poder público municipal repassa recursos para essas entidades e inclui as vagas por elas disponibilizadas no conjunto de vagas ofertadas à população.

Portanto, o atendimento e a oferta de creches são de responsabilidade constitucional dos municípios brasileiros⁹. Esse cenário é desafiador para os municípios, por envolver o investimento em infraestrutura física; a contratação e a formação continuada de profissionais; e as diversas dificuldades, que vão desde o dimensionamento apropriado da demanda por vagas até a necessidade de inclusão crescente de grupos socialmente vulneráveis. Em vista disso, é responsabilidade das prefeituras, com o apoio dos governos estadual e federal, ampliar o acesso às creches, cumprir a meta do Plano Nacional de Educação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019) e se comprometer para que as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil sejam aplicadas com equidade. O PNE (Plano Nacional de Educação) tem como metas: universalizar, até 2016, a Educação Infantil e a pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos; e ampliar a oferta de educação em creches, de forma a atender até o final da sua vigência (2024), no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

Apesar dos avanços e da crescente ampliação de vagas, o cuidado de crianças pequenas ainda é afetado pela oferta pública insuficiente de vagas, distribuída desigualmente conforme a região e a localização (urbana e rural). Dados divulgados pelos diversos centros de pesquisas do país, como IBGE e INEP, apontam o significativo avanço do percentual de crianças de 0 a 5 anos matriculadas nas escolas nas décadas recentes. Desde o início dos anos 2000, a taxa de atendimento nas creches mais do que dobrou, e a universalização do acesso à pré-escola tem sido uma meta cada vez mais próxima a ser alcançada. Apesar dessa ampliação de vagas, vale considerar, a partir de alguns recortes de região, de localidade, de renda e de raça/cor, como o sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades desde a Educação Infantil (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019).

Em relação ao fator renda, dados divulgados pelo IBGE em 2019 apontavam que 29,2% das crianças pertencentes aos domicílios situados no quartil mais baixo de renda estavam em creches, enquanto 51% das que estavam em domicílios mais ricos frequentavam a Educação Infantil. Em relação aos dados por região, 81,5% das crianças entre 4 e 5 anos da região metropolitana de Porto Alegre estavam matriculadas, sendo que essa proporção era de 96% em Belo Horizonte, município que apresentava índices mais próximos da universalidade. Já em termos de raça, o crescimento do acesso à educação da população preta ou parda materializava-se desde a infância, revelando-se que a frequência das crianças de 0 a 5 anos de idade em creches

⁹ Em 2018, as redes municipais respondiam por 71,6% das matrículas de Educação Infantil e, junto com as escolas privadas, receberam um total de 8,7 milhões de crianças em todo o país, segundo dados divulgados pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica, em 2019, disponível no sítio: <http://bit.ly/3TGOH93>. Acesso em: 15 jul 2019.

ou em escolas aumentou de 49,1% para 53,0% entre 2016 e 2018. Por outro lado, no último ano, 55,8% das crianças brancas de 0 a 5 anos de idade frequentavam creche ou escola.

Apesar das diferenças regionais existentes no país em relação às taxas de matrículas na Educação Infantil, os índices do Rio Grande do Sul garantiam a 4ª posição do *ranking* nacional na Educação Infantil, entre os anos de 2016 e 2017, conforme aponta o estudo intitulado ‘Radiografia da Educação Infantil no Rio Grande do Sul’ (RIO GRANDE DO SUL, 2017). Em dados referentes a 2018, a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches em Porto Alegre foi de 35,1%, enquanto no Amapá e em Manaus foram, respectivamente, 10,8% e 14,2%. Em outras palavras, as diferenças e as desigualdades no país, especialmente entre o Sul/Sudeste e o Norte, eram marcantes. Estudo subsequente divulgado pelo TCE/RS em 2019 indicou que a taxa de atendimento educacional de crianças de 0 a 3 anos passou de 28,05% (2013) para 36,67% (2019) no estado do Rio Grande do Sul, e de crianças de 4 a 5 anos passou de 68,01% (2013) para 87,72% (2019).

Ao apresentar as diferenças entre os índices de cada região do país, visou destacar que, apesar de o Rio Grande do Sul e, particularmente, o município de Porto Alegre terem um dos melhores índices do país em relação ao percentual de crianças matriculadas em creches, a discussão sobre a redução da desigualdade educacional no Estado em relação às crianças de 0 a 5 anos de idade perpassa não só a qualidade dos estabelecimentos de ensino, mas também a própria oferta de vagas. As três mesorregiões¹⁰ do Rio Grande do Sul com maior índice de pobreza infantil e maior concentração de renda eram, não coincidentemente, as que tinham as menores taxas de atendimento na Educação Infantil (RIO GRANDE DO SUL, 2017).

A oferta de vagas na Educação Infantil em Porto Alegre acontecia por meio de duas modalidades: a rede municipal, formada por 36 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e por sete Jardins de Praça; e as mais de 200 escolas comunitárias de Educação Infantil parceiras e conveniadas (2022)¹¹. Ambas as modalidades conformavam as instituições estatais que ofertavam vagas para a população. O número das escolas consideradas como estatal – modelo aplicado hoje a quase todos os estabelecimentos na cidade – havia crescido nas últimas gestões políticas, a partir da publicação de editais de chamada pública de conveniamento para instituições da sociedade civil interessadas na parceria com a prefeitura. Especialmente desde

¹⁰As mesorregiões são componentes da Divisão Regional do Brasil, conduzida pelo IBGE, que congregaram diversos municípios de uma área geográfica de um estado brasileiro com similaridades econômicas e sociais. Segundo divisão definida pelo IBGE, o Rio Grande do Sul possui sete mesorregiões: Nordeste Rio-grandense; Noroeste Rio-grandense; Centro Ocidental Rio-grandense; Centro Oriental Rio-grandense; Metropolitana de Porto Alegre; Sudoeste Rio-grandense; e Sudeste Rio-grandense.

¹¹ Tais informações a respeito da rede pública e conveniada da prefeitura estão disponíveis no site da Secretaria Municipal de Educação, estando disponíveis no *link*: <http://bit.ly/3Ngk12K>. Acesso em: 18 jul 2019.

o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil¹², discutem-se formas que disciplinam as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação.

Apesar de a cobertura de vagas no município de Porto Alegre ter bons indicadores em relação ao território nacional, os conselheiros tutelares da região do bairro Partenon fazem parte desse contexto como profissionais que sinalizavam constantemente a importância de se redobrar a atenção às crianças *que mais precisam*, a fim de que elas não permanecessem sem acesso às vagas da rede.

1.3 A CENTRALIDADE DO CONSELHO TUTELAR NA PROCURA POR VAGAS

O Conselho Tutelar – administrado por representantes da sociedade civil, e concebido para agilizar e prestar atendimento não jurisdicional¹³ – compõe, entre outros órgãos e serviços, um sistema para garantir direitos para a infância, possibilitando-se uma intervenção social que retire da alçada da justiça e da polícia os casos relativos à luta por direitos e por assistência (SCHEINVAR, 2012). Ao Conselho Tutelar somam-se: o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente; o Fundo para a Infância e Adolescência; o Juizado da Infância e Juventude; a Promotoria Pública; os órgãos públicos; e as redes de entidades de atendimento que executam serviços para a população em geral.

Ao fazer pesquisa no tocante à atuação do Conselho Tutelar no final da década de 1990, Ribeiro (2009) entende a dinâmica entre as leis e as práticas como parte de processos socioculturais de produção de sujeitos, que evidencia paradoxos do sentimento da infância expresso contemporaneamente, ora por meio dos direitos das crianças, ora por meio da ideia de minoridade. A discussão proposta pela pesquisadora revelou que a diversidade de atuações do

¹² O novo Marco Regulatório Legal foi estabelecido por decreto que regulamenta a aplicação no município da Lei Federal n. 13.019/2014, a qual estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação, a partir da promessa de, além de conferir a devida segurança jurídica para as entidades, garantir maior transparência na prestação de serviços, com critérios voltados à entrega de resultados (BRASIL, 2014). De acordo com informações provenientes do endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Educação, as principais mudanças em relação ao modelo anterior, baseado na Lei n. 8.666 (que regula as licitações) são: necessidade de chamamento público pelo poder público; elaboração de plano de trabalho pelas entidades; criação de comissões de monitoramento e avaliação para fins de fiscalização do serviço conveniado; e prestação de contas. Por agora, o novo Marco Regulatório é importante para entender como se dá a oferta de vagas na Educação Infantil no município e para reunir um conjunto de aspectos importantes para a análise desta tese. Todavia, reitero que ele será discutido, com detalhes, no capítulo 4.

¹³ Atendimento não jurisdicional consiste em atendimento em etapa não judicial. Ao tomar conhecimento de dado acontecimento, o Conselho Tutelar pode acionar os demais órgãos e as instituições competentes, a partir de expedientes administrativos.

Conselho Tutelar em cada município se deve ao fato de se tratar de um órgão público sob responsabilidade do Poder Executivo municipal, que é subordinado administrativamente às prefeituras (RIBEIRO, 2009).

Nos últimos anos, pesquisas têm evidenciado certo distanciamento dos Conselhos Tutelares em relação ao seu objetivo inicial, tornando-se cenário de queixas e de disputas entre os agentes (RIBEIRO, 2009; RODRIGUES; CRUZ, 2010; SCHEINVAR, 2018; RIFIOTIS; RIFIOTIS, 2019). Esses trabalhos, situados entre as áreas da Antropologia e da Psicologia, têm demonstrado como a atuação do Conselho Tutelar se situa entre uma importante instância de cuidado, mas também de registro do controle social (RIFIOTIS; RIFIOTIS, 2019). Em artigo que versa sobre as experiências de jovens egressas de serviços de acolhimento institucional no sul do Brasil, Cruz (2015) discute como o Conselho Tutelar era acionado pelas jovens em diversas situações, mas, sobretudo, nas relações de cuidado que as jovens estabeleciam com os filhos. Cruz (2015) recupera o caso de uma jovem que, diante da resistência da Secretaria de Educação e da própria escola em realizar a matrícula do filho, fez uso do poder de vigilância do Conselho Tutelar para negociar a vaga.

A pesquisa de Cruz (2015) é relevante aqui para entender como diversas instituições podem ser pressionadas para que se tenha acesso à vaga. O Conselho Tutelar, que nasceu com propósito de vigiar as famílias, pode também ser lugar de denúncia contra as instituições que se negam a garantir uma vaga na Educação Infantil (CRUZ, 2015). Partindo dessa mesma inserção etnográfica e considerando o Conselho Tutelar como uma tecnologia de governo no sentido foucaultiano¹⁴, Rifiotis e Rifiotis (2019) revelam como as adolescentes para as quais se destinam tais políticas as avaliam, com base nas relações que assumem com o Conselho Tutelar, não só no momento da institucionalização, mas também no fluxo do tempo, inclusive quando se tornam mães.

No entanto, meu interesse nesta tese se esquivava dos debates usuais sobre os conselheiros – se eles desempenham um papel mais protetor ou mais repressor. Apesar de entender como as duas atuações podem se manifestar no cenário em questão, acentuo, nessa análise sobre o acesso à Educação Infantil, o papel dos conselheiros na promoção dos direitos básicos das crianças e das famílias. Essa ênfase se deve ao fato de que, dada a distância entre aquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) prega como tese e aquilo que ocorre na realidade,

¹⁴ Para os autores, a análise do Conselho Tutelar como uma tecnologia de governo, no sentido foucaultiano, consiste em considerá-lo como um conjunto múltiplo de estratégias, de táticas, de saberes, de instituições, de normativas, de procedimentos, de análises e de reflexões que permitem governar e objetificar sujeitos, práticas sociais e moralidades (RIFIOTIS; RIFIOTIS, 2019).

os conselheiros são constantemente chamados a responder a demandas concretas por uma gama de direitos negados. Logo, as *representações* realizadas pelos conselheiros se tornam uma importante ferramenta de análise para se refletir sobre representação da demanda e representação do direito (GONÇALVES; BRITO, 2011).

1.3.1 As representações

O discurso de comprometimento dos conselheiros do bairro Partenon e a intenção de fazer a diferença na vida dessas crianças, garantindo-se os direitos de frequentar a creche e a pré-escola, eram a mola propulsora para se abrir um expediente. Os conselheiros denominavam expedientes como o conjunto de documentos referentes a cada caso iniciado no Conselho Tutelar, independentemente da natureza. Tais expedientes eram ‘abertos’ – expressão utilizada pelos conselheiros para dar início ao atendimento – a partir de uma folha de cadastro padrão elaborada pelo próprio conselho, em que constava a identificação da mãe e da criança. O cadastro, preenchido à mão pelos próprios conselheiros, se aplicava tanto ao requerimento de vaga quanto aos demais casos no Conselho Tutelar. Tratava-se de uma espécie de processo padrão de controle interno, ‘aberto’ no nome da mãe para facilitar a localização da ficha no dia a dia de trabalho¹⁵.

Em casos de solicitação de vagas de um segundo ou de um terceiro filho, por exemplo, a documentação da criança era apenas anexada ao primeiro expediente. Essa forma de organização – após várias tentativas – foi escolhida para facilitar o acesso dos conselheiros a todas as informações referentes à família. Desse modo, poderiam ter uma visão mais ampla do contexto familiar no qual aquela criança estava inserida. Sob a justificativa de *atuação do conselho quando uma vez provocado pela comunidade*, dava-se início a um procedimento que os conselheiros denominaram de *representação*.

Ao se acionar o Conselho Tutelar, o primeiro passo consistia em enviar um ofício de solicitação de vaga para a SMED com os dados da criança e com uma cópia da identidade da

¹⁵ O procedimento de abrir os expedientes no nome da mãe teve início na primeira gestão da chapa no conselho. Na gestão anterior, os expedientes eram abertos no nome da criança, o que causava uma demora até descobrirem que, em caso de irmãos, por exemplo, se tratava de casos no interior da mesma família. O conselheiro relatou o exemplo de uma avó que esteve no conselho e fez requisições de 8 vagas para os netos, explicando que, caso os expedientes fossem abertos no nome da criança, demoraria muito tempo até descobrir que as crianças tinham a mesma responsável. Nesses casos, a prioridade era pleitear uma nova vaga para os irmãos na mesma instituição, ou em instituições próximas uma da outra, para que a mãe não tivesse de se deslocar para dois lugares diferentes com crianças pequenas. A partir de terem de lidar com casos parecidos como esses, a nova chapa decidiu conjuntamente que todos os conselheiros adotariam o procedimento de abrir os expedientes no nome da mãe e/ou responsável.

mãe anexada ao documento. Após o envio do ofício, o próximo passo seria aguardar uma resposta da SMED a respeito da disponibilidade de vaga. Nesse primeiro momento, o retorno positivo da SMED ao Conselho Tutelar acontecia por meio de ofício que indicava a instituição na qual a família deveria, com urgência, realizar a matrícula para garantir a vaga. Mesmo que o ofício com a indicação da vaga fosse descrito pelo conselheiro como *uma situação cada vez mais difícil*, os conselheiros reforçavam que, apesar de existir essa possibilidade, o mais comum era lidar com a resposta negativa para a vaga. Realizar uma *representação* para os conselheiros dizia respeito não apenas a *cumprir um ritual burocrático*, mas também a enviar uma solicitação da vaga, via ofício, para se *configurar a negativa de garantia do direito à vaga*.

Ao *representar* o caso, o conselheiro anexava a resposta da SMED e os demais documentos daquela criança a um modelo de ofício¹⁶, enviando-o para a Defensoria Pública. A representação era anexada à ação civil pública¹⁷ já existente, solicitando-se a intervenção no município para a garantia de direitos, conforme artigo 54, inciso IV, do ECA (BRASIL, 2016). Em seguida, a ação era encaminhada para a 1ª Vara da Infância e da Juventude, de modo que o juiz responsável decidisse sobre o deferimento ou o indeferimento da ação e encaminhasse a decisão para a Secretaria Municipal de Educação para que se fizesse cumprir a sentença.

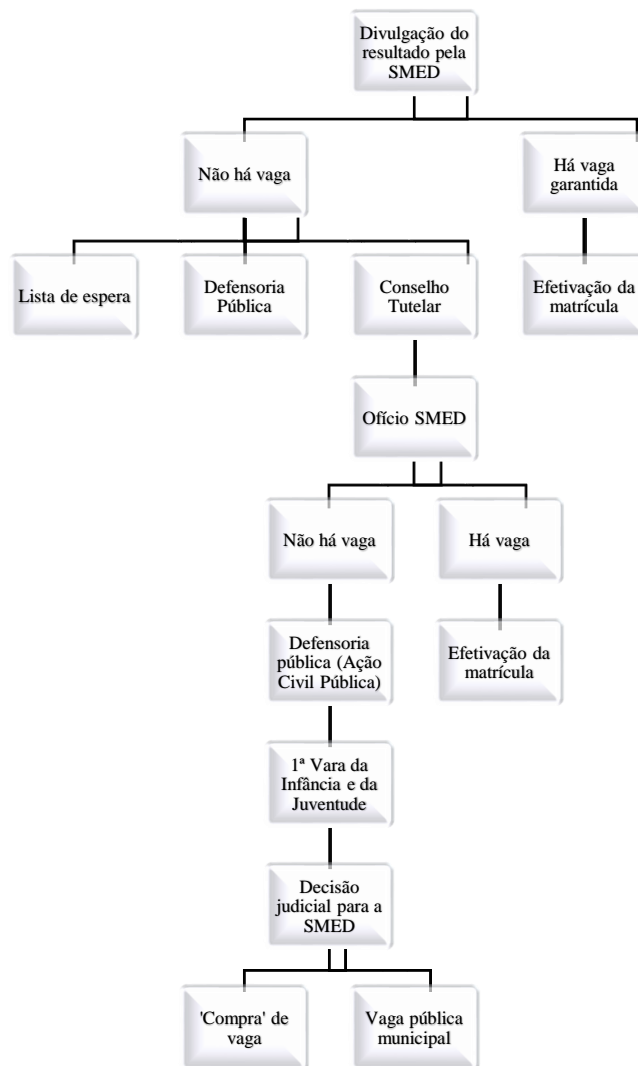
Dessa maneira, as decisões judiciais obrigavam a SMED a disponibilizar a vaga. Contudo, em função da alta procura e da baixa disponibilidade de vagas nas creches municipais e conveniadas, a alternativa adotada tem sido *comprar vagas* em instituições privadas. Ou seja, depois de proferida a decisão no Judiciário de garantia da vaga, as famílias eram informadas de que deveriam apresentar, em período previamente determinado, três orçamentos de instituições de livre escolha para a realização da matrícula da criança. Portanto, a *compra de vagas* era a alternativa mais comum para os casos levados à Justiça, uma vez que dificilmente havia vagas disponíveis em creches municipais após a divulgação do resultado das inscrições. Após a

¹⁶ O modelo do ofício enviado à Promotoria Regional de Educação foi criado por esses conselheiros tutelares, que informam que o município não tem cumprido com a sua atribuição de assegurar atendimento em creche e em pré-escola para aquela família.

¹⁷ Uma ação civil pública é um instrumento processual, previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e em normas institucionais, de que podem se valer o Ministério Público e outras entidades legitimadas para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. O objetivo da ação civil pública é o direito de postular a tutela jurisdicional dos interesses individuais e de buscar soluções para os conflitos de interesse de um número indeterminado de pessoas que, apesar de terem diversos interesses, se encontram em um interesse em comum, indivisível a todos deste grupo. De acordo com informações no site da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, a defensoria ingressou com uma ação civil pública, postulando a garantia de vagas a todas as crianças de zero a cinco anos. Desde então, a defensoria tem ingressado com ações individuais para obrigar o município a ofertar vagas na rede pública ou conveniada. Paralelamente às negociações que ocorrem entre o Município e a Defensoria Pública, para tentar solucionar o problema, a Justiça gaúcha passou a aplicar multa de R\$50 por dia por descumprimento em cada processo individual ajuizado em favor das crianças que buscam uma vaga na rede. Para mais informações, sugiro consultar: <http://bit.ly/3zlKiqu>. Acesso em: 2 jun 2022.

apresentação dos orçamentos, o município *comprava uma vaga* por um período não superior a 4 meses nas instituições previamente indicadas pelas famílias. Passado esse tempo, muitas mães precisavam recomeçar o processo e retornar ao Conselho Tutelar para uma nova *representação*, por não terem condições financeiras de dar continuidade ao pagamento das mensalidades e/ou às contribuições para além do período estabelecido. Depois da apresentação do passo a passo das *representações*, apresento na figura 2 uma visualização do processo:

Figura 1. Fluxograma das representações



Fonte: Elaboração da autora

O cenário apresentado até o momento indica que o que está em jogo é o acesso a uma vaga em creche gratuita e de qualidade, tal como reza a CF/1988, ao prever que o dever do Estado será efetivado mediante a garantia de gratuidade na Educação Básica, assim como em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos (BRASIL, 2016). Logo, a análise neste capítulo sobre o trabalho das *representações* realizado pelos conselheiros tutelares evidencia os

primeiros passos de um amplo e crescente processo de judicialização do direito à Educação Infantil, que passou a ser uma das principais políticas públicas a receber intervenção do Poder Judiciário e do Ministério Público (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Em reportagem divulgada pelo jornal Zero Hora Gaúcha em maio de 2022, havia 2.680 processos tramitando no 1º Juizado da Infância e Juventude que solicitavam vaga na rede municipal, correspondendo a 70% do total das ações em curso¹⁸. O esforço dos conselheiros em conduzir todos os casos para a esfera judicial nos remete ao desafio de se discutirem a judicialização na Educação Infantil e os possíveis efeitos decorrentes da chegada das *representações* no judiciário. Nesse sentido, Callegari (2017, p. 67-68) analisa que

se de um lado é crescente a pressão social pelo acesso a creches, por outro lado os municípios, aos quais a constituição atribui essa responsabilidade, não têm sido capazes de expandir sua rede em velocidade suficiente para atender a demanda. Nessa luta do “rochedo contra o mar” encontra-se a atuação do poder judiciário.

1.4 A CHEGADA AO JUDICIÁRIO

Em abril de 2018, o Jornal Correio do Povo publicou uma reportagem intitulada ‘Falta de vagas em creches lidera as ações judiciais’, com base nos resultados de um estudo sobre a judicialização da Educação Básica no Brasil. A reportagem mostrou que as principais causas de ações civis públicas na justiça envolviam tanto a busca por vagas em creches quanto os pedidos de oferta de atendimento em creches e pré-escolas de forma ininterrupta durante o período de recesso escolar.

A questão das vagas tem sido objeto de demandas judiciais crescentes, ajuizadas, especialmente por ministérios públicos estaduais, por defensorias públicas e pelas próprias famílias, refletindo-se a intensa demanda no estado do Rio Grande do Sul sobre a pauta. Em informações divulgadas pelo Gaúcha Zero Hora em reportagem de abril de 2022¹⁹, o número de crianças na fila por uma vaga em creche no início do ano letivo chegava a 5,8 mil crianças, o que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, principalmente após o período em

¹⁸ Presumo que a pandemia do SARS-COVID também impactou na judicialização da Educação Infantil no estado, evidenciando uma questão que já era crescente no município. Em reportagem de abril deste ano, o jornal Gaúcha Zero Hora divulgou a informação que, nos primeiros quatro meses de 2022, a Defensoria Pública de Porto Alegre registrou 1,4 mil novos casos de busca de vagas, um número 75% maior que o observado nos anos anteriores – quando a média de atendimentos era de 800 agendamentos. Para detalhes, sugiro consultar: <http://bit.ly/3SyVabx>. Acesso em: 29 maio 2022.

¹⁹ Disponível em: <http://bit.ly/3SyRneG>. Acesso em: 29 maio 2022.

que as creches e as pré-escolas ficaram fechadas devido ao isolamento físico decorrente da pandemia.

A chegada desses casos na justiça nos obriga a refletir sobre a judicialização, expressão que busca contemplar a crescente utilização do sistema de justiça para conseguir acessar direitos previstos na legislação e para resolver conflitos presentes na organização da vida social (DEBERT; GREGORI, 2008). Dessa maneira, voltamos nossa atenção para refletir sobre como a judicialização evidencia não apenas a centralidade do Direito como regulador da vida social (RIFIOTIS, 2017), mas também como a judicialização das relações sociais e a sua centralidade no cenário político atual devem ser entendidas como uma matriz de inteligibilidade em e para outros contextos (CRUZ, 2015), transcendendo-se a ideia de se configurar como mero contexto que tão somente articula formas específicas de atores, eventos e práticas sociais.

A discussão sobre a judicialização da Educação Infantil evidencia alguns aspectos em comum que têm sido apontados nos últimos anos tanto por pesquisas sobre a judicialização da saúde no Brasil (BIEHL; PETRYNA, 2016; BIEHL, 2016; PEDRETE, 2019; FREIRE, 2017) quanto pela produção antropológica relativa à atuação de defensorias públicas que tematizam a assistência jurídica no âmbito da saúde (FONSECA, 2010; BIEHL, 2015).

A judicialização tornou-se, em grande medida, um caminho alternativo para as pessoas acessarem os cuidados de saúde quando os mecanismos administrativos falham, podendo, na verdade, servir como instrumento para responsabilizar o Estado por infraestruturas disfuncionais (BIEHL, 2016). Até mesmo porque a judicialização consiste em uma resposta burocrática dada pelo poder público diante das demandas de direitos que chegam ao judiciário, em vez de redefinir uma resposta definitiva, seja por vagas na Educação Infantil, seja por acesso a medicamentos e ao sistema de saúde no país. Ao mesmo tempo, tanto os cidadãos quanto os conselheiros demonstram uma crença no sistema de justiça como algo que, em alguma medida, pode oferecer uma solução para as nossas demandas.

Diante do crescente número de ações referentes à procura por vagas no município, decidi que também seria importante conversar com representantes do Ministério Público ou da Defensoria Pública, com vistas a entender melhor o destino das *representações*. Por indicação de um dos conselheiros, conheci a promotora de justiça da Promotoria Regional de Educação no início de 2019, período em que a pesquisa já não estava tão concentrada no Conselho Tutelar. Ao ter uma rápida e informal conversa em sua sala na sede do MP/RS (Ministério Público do Rio Grande do Sul), a profissional explicou que o modelo de oferta de vagas em Porto Alegre refletia uma oferta pública direta muito pequena, ou seja, eram poucas as escolas municipais,

de modo que a maioria das vagas eram ofertadas por instituições que firmavam parcerias com o município por meio de convênios.

Em nossa conversa, a promotora explicou que o MP, ao trabalhar com a pauta de vagas na Educação Infantil, partia principalmente de uma atuação mais ampla na discussão com os gestores (SMED), tanto para induzir políticas de oferta da Educação Infantil para todas as crianças em etapa obrigatória (4 a 5 anos) quanto para ampliar vagas em creches para crianças entre 0 a 3 anos até 2024, conforme prazo estabelecido pelo PNE. Por essa razão, não cabia ao MP o ajuizamento de ações individuais (*representações*), e os casos deveriam ser diretamente encaminhados para a Defensoria Pública. De posse da documentação, os defensores públicos davam início ao ajuizamento da ação individual, que era anexada à ação civil pública já existente, e se tornavam *os advogados das famílias*.

A promotora revelou que, por isso, a prioridade naquele momento não era apenas com a vaga em si, mas também com o compromisso de exigir que os espaços destinados a todas as crianças dessa faixa etária cumprissem com os requisitos exigidos para o seu pleno funcionamento, não se configurando como um lugar onde as crianças *passariam o tempo*.

As mais de 2.500 ações judiciais individuais relativas às vagas na Educação Infantil propostas pela Defensoria Pública foram determinantes para a proposição de uma ação pública coletiva, a fim de lidar com os direitos individuais semelhantes. Ao realizar uma conversa exploratória em outubro de 2018 com o defensor público responsável por esses casos, ele me informou que a ação pública coletiva tinha duas vantagens importantes. A primeira consistia na própria ação em si, que intentava abarcar o maior número de pessoas com a mesma demanda; ao passo que segunda dizia respeito ao tempo do julgamento da ação e da subsequente determinação judicial, visto que, ao liberar a vaga em até 30 dias, se evitava que as crianças ficassem mais tempo sem a matrícula.

A opinião do defensor público sobre as vantagens de uma ação civil pública tem encontrado divergências entre os conselheiros tutelares, que explicavam uma resistência no caráter coletivo da ação a partir de dois aspectos. O primeiro estaria relacionado à demora das decisões dos processos em função do alto número de casos; enquanto o segundo estaria ligado à suposta homogeneização dos casos, que, na visão de um conselheiro, *desconsiderava aspectos particulares da realidade de cada família e acabavam diluídos na ação pública*. Para esse conselheiro, o prazo de decisão de 30 dias pouco condizia com a realidade que ele observava, uma vez que, além do alto número de ações, a espera pela decisão judicial também incluía o retorno dos orçamentos realizados pelas famílias para a concretização das matrículas e a inclusão da criança nas instituições.

Ao contrário do que já acontecia antes, a ação civil pública dispensava solicitar ação individual para se conseguir a vaga, sendo necessário apenas se habilitar na ação civil pública já existente e realizar os procedimentos já mencionados na seção anterior. Dessa forma, tanto os casos que eram oriundos da Defensoria Pública quanto os que eram encaminhados pelas *representações* do Conselho Tutelar passavam a ser automaticamente incluídos nessa ação. Em muitas de nossas conversas, os conselheiros expressavam o temor de que os casos fossem demorar ainda mais para tramitar, atrasando-se a inclusão das crianças nas creches e nas escolas. Esse temor nos aproxima do que Rifiotis (2017) discute em relação aos desdobramentos da judicialização, que, em certo sentido, esvazia a experiência vivencial dos sujeitos, focalizando-se apenas a esfera dos direitos violados, e não as pessoas.

1.4.1 Entre custos e benefícios da judicialização

A intensa mobilização das famílias que procuravam a justiça para garantir direitos aponta para alguns dilemas da judicialização, com o destaque para a discussão sobre a compra de vagas, que merece uma análise mais detalhada. Para a promotora, um dos problemas da judicialização era *a pressuposição da prestação de serviços ou a determinação de que outra pessoa a cumprisse*. Dessa forma, como as vagas nas creches municipais estavam indisponíveis e a ação judicial não resultava na criação imediata de uma nova vaga, a compra de vagas em instituições particulares surgia como solução possível. Sendo assim, a decisão judicial implicava a cobrança do judiciário para que o executivo pudesse arcar com os custos de uma vaga na rede privada. Ou seja, a promotora apontava que o primeiro efeito da judicialização estava relacionado ao patrimônio público, uma vez que o custo da vaga para o Estado podia ser maior, porque dependia da escolha dos três orçamentos apresentados pelas famílias ao juiz, que nem sempre eram os mais adequados para as contas públicas, podendo ultrapassar os custos já estabelecidos para o repasse de verba (por aluno) aos convênios.

As posturas do defensor público e da promotora dialogam quanto à atuação do judiciário sobre a demanda de vagas. Ambos compartilhavam o entendimento de que a responsabilidade com os gastos com as creches conveniadas deveria ser da Secretaria Municipal de Educação (SMED), não devendo ser transferida para as famílias que, em muitos casos, não tinham condições de pagar sequer *contribuições simbólicas*. A compra de vagas também revelava certa ironia do sistema judicial, que, por um lado, obrigava o município a pagar pela vaga em outras instituições que não estavam necessariamente ‘de acordo’ com as normas e com as legislações previstas pela SMED, mas que estavam mais próximas das famílias e, por isso, configuravam-

se como opções; por outro, tal compra era passível de fiscalização e sujeita a sanções (multas, cobranças de adequações, proibições de funcionamento, interdição das atividades).

A responsabilização do judiciário em lidar com a demanda de vagas na Educação Infantil refletia três questões importantes. A primeira diz respeito ao conflito entre o Judiciário e o Executivo sobre a pauta no município, uma vez que o Judiciário acabava administrando legalmente a questão, sem que isso necessariamente resultasse em um futuro comprometimento da SMED com a resolução da problemática relativa à oferta de vagas na cidade.

A segunda questão revela como a ação judicial nem sempre contemplava a *criança que mais precisava*, como diziam os conselheiros, uma vez que não eram todas as famílias que decidiam *ir até a justiça*, como opção de garantia da vaga. O investimento em uma ação judicial demandava que as mães, em grande maioria, enfrentassem um caminho longo que incluía: visitar o Conselho Tutelar e a Defensoria Pública; identificar creches e escolas com vagas disponíveis; realizar os três orçamentos; reunir todos os documentos necessários; e, por fim, aguardar pela resposta. Mesmo cientes de que a justiça tem sido uma alternativa cada vez mais procurada entre conhecidos, parentes e vizinhos, muitas mães ainda vivenciavam problemas relacionados à disponibilidade de tempo, ao acionamento de rede de apoio para os cuidados com as crianças e à existência de recursos financeiros para acionar a justiça. Os conselheiros eram precisos em comentar que a grande ironia dessa situação era que, em certos casos, as mães mais necessitadas (conforme critérios oficiais) não eram as que recebiam uma vaga, e sim as mais persistentes.

Por fim, a terceira questão consiste em considerar que a judicialização evidenciava uma crescente burocratização. Ademais, é fundamental pensarmos nos desdobramentos pós-decisões judiciais, bem como nos efeitos e nas mediações que surgem a partir daí. Até mesmo porque a decisão judicial obriga que o município arque, por um período de até 4 meses, pela compra da vaga. Após esse período, muitas famílias necessitavam acionar uma nova ação na justiça, a fim de garantirem o pagamento e a permanência dessa criança na pré-escola, o que fazia com que tais famílias retornassem para o fim da fila de espera em outras escolas.

Assim, ao discutir sobre iniciativas, como as *representações*, aproximo-me da análise de Pedrete (2019) no que tange àquilo que denominou processos de ‘justicialização da saúde’, que consiste no modo como o conjunto de ações, de estratégias e de juízes envolvidos na judicialização da saúde no Brasil se mostra em crescente institucionalização e burocratização. Nesse capítulo, demonstrei que a iniciativa do Conselho Tutelar, mediante a experiência das *representações*, pode evidenciar complexidades, moralidades, ambiguidades e contradições que envolvem as atuações de diversas instituições estatais. Nesse sentido, na análise até aqui

empreendida, considero que está em jogo não apenas a discussão pela vaga sobre *entrar na justiça* ou *levar para o judiciário*, mas também a reflexão sobre a própria burocratização do Conselho Tutelar e sobre a estratégia de conceber a *representação* como reflexo do comprometimento com a demanda das vagas.

O fato de os conselheiros recorrerem à justiça para que se cumpra o direito de acesso à creche não significa necessariamente a inexistência de tensões e de disputas sobre a atitude mais adequada a ser tomada por juízes, defensores e promotores. No caso das ações judiciais que solicitam a vaga, há um “enfrentamento microscópico dos efeitos perversos da judicialização” (RIFIOTIS, 2017, p. 33) diante de uma luta dos conselheiros que, sem perspectiva, se multiplica. Ou seja, a demanda e a crítica à judicialização coexistem (RIFIOTIS, 2017)

Independentemente das particularidades que compõem os possíveis efeitos da judicialização da Educação Infantil no país, a discussão evidencia que estamos diante do mesmo paradoxo observado nos estudos sobre a judicialização da saúde: o Judiciário defende e sentencia em favor dos ‘direitos formais’; o executivo não cumpre ou adia o cumprimento da decisão judicial, conforme as necessidades das famílias; e as demandas seguem sem efetiva resolução.

O aumento das judicializações e dos gastos do Executivo com a compra de vagas pode mobilizar o aumento da oferta pública de vagas, além de organizar a rede atenta à demanda. Embora a judicialização e a compra de vagas *desorganizem* o poder público municipal – como alertou a promotora – e levem ao risco de *furar a fila* – como os juristas em questão se referem –, a liberação de vagas por decisão judicial ainda tem sido uma forma possível de se garantir o acesso a matrícula para muitas crianças, mesmo que esse processo ainda reproduza desigualdades e exclua as famílias que mais precisem. No fundo, mesmo sem resultar em uma mudança definitiva, a formalidade na atuação do judiciário é uma alternativa que apresenta resultado.

1.5 CONSELHEIROS: O ELO DO SISTEMA?

Foi nosso propósito neste capítulo apresentar a trilha formal, descrita na legislação e nos documentos oficiais, que as famílias deveriam seguir para ter direito a uma vaga na rede de Educação Infantil. A *representação* surgiu como exemplo das complicações que emergiam na prática dos Conselhos Tutelares, criando-se impedimentos à realização do procedimento ideal. Contudo, esse não era o único entrave. Ao serem chamados a *pressionar o poder público*, os

conselheiros enfrentavam embates diários com o *sistema* (termo utilizado por eles próprios). O *sistema* era composto por uma rede de instituições e de profissionais – Secretaria Municipal de Educação, Promotoria Regional de Educação, Coordenadorias Regionais de Educação, juízes, delegados, Conselho Municipal de Saúde e demais agentes – que se engajavam na rede de proteção e na garantia de direitos às crianças.

A reunião na Câmara Municipal narrada/descrita no início deste capítulo demonstrou algumas dificuldades que integravam o cotidiano de trabalho dos conselheiros relativo à pauta da Educação Infantil no município. As *representações* acionadas pelos conselheiros, como parte de um repertório de mobilizações diárias, evidenciavam as tentativas de se encontrar uma solução para o crescente número de mães que os procuravam diariamente em busca de uma vaga para os filhos. Com a discussão do trabalho sobre as *representações*, a judicialização surgiu, ao mesmo tempo, como solução e entrave para a garantia do direito. O fluxo de mães, de documentos e de informações entre os diferentes espaços institucionais resgatou a importância desses personagens como mobilizadores do funcionamento do Estado e de suas instituições, ao mesmo tempo em que apontou para uma comunicação ineficiente entre os principais atores institucionais na gestão municipal, os quais seriam responsáveis por sanar o problema da falta de vagas na Educação Infantil.

A partir do comprometimento com casos particulares que batiam à porta, os conselheiros conseguiam mobilizar estratégias diversas, com o intuito de produzir algum efeito imediato na vida dessas famílias, conforme será discutido com mais atenção no capítulo 4. Muitos casos de mulheres e de famílias surgiam no dia a dia dos Conselhos Tutelares, configurando-se esse espaço como uma das alternativas possíveis na busca pela vaga e, para efeitos de pesquisa, como um dos lugares onde pude conhecê-las. Entretanto, esse não foi o único. No próximo capítulo, teremos acesso a parte das lutas de algumas mulheres/mães que conheci, adentrando nas diferentes camadas que envolvem a discussão sobre o acesso à vaga em Porto Alegre.

CAPÍTULO 2

AUMENTANDO A OFERTA DE VAGAS E EXPANDINDO A REDE DE CRECHES CONVENIADAS: ATÉ QUANTO AS FAMÍLIAS PODEM/DEVEM PAGAR?

Este capítulo apresenta as narrativas de algumas mães sobre os caminhos e as articulações em busca por uma vaga em creche para os filhos. As histórias que tomam forma, ao longo dessas páginas, resultam do encontro com essas mulheres, mães em dois momentos diferentes: na secretaria da creche municipal na semana de inscrições para novas vagas e no Conselho Tutelar. Após o período de realização das inscrições, a SMED divulgava os resultados e, somente a partir desse momento, as famílias davam início a outras mobilizações para realizarem a matrícula, que podiam envolver o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, a central de vagas da SMED e demais organizações.

Recupero que, ainda no Conselho Tutelar, eu já me interessava por seguir as mães, por chegar até as famílias, por refletir sobre as relações dessas mulheres com as creches e com os Conselhos Tutelares, e, principalmente, por saber como elas se articulavam no cuidado cotidiano com os filhos e na busca pelo acesso à creche. Foi a partir desses encontros que não ouvi apenas relatos sobre os múltiplos obstáculos que surgiam no caminho de quem procurava esse direito constitucional, mas também a aparente preocupação quanto ao pagamento das *contribuições*. Finalmente, emergiam, de forma cada vez mais nítidas, as hierarquias morais presentes na discussão sobre quem (des)merece a vaga, também referidas pelos conselheiros tutelares. Assim, nesse capítulo, parto da perspectiva das mães para discutir a respeito da problemática das *contribuições* às escolas conveniadas. Esse tema complexifica a análise sobre as hierarquias morais da vaga e amplia a discussão, na medida em que envolve o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Isso posto, é importante entender como a estratégia de parceria entre o poder público e o poder privado compõe um importante elemento para se discutir o caso das creches comunitárias de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que revela que os municípios isoladamente não têm conseguido atender às demandas da sociedade no que tange à Educação Infantil. Por um lado, os gestores defendem as parcerias com o terceiro setor, como possíveis saídas para os graves problemas sociais; e por outro, essas parcerias minimizam o atendimento ao direito social universal e de qualidade (PERONI; SUSIN, 2011), ao assumirem parte da responsabilidade do Estado. Nesse cenário, o terceiro setor abrange as organizações da sociedade civil não governamentais, que podem ser representadas por institutos, por fundações,

por entidades de classe, por associações profissionais e por movimentos sociais que estejam atuando em áreas sociais e colocando-se como executores de políticas públicas, haja vista que o Estado não responde. Com vistas a se aumentar a oferta de vagas na Educação Infantil em Porto Alegre, tais parcerias responsabilizavam os pais quanto ao pagamento das *contribuições*, desoneravam cada vez mais o Estado e barateavam o custo das políticas sociais.

Ao mesmo tempo em que recebem o repasse de verba pública, as creches comunitárias são mantidas pelas mensalidades, conhecidas como *contribuições*, cobradas dos responsáveis pelas crianças. Portanto, essas instituições transitam entre o *status* de propriedade estatal e de propriedade privada, apesar de conservarem o caráter público, pelo atendimento a uma política social de relevante interesse para a sociedade (PERONI; SUSIN, 2011). Devido à crescente crise financeira enfrentada pela administração do município nos últimos anos, a Secretaria Municipal de Educação e os gestores públicos têm optado pela ampliação das parcerias público-privadas como forma mais rápida de aumentar a oferta de vagas, em vez de investir na ampliação das escolas públicas municipais.

O aumento de investimento em creches públicas para a ampliação de vagas exigiria um demorado processo de licitação para a construção de novos espaços, a realização de concursos para professores e o custeio da manutenção dessas instituições. Já as creches conveniadas não implicariam necessariamente o investimento nesse tipo de infraestrutura. Por essa razão, a prioridade na expansão das creches comunitárias conveniadas surge como exemplo de parcerias público-privadas e reflete uma alternativa imediata para a oferta de serviços essenciais. Apesar de contabilizarem um valor de repasse de dinheiro público por aluno matriculado, tal forma demonstra melhores resultados em termos de custo-benefício para os gestores públicos.

Os primeiros convênios foram firmados na capital gaúcha em 1993. Os critérios foram instituídos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio da resolução n. 030/938²⁰, citada por Susin (2005), que definia os parâmetros e os princípios para a celebração dos documentos; e pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), em diálogo com as comunidades (PERONI; SUSIN, 2011). As creches comunitárias, ao assumirem parceria com a SMED, transformam-se em gestoras do serviço; e o poder público “busca neste setor social a suplementação do atendimento à infância, consubstanciando uma

²⁰ Esse documento se pautava no caráter educacional e político da Educação Infantil, com vistas à implementação de uma política municipal para a infância, bem como de melhorias qualitativas no atendimento às crianças nas creches comunitárias, por se tratarem de espaços de educação, de conscientização e de exercício da cidadania (SUSIN, 2005).

prática que promove o afastamento do município de Porto Alegre da ampliação da oferta da educação infantil pública e gratuita” (PERONI; SUSIN, 2011, p. 198).

De acordo com a página oficial da Secretaria Municipal de Educação em nota publicada em março de 2020²¹, já havia, em 2010, mais de 200 instituições comunitárias sem fins lucrativos conveniadas à SMED que integravam a rede pública não estatal do município. Na tentativa de aumentar o atendimento à demanda de vagas, apostando-se nas parcerias, a atual gestão seguiu a proposta do ex-prefeito Nelson Marchezan (PSDB), assinando o decreto que regulamentou a Lei Federal n. 13.019²² (BRASIL, 2014). Em vigor desde 2017, essa lei, também conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil²³, dispõe sobre as parcerias entre as entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvem ações de interesse público, ao atuarem nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia (BRASIL, 2014). É esse documento que estabelece orientações sobre a regularização e o credenciamento das instituições privadas (particulares, em sentido estrito, comunitárias, confessionais e filantrópicas) de Educação Infantil junto ao Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre.

Com a definição das novas regras, foram alterados tanto a forma do repasse da verba – agora, cada instituição receberia um valor de acordo com o número de crianças atendidas – quanto os valores, que passaram a ser fixados (ainda por aluno) em conformidade com a renda na localidade da creche, como podemos observar no quadro 1:

Quadro 1. Valores repassados em 2018 e 2019, por região, em Salários Mínimos (SM)

Região	Valores repassados em 2018	Região	Valores repassados em 2019
Região com Alta Vulnerabilidade (até 3 SM)	R\$ 472,50	Região com Alta Vulnerabilidade (até 3 SM)	R\$ 525,00
Região com Média Vulnerabilidade (de 3 a 5 SM)	R\$ 461,25	Região com Média Vulnerabilidade (de 3 a 5 SM)	R\$ 512,50
Região com Baixa vulnerabilidade (mais de 5 SM)	R\$ 450,00	Região com Baixa vulnerabilidade (mais de 5 SM)	R\$ 500,00

²¹ Para obter mais informações, recomendo a consulta ao sítio: <http://bit.ly/3EobSgh>. Acesso em: 28 ago 2019.

²² A Lei n. 13.019/2014, mais conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, institui normas gerais para as parcerias que possam envolver transferências de recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (BRASIL, 2014). Publicada no dia 31 de julho de 2014, com vigência a partir de 1º de novembro de 2014, a Lei foi alterada pela Medida Provisória n. 658, no dia 29 de outubro de 2014, que derogou o início da vigência da lei para o dia 27 de julho de 2015. Por fim, a Lei n. 13.204/2014 alterou o início da vigência para os municípios para janeiro de 2017 (BRASIL, 2015).

²³ Disponível em: <http://bit.ly/3NfOxcI>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre²⁴

Além das alterações nas regras de repasses de verbas por aluno nas instituições parceiras, é importante salientar que o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil proíbe a cobrança de mensalidades às famílias. Entretanto, como vimos anteriormente, a vaga que deveria ser gratuita acaba não sendo, uma vez que as famílias, ao matricularem os filhos nas creches conveniadas, são orientadas a pagar uma *contribuição* mensal. Na prática, a legislação vigente não impediu que as instituições comunitárias continuassem a cobrar o que denominam de *contribuição espontânea*, sob a justificativa de que o dinheiro do repasse não era suficiente para arcar com todas as despesas, tampouco para cumprir com todas as exigências do convênio.

Contudo, havia outro problema que acompanhava a terceirização dos serviços de Educação Infantil: a demanda por instituições ‘de qualidade’. Postulantes ao *status* de creche conveniada deveriam atender às exigências estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação (CME/POA). Entre os documentos exigidos constavam: certificado comprobatório de cadastramento, Projeto Político Pedagógico, Projeto de Formação Continuada dos Profissionais, Regimento Escolar, Planta de Situação, localização da instituição e Plantas baixas do prédio.

Assim, não é nada surpreendente que, apesar de o novo Marco Regulatório já estar vigente desde janeiro de 2017, a prefeitura tenha proposto em dezembro do mesmo ano a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a todas as instituições que não haviam preenchido alguns dos requisitos necessários para o credenciamento²⁵, com vistas a não comprometer o atendimento à população, até que as novas exigências fossem adaptadas a esses espaços. Para dar início ao processo de adoção do novo marco, a SMED credenciou as organizações que já prestavam serviços para a população, sendo dispensadas do novo chamamento público, em princípio, por até dois anos. Ao final desse prazo, as instituições que não estivessem de acordo com as novas exigências poderiam ter os termos do convênio revistos. Nessa situação, essas instituições teriam de se submeter a nova chamada pública.

²⁴ Disponível em: <http://bit.ly/3zTxRTh>. Acesso em: 9 jul. 2021.

²⁵ Para não interromper o serviço de atendimento à população, a prefeitura optou pela assinatura do TAC, que estabeleceu que as organizações sociais teriam um prazo de seis meses para regularizar todas as certidões exigidas pela legislação. Caso isso não acontecesse, o termo de colaboração não poderia ser renovado. Para mais informações, sugiro consultar o *link*: <http://bit.ly/3FjNLK0>. Acesso em: 9 jul. 2021.

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA QUESTÃO DE CUSTOS

No Conselho Tutelar, por diversas vezes, Tatau chamava a atenção para o que ele denominava de *a polêmica do novo Marco Regulatório*, visto não imaginar que instituições conseguiriam, de fato, se manter em pleno funcionamento. Apesar de o conselheiro expor a opinião de que *as instituições deveriam ter se organizado antes para se adequar às novas exigências*, Tatau justificou a sua preocupação justamente por conhecer de perto a situação de precariedade enfrentada por algumas creches. Com o novo modelo de parceria com a prefeitura, ele visionava um alto risco de essas instituições *acabarem fechando as portas*, de forma que apenas as *grandes instituições* tivessem condições de funcionar.

Essa preocupação era também compartilhada por Nira. Aos olhos de Nira e dos conselheiros, a discrepância entre as novas regras e o cenário atual das instituições era enorme, refletindo não apenas o desconhecimento que a prefeitura e os gestores públicos tinham das condições de funcionamento dessas instituições, mas também o descaso. Representava um descaso, pois, como insistia Tatau, comprometia a equidade da distribuição de vagas, bem como inviabilizava o acesso e a permanência das *crianças de vila* nas instituições conveniadas.

Ao encontrar com as mães durante a semana de inscrições para se pleitear uma vaga em creches da rede municipal, ouvi muitos relatos em torno da dificuldade de se manterem os filhos estudando em algumas creches conveniadas, em decorrência do valor das contribuições (que podiam variar entre 100 e 400 reais), dos gastos com fraldas, uniformes, agendas, alimentação, produtos de higiene pessoal, e do tempo e das despesas com transporte. *O pouco para alguns é o muito de outros*, era o que algumas delas falavam envergonhadas. Essa discussão a respeito das contribuições expõe não apenas uma preocupação das mães e dos conselheiros tutelares a respeito do acesso e da permanência das crianças em instituições conveniadas, mas também evidencia o jogo de moralidades que perpassa a lista de prioridades de distribuição sobre quem merece a vaga.

2.2 TRILHANDO O CAMINHO DAS VAGAS

Novembro de 2018. Era uma tarde muito quente em Porto Alegre, e a temperatura se intensificava na medida em que eu subia a pé pelas ruas acima, pelo bairro do Partenon, depois que descii do ônibus. A caminhada de quase 2 quilômetros sob sol intenso resultou em uma chegada esbaforida e úmida de suor. Foi naquele dia que conheci Joana, secretária de creche

municipal da região e responsável pelas inscrições de novas vagas – indicada e apresentada por Lucia Scalco, dessa vez, pelo telefone. Chegando à creche, tive de aguardar Joana completar o cadastro de uma mulher com uma criança de cerca de dois anos no colo, que sentada à frente da mesa que as separava. Elas estavam em uma salinha a alguns passos da porta de entrada da creche. Mesmo sentada no corredor do lado de fora, eu conseguia ver e ouvir o que acontecia do lado de dentro. Com uma sugestão de *Boa sorte*, elas se despediram, e a criança, que foi embora com a mãe, distribuiu beijinhos e acenos para todos que ficavam para trás.

Nossa primeira e amistosa conversa tinha um objetivo: acompanhar a semana de inscrições naquela creche, cujo prazo se encerraria na semana seguinte. Aos poucos, Joana ia me explicando no que consistia o seu trabalho, enquanto eu observava a sua rotina. Seus cabelos compridos e pintados de loiro combinavam com a pele clara e aparentemente cansada do ritmo de trabalho daquele período do ano. Imaginei que tivesse pouco mais de quarenta anos de idade, já que eu sabia que ela se dedicava àquela creche há mais de 13 anos. Atender com hora marcada, entre 9h e 17h, com intervalo de uma hora de almoço, tinha sido uma escolha pessoal para facilitar a rotina e evitar aglomerações de mães à espera, embora nada a impedisse de atender alguém que eventualmente chegasse à creche e não estivesse com horário agendado.

Aqui você vai encontrar cada coisa! Você viu como ela estava morrendo de sono? Deve ter acabado de acordar! E quem ajuda ainda é a avó, Joana dizia, minutos depois de me dar boas-vindas, referindo-se à mulher que tinha acabado de sair. Era comum ouvi-la comentar suas impressões sobre as mulheres entre um atendimento e outro. A própria experiência durante as inscrições motivou Joana a decidir que, às sextas, ela não ficaria além das 16h, horário em que costumava ter menor movimentação. Ela considerava ser provável que, após esse horário, só apareceriam as mulheres que estavam *arrumando as unhas e os cabelos para as festas do final de semana*.

Por essa razão, observar as inscrições nos intervalos de atendimento foi importante para que, além de conhecê-las, eu pudesse entender os primeiros procedimentos que as mães teriam de seguir para conseguirem a vaga. Daquele dia em diante, em função do agendamento, decidi que conversaria com essas mulheres e/ou responsáveis na parte externa da salinha, assim que finalizassem as inscrições, caso tais mulheres concordassem em falar brevemente comigo. Dessa maneira, com um bloco de anotações e um cartão de visita, conheci muitas mulheres em busca da matrícula na creche para os filhos.

Para entender os caminhos trilhados pelas mães em busca da vaga, era importante estarmos atentos ao fato de que o início do processo de seleção de novos alunos – tanto para a rede municipal quanto para a rede conveniada – geralmente acontecia entre os meses de outubro

e de novembro do ano anterior ao ingresso, que se daria em março. As famílias eram informadas sobre os prazos e sobre as etapas do processo de inscrição nos endereços eletrônicos da SMED, nos telejornais locais, nos cartazes fixados na frente das creches e das escolas, nos postos de saúde, nos Conselhos Tutelares, nas sedes de associação de bairros e em diferentes lugares de circulação das pessoas envolvidas. As famílias eram instruídas que as inscrições deviam ser realizadas em até três escolas de livre escolha, sendo que uma deveria pertencer à Rede Municipal de Ensino, e as outras duas deveriam ser escolas conveniadas à prefeitura.

Cópias da certidão de nascimento da criança, comprovantes de renda e de endereço, RG do responsável pela criança, e o cartão do Bolsa Família – caso a família recebesse o benefício – eram os documentos necessários para a realização da inscrição. Portanto, logo no primeiro dia, percebi como era comum as mulheres chegarem com uma pasta que organizasse os documentos necessários para a inscrição dos filhos.

Em caso da ausência de um desses documentos, a família recebia orientação das secretárias das creches para procurar o Conselho Tutelar ou o Módulo de Assistência Social da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), a fim de se ter auxílio ou informações mais detalhadas sobre os procedimentos relacionados à documentação que faltava. Uma vez reunida e apresentada, a documentação da criança era anexada a uma ficha de inscrição a ser preenchida diretamente no Sistema de Informações Educacionais (SIE) pela secretaria da escola escolhida pela família. Ao receber toda a documentação, Joana também fazia perguntas para as mães sobre emprego, sobre fonte de renda da família, sobre eventual envolvimento com drogas ou bebidas e, caso trabalhassem, sobre terem de levar o filho para o trabalho por não terem com quem deixar. Além dessas perguntas, questionava-se se essas mulheres recebiam benefícios sociais, pensão e se já sofreram abusos ou violência doméstica no contexto familiar, relatos que apareciam com frequência e faziam parte dos critérios de classificação da vaga. Ao final desse processo, gerava-se um comprovante de inscrição, constando informações sobre a divulgação do resultado da seleção e o período de matrícula.

A partir da apresentação e da inclusão no SIE da documentação necessária, geravam-se a lista dos contemplados e a lista de espera no sistema, conforme os critérios de prioridade previamente estabelecidos como métrica para a classificação. Os critérios, assim como o relativo peso de cada um, eram divulgados para a população em geral, em conjunto com as informações referentes à inscrição. Receber o Bolsa Família representava o maior peso na distribuição; em seguida, a proximidade da escola com a residência da família; e o terceiro, por fim, era um critério estabelecido pela própria escola e validado pela SMED, em consonância com indicadores de vulnerabilidade social, localização geográfica e baixa renda. No entanto,

vale enfatizar que os indicadores de vulnerabilidade utilizados como critérios de distribuição de vagas eram definidos por cada município²⁶.

Após o encerramento das inscrições e a incorporação das informações ao SIE, a SMED gerava a classificação das crianças contempladas com a vaga e a classificação das crianças na lista de espera, divulgando-se esse resultado final para a comunidade. Ambas as listas, uma vez divulgadas, eram impressas e fixadas em local visível na escola, para que toda a comunidade pudesse acompanhar e monitorar se a lista de espera de vagas seria devidamente respeitada no próximo ano letivo. Na medida em que surgisse uma nova vaga, o próximo da lista deveria ser chamado e assim por diante. Era comum ouvir Joana se queixar – entre uma inscrição e outra – que essa ordem poderia ser alterada, caso recebesse o repasse das decisões judiciais da SMED e precisasse *arrumar a vaga* para realizar a matrícula.

Por duas semanas, acompanhei, sentada em pequenos bancos coloridos bem próximos à entrada da creche, o entrar e o sair de muitas mulheres (mães, tias e avós). Ora sozinhas, ora acompanhadas dos filhos, das amigas, dos parentes ou das vizinhas²⁷. Algumas mais amigáveis, outras mais apressadas, que sequer pararam para me ouvir. Por alguns momentos, esperavam atendimento, enquanto o calor intenso facilmente virava assunto comum entre nós. A espera conjunta evocava o sentimento comum da dificuldade de se conseguir vaga na região e, ao mesmo tempo, a partilha de elogios à creche, como se, assim, justificassem a razão de todas estarem ali. Assim como Conceição, conheci e conversei com muitas dessas mulheres, à medida que iam efetivando as inscrições, uma a uma, movidas pela esperança de conseguirem uma vaga para as suas crianças em uma creche pública, gratuita e de qualidade.

2.2.1 Conceição

Conheci Conceição em um dia movimentado na espera por atendimento. Acompanhada de sua filha Eduarda, Conceição estava ali para inscrever Alexandre e Clara, seus dois filhos mais novos. Conceição era uma mulher negra, com 33 anos e cabelos timidamente presos que mostravam um rosto redondo e um sorriso bonito com aparelhos ortodônticos. Muito simpática e comunicativa desde que chegou, ofereceu-me água gelada da garrafa que carregava para

²⁶ Em Porto Alegre, por exemplo, a Lei n. 12.512, sancionada em janeiro de 2019, pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior assegura que a criança ou adolescente cujos pais ou responsáveis sejam pessoas com deficiência ou com idade superior a 60 anos terão prioridade de vaga na escola da rede pública de ensino mais próxima de sua residência (PORTO ALEGRE, 2019). O novo critério estabelecido pela prefeitura será aplicado a partir do ano letivo de 2020. A notícia completa está disponível no *link*: <http://bit.ly/3gP1VIX>. Acesso em: 4 jul 2019.

²⁷ Devido aos agendamentos, essas reuniões de duas ou mais mulheres à espera de Joana eram exceção. Por isso, eu aproveitava a oportunidade para distribuir cartões de apresentação, em busca de uma conversa ao final de tudo com aquelas que aceitassem.

aliviar o calor. Ao avisar que morava perto dali e poderia facilmente conseguir mais, aceitei a garrafinha de água das mãos da pequena Eduarda. Aquele foi o nosso primeiro encontro, e o nosso reencontro aconteceu meses depois em sua casa, após a divulgação do resultado das vagas. Além de Eduarda e de Alexandre, Conceição tinha mais três filhos. Dos seus cinco filhos, quatro moravam com ela e com sua mãe. Fez questão de frisar que era a mãe quem morava com ela, por estar passando por uma situação de dificuldade, e não o contrário. Ao trabalhar como segurança de um famoso baile funk do Campo da Tuca, comprou sua casa com muito esforço e recebia pensão dos pais dos filhos, menos da filha mais velha, com 15 anos, que estava morando com o pai.

Os caminhos em busca da vaga foram diferentes para cada um dos filhos. Conceição não teve problemas para conseguir a vaga na creche para a filha mais velha há alguns anos, ao contrário da segunda filha, que nunca frequentou a creche. Já a sua terceira filha estava em uma creche conveniada, mas, por ouvir reclamações de maus tratos das professoras, decidiu tirá-la de lá. Conceição já conhecia o caminho do Conselho Tutelar e reclamou que nunca tinha qualquer resposta dos conselheiros, mesmo encontrando alguns deles no período das eleições. Relembrou-se de que ainda continuava sem retorno sobre a vaga da mesma filha que estava inscrevendo naquela tarde, mantendo a esperança de conseguir a vaga. Ao desejar *boa sorte*, despedimo-nos.

Alguns dias se passaram desde o encontro com Conceição. Dessa vez, pela manhã na creche, após várias desistências e várias ausências nos horários agendados, eu já estava achando que seria mais interessante retornar no dia seguinte, quando uma jovem negra, de cabelos presos rentes ao couro cabeludo e uma mochila (grande e aparentemente pesada) nas costas entrou. Como sempre, acompanhei de longe o atendimento, e o silêncio daquela manhã permitiu que eu ouvisse Joana comentar – logo após verificar a documentação da jovem – que a menina já havia feito outra inscrição em creche municipal, de modo que agora ela só poderia fazer a inscrição em outras duas creches conveniadas. A moça aparentou surpresa com a informação, enquanto Joana apontou para as folhas pregadas em um quadro de avisos de fundo vermelho bem próximo a mim. Ao agradecer, a moça olhou rapidamente para o papel, mas não tomou nota de qualquer informação. Mesmo um pouco apressada, ajeitou-se em direção à saída, até que eu pudesse chegar a ela. Beatriz era o seu nome.

2.2.2 Beatriz

Beatriz tinha 22 anos e estava ali em busca de uma vaga para o filho Wallace, de dois anos e meio. Mesmo a vendo em aparente agitação e pressa, perguntei se não poderíamos conversar por alguns instantes, explicando que eu havia percebido que ela não tinha conseguido realizar a inscrição. Sempre sorridente, Beatriz disse que estava *correndo atrás para conseguir uma vaga*, porque tinha conseguido um novo emprego na empresa de coleta de lixo do município e precisava ter com quem deixar a criança. Wallace estava em uma creche conveniada ali perto, e ela precisava pagar 150 reais por mês, além de levar *as coisinhas dele*. Recentemente, quando ficou desempregada, a situação financeira a impossibilitou de continuar pagando o valor para mantê-lo na creche. Nesse período, meio constrangida de conversar com o *velho chato* – maneira como se referiu ao diretor da creche –, Beatriz decidiu retirar o filho da creche, após saber que o diretor havia comentado com uma amiga que *caso ela não tivesse mais dinheiro para pagar, que ela não levasse mais o filho para lá*.

Falar da busca pela nova creche a lembrava de que ela estava muito chateada consigo mesma por não ter conseguido matricular o filho na creche devido a *problemas familiares* e de que *não tinha conseguido levar os orçamentos que o juiz tinha pedido*. Ao contar como havia chorado muito por ter perdido essa chance, rapidamente percebi que ela estava se referindo a uma decisão da justiça relativa ao seu pedido de vaga e perguntei se ela havia procurado o Conselho Tutelar ou acessado diretamente a Defensoria Pública. Beatriz respondeu que tudo teve início no Conselho Tutelar, em março daquele mesmo ano. Em setembro, meses depois, recebeu a decisão do juiz que informava sobre os três orçamentos para dar continuidade ao processo de matrícula. Sem informar os orçamentos, conforme solicitado, Beatriz procurou a Defensoria Pública e ainda aguardava uma nova data para comparecer ao fórum, esperando, assim, conseguir resolver a situação.

Sua preocupação em ter com quem deixar o filho estava ligada ao fato de não poder dispor da ajuda de outras pessoas da família ou de uma rede de apoio. Mesmo com sete irmãos e morando nos fundos da casa do pai, Beatriz comentou como ela era *a única responsável por tudo mesmo*. Avaliou que uma amiga sua que costumava receber todo o apoio da família era realmente sortuda. *Quem me dera contar com a minha família*, comentou ao me contar que a mãe era falecida há 4 anos. Percebi que ela estava com pressa, e o horário que se aproximava do almoço funcionou como alerta para nos despedirmos.

Após Beatriz, nenhuma outra mulher compareceu àquela manhã de inscrições. Ao me ver conversando com Beatriz, Joana me explicou que o sistema bloqueava qualquer tentativa de inscrição que não seguia às instruções. Ciente sobre a falta de vagas nas creches municipais e, principalmente, na creche em que trabalhava, a média de 20 inscrições diárias motivava Joana

a falar como estava cada vez mais difícil suprir a demanda de vagas e *como essa gente nunca parava de ter filhos*. Após esse comentário, despedimo-nos com a promessa de nos vermos no dia seguinte, já que ela não voltaria no período da tarde.

Ao pegar o ônibus para casa, estava distraída observando as ruas, quando percebi que Beatriz estava bem próxima ao cobrador, recebendo o troco das passagens. Nossos olhos se encontraram, ela acenou para mim, assim que passou pela roleta, e se sentou ao meu lado. Perguntou se eu já estava indo embora e, assim que respondi positivamente, Beatriz comentou que estava a caminho da SMED. Mesmo na dúvida se estaria sendo invasiva e movida pelo acaso do nosso reencontro, perguntei se poderia acompanhá-la. Ao responder positivamente com um sorriso, ela me confidenciou que estava aproveitando o dia para *correr atrás disso*, já que não estava trabalhando.

Descemos juntas no movimentado centro da cidade no horário do almoço. Com ágeis passadas, Beatriz me pediu que a lembrasse de comprar livrinhos de colorir para divertir e ocupar o filho em uma das livrarias na Rua Andradas. Não demorou para que chegássemos à SMED. Ao nos identificarmos na portaria, encontramos algumas funcionárias. Beatriz logo informou que estava procurando vaga em creche. Uma delas confirmou o que eu suspeitava: todas as solicitações de vaga deveriam ser feitas diretamente nas creches. Mesmo assim, Beatriz insistiu em perguntar se, ao fazer a inscrição diretamente pela SMED, não teria alguma preferência. A funcionária respondeu negativamente. Agradecemos e fomos embora. Ao passar pela porta, Beatriz disse ter ficado confusa com a informação, já que havia recebido a orientação de que poderia ir à SMED fazer a inscrição no Conselho Tutelar. Mesmo assim, não reclamou mais e pareceu sentir que tinha feito a sua parte em busca da vaga. Despedimo-nos.

2.2.3 Amanda

Assim como Conceição e Beatriz, o meu primeiro e breve encontro com Giovana foi na sala de espera da creche, no meio da tarde de um dia movimentado. Ao observar minha apresentação como pesquisadora para a moça que estava à sua frente na fila de atendimento, Giovana aceitou conversar comigo ao sair da sala de Joana. Ela aparentava muita ansiedade e pressa, enquanto era enfática em dizer que precisava trabalhar, porque os 150 reais do Bolsa Família e os 160 reais da pensão que recebia do ex-companheiro não eram suficientes para sustentar a família. Giovana era a mãe de Cauã (5 anos) e de Rebeca (7 anos). Dos 28 anos que tinha, já havia trabalhado em contratos temporários de serviços gerais, e em vendas de bolos, de pães e de salgados que fazia pelo centro da cidade. Pela incerteza do seu trabalho, sempre

recorria à prima que morava perto de casa para cuidar da criança. Naquele momento, perguntei se ela podia contar com a ajuda de outros parentes. Ao rir da minha pergunta, Giovana disse que *hoje em dia ninguém fazia nada de graça para ninguém e muito menos família*. Ela pagava 350 reais para a prima cuidar do filho.

Ciente de que o valor que pagava à prima era alto, a necessidade foi a justificativa que apresentou ao *repetir que não tinha outra opção*. Apesar de morar no mesmo pátio que a mãe e a avó, preferia não contar com a ajuda delas, pois a mãe já era responsável por cuidar da avó. Por essa razão, Giovana preferia pagar para a prima cuidar do filho. Relembrou-se das tentativas frustradas dos anos anteriores, enquanto reclamava que tudo isso era *uma burocracia só e que além de ter dificuldade, não tinha paciência e nem tempo para correr atrás de todo o processo até encontrar uma vaga*. Por isso, preferia pagar para que a prima cuidasse. E com votos de que conseguisse a vaga dessa vez, despedimo-nos.

Até o momento, recuperei alguns desses encontros neste capítulo com mulheres, como Conceição, Beatriz e Giovana, visando apresentar a variedade de caminhos trilhados pelas mães em busca da vaga para os filhos. A esta altura, também fica evidente como essa busca se relacionava com as creches conveniadas, com a necessidade de fazer *contribuições*, com os conselheiros tutelares e com as demais negociações em torno da vaga. Finalmente, veremos mais adiante como a divulgação do resultado das inscrições acarretava novos desafios para muitas famílias.

2.3 O FIM: COMEÇO OU RECOMEÇO?

Tendo sido divulgado o resultado das inscrições, o sentimento de alegria e de sorte daquelas que conseguiram a vaga confrontava-se com a revolta e a indignação das não contempladas. A insegurança de não ter com quem deixar os filhos invadia o universo de muitas mães. Mães, avós e outros responsáveis que não tiveram suas crianças contempladas com a vaga integravam a lista de espera de cada instituição, que deveria entrar em contato com a família assim que tivesse disponibilidade de vaga. Para as mães que não conseguiram a vaga e estavam inseridas em uma longa lista de espera, os próximos passos envolviam aguardar, pensar sobre os caminhos futuros e mapear alternativas ainda possíveis para se garantir a vaga.

É nessa etapa que as mães davam início a mobilizações em busca da vaga ou a outras articulações para assegurar os cuidados aos filhos pequenos até o início do próximo período letivo, quando poderiam viabilizar a matrícula. Em muitos casos, o tempo na lista de espera era

longo, comprometendo o ano letivo das crianças, bem como os compromissos profissionais e pessoais das mães. Muitas delas optavam por buscar o Conselho Tutelar, que se configurava como espaço de esperança, mesmo que a busca, por meio de decisão judicial, fosse por tempo imprevisível e indeterminado. A quantidade de famílias não contempladas com a vaga e os casos de crianças que conseguiam a vaga pelo Conselho Tutelar eram fatores que contribuíam com a notícia de que a ida ao Conselho Tutelar poderia garantir a matrícula. Essa informação era espalhada no *boca a boca* entre as famílias na comunidade.

A difusão dessa informação era o que motivava muitas famílias a procurarem essa instância como primeira alternativa. Acredito que a proximidade dos conselheiros dessa região com a comunidade também contribuiu para que lá fosse um lugar que, por ser mais próximo do cotidiano das famílias, acolhesse as demandas da comunidade. Além desse fator, a proximidade da sede do conselho com as casas dessas famílias, a ponto de as pessoas conseguirem chegar facilmente a pé, constituía outro fator relevante na busca pelo Conselho Tutelar, em vez da Defensoria Pública.

Muitas mulheres que conheci na creche relatavam que a ida à defensoria (localizada no centro da cidade) requeria gasto com transporte e demandaria providenciar um responsável pelo cuidado com as crianças – o que afastava parte das mães. Sendo assim, era uma questão de tempo até que a procura pela requisição de vagas aumentasse diariamente no Conselho Tutelar e o trabalho de *representar* – já discutido anteriormente – se intensificasse. Foi nesse período que conheci outras mães que tentavam a vaga pelo Conselho Tutelar.

2.3.1 Ângela – quando o CT parece ajudar

Conheci Ângela em uma visita que fiz à sua casa em junho de 2018. Desde que comecei a pesquisa no Conselho Tutelar, Tatau sempre me interpelava com a mesma pergunta: *como ele realmente podia me ajudar?* Além de explicar que o meu interesse consistia em conhecer melhor tanto o seu trabalho no Conselho Tutelar a partir das *representações* quanto as mães e os responsáveis que buscavam ajuda para conseguirem uma vaga, tive algumas dificuldades em convencê-lo de que faria parte da pesquisa acompanhar sua rotina de trabalho. A natureza do trabalho como conselheiro tutelar incluía visitas nos domicílios e nas escolas, participação em reuniões e em audiências, e atendimentos realizados no próprio conselho. Esse foi um dos motivos que fez com que Tatau, naqueles meses, me convencesse de que permanecer no conselho nem sempre seria a melhor alternativa.

Preocupado em *não me fazer perder tempo*, Tatau propôs realizar um levantamento das requisições de vaga desde janeiro de 2018, para que, além de me disponibilizar as informações das mães e das famílias que o procuravam, eu pudesse ter uma informação mais concreta sobre o trabalho que ele desenvolvia. Mesmo resistente a essa proposta, decidi aceitar a sugestão para que fosse possível conhecer mais mulheres que estavam em busca de vaga. A partir dessa proposta, passei a seguir outras rotas de pesquisas que extrapolassem os muros do Conselho Tutelar e a atuação dos conselheiros.

No primeiro documento que Tatau compartilhou comigo, preenchido à mão, constavam o nome de 23 mães e outras informações, como telefone, nome das crianças, data de nascimento e idade. Como eu imaginava, não foi tão fácil encontrar todas essas mulheres. Afinal de contas, além de a minha imagem estar diretamente associada ao conselho, muitas negativas eram decorrentes de desinteresse em participar de qualquer pesquisa. Entre números errados ou desativados, recusas, entrevistas desmarcadas ‘em cima da hora’ e endereços inexistentes, Ângela foi uma das primeiras e poucas mães que me recebeu em sua casa. Coincidentemente, assim como no caso de outras narrativas apresentadas nesta tese, eu estava acompanhada pela minha orientadora, alguém que, devido à sua própria experiência de pesquisa, conhecia a região melhor do que eu, e sempre se mostrou disposta e interessada em me acompanhar.

Não tivemos muita dificuldade em encontrar o endereço de Ângela, principalmente depois de termos parado em um pequeno comércio na esquina da rua em que passávamos para saber se estávamos na direção correta. Sem se interessar muito pelo endereço, a mulher que estava no caixa logo me perguntou pelo nome da pessoa por quem eu estava procurando e, juntamente a outra funcionária, indagou: *Vocês são assistentes sociais?* Claudia prontamente respondeu que estávamos fazendo uma pesquisa com mães de crianças pequenas que haviam tentado vaga em creche. As duas mulheres balançaram a cabeça juntas demonstrando familiaridade com a situação, enquanto comentaram que ali *os casos de creche eram os que mais tinham*. Logo uma delas nos deu orientações mais diretas sobre os caminhos que deveríamos seguir para chegar ao endereço que procurávamos.

Minutos depois já estávamos na sala de Ângela e conhecemos sua filha Nicole, uma mocinha de três anos, vestida de rosa da cabeça aos pés, com cabelos cacheados castanho claro pendurados para cima, como eu também costumava prender o meu. Ângela nos explicou que a filha estava em casa naquela manhã, porque havia recebido uma ligação da creche avisando que eles estavam com poucos funcionários naquele dia. Ângela decidiu, então, que não valeria a pena o deslocamento para que a filha ficasse em período reduzido. A creche de Nicole era a Integração dos Anjos, uma ONG conveniada com a prefeitura. Ângela pagava uma contribuição

mensal de 150 reais e tinha de levar tudo o que a filha precisaria para ser usado na creche, como fraldas e lenços umedecidos.

Nicole conseguiu a vaga pela primeira vez nessa mesma creche, quando ainda estava com 6 meses de idade. Ângela contou que o procedimento foi bem simples: colocou o nome da filha na lista de espera e, sem maiores problemas, conseguiu a vaga. Mas, infelizmente, Nicole não conseguiu se acostumar à nova rotina. Como Ângela estava desempregada à época, decidiu que tiraria a filha da creche e cuidaria – ela mesma – da criança. Não demorou muito para que ela repensasse sobre a necessidade de a filha retornar para a creche, decidindo pleitear novamente uma vaga. Dessa segunda vez, Ângela explicou que Nicole foi para o final da fila e interpretou a demora para conseguir a vaga como uma espécie de punição, por ter desistido da vaga que já estava garantida.

Foi nesse meio tempo que a cunhada a incentivou a procurar o Conselho Tutelar para solicitar a vaga, já que havia escutado algumas mulheres da vizinhança comentarem que haviam conseguido por esse caminho. Nessa terceira tentativa, Ângela recebeu uma ligação telefônica com uma resposta positiva. Ela avaliou como *teve sorte* ao não esperar tanto tempo como costumava escutar. Rapidamente procurou a creche. Nicole já estava matriculada há três meses, permanecendo na instituição das 8h às 16h. Apesar de a creche não ser muito próxima de sua casa, a rotina de mãe e filha se configurava do seguinte modo: quando Ângela tinha o dinheiro da condução, elas iam e voltavam de ônibus; do contrário, as duas iam caminhando por cerca de 30 minutos até chegarem à creche. Mesmo com essa organização de transporte, Ângela estava satisfeita com a matrícula da filha, especialmente ao saber que a falta de vagas continuava sendo uma preocupação de muitas famílias. O resultado da representação do Conselho Tutelar visto como *sorte* por Ângela não era uma sensação compartilhada por outras mães, como era o caso de Carolina.

2.3.2 E quando não dá certo: a frustração de Carolina

Conheci Carolina nas cadeiras de espera do Conselho Tutelar. Falava pouco e parecia muito desconfiada para alguém tão jovem. Ela procurava mais informações referentes à vaga do filho Christian, que, à época, estava com 2 anos de idade. Pelo pouco que conversamos, Carolina contou que o filho nasceu em Florianópolis, cidade em que decidiu tentar a vida com o companheiro e pai de Christian, já que os dois eram naturais de Porto Alegre. Ainda morando em Florianópolis, Carolina procurou saber o que seria necessário para conseguir uma vaga, assim que o filho nasceu. Quando o menino completou 6 meses de idade, Carolina o inscreveu

na lista de espera. Assim, quando Christian completou 1 ano, recebeu a notícia de que tinha conseguido a vaga em uma *boa creche que não precisava pagar nada*.

Alguns meses depois, o casal decidiu retornar para Porto Alegre e, com muito pesar, retiraram a criança da creche, cientes de que iriam enfrentar dificuldades para encontrar vaga na nova cidade. Agora de volta a Porto Alegre, Carolina passou a morar na Lomba do Pinheiro, mesma região onde solicitou a vaga pela primeira vez. Passados alguns meses, Christian conseguiu a vaga na creche Estrela Mágica, mas deveria pagar uma contribuição de 180 reais por mês. Apenas algumas semanas depois, Carolina se mudou novamente, agora para a região do Partenon, e entrou novamente na fila de espera, à procura de um lugar que fosse mais próximo da sua nova casa. *Era muito longe estar nessa creche e levar ele numa creche lá na Lomba do Pinheiro! Além da passagem, ainda tinha que pagar 180 reais! Eles não iriam me dar o transporte. Era muito longe. Não tinha como*, Carolina se queixou.

Sem muito sucesso com a nova tentativa, Carolina chegou ao Conselho Tutelar por sugestão de uma amiga, enquanto continuava aguardando uma resposta positiva para a sua solicitação. Como todas as outras mulheres, queria uma creche para o filho que fosse perto de casa e que fosse, realmente, gratuita.

2.3.3 O merecimento: entre a indignação de Maria e a amarga sorte de Conceição

Foi em uma tarde de agosto em 2018 que conheci Maria. O movimento no conselho estava tranquilo e silencioso, quando observei Tatau atravessar os corredores em busca de um papel que havia mandado imprimir na sala da Nira, onde ficava a única impressora do serviço. Ao cumprimentar-me com um leve aceno de cabeça, percebi que ele estava em atendimento desde que cheguei. Por essa razão, decidi não interromper e fiquei aguardando do lado de fora. Ao sair pela porta minutos depois, Tatau me apresentou Maria, mulher alta que demonstrava firmeza e segurança na forma de se portar. Porém, sua pele clara não escondia o cansaço e a frustração. Enquanto amamentava a filha (com quase três anos de idade), acolhendo-a no colo, Maria agitava um papel entre os dedos. Dizia que já havia ido a todos os lugares possíveis para garantir o direito da filha de ser acompanhada, e o Conselho Tutelar era a última esperança.

A filha Sofia era autista e tentava uma matrícula na creche desde o ano passado. Ao apontar para o papel em uma das mãos, Maria revelava que, naquele dia, havia recebido a mesma resposta de sempre: não tem vaga. *E agora deve ter algo a ser feito, nem que seja muito barulho. Eu sei que é direito dela garantido por lei*, Maria repetia com firmeza. Relembrou-se da ida à defensoria, enquanto descrevia os lugares pelos quais já havia passado. Fiquei

impressionada com sua fala articulada sobre onde poderia ir e com quem poderia falar. Ainda muito agitada, balançando Sofia de um lado para o outro, desabafou:

Na verdade, a minha luta agora é contra o tempo. Os médicos me dizem que eu preciso colocá-la para socializar com outras crianças o mais rápido possível, porque depois que esse tempo passar é irreversível. Esse tempo que eu perco com ela agora eu posso nunca mais recuperar. Se ela não for estimulada agora, isso pode ser extremamente prejudicial para ela. Agora eles me dizem que não tem vaga e que eu tenho que esperar. Esperar mais quanto tempo? Até o ano que vem? Até março do ano que vem, quando as aulas começarem de novo? Daí ela já perdeu mais tempo ainda que poderia estar sendo aproveitado. Eu tenho tudo, tenho todos os laudos e posso provar que ela precisa da vaga.

Maria continuou a relatar que já estava ciente da demora em conseguir uma vaga, justamente por ter passado pela mesma situação com o filho mais velho, hoje com 12 anos. Vivenciar a mesma situação anos depois, além de aumentar a frustração, a impelia de falar sobre a dificuldade da filha em estabelecer contatos com outras pessoas.

Se a minha filha, que é especial, não consegue a vaga, quem são as crianças que conseguem? Estou disposta a ir inclusive na mídia para conseguir resolver a minha situação. Eu tenho os contatos. Eu já tive vários problemas com o meu filho mais velho que teve o tímpano estourado na creche quando ele era mais novo. Creche que custava mil reais mensais. Eu ainda estou me recuperando do óbito do meu filho mais novo há alguns dias. Não está fácil, mas eu vou brigar. Nem que eu tenha que fazer um estardalhaço.

Nosso encontro não durou muito mais tempo, pois, ao se despedir, Maria disse que naquela tarde ainda iria à central de vagas na SMED continuar tentando reverter a situação. Mesmo com o telefone de Maria, nunca obtive resposta das ligações ou soube mais a respeito da história da filha. Entretanto, não pude, na minha reflexão, deixar de endossar a indignação de Maria: se a filha dela não conseguia vaga na creche, quem iria conseguir?

Assim como a frustração de Carolina, a história de Conceição nos faz refletir sobre a ironia de a filha só conseguir uma vaga na creche municipal após passar por uma experiência trágica. Conceição e eu voltamos a nos reencontrar, dessa vez em sua casa, em março de 2019, semanas após a divulgação do resultado das vagas e da realização das matrículas. Eu estava dando início a outra etapa da pesquisa: encontrar as mulheres que eu havia conhecido na semana de inscrições na creche municipal no final de 2018. Conceição foi uma das primeiras entrevistas que realizei após a divulgação do resultado das inscrições.

Claudia e eu chegamos no horário e no endereço combinados. O silêncio no interior da casa me deixou desconfiada de que talvez não houvesse ninguém. Batia palmas e gritava pelo nome de Conceição, ainda sem resposta. Assim que me calei, um homem na sacada da casa da

esquina do outro lado da rua nos cumprimentou, e perguntou quem éramos e com quem queríamos falar. De longe, gritei que estava procurando por Conceição. Ele então disse que iria ligar para ela para saber notícias. Segundos depois, Conceição abriu o portão de madeira, indicando que entrássemos. Parecia sonolenta e recém despertada de uma soneca, mas logo pediu que sentássemos em algumas cadeiras dispostas do lado de fora da casa, lugar que considerou mais confortável para a nossa conversa.

Ao nos acomodarmos, notei o mosaico de cerâmicas aos nossos pés e decidi começar perguntando se ela havia conseguido a vaga para os filhos. Com um sorriso no rosto, Conceição respondeu que havia conseguido para os dois. Alexandre estava na creche comunitária próxima dali, e Clara estava na creche municipal onde nos conhecemos, conforme o desejado. Antes de falarmos com mais detalhes sobre isso, Conceição, ao se referir aos filhos, mencionou o restante da família. Os quatro irmãos, que moravam proximamente a ela, *são muito unidos e se apoiam do jeito que dá*, mesmo que também já tivessem compartilhado momentos ruins. Além do caso da morte do irmão adolescente, causada por um afogamento no rio Guaíba, ela teve problemas de saúde durante e após a gravidez. Conceição contou que foi fundamental o apoio dos irmãos nos cuidados com o bebê e nas tarefas domésticas, especialmente ao ter sido diagnosticada com depressão pós-parto.

Ao se lembrar de todos esses casos que *fizeram a família ficar mais unida*, Conceição fez referência à tentativa de estupro de Clara, a filha mais nova, como se já tivesse comentado esse assunto anteriormente. Certa de que uma informação dessa não teria sido negligenciada, afirmei que não estava sabendo e perguntei a respeito, caso ela se sentisse confortável em compartilhar. Quando começou a lembrar, Conceição explicou que sua mãe trabalhava em uma casa de família e tratava a neta como filha. Durante o final de semana, a família para quem a mãe trabalhava tinha um sítio em Gravataí e a convidou para ir a esse lugar. Sua mãe acabou decidindo levar a neta para se divertir, não prevendo que isso não iria acontecer. Clara estava brincando com outras crianças, quando voltou correndo dizendo que o caseiro *tinha feito xixi nela*.

Ao se dar conta do que tinha acontecido, o desespero da avó fez com que os donos da casa fossem de imediato atrás do caseiro para procurar informações, mas ele já havia fugido do sítio. Consumida pela culpa do acontecido, sua mãe logo a procurou para que prestassem queixa na delegacia. Ao falar sobre o assunto, Conceição entrou em casa e retornou com uma pastinha com vários papéis. Procurando uma cópia da ocorrência para nos mostrar, Conceição lembrou de como foi traumático para a filha ter de ir ao hospital fazer exames e dar início ao tratamento psicológico. Com a cópia da ocorrência, não consegui disfarçar o choque diante do que estava

lendo e dos detalhes do caso, que era descrito como abuso sexual, algo que transcendia a tentativa, como Conceição havia narrado. Ao demonstrarmos o susto e a preocupação com Clara, Conceição nos acalmou e relatou que, apesar de tudo, a filha estava bem. Segundo ela, tudo isso fez renascer na família um sentimento de união.

Eu sou uma mãe guerreira e forte, disse-nos Conceição. Mesmo com todos esses acontecimentos, ela não desanimava e encarava a vida com fibra. Apesar de não ter emprego fixo, ela trabalhava, há 12 anos, de segurança no famoso Baile da Tuca e recebia pensão dos pais dos filhos. Assim, ia se virando como podia. Conceição fazia tranças, cuidava de crianças e *se virava*. Apesar de estar feliz com o fato de todos os filhos *já estarem encaminhados* – expressão que utilizava para se referir ao fato de todos estarem matriculados em creches, escolas ou SASE (Serviço de Apoio Socioeducativo) –, Conceição relatou que acreditava haver muito *cambalacho* nas inscrições de vagas para creche. Continuou falando sobre a sua suspeita de que só poderia ter alguma *ajuda ou maracutaia* dos funcionários da creche, considerando-se a dificuldade de se conseguir vaga. *Deve ser algo do tipo como não fui com a sua cara, não consegui a vaga*, Conceição revelou. Lembrou-se de que tinha um sobrinho que estava como suplente na mesma creche municipal onde Clara foi matriculada, mas não havia sido chamado. *Chegaram cedo, levaram toda a documentação e mesmo assim não conseguiram*, disse ela. Conceição então, quase como um desabafo, comentou que *achava que o caso do estupro deve ter ajudado ela a conseguir a vaga*. Juntas lamentamos que esse episódio terrível tivesse de ter acontecido para que ela integrasse a lista de prioridade.

Sendo verdade ou não, é significativo que Conceição imaginava que só constando uma situação de violência extrema na família, como o estupro que ocorreu com a filha, seria possível conseguir a vaga. É igualmente interessante notar a frustração de Maria, que simplesmente não entendia o porquê de o problema enfrentado pela filha não a qualificar como prioridade. É verdade que havia uma política com critérios aparentemente transparentes sobre quem teria a primeira opção, disponível tanto no mural das creches e dos Conselhos Tutelares quanto nos endereços eletrônicos da SMED. Entretanto, diante da insuficiência de vagas, a corrida por lugares próximos de casa e verdadeiramente gratuitos, e os rearranjos da lista de espera provocados pela interferência do poder judicial evidenciavam como os critérios de seleção pareciam constantemente borrados.

2.4 AS LEIS RESOLVEM? O NOVO MARCO REGULATÓRIO

Foi em uma manhã confortavelmente fria de outono em 2018 que participei de uma das reuniões da Rede Partenon. Estava mais uma vez acompanhada por Lucia e Claudia. Quando chegamos à reunião, ela parecia ter acabado de começar. As cadeiras estavam posicionadas no formato de um grande círculo, de modo que não tivemos dificuldade em encontrar lugar. Na apresentação dos diferentes participantes, pude reconhecer Nira e Charles do Conselho Tutelar, e conhecer os representantes da ‘prefeitura’ (SMED) – forma como conselheiros tutelares se referiam aos representantes da Secretaria Municipal de Educação –, os representantes de ONG, as diretoras e os diretores de creches comunitárias, as lideranças comunitárias, as assistentes sociais e as psicólogas. Após os primeiros informes e uma breve síntese da última reunião, que discutiu questões mais específicas sobre a situação das vagas nas escolas – assunto levantado por Charles –, a pauta daquela reunião estava direcionada à situação das creches comunitárias. Na medida em que os presentes iam se pronunciando, fui entendendo que essa ‘situação’ dizia respeito à parceria entre o poder público e as instituições privadas, regida pelo novo Marco Regulatório. As discussões sobre o assunto voltavam para os mesmos pontos: os pagamentos de mensalidades e a cobrança de infraestrutura mínima – tanto física quanto administrativa.

Os dois aspectos despertavam convergências e discordâncias entre os presentes, o que evidenciava a complexidade do cenário da Educação Infantil. Para além das dissonâncias, a discussão começou a partir de um caso concreto que era reconhecido por todos: a cobrança das creches comunitárias que, de fato, acontecia. A representante da secretaria de educação foi uma das primeiras a falar e, na aparente tentativa de elucidar parte da confusão, explicou que as instituições conveniadas com a SMED poderiam cobrar uma *contribuição de caráter espontâneo* no valor de até 10% do salário mínimo vigente. Ao mesmo tempo, ela defendia três pontos importantes: esse pagamento não podia ser uma mensalidade de caráter obrigatório; as creches não poderiam nivelar todas as crianças de diferentes condições e trajetórias a partir do pagamento do mesmo valor; e as creches eram proibidas de impedir as crianças de frequentar a escola, caso as famílias não tivessem mais condição de realizar a *contribuição espontânea*.

Diante dessa intervenção da ‘prefeitura’, afloraram-se as emoções dos presentes, que se apressaram em se inscrever para falar. A primeira foi a diretora de uma creche conveniada, que, de forma bem enérgica, começou dizendo que *a prefeitura cria nomes, mas não cria fatos*, e que deveria ser respeitada a diferença entre assistência social e assistencialismo. Ao se perguntar aos presentes *qual era a responsabilidade das famílias com a questão das contribuições das creches?*, ela defendia a obrigatoriedade de as famílias contribuírem com as creches, já que os subsídios que vinham do poder público não eram suficientes nem para cobrir as principais despesas das instituições.

A sua indignação se manifestava nitidamente, quando questionava

por que a mãe que recebe o bolsa família pode gastar 100 reais no show do final de semana, na manicure ou com bebida e não pode contribuir na creche em que o seu filho está matriculado? Por que as mães não podem utilizar o dinheiro para fazer o pagamento das creches dos seus filhos, se têm dinheiro para beber?

A tensão no ar se manteve quando a diretora reclamou de o Ministério Público e o Conselho Tutelar garantirem a vaga, mas não garantirem a permanência da criança na instituição a partir da *contribuição*, referindo-se aos gastos necessários à manutenção das creches que as famílias nem sempre tinham condições de pagar. Por fim, manifestou-se favoravelmente à cobrança das *contribuições*, desde que fosse feita de acordo com a realidade de cada família.

Charles, o próximo inscrito, falou rapidamente sobre o papel do Conselho Tutelar, que consistia na garantia do direito à ‘vaga gratuita’ para as famílias, o que significava justamente não selecionar mães conforme a probabilidade de elas (não) pagarem as *contribuições*. A ênfase do conselheiro dizia respeito à postura firme da SMED no que tange a estabelecer termos de parceria mais adequados com a realidade de cada região e repassar valores suficientes para atender à demanda de vagas, sem oferecer ônus às famílias. Ao acompanhar a reunião, percebi que falar sobre as *contribuições* implicava, igualmente, discutir o novo Marco Regulatório, tema que foi trazido, na sequência, por Nira.

A tensão entre os participantes da reunião continuou oscilando entre reclamar sobre o baixo valor do repasse de recursos e reiterar a obrigação das famílias em ajudar com o que a *prefeitura não paga*. Independentemente dos encaminhamentos e das divergências sobre a cobrança das *contribuições*, as creches conveniadas continuavam cobrando dos pais valores que variavam de instituição para instituição – normalmente entre 100 e 400 reais mensais por criança. Isto é, entre 10 e 40% do salário mínimo, a depender da instituição.

2.5 AS HIERARQUIAS MORAIS DA VAGA: DE VOLTA AO CONSELHO TUTELAR

São três creches que são teoricamente gratuitas para essas crianças, mas onde elas têm que dar uma contribuição mensal, caso tenham condição. Mas muitas dessas famílias estão passando fome. Agora o engraçado é que tem criança que o pai vai buscar de Ecosport. Tem condição de pagar creche particular. A mãe ainda de pijama e chinelo que vai levar o filho para creche, você sabe que ela vai voltar para casa – então, por que essa criança está na creche? Agora a mãe (trabalhadora) que mora do lado da creche, ou na mesma rua não consegue vaga na creche. Muitos dos próprios funcionários da SMED colocam seus filhos nessas creches que são gratuitas

e eles têm condições de pagar. Então quem vai arrumar a vaga para as nossas crianças de periferia?

A conselheira tutelar Nira, autora desse depoimento, nos apresenta a seguinte questão: o que significa uma contribuição mensal espontânea dos pais? Para muitas famílias que vivem, em média, com a renda de um salário mínimo (valor em torno de 1.000 reais), essa contribuição acabava sendo o impedimento de matrícula e, conseqüentemente, de garantia de vaga. Assim como Beatriz, outras mães também relatavam como costumavam ser coagidas pelos diretores. Caso não pagassem ou não levassem fraldas, lenços umedecidos e alimentação, não poderiam continuar com a vaga dos filhos garantida. Essa problemática nos revela como a *sorte* e o (não) acesso à creche apontam para um conjunto de hierarquias morais da vaga, que envolve diferentes moralidades que marcam a relação entre as famílias e os diferentes atores dessa ampla rede (conselheiros tutelares, diretores e funcionários das creches, e gestores públicos).

2.5.1 Moralidades e merecimento

O problema da legalidade e da viabilidade da cobrança das *contribuições* fomentava debates em reuniões com instituições de atendimento à criança e ao adolescente, emergindo não só do discurso dos conselheiros tutelares, mas também da fala de promotores e de defensores públicos. Com o pensamento de que *o serviço público não deve ser pago pelas famílias*, o debate era intensificado pelo fato de essas mesmas instituições receberem do poder público um repasse de verbas por cada aluno.

Na reunião da rede de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes no tópico anterior, a discussão sobre as *contribuições* era um tema recorrente que fazia parte do cenário da Educação Infantil no município. Apesar de o Ministério Público proibir a cobrança de qualquer contribuição pelas famílias e de os conselheiros tutelares atuarem na defesa da gratuidade da oferta de vagas, os representantes da rede discutiam na reunião sobre os termos e os valores das *contribuições*, conforme era comum no cotidiano das creches comunitárias.

Conforme apresentei, uma diretora de creche comunitária defendeu abertamente a obrigação de as famílias contribuírem mensalmente, ao explicar que o convênio não era suficiente para cobrir todas as despesas necessárias ao funcionamento da creche. O julgamento moral da diretora a respeito do destino do investimento das famílias com o dinheiro oriundo de benefícios sociais divergia dos demais presentes, que condenavam a obrigatoriedade das *contribuições*. Tal julgamento compõe um conjunto de moralidades que fortalecem o

argumento da diretora, a partir da construção de uma expectativa sobre o comportamento adequado de uma *boa mãe*, que zela e prioriza o cuidado dos filhos.

A postura da diretora – assim como sua cobrança moral relativa ao entendimento das famílias quanto a contribuir com os custos da creche – acontecia tanto com as famílias que, em sua visão, tinham condições de pagar; quanto com as famílias que não tinham condições, mas gastavam o pouco que recebiam do Bolsa Família com festas e bebidas. O fato de alguns pais aparecerem com bons carros na porta da creche para buscarem os filhos também levantava suspeitas de fraudes no processo de seleção por parte dos diretores, dos conselheiros tutelares e de outras famílias.

A dúvida quanto ao respeito dos critérios era recorrentemente confrontada pelas mães, que demonstravam desconfiança, a partir do entendimento de que os critérios de prioridade não eram, por si só, suficientes para a garantia da vaga. Seja por *cambalacho* ou por *maracutaia*, seja pela arbitrariedade movida pela subjetividade das secretarias das creches, seja pela amarga prioridade da filha na classificação do sistema, Conceição tanto reconhecia quanto lamentava que a filha tivesse sido merecedora da vaga por ter sido vítima de abuso sexual.

Em março de 2019, retomo que, ao retornar à creche para fazer uma visita a Joana e para saber do andamento do ano letivo, notei, em primeiro lugar, a mudança de aparência desde o nosso último encontro: seus cabelos agora mais curtos e lisos, de cor castanho escuro, ornavam com uma feição mais descansada. Àquela época, mesmo com a divulgação dos resultados das inscrições, Joana confidenciou que ainda recebia muitas mães em busca por novas vagas na creche. Joana comentou que,

na verdade, eles nem sequer fizeram as inscrições e só lembram que tem que matricular as crianças quando chega na hora delas voltarem a estudar. Mas aí já é tarde demais. Não sei o que se passa na cabeça dessa gente e elas devem lembrar que o menino precisa estudar só em março. E daí é quando ela vai tentar conseguir matricular.

Ao mesmo tempo em que Joana comentou que havia mães *que nem sabiam a época das inscrições*, ela se referiu às *mães que jogavam com o sistema*. Jogar com o sistema, segundo a secretária, significava dizer que algumas mães sabiam o que era preciso para se conseguir a vaga, o que fazia com que elas, muitas vezes, *mentissem para driblar o sistema*. Na opinião de Joana, esse era um dos problemas do sistema: não era possível saber se essas mulheres estavam falando a verdade. Sobre esse assunto, Joana lembrou que há 10 anos, antes do uso do SIE, os funcionários e os professores das creches se dividiam em equipes para realizar visitas domiciliares em lares com casos *mais críticos*. Assim, podiam ver a realidade das famílias *de*

perto, evitando possíveis fraudes. Porque aí não tinha como mentir. Você chegava lá e já via a realidade. Hoje em dia é tudo diferente e temos que confiar na palavra da mãe e na documentação que as famílias trazem, queixou-se Joana desconfiada.

Em suma, a discussão dos presentes na reunião seguia permeada de perspectivas morais sobre quem *merece a vaga* e sobre quem *mais precisa*. Surgiam dúvidas quanto ao mérito da mãe desempregada que voltava para casa logo após deixar o filho na creche, da família que podia pagar um transporte escolar ou mesmo daquela que tinha carro pessoal para o transporte. Sem esquecer das suspeitas de funcionárias das creches, como era o caso de Joana, quanto às mães que *jogam com os critérios e mentem para driblar o sistema*. Havia, igualmente, suspeitas de favoritismo, como, por exemplo, a desconfiança de Nira de que pessoas conhecidas que trabalhavam na escola ou na SMED poderiam agir como *pistolão* na matrícula. De fato, havia situações difíceis de se explicar, como a de uma criança autista que, apesar de, em tese, ser ‘prioridade’, permanecia três anos sem creche.

Entre julgamentos, moralidades e hierarquias sobre *quem merece mais*, a discussão sobre o acesso à creche na Educação Infantil nos impõe o desafio de refletir sobre os efeitos da normatização, como no caso do novo Marco Regulatório, que, em vez de expandir as vagas e de beneficiar um crescente número de famílias, pode nos revelar uma importante questão: como as crianças e as famílias que mais precisam da vaga podem continuar sem acesso à creche?

2.6 DIREITO, SORTE OU MERECEMENTO?

Ao apresentar as perspectivas das mães neste capítulo, retomei a discussão a respeito dos dilemas das *contribuições*, com o intuito de complexificar a análise sobre quem merece as vagas na creche. Entre serem acusadas de *escolherem a vaga, não precisarem da vaga porque estão desempregadas, deixarem os filhos na creche e voltarem para casa para dormir, jogarem com o sistema* ou até mesmo de *se preocuparem mais com as unhas e cabelos ou com as festas de final de semana mais do que com o próprio filho*, propus demonstrar como esse conjunto de moralidades costumava ser acionado tanto pelos conselheiros e funcionárias das creches quanto pelas diretoras e pelos diretores de escolas conveniadas. Ao mesmo tempo que esse jogo de moralidades hierarquizava essas mulheres entre as que merecem/precisam da vaga mais do que as outras, gerava um jogo de desconfiança de elegibilidade para a vaga entre as próprias mães.

A sorte, a punição, o direito, o merecimento ou os amargos critérios de prioridade eram elementos que perpassavam os caminhos trilhados pelas mães e pelas famílias em busca da

vaga. Entre as mulheres que *viviam correndo atrás de uma vaga*, conhecemos mães de crianças portadoras de deficiência (Maria), mães chantageadas nas creches conveniadas (Beatriz) e vagas negociadas entre as mães que podiam pagar. De igual modo, conhecemos mães que *não tinham paciência com a burocracia* que envolvia o *correr atrás* de uma vaga e apenas *queriam alguém que cuidasse dos seus filhos para que pudessem trabalhar* (Amanda). Nesse universo que ainda caminha para a busca da universalização do acesso às vagas, é quase inevitável a sensação de que o fator *sorte* se sobrepõe ao direito, em um cenário em que todas as mulheres e todas as famílias, mesmo que em diferentes níveis, mereçam a vaga.

Acredito que a potência dessa análise seja justamente – para além de identificar e de analisar as hierarquias morais das vagas – entender como o debate sobre o acesso à vaga extrapola a discussão sob um viés educacional ou de participação feminina no mercado de trabalho, desafiando-nos a investigar não apenas as articulações de cuidado das mães de crianças pequenas, mas também as articulações políticas cotidianas dessas mulheres que batalham para a construção de uma vida digna para os filhos em todos os sentidos. Ao seguir o passo a passo das inscrições, esperar a divulgação do resultado e acessar caminhos, muitas vezes alternativos, de acesso à justiça, muitas mães chegavam ao final desse processo com a certeza de que teriam um espaço seguro para deixar os filhos. Outras, porém, seguiam durante todo o ano em busca de articulações alternativas de cuidado, seja por uma rede de apoio de familiares, seja por cuidadoras pagas pela vizinhança. É justamente essa outra rede formada por essas cuidadoras que estrutura a discussão do capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3²⁸

A ECONOMIA MORAL DOS *CUIDA-SE*: ENTRE ENSINAR OU CUIDAR

A vida invisível, filme dirigido por Karim Ainoz e adaptado de romance homônimo da autoria de Martha Batalha, conta a história de Eurídice e Guida – duas irmãs extremamente próximas e filhas de pais conservadores, que se desencontram pelos dramas da vida. Ao evidenciar a vivência de mulheres em uma sociedade patriarcal e machista na década de 1950 no Rio de Janeiro, a trama segue atravessada pelo tema central da invisibilidade, revelando ao público uma narrativa inimaginável da vida de duas mulheres de classe média e descendentes de portugueses. O desenrolar da história e do destino de Guida culmina no encontro com Filomena, marcando o momento em que sua vida se desloca para as periferias cariocas. Com um filho pequeno nos braços, ela passa a morar no cortiço e conhece outra parte da cidade que, até então, era desconhecida por ela.

Nesse encontro, conhecemos a personagem de Filomena – mulher negra, de forte personalidade –, que escancara sua complexidade e sua vivência a partir do seu lugar, permeado pela raça, pelo gênero e pela classe, em um Brasil com apenas meio século após a abolição da escravidão. Ao oferecer apoio às mulheres/mães negras e periféricas que trabalham pela autonomia financeira cuidando dos filhos, Filomena torna-se fundamental ao desenvolvimento da história, oferecendo apoio à Guida, em um país que, ainda sem creches, dribla, questiona e engana o sistema.

Sem pretender dar detalhes excessivos sobre a trajetória das duas irmãs protagonistas no filme, destaco como, aos poucos, a presença de outras mães e crianças sob os cuidados de Filomena vão colaborando para que, ao longo da trama, a casa vá assumindo a função de ser basicamente o lar de Filomena, Guida e o filho. A realidade condensada no filme sobre a vida nas periferias urbanas nos anos 1950 retrata a complexidade da vivência naquele território, ao se evidenciarem as camadas que envolvem a vida em territórios periféricos e racializados, transcendendo-se os dilemas de ser mãe solteira e expondo um aspecto que se espalha por todo o país: mulheres que, há décadas, cuidam dos filhos de outras mulheres em sua própria casa.

Em vista disso, este capítulo versa sobre mulheres como Filomena. Mulheres que *cuidam dos filhos dos outros*. Nas páginas que se seguem, tento unir ficção e realidade. Ao apresentar Teresa, apresento, igualmente, Elza e Sueli, mulheres que se assumem *fazendo o que o Estado não faz*, ao cuidarem de crianças em casa. Tendo como ponto de partida a história

²⁸ Este capítulo apresenta uma discussão ampliada da versão de artigo publicado em dossiê temático da Revista da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2021.

dessas três mulheres cuidadoras, este capítulo tem o objetivo de refletir sobre as agências dessas mulheres, a partir de vivências na comunidade e na vizinhança, perspectivando-se como personagens que diariamente forjam estratégias de sobrevivência, atuam no cuidado de crianças e articulam resistências, a fim de construir possibilidades de renda própria, bem como de lidarem com a insuficiência de vagas em creches e em pré-escolas da região.

No entanto, é imprescindível ressaltar que, apesar de Teresa, Elza e Sueli se aproximarem de Filomena pela semelhança do cuidado de crianças em suas casas, as cuidadoras aqui apresentadas são mulheres brancas que vivem em territórios periféricos e racializados em Porto Alegre. Por essa razão, entendo que as três cuidadoras – apesar de estarem posicionadas de forma diversa de Filomena na sociedade brasileira, a qual é marcada pelo racismo e pelo colonialismo – compartilham da experiência de viver em território periférico, com condições de vida precarizadas, tendo de articular diferentes estratégias para seguir em frente.

3.1 POR DENTRO DAS CASAS

Não tem creche. Tem cuida-se. Esse pensamento reúne as palavras que mais escutei desde que comecei a subir o Morro da Polícia. Naquele momento da pesquisa, estava tentando seguir as mães; chegar até as famílias; pensar nas dinâmicas que envolviam as relações com as creches, os Conselhos Tutelares e a Defensoria Pública; e, ainda mais, refletir sobre o modo como as mães se articulavam cotidianamente para cuidar dos filhos, considerando a dificuldade em encontrar vaga na creche. Tais dificuldades me instigaram a examinar temas diversos, como a falta de vagas em creches, a taxa de crianças matriculadas, as regiões da cidade onde esse índice era maior, os critérios de distribuição de vagas e a lista de espera. Como pesquisadora, estava nos caminhos entre a creche e o cuidar, se assim posso dizer.

Foi em um desses caminhos que, ainda em 2018, acompanhada da minha orientadora quando retornávamos de uma entrevista, deparei com uma placa fixada no portão de uma das casas que dizia ‘cuida-se de crianças’, com letras coloridas de tamanhos diferentes. Naquele lugar funcionava uma das casas de *cuida-se* que retrato neste texto sob a liderança de Elza. Após conhecer Elza, meses depois de ter conhecido Teresa e Sueli, Vitória – liderança comunitária do Morro da Polícia, que conheceremos com mais detalhes no último capítulo – me foi apresentada.

Cuida-se. Em princípio, o nome foi o que mais me chamou a atenção não só pela rápida e óbvia conexão com o ato de cuidar, mas também por remeter às ‘mães crecheiras’ ou às

‘creches domiciliares’, descritas por Rosenberg (2002) como serviço no qual as crianças eram cuidadas por outra mulher em ambiente domiciliar. Em sua tese, Fernandes (2017)²⁹ chamou tais espaços de ‘casas de tomar de conta’, expressão igualmente presente nas comunidades cariocas. Dessa maneira, assumo aqui que as casas de *cuida-se* são locais onde mulheres ‘cuidam’ ou ‘tomam conta’ de crianças em suas próprias casas ou em espaços alugados no Morro da Polícia e no Campo da Tuca, em Porto Alegre, sendo a forma que escolhi para me referir às casas nesta tese³⁰.

Portanto, este capítulo parte inicialmente da apresentação das casas de *cuida-se* de Teresa, de Elza e de Sueli, onde estive entre abril e dezembro de 2019 e pude acompanhar as rotinas de cuidar, uma vez por semana, em cada casa. ‘Tia’ tem sido a forma como as mulheres eram conhecidas na comunidade pelas crianças, termo que toma forma no texto não apenas pela óbvia metáfora familiar, mas também pela lembrança do modo como as crianças costumavam chamar as professoras nas creches públicas. Logo, o uso do termo traz a reflexão atinente à centralidade da mulher, como a figura que cuida. Cada uma das casas estabelecia a própria rotina, definindo-se a faixa etária das crianças, a quantidade de crianças, os horários, os valores cobrados e outros acordos com cada família. É fundamental demonstrar que o trabalho das casas extrapolava as vagas e a casa, fator crucial para se discutir a respeito da diversidade do trabalho que essas mulheres realizavam.

As cuidadoras cuidavam de crianças que não conseguiam a vaga na creche; de crianças que conseguiam, mas precisavam de cuidados em outro turno do dia; de crianças que saíam direto da escola; e de crianças que possuíam outras redes familiares de cuidado, como avós, tios e padrinhos. Dessa forma, enfatizo que as casas de *cuida-se* não estavam inseridas apenas no contexto de cuidado de crianças que não conseguiam a vaga, mas também incluíam crianças

²⁹ Fernandes (2017), em etnografia realizada nos morros da Mineira e de São Carlos, no Rio de Janeiro, em espaços relacionais voltados para os cuidados das crianças (as casas que ‘tomam conta’ de crianças nas comunidades e nas creches públicas), destaca como discursos de uma sexualidade exagerada e fora de hora se constituem como um dos mecanismos de constrangimento e acusação para lidar com a realidade da política pública, em sua incapacidade de atender às necessidades dos outros. Em seu trabalho, Fernandes (2017) adentra os espaços das creches, e analisa o papel assumido pelas acusações de uma ‘sexualidade errada’ como forma de gerir os recursos estatais e a produção de escassez contínua. O material aqui analisado não tem a intenção de adentrar nas questões referentes às sexualidades dessas mulheres, por mais que apareçam semelhanças sobre esse aspecto, mas recupero sua pesquisa a fim de pensar congruências e diálogos possíveis que revelem questões centrais para refletir como tais espaços podem ser elementos centrais para a discussão sobre diversas formas de fronteiras e distintas relações dessas mulheres que cuidam de crianças com as práticas estatais.

³⁰ Minha escolha se deve ao fato de *cuida-se* ser a forma como as casas são reconhecidas na comunidade, entre os moradores e as mães que conheci ao longo da pesquisa, mas também a sua semelhança e referência ao trabalho de cuidar de crianças pequenas. Entre as cuidadoras, os *cuida-se* oscilam entre serem descritos por elas como creches ou como casas.

que permaneciam em turnos opostos e que se situavam em contextos que serão discutidos mais adiante.

Uma vez inserida nessas casas, pude, mais perto das cuidadoras, conhecer o trabalho de Teresa, o que imprimia o desafio de entender como se dava a sua atuação em sua própria casa e, em especial, de refletir, a partir da trajetória dessa mulher, que parte do comprometimento com a comunidade se constituía como força mobilizadora tanto para trabalhar no seu *cuida-se* quanto para realizar o sonho de ter uma creche conveniada com a prefeitura. Tal sonho era movido pelo desejo de finalmente conseguir atender às demandas das famílias que mais precisavam de vagas em creches na região. Um dos fatores que me despertou o interesse em refletir sobre o trabalho de Teresa foi o histórico de suas relações e de seu comprometimento político com a comunidade – seja com lideranças comunitárias, associação de moradores e políticos da região, seja com instituições religiosas e creches conveniadas nas quais já trabalhou. Teresa nos convida a pensar sobre as casas de *cuida-se* não apenas para situá-las como um lugar importante na discussão sobre a falta de vagas, mas também para enfatizar a presença e o protagonismo dessas mulheres envolvidas com a militância e com o cuidado de crianças pequenas.

Enfatizo que a análise desenvolvida nesta tese não intenta reforçar o entendimento de que a vida nessas comunidades seja pautada apenas pela carência e pela falta de condições básicas para a sobrevivência. Consiste antes em ressaltar a agência dessas mulheres e os seus esforços cotidianos para uma convivência mais digna em busca do que é direito para todos. Além de apresentar uma discussão que situa as casas de *cuida-se* em uma perspectiva que justifica a sua existência exclusivamente pela lógica da ausência de creches, pela necessidade de alternativas de cuidados ou pelas situações em que *o Estado não está lá*, analiso as casas de *cuida-se* como práticas sociais de mulheres que cuidam dos filhos dos outros o tempo todo, dentro e fora das regulamentações previstas pelo Estado, discutindo como o Estado agencia os cuidados de crianças pequenas.

Não é novidade que as nossas pesquisas sejam cada vez mais instigadas a perceber que o Estado, assim como as instituições de justiça, não é um ente pronto, dado e acabado, como um ente superior e poderoso (MITCHELL, 2006), mas é constantemente produzido de forma heterogênea, a partir de um conjunto de práticas e de moralidades de diversos atores. Nesta tese, por exemplo, os conselheiros tutelares, os defensores públicos, os juízes, os promotores e os funcionários das creches lidam diretamente com as famílias. Ao escrever sobre o resultado da interlocução dos estudos do Estado na antropologia, Souza Lima (2012) reflete como o ‘fazer’ do Estado é, portanto, entendido como uma constante. O antropólogo chama a atenção para a

importância de não supormos um Estado pronto, propondo uma valorização nas dimensões de processo, de fluxo e de performance, perceptíveis nas análises das condutas, na fala, no agir, no pensar e no apresentar-se na vida cotidiana (SOUZA LIMA, 2012). Dessa forma, tais processos resultam em formas que não são definitivas, “em processos de subjetificação e de subjetivação que operam construindo e destruindo realidades no plano de vida diária, adquirindo a dimensão de automatismos, oriundos ou não de imposições emanadas de um corpo administrativo apoiado em leis e normas” (SOUZA LIMA, 2012, p. 561).

Nesses termos, o trunfo etnográfico de situar tais processos de produção contínua do Estado nas descrições de cotidianos burocráticos, institucionais e interacionais possibilita entender o Estado como projeto ideológico, como na perspectiva adotada por Abrams (1988). Para o autor (1988), a dificuldade em estudá-lo reside no ato de questionar a sua existência como uma coisa em si e sugere romper com uma crença cara às ciências sociais de que há um ‘Estado de fato’ por trás da máscara ideológica-representacional do Estado (ABRAMS, 1988). Ao me juntar a tais autores, assumo o Estado como um processo, e não como algo ideal, que parte de um conjunto de relações que envolvem diferentes atores, instituições e significados.

Neste capítulo, apresento como as casas de *cuida-se* compõem essa trama para refletir como tais normas/exigências produzem essas fronteiras e essas margens, ao mesmo tempo em que integram um contexto que escapa de todas essas regulamentações. Apesar da tentativa de regulamentar o funcionamento desses espaços pela SMED, é possível notar a permanência de práticas não regulamentadas na cidade, existindo e resistindo por anos. Como aponta Fernandes (2017), o acesso à creche se desvela como um dos aspectos mais problemáticos da forma como os processos de Estado, a partir de suas administrações, se relacionam com as demandas da população que vive nas periferias urbanas.

Fonseca (1995) já descreveu formas múltiplas de ‘criar’ e de ‘tomar conta’ na organização dos cuidados nos grupos populares, em seu clássico estudo sobre circulação de crianças durante os anos 1980 e 1990 na capital gaúcha. A pesquisa de anos da antropóloga apresenta que a maneira pela qual essas crianças circulam em diversos espaços de cuidado desconstrói uma prevalência da consideração da família nuclear como norma hegemônica, passando a alertar para a possibilidade de existência de dinâmicas familiares alternativas, em que a circulação de crianças seria um exemplo dessas formas. Ao revisitar a discussão sobre a circulação de crianças e refletir sobre a presença da família estendida na época atual, é possível perceber a presença de cuidadoras pagas, de vizinhos, de avós e de demais parentes envolvidos nessa modalidade de cuidados com as crianças. Assim como a circulação de crianças é, de acordo com Fonseca (1995), uma das modalidades de criação presente na longa duração de

cuidado, as casas de *cuida-se* – bem como as ‘casas de tomar conta’, discutidas por Fernandes (2017) – se constituem como mais uma dessas modalidades de criação e de cuidado com as crianças.

Destaco, portanto, que Filomena (personagem do filme citado anteriormente) é um ponto de partida para se refletir sobre como a existência de mulheres que cuidam de crianças não é algo necessariamente inédito na história do Brasil, o que reflete a multiplicidade de vidas (in)visíveis que acontecem o tempo todo, há muitas décadas, dentro, fora e/ou às margens do Estado. Nesse sentido, o Estado compõe um importante elemento a ser considerado na análise das rotinas dos *cuida-se*, apesar das – e junto com as – tentativas de regularização e da/com a imposição de normas legais para a sua existência.

Friso que tais reflexões são movidas por três conjuntos de relações divididos entre: relações estabelecidas dentro das casas; relações das casas com a comunidade e a vizinhança; e relação das casas com o Estado. As relações familiares, igualmente, perpassam esse universo: relações entre as cuidadoras e as crianças cuidadas; relações dentro da própria família das cuidadoras; e relações entre as diversas famílias envolvidas no cuidado de cada criança.

Por essa razão, este capítulo também objetiva discutir como se dão as relações nas casas de *cuida-se* entre as cuidadoras, as crianças, as famílias, os afetos e o Estado; e como se produz uma economia moral do cuidado de crianças, ao se mobilizarem moralidades diversas envolvendo diferentes atores, instituições e significados. A análise com base na noção de economia moral, como aponta Fassin (2015), implica entender como os valores e os afetos são produzidos, circulados e apropriados ao redor de determinada situação que a sociedade constrói como problema. Para isso, é fundamental conhecermos Teresa, Elza e Sueli, antes de adentrarmos no conjunto de relações entre as famílias em cada uma das casas de *cuida-se*.

3.2 TIA TERESA

Primeiramente conheci Teresa por Vitória. Teresa, além de ser definida por ela mesma como *parceira de longas datas* em diversos encontros, tinha um *cuida-se* há algumas ruas abaixo de sua casa. Vitória tinha se comprometido em nos apresentar. Antes de nossa chegada à casa, Vitória falou brevemente sobre como Teresa, há bastante tempo, era uma das parceiras da comunidade quando as reivindicações envolviam crianças. Com o passar dos dias já em sua casa, pude entender com mais detalhes a que Vitória se referia. Antes de isso acontecer, destaco que sua *luta com a SMED* havia sido assunto frequente entre nós desde o primeiro dia em que

nos conhecemos. Em nosso primeiro contato, Teresa narrou o histórico de sua trajetória como professora de creche particular, mencionando os desafios em lidar com as exigências relativas ao funcionamento do espaço nas visitas de fiscalização da prefeitura e em trilhar os caminhos de concretização do sonho de ter uma creche conveniada. Suponho que, naquele momento, Teresa aparentava querer me convencer de que não era apenas uma mulher que cuidava de crianças em casa, mas que era impulsionada por sua trajetória e por ambições futuras maiores de combinar o trabalho de cuidar com o comprometimento político com a comunidade.

Desde a primeira visita à sua casa, era impossível não notar certa similaridade com as outras duas cuidadoras que eu já havia conhecido. Apesar de mais madura, a pele clara marcada pelos cabelos loiros despertava certa semelhança entre elas, além da coincidência de serem evangélicas, característica que também podia ser encontrada em Elza e Sueli. Esse fato me chamou a atenção e, por mais que o aspecto religioso não seja explorado nesta tese, não pude ignorar os atravessamentos concernentes a esse elemento. Até mesmo porque muitas famílias que batiam à sua porta chegavam a partir de recomendações de outras mães que frequentavam a igreja adventista próxima à sua casa ou que frequentavam a própria igreja em que ela ia.

Seu interesse em cuidar de crianças surgiu junto à maternidade, havia mais de 20 anos, por se definir como *uma mãe que precisa*. Como teve dificuldades em encontrar alguém para cuidar de sua filha, hoje com 22 anos de idade, empenhou-se ainda mais em seguir com esse trabalho, para que outras mães não tivessem a dificuldade que ela teve. Contadora de formação universitária, tendo atuado por 10 anos em escritório de contabilidade, Teresa teve aguçado, na maternidade, o prazer em cuidar de crianças. Hoje, ainda casada e com quatro filhos adultos, cuidava também dos quatro netos. O abandono ao trabalho de escritório para trabalhar em creches veio acompanhado da formação em pedagogia e da paixão criada pelo trabalho ao longo dos anos.

Atuou tanto na coordenação quanto no berçário de diferentes creches por 16 anos. Entre anos de trabalho em creches conveniadas, como a Padre Ângelo e a Maria Bastos – espaço que ajudou a inaugurar –, Teresa contou ter atuado no cadastro das famílias e na divisão por faixa etária das crianças, assim como ter contribuído com a redação do estatuto para a regularização do convênio, desde antes da inauguração da creche. Recuperar esse histórico remetia Teresa a um período anterior ao final da década de 1990 e à sua atuação junto ao já falecido Seu Laurindo, personagem que já foi muito presente na comunidade, tendo sido ex-presidente da associação de moradores localizada a algumas ruas de onde morava. A sede da associação, que funcionava à época na casa de dona Idalícia, oferecia aulas de dança para as crianças, estando sempre aberta e disponível para a comunidade.

Teresa narrava como eram as movimentações para arrecadar doações tanto para as instituições em que trabalhava quanto para outras instituições parceiras que conhecia. Além de ter muito a dizer sobre as doações que intermediava até as famílias *que mais precisavam*, Teresa tinha muito a dizer sobre os usos e os desvios que envolviam esse universo: as distribuições que realmente chegavam, as decepções com promessas que nunca se concretizaram e as lições que tirava quanto a não alardear a comunidade em relação a promessas de doações que poderiam nunca chegar. Graças ao seu trabalho nas creches e à sua proximidade com as famílias (pelas articulações das doações com empresas privadas e com os programas do Governo Federal), Teresa era constantemente interpelada pela comunidade para se candidatar a conselheira tutelar. Mesmo que o salário fosse tentador, Teresa destacava que realmente gostava de estar mais perto das crianças e de ajudar a comunidade, só que de outro jeito.

Em nossas pausas para um café enquanto as crianças inventavam brincadeiras e em encontros que tivemos na casa de Vitória aos finais de semana, Teresa relembrava do auge do Fome Zero e da sua constante presença na distribuição das doações que chegavam à associação de moradores. Teresa também relembrava como ajudou seu Laurindo a fazer um levantamento da área das casas e a lutar para que a brigada não confiscasse todos aqueles terrenos no morro. Ao recuperar a lembrança sobre *o brigadiano que fiscalizava as casas e tirava as pessoas de lá*, Teresa o chamava de *capitão do mato*, por ser o responsável pelo comando da brigada em algumas regiões da comunidade.

Nos momentos em que as crianças estavam brincando *para gastar a energia*, como ela costumava falar, Teresa resgatava parte das lembranças sobre a história do morro e sobre a vida quando chegou por ali nos anos 1980. Falar sobre o morro também a fazia rememorar o avô, definido por ela como *muito superprotetor*, que era da brigada. Por essa razão, o avô não queria que ela se casasse e se deixasse levar pela fama do alto do morro, à época conhecido como um lugar *sem perigo*, em que os jovens costumavam ir para catar marcelas e namorar nos capôs dos carros, dividindo olhares entres as estrelas e as luzes da cidade grande logo abaixo.

Retomar o passado para contar sobre a sua trajetória na comunidade a estimulava a falar sobre a família, o morro e a brigada, sobre as pessoas que conheceu, e, principalmente, *sobre a importância de dar o pontapé inicial para fazer as mudanças que a comunidade precisa acontecer*. Com o trabalho em creches particulares na cidade, Teresa confessou que não gostava nem das *mães ricas* e nem das colegas de trabalho, e reafirmava – sempre que o assunto sobre planos surgia – que *gosta mesmo é de trabalhar com crianças e famílias que mais precisam*. Lembro-me de que foram diversos os momentos em que escutei afirmações como essas, aliadas às narrativas que envolviam a concretização de seus planos sobre a creche.

Ao apontar para os diversos livros, jogos, brinquedos e outros materiais guardados em um armário grande que dividia, em sua casa, um dos cômodos, Teresa salientava que lá havia muito do que era necessário, mas que ainda precisava de um espaço com cerca de três salinhas e uma cozinha para começar. Ciente de que havia alguns desafios a enfrentar, muitos foram os lugares que percorreu na comunidade, na busca por um lugar que atendesse às especificidades do convívio com a prefeitura, cujo preço de aluguel fosse mais acessível e compatível com as outras despesas. Esse desejo não era motivado apenas pelo preço, mas principalmente pela presença de um pátio em que as crianças pudessem brincar, considerando-se que essa era uma das maiores dificuldades do espaço, tanto pela configuração dos terrenos do morro quanto pelas rígidas normas da prefeitura para regularizar a documentação.

Esse espaço deveria ser próximo do que considerava *o seu público alvo*, mas Teresa também era firme em mostrar que o seu objetivo era *encontrar pessoas que pudessem pagar pelo serviço que estava querendo oferecer*. Teresa deixava evidente que o objetivo era *montar um negócio* que, ao mesmo tempo, pudesse oferecer o próprio sustento e arcar com as despesas que o espaço requereria. Afinal de contas, ela estaria assumindo um compromisso com as mães, as famílias e as crianças. A ênfase dada ao sonho da creche como trabalho e, por conseguinte, como forma de ganhar dinheiro seguia lado a lado com o comprometimento em ajudar a sua comunidade.

Teresa explicou que seu afastamento da atuação política na comunidade era decorrente da necessidade de dar mais atenção ao marido, devido ao quadro de alcoolismo. Portanto, viu, na possibilidade de estar em casa dando atenção à família, a oportunidade de unir essa necessidade à paixão pelo trabalho de cuidar dos filhos dos outros e à chance de complementar a renda. Além dessa necessidade familiar, Teresa relatou não ter se acostumado ao trabalho de anos nas creches particulares, o que a fez decidir começar a cuidar de crianças em casa, precisando, para tanto, adaptar a garagem para recebê-las.

Com mais espaço, as mesinhas coloridas com cadeiras dividiam o lugar com outros brinquedos e com a TV, que sempre ficava ligada em programas infantis ou em ‘programas de fofoca’ exibidos na televisão aberta. A parte da frente da casa era o espaço disponível para as brincadeiras (andar de patinete, jogar bola), fazer a tarefa de casa, guardar as mochilas da escola e outros materiais no período de permanência das crianças, para que somente à noite pudesse guardar o carro do marido. Uma porta de ferro que permanecia trancada durante o dia separava o espaço em que as crianças ficavam e os outros cômodos da casa, sendo aberta somente quando necessário, o que possibilitava o trânsito entre o banheiro e a cozinha. Imagino que a divisão

dos espaços estivesse ligada à sua vontade de preservar a intimidade da família e de controlar o trânsito das crianças pela casa.

Teresa morava no mesmo endereço com a família havia 27 anos, mas, naquele período, moravam com ela apenas o marido e a filha mais nova, sendo que o *cuida-se* funcionava havia 10 anos. O terreno onde morava tinha três divisões: a casa onde morava; o andar inferior separado por uma escada lateral, onde vivia o filho com a esposa e os netos; e outro espaço que estava sendo reformado para a filha mais nova, que estava noiva e iria morar com a nova família. O valor cobrado mensalmente era de duzentos reais, e as crianças ficavam das 8h até o final da tarde. Sem deixar de fora o amor e o zelo que tem pela profissão, Teresa sublinhava o desafio de cuidar de crianças na própria casa, primeiramente porque o limite do *cuida-se* era de 9 crianças, número que explicou ser permitido pela Secretaria Municipal de Educação para o funcionamento desse tipo de espaço. Seu *cuida-se* estava aberto desde 2010 e já teve várias configurações. Já chegou a cuidar de 30 crianças, quando contava com a ajuda de mais 4 pessoas que trabalhavam com ela em outra casa, a qual tinha uma estrutura melhor do que a atual.

Naquela época, ciente de que as crianças precisavam de um espaço para correr para conter a ansiedade, Teresa fez um acordo com os vizinhos para que as crianças pudessem brincar na rua. Em princípio, não houve qualquer objeção, mas não demorou muito tempo até que alguém fizesse uma denúncia ao Conselho Tutelar sobre a quantidade de crianças na casa. Juntamente à visita da SMED veio a cobrança de uma série de adequações, como o reboco das paredes, a troca de piso frio por piso quente³¹, o espaço das salas para caber uma turma de 10 crianças, cozinheira, faxineira, coordenadora pedagógica, um professor responsável por sala e área de pátio. O passo a passo das exigências da SMED para a regularização era extenso, e a pressão da secretaria para que ela tivesse um espaço exclusivo para a creche só aumentava.

Mesmo sem saber se a denúncia tinha relação com o barulho ou com o número excessivo de crianças na casa, Teresa percebeu, com o passar do tempo, que não teria condições financeiras de se adequar a todas as exigências estruturais da prefeitura para o funcionamento da creche. Foram mais de 20 notificações da SMED até que, por fim, Teresa decidiu que a melhor alternativa seria ir diminuindo gradativamente o número de crianças, até que ficasse apenas com o suficiente para um *cuida-se*. E assim tem feito nos últimos anos, cuidar de

³¹ Piso quente e piso frio são dois tipos de acabamentos para o piso das residências. O piso quente é capaz de reter a temperatura ambiente, dando a impressão de ser mais quente do que os pisos frios, que, por sua vez, são mais indicados para dar aquela sensação de frescor ao pisar com os pés descalços. Em função das baixas temperaturas presentes na região Sul, o piso quente no interior das casas é mais indicado para amenizar o frio e criar um espaço mais confortável.

crianças em sua própria casa, negociando-se intimidade, família, cuidado e dinheiro, assim como tem feito Elza.

3.3 TIA ELZA

A casa da Tia Elza era um sobrado de dois andares com um portão de grades de ferro onde ficava a placa *cuida-se de crianças*, com cada letra escrita em uma cor diferente. Ainda da rua era possível ver vários brinquedos infantis em frente à porta da casa térrea no mesmo terreno que pertence à sua mãe. Era preciso subir uma escada externa para chegar até a sua casa e tocar uma campainha estridente – que assustava a todas nós, quando os responsáveis chegavam para buscar as crianças. Ao entrar, a primeira impressão que tínhamos era de que a sala onde as crianças dividiam espaço no sofá da sala para a soneca da tarde não era muito grande, mas escondia o restante dos cômodos que estavam logo após a cozinha, dando acesso direto a um terraço ao final do corredor.

Para Elza, a cozinha era um lugar que agregava as duas casas, uma vez que as refeições – *comida de creche*, segundo ela – tanto das crianças quanto dos filhos eram preparadas no mesmo lugar. Elza, 38 anos, era casada, tinha três filhos (7, 9 e 14 anos), frutos do casamento com Marcelo, que era metalúrgico por 20 anos. Ao falar dos filhos, ela destacava o esforço que a família fazia para priorizar a educação e manter os três no colégio adventista particular, localizado a algumas ruas abaixo de onde moravam. A bolsa de 50% de cada um ajudava no orçamento. Mesmo que parecesse muito preocupada em dizer que não tinha *nada contra* as escolas públicas da região, Elza compartilhou comigo a vontade de que os filhos ingressassem na UFRGS.

O *cuida-se* funcionava em sua casa havia 12 anos, que era própria, desde que decidiu sair do seu emprego de fiscal de caixas em uma loja de varejo. Enquanto estava empregada, a loja arcava com as despesas da creche dos filhos, até que decidiram substituir o pagamento para um auxílio-creche que não era suficiente para custear a creche dos três. Diante dessa dificuldade, Elza decidiu sair do emprego. Enquanto recebia o seguro-desemprego e cuidava dos três filhos, surgiu a oportunidade de cuidar dos gêmeos da prima. Foi dessa maneira que Elza – quando menos percebeu – já estava cuidando de cinco crianças na sala de casa. A quantidade de crianças em casa foi chamando a atenção nas redondezas e deu início a uma rotatividade de pequenos, o que fez com que ela pensasse que poderia continuar a cuidar de

crianças sem ter de voltar a procurar outro emprego. Assim, *quase sem querer*, ela passou a cuidar de crianças há 12 anos.

A quantidade de crianças que ficavam sob os cuidados de Elza e a idade delas sempre oscilavam, em conformidade com a época do ano e com as necessidades de cada mãe. Ora mais, ora menos, Elza definiu que *dez crianças é o seu próprio limite em função da sua falta de estrutura*. A cuidadora contava com a ajuda da mãe que, por morar no andar inferior, colaborava com as crianças como podia, mesmo tendo *problemas de saúde no pulmão*. Em função de ela estar sempre presente em casa, as crianças que permaneciam por um período mais longo chamavam-na de *vó*, e ela acabava auxiliando a filha, seja trocando fraldas, seja acompanhando as crianças enquanto Elza preparava o almoço, seja buscando os netos na escola ao final da tarde.

O período de permanência das crianças nas casas normalmente era das 7h às 19h. Elza estipulava um valor mensal de 300 reais. Caso fosse meio período, o valor era reduzido pela metade, sempre passível de novos acordos e rearranjos. Em decorrência da proximidade com o Baile da Tuca – festa famosa na região –, Elza também cuidava de crianças no período noturno por um valor entre 35 e 50 reais, estipulando um horário para que a mãe fosse buscar a criança. Aos finais de semana, Elza preferia priorizar a família. Ao se dividir entre trocar fraldas de um, dar mamadeira para outro e descascar maçãs para as crianças, Elza me contou que, além do valor cobrado, pedia para que as mães enviassem uma mochila com fraldas e com alimentos, como leite, bolacha, achocolatado, frutas e lenços umedecidos. Apesar de entender que nem sempre as famílias *tinham condições*, a cuidadora entendia que *o combinado não saía caro* e reforçava a importância do diálogo para que fosse possível entender as particularidades de cada família.

A partir dessa organização, os acordos dependiam das condições e das necessidades das famílias – meio período, diária, desconto pela quantidade de irmãos *etc.* Essa variação também ocorria com as idades das crianças, desde 1 mês de nascido – o bebê mais novo de que já tomou conta – até a idade em que eles começavam a ir para a escola, tempo em que, segundo ela, as famílias já entendiam que os filhos já poderiam ficar sozinhos e não precisavam mais de uma pessoa que ficasse responsável por eles em todos os momentos. Elza chegou a aceitar cuidar de três irmãos por 600 reais, mas logo percebeu que o bebê precisaria de mais cuidado e de mais atenção, o que influenciaria no valor que ela deveria cobrar pelos cuidados. Assim, reajustou o valor, apesar de confessar que *se viu muito nessa mãe que com três filhos pequenos* precisava encontrar uma alternativa para compartilhar os cuidados com o filho. Elza aparentava refletir sobre o dilema entre a necessidade dos cuidados e os gastos necessários para isso.

Ao falar sobre o dinheiro, percebi que a decisão sempre era tomada com o marido, que acabava opinando sobre valores e quantidade de crianças, o que influenciava na forma como Elza gerenciava a sua rotina. Foram poucas as vezes que nos encontramos, mas aponto esse aspecto pelos relatos que Elza costumava fazer quando o assunto era pagamento e acordos com as famílias. No caso de Teresa, essas informações eram relevantes, haja vista que parte do trabalho do *cuida-se* incluía o transporte das crianças da escola para a casa, trajeto que era realizado pelo marido, já que Teresa não dirigia. Com problemas similares a Elza – incômodo do marido com a falta de privacidade e com o intenso movimento de crianças na casa deles – Sueli considerou ser importante encontrar outro lugar para que ela pudesse continuar a cuidar de crianças.

3.4 TIA SUELI

Diferentemente das outras duas cuidadoras, Sueli não morava no mesmo lugar em que cuidava das crianças e alugava o espaço que conheci, à época, havia quase 1 ano. Casada há 30 anos e com 4 filhos *já criados* – como costumava falar – revelou que apenas o mais novo, com 17 anos, ainda morava com ela a algumas ruas acima dali. Por vezes, ficava a impressão de que não morava ninguém por ali, pois o portão, as portas e as janelas estavam sempre fechadas, e o lugar era sempre muito silencioso. Diferentemente do *cuida-se* de Elza, não havia qualquer indício de que ali havia crianças, como placas, brinquedos à vista ou qualquer outro sinal.

Além da porta de entrada, havia uma grade de ferro que ficava sempre trancada, antes que pudéssemos ver o interior da casa com mais detalhes. Era naquele espaço entre a grade e o portão que Sueli costumava receber e entregar as crianças para os responsáveis, já que todos sabiam que o portão de fora estava sempre aberto para que pudessem entrar sem necessariamente ter de acioná-la. Tempos depois frequentando a sua casa, pude perceber que as portas ficavam sempre fechadas por ser a alternativa que Sueli encontrou para estar atenta a todas as crianças no espaço da casa – afinal de contas, ela cuidava das 14 crianças sozinha – e para não demonstrar que ali era uma casa em que se cuidava de crianças. Suspeito que, por esse motivo, as crianças nunca brincavam no pátio.

Ao passarmos pelas duas portas, o pequeno cômodo à nossa frente lembrava um *hall* de entrada, em que ela pendurava bolsas, mochilas, casacos e demais pertences das crianças, com vistas a ter fácil acesso, quando precisasse. Na medida em que adentrávamos, era possível ver que o espaço da casa era dividido em quatro cômodos. O espaço destinado para as brincadeiras

era a transição entre a cozinha e a parte dos fundos da casa. Ali era onde ficava a maioria das crianças espalhadas pelo sofá, enquanto dividiam a atenção entre o conteúdo da televisão, os diversos jogos e os demais brinquedos espalhados pelo cômodo. Dessa forma, a cozinha, além de ser o ambiente que interligava o restante dos cômodos e o único banheiro, era um local de passagem.

Entre balançar o carrinho e lidar com a briga das crianças pelos brinquedos na outra sala, Sueli – de pele branca avermelhada do sol com cabelos loiros compridos já grisalhos que caíam sobre os ombros, onde descansava um pano sempre a postos para limpar o que precisasse – contou que cuidava sozinha de 14 crianças, de bebês de colo a crianças maiores que permaneciam meio período após a escola. Assim como nas outras casas, esse número variava na medida em que o mês passava, recebendo, inclusive, crianças que precisavam ficar com ela por apenas um dia.

Assim como Elza, foi *por acaso* que Sueli começou a cuidar dos *filhos dos outros*. Certa vez, uma amiga pediu para que Elza cuidasse da filha por um dia. Foi, então, uma questão de tempo para que a notícia se espalhasse na comunidade. Quando percebeu, as pessoas já estavam batendo na porta da sua casa à procura de seus cuidados. Com sorriso nos lábios ao relembrar da situação, ela narrou que, quando *piscou os olhos*, estava com 23 crianças na sala de sua casa. Ao mesmo tempo que o número de crianças me causava surpresa, arrancava um sorriso de Sueli, em decorrência tanto de sua segurança no cuidado com as crianças quanto de sua ciência frente a tamanho desafio.

Naquele momento, percebi que a chegada das crianças também trazia alguns problemas em sua casa: a bagunça, os danos a seus pertences pessoais, as reclamações do marido e o desejo de não querer se indispor com as famílias por causa das broncas. Sua preocupação era refletida na seguinte questão: como corrigir o *filho dos outros* para evitar danos nas suas coisas sem que os pais reclamassem de sua atitude? Tais acontecimentos a impulsionaram a procurar um espaço apenas para essa atividade, a fim de preservar a sua intimidade, conservar os seus móveis e atender ao pedido do marido.

Antes de alugar o espaço em que se encontrava naquele momento, Sueli já tinha alugado outras duas casas, que, por serem espaços bem menores, não atendiam à quantidade de crianças que costumava cuidar. Na verdade, o seu grande plano consistia em conseguir se livrar do aluguel e construir uma creche no terreno que comprou, que era próximo da sua casa, ruas acima dali. Mesmo com o terreno, as despesas com o *cuida-se* ainda não permitiam que ela conseguisse uma reserva para, aos poucos, comprar os materiais necessários, uma vez que não precisaria gastar com mão de obra, já que o marido trabalhava como pedreiro.

Chamou a minha atenção ouvi-la falar sobre os planos de ter uma creche. Ao perguntar mais detalhes sobre tais planos, Sueli respondeu que, apesar de chamar de creche, não tinha pretensões de *regularizar a situação*, reafirmando que queria continuar exatamente como estava à ocasião. *A regularização é muita papelada e complicação. Aí não dá pra mim*, comentou Sueli. A construção do espaço estava ligada à ideia de conciliar o trabalho de cuidar de crianças e o desejo de abrir uma *lancheria* no mesmo espaço à noite. Seria uma oportunidade para que pudesse voltar a vender bolos, tortas e salgados – como fazia antes de começar a cuidar de crianças –, e não precisaria cuidar *dos filhos dos outros* por todo o tempo do seu dia.

Com o valor de 200 reais mensais por criança, ela frisava que todo o pagamento do trabalho era destinado para suprir gastos da casa, sem contar os *calotes*. Por ter experiência em cuidar de crianças, Sueli também precisava sentir o apoio dos pais em confiar no trabalho, uma rotina de cuidado que durava 12 horas por dia. Por essa razão, decidiu não cuidar de crianças à noite ou aos finais de semana, ao contrário de Teresa. O final de semana era o único tempo que sobrava para que ela pudesse cuidar de si, da própria casa e da vida pessoal. Essa foi a alternativa que encontrou para que sua vida não se resumisse a *cuidar do filho dos outros*.

3.5 NORMAS DE FUNCIONAMENTO: OLHANDO PARA AS CONSEQUÊNCIAS

Após ter conhecido Teresa, Elza e Sueli – assim como ter conhecido, mesmo que brevemente, parte da organização das casas –, considero relevante, neste momento, apresentar a noção amplamente difundida entre as cuidadoras sobre o número limite de nove crianças para um *cuida-se*. Apesar de não existir legislação específica a respeito da regularização e do funcionamento das casas de *cuida-se*, a resolução n. 3/2001 do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME/POA) estabelece normas para a oferta de Educação Infantil do Sistema Municipal de Educação (PORTO ALEGRE, 2001). Em síntese, prevê-se o seguinte:

Art. 2º - A Educação Infantil constitui-se em ação pedagógica intencional, caracterizada pela indissociabilidade entre cuidar e educar, considerando as vivências socioculturais das crianças.

Art. 3º - São consideradas como instituições de Educação Infantil todas aquelas que desenvolvem cuidado e educação de modo sistemático, por no mínimo quatro horas diárias, a dez crianças ou mais, na faixa etária de zero a seis anos, independentemente da denominação das mesmas e, portanto, submetida à normatização pelo Sistema Municipal de Ensino.

(...) Dessa forma, o Conselho afirma que todas as atividades sistematicamente desenvolvidas com crianças, na faixa etária de zero a seis anos, mediadas por educadores, em espaços coletivos formais, embasadas em uma rotina com ações individuais ou coletivas diárias, propiciando situações de cuidado, brincadeira e

aprendizagem de forma integrada, constituem uma ação pedagógica, que caracteriza a instituição que a oferecer como de educação infantil. Consequentemente todos os estabelecimentos que trabalham com dez ou mais crianças nesta faixa etária, qualquer que seja a denominação e/ou razão social adotada, são considerados como de Educação Infantil. O atendimento oferecido a grupos de crianças, em espaços designados como “cuidam-se de crianças”, será objeto de estudos futuros deste Conselho (PORTO ALEGRE, 2001, s/p).

No momento em que o ‘Estado’³² bate à porta das casas de *cuida-se*, vale pensar como tais normas e tais legislações, por meio da burocracia, classificam o que é ‘de fora’ para ‘dentro’, em tornar o não conhecido legível, em conhecer e codificar tudo o que ocorre no seu território e em suas margens. Após ter ciência do estabelecimento de normas de funcionamento, a partir das resoluções do Conselho Municipal de Educação, e da mudança de entendimento sobre a regularização de espaços, como as casas de *cuida-se*, entre os anos de 2001 e 2014, proponho considerar a atuação das casas de *cuida-se* às margens do ‘Estado’, conforme discutido por Veena Das e Deborah Poole (2004). Para tais autoras (2004), as margens do Estado se configuram a partir de certo modo de agir praticado pela burocracia estatal sobre populações, grupos ou corpos na gestão de determinado território. Na busca por repensar o Estado por meio das práticas e das políticas de suas margens sociais ou territoriais, consideram-se as margens como locais, nas quais o direito e outras práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação, por outras normas e por outros valores que emanam das necessidades urgentes da população para assegurar a sobrevivência econômica e política (DAS; POOLE, 2004).

Os artigos da resolução do CME/POA citados anteriormente estabelecem que todos os estabelecimentos que trabalham com dez crianças ou mais nesta faixa etária são considerados como de Educação Infantil (PORTO ALEGRE, 2001). Embora esse contexto seja marcado por muitas incertezas quanto às normas que regem o funcionamento de *cuida-se*, as cuidadoras relatavam que os funcionários da prefeitura, na visita, informavam que o limite era de 9 crianças. Dessa forma, as casas não poderiam ser fiscalizadas com base nas regulações existentes, assim como não se podia cobrar o cumprimento das mesmas normas exigidas a uma instituição que recebia mais de 10 crianças.

³² Neste capítulo, a palavra ‘Estado’ aparece entre aspas por se referir à forma como as cuidadoras comentam sobre as visitas dos funcionários da prefeitura municipal para fiscalização em suas casas ou para se referirem às ‘creches do Estado’. Dessa forma, o ‘Estado’ é entendido como uma fabricação discursiva, assim como Vianna e Farias (2011) entendem no artigo em que analisam as articulações políticas das mães em casos de julgamento da morte dos filhos pela violência institucional.

Em nova resolução referente ao ano de 2014 (PORTO ALEGRE, 2014), estabelecem-se normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Porto Alegre, informando-se que:

Todas as atividades sistematicamente desenvolvidas com crianças na faixa etária de zero a seis anos, mediadas por professores em espaços coletivos formais, embasadas em rotinas com ações individuais e/ou coletivas diárias, propiciando situações de cuidado, brincadeira e aprendizagem de forma integrada, constituem-se em ação pedagógica, as quais caracterizam a instituição que oferece a Educação Infantil. (...) O ato de educar/cuidar é uma relação indissociável na ação pedagógica e está presente em todas as interações do adulto com a criança e dela com o adulto, ou seja, está presente em todas as relações do cotidiano com as crianças. A perspectiva do educar cuidando é a compreensão de que não há ação pedagógica dissociada do sentido do cuidado. Cuidar é ato protetivo, assistido, complementar, perpassando diversas experiências de contato, diálogos e informações que se configuram em momentos significativos de interação pedagógica e de aprendizagem. Portanto, todos os profissionais que atuam diretamente com a criança em ambientes pedagógicos coletivos não podem perder essa premissa (PORTO ALEGRE, 2014, p. 13-14).

Essa nova resolução apresenta informações mais atualizadas que, diferentemente da resolução n. 3/2001 (PORTO ALEGRE, 2001), não faz referência ao número de crianças por instituições de Educação Infantil, mas traz informações sobre o tipo de atendimento realizado para crianças que estão na faixa etária entre zero e seis anos de idade. O parecer do CNE/CEB n. 7/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, também ratifica essa concepção, ao afirmar sobre a necessidade de se considerarem a inseparabilidade das dimensões do educar e do cuidar (BRASIL, 2010). A Educação Básica, uma vez centrada no estudante, investe no cuidar e no educar, iniciando-se tais ações a crianças a partir de zero ano.

Tendo em vista as normativas apresentadas, pude entender a razão de Teresa e Elza sempre frisarem o limite de nove crianças como condição para o funcionamento das casas de *cuida-se* e, em certa medida, como um modo de me justificarem a legalidade do trabalho que estavam realizando. Antes de avançar nessa discussão, apresento como a atuação das tias cuidadoras informam, mais adiante, sobre as percepções relativas ao cuidar e ao educar.

3.6 ENTRE O CUIDADO, O DINHEIRO E A INTIMIDADE

Quem paga tem que confiar que eu vou cuidar é o que Tia Sueli costumava falar sobre a importância da confiança das mães³³ para cuidar dos filhos. Por essa razão, Sueli não permitia a presença dos pais no que nominou, assim como nas creches públicas, de *semana de adaptação das crianças com a nova rotina*. Trata-se de um processo de adaptação que envolvia tanto as crianças quanto as mães, como afirmou Sueli, não só por acreditar na importância de a criança se acostumar com a ausência da mãe, mas também por não querer que os pais vissem a *liberdade com limites* que regia o funcionamento da casa. Sua preocupação estava ligada ao fato de os pais acharem que ela *não cuida direito das crianças*, o que a instigava a repetir que *quem paga tem que confiar que eu vou cuidar*. O pagamento de uma mensalidade pressupunha que um acordo de confiança sobre o modo de cuidar fosse estabelecido entre as mães e as mulheres que cuidavam. Nesse sentido, as noções de ‘cuidar’ e ‘cuidar direito’ assumiam expectativas de um ‘bom cuidado’, que poderia estar relacionado ao dinheiro envolvido na relação entre as famílias e as cuidadoras.

Na primeira visita à casa da Tia Teresa, a cuidadora comentou como *as mães não querem pagar e ainda querem xingar e exigir por cuidados*. Apesar de Teresa sempre ter retratado o trabalho como reflexo de amor e zelo, relatou ser complicada a relação com as famílias quando se tratava de negociar sobre o que denominava *cuidar direito*. O trabalho de Zelizer (2011) contribui para a análise aqui empreendida, ao versar sobre a coexistência de fluxos econômicos e íntimos que se complementam. Em sua obra ‘A negociação da intimidade’, a socióloga questiona que aspectos como dinheiro, amor, trabalho e favores, por exemplo, estejam localizados em esferas separadas ou em ‘mundos hostis’ (ZELIZER, 2011). Entre situações diversas que envolvem cuidado, a autora (2011) elenca presentes entre namorados, empréstimos de pai para filho, disputa de herança e ajuda remunerada nos cuidados de uma criança. Embora o trabalho realizado pelas cuidadoras seja considerado atividade econômica na qual as relações com as famílias são perpassadas pelo dinheiro, esse quesito não anula sentimentos, afetos e emoções envolvidos nas práticas de cuidar. Logo, gerir atividades econômicas junto a relações íntimas não constitui uma ação livre de constrangimentos e de constantes negociações, conforme aponta Zelizer (2011).

Sobre o pagamento, destaco que Elza, assim como Sueli, costumava trabalhar com o pagamento de caução, a fim de se evitarem prejuízos. Em geral, a mãe pagava o valor acordado no primeiro dia, antes mesmo de a criança entrar na casa, recebendo um recibo em troca. *Ela*

³³ Apesar de as mães serem as responsáveis por negociar os valores e os horários com as cuidadoras, cabe ressaltar que pais, avós, padrinhos e vizinhos também participavam da relação com as cuidadoras para levar ou buscar, por exemplo, desde que devidamente acordado com as cuidadoras.

paga para eu cuidar, nessa ordem, Elza me explicou. Tal atitude decorria da frequência com que as mães desapareciam sem realizar o pagamento após um mês, e os filhos foram diariamente *cuidados e alimentados*. A ordem de *primeiro o pagamento depois o cuidado* passou a funcionar em sua casa depois que a cuidadora passava o mês inteiro cuidando das crianças e, ao final do mês, as mães simplesmente desapareciam. Elza relatou que, certa vez, uma vizinha da mesma rua deixou a filha o mês inteiro em sua casa; e, no dia do pagamento, ela deixou de pagar e mudou de endereço, para não ter de pagar o que devia.

Tia Elza se lembrava de que a ideia de as crianças serem *bem cuidadas* funcionava como propaganda entre as mães e as vizinhas, que iam indicando os serviços na vizinhança. Da mesma forma, os acordos em relação ao pagamento poderiam ser assumidos de formas diversas, em conformidade com o tempo que a criança ficaria na casa sob seus cuidados. Falar sobre os pagamentos também implicava falar sobre os ‘calotes’, ação entendida como comportamento desonesto com a intenção de enganar alguém. Elza reclamava que *o problema não é o dinheiro. O problema é não conversar comigo e depois me dar o calote*.

Desaparecer, na verdade, não era o que de fato acontecia. De um jeito ou de outro, um reencontro acabava acontecendo, na rua ou nas esquinas da comunidade, e muitas mães *viravam a cara e mudavam de calçada quando me viam*. A recorrência entre ‘calotes’ e desaparecimento impulsionava a cobrança da caução, apesar da constante reclamação das mães. As mães que conseguiam pagar por uma cuidadora geralmente trabalhavam como vendedoras em varejo, em padarias ou em supermercados, como diaristas e como empregadas domésticas. Com o pagamento do primeiro mês, o acerto seguia normalmente do segundo mês em diante, de acordo com o recebimento do salário de cada mãe, que podia variar, uma vez que as mães recebiam em dias diferentes. Mesmo que as cuidadoras, de forma geral, entendessem haver sempre um risco de não receber o dinheiro, *tem horas que não tem o que fazer e é preciso confiar*, Elza desabafou.

Tais encontros, desencontros e reencontros eram possíveis porque as mães tomavam conhecimento do trabalho das cuidadoras pelo ‘boca a boca’ na vizinhança. Essa proximidade permitia que as cuidadoras conhecessem as famílias e (não) aceitassem cuidar das crianças, na esperança de receber o pagamento ao final do mês. Ouvi-las falar sobre o trabalho trazia detalhes sobre a história de vida das crianças e as impressões sobre a relação com as famílias. Por mais que tais negociações fossem realizadas considerando-se os gastos com as despesas envolvidas na rotina de cuidado e a fonte de renda das cuidadoras, elas também negociavam valores e acordos, a partir das particularidades e das condições de cada família.

Uma vez que a maioria das famílias recebiam, em média, um salário mínimo por mês, as cuidadoras entendiam que o preço e a necessidade de as mães terem de trabalhar eram desafios para as famílias. A experiência da maternidade e o entendimento da importância de ter alguém para cuidar do seu filho apareciam na fala de cada uma das *tias*, cada uma à sua maneira, na tentativa de *não deixar ninguém na mão*. Expressões como *eu sou muito coração*, recorrentes na fala da Tia Teresa, por exemplo, estabeleciam novos acordos para renegociar valores, para realizar pagamento extra e para trocar outros cuidados por favores. Entretanto, isso acabava por afetar a intimidade das suas casas.

3.6.1 Criando muito amor: afeto e relações familiares

Teresa falava sempre de Cauã, menino de dois anos que morava perto de sua casa; quem ela tirava da cama todos os dias, quando as crianças eram as protagonistas das nossas conversas. A cuidadora contou que ela dava o leite pela manhã, dava banho e depois o levava para a casa dela. Marlene, mãe de Cauã, trabalhava como diarista e, por fazer três faxinas por dia, combinou com Teresa essa rotina, com a finalidade de que ela pudesse trabalhar em diferentes casas e ter como sustentar a família. O acordo feito estabeleceu que Teresa pegasse o menino em casa cedo pela manhã, e Marlene o buscasse no *cuida-se* ao final da tarde, quando retornava do trabalho. Teresa, enquanto conversávamos, apontou com a mão direita para o porta chaves da sua sala, chamando a minha atenção para a chave da casa de Marlene pendurada. Tudo para evitar que Cauã acordasse às 6h da manhã, horário em que a mãe costumava sair para trabalhar, e assim pudesse dormir por mais 1 hora até Teresa chegar.

Teresa, ao falar sobre Cauã, relatava como esse tipo de atenção tinha um custo e *como as mães nos dias de hoje estão mais dispostas a pagar por esse tipo de cuidado*. Percebi um tom de segredo quando a cuidadora comentou que, mesmo sem questionar a escolha das mães, um dia ou outro encontrava Marlene a caminho do ponto de ônibus quase ao mesmo tempo em que ela estava chegando à casa dela para pegar o garoto. Tanto nessa conversa como em outros momentos, ela afirmava que as mães poderiam cuidar das crianças, mas preferiam pagar para que outra mulher, no caso ela, o fizesse. Por mais que Teresa enfatizasse que esse tipo de *cuidado tem um preço*, ela reafirmava o comprometimento pessoal em cuidar de crianças e o reflexo desse comprometimento na relação de intimidade que estabelecia com as mães. Quanto mais comprometida a cuidadora fosse com o trabalho, maior era a intimidade com as crianças e com as famílias, o que aumentava a sua dificuldade em conseguir estabelecer os limites.

Falar sobre as relações estabelecidas com as famílias remetia falar também sobre intimidade, fazendo-a relembrar da época em que morava no mesmo terreno onde hoje era a sua casa, com a ressalva de que a entrada era pelo andar inferior, do outro lado da rua, diferentemente do que era hoje. A mãe deixava o filho Breno, ainda bebê, todos os dias na sua cama, quando saía para trabalhar como empregada doméstica. Sobre Breno, Teresa comentava:

Pra tu ver o tamanho da intimidade: ela abria a porta do meu quarto bem cedinho às 6 da manhã para deixar seu bebê na minha cama, praticamente entre eu e o meu marido. Eu já deixava a porta aberta. Só para ti ter uma ideia de que eu fazia de tudo para ajudar, porque ela não tinha com quem deixar a criança e ela precisava trabalhar. Por isso que eu digo que intimidade é bom e não é. Porque tu acaba misturando as coisas e eu acho que eu deveria ser mais profissional. Porque tudo isso é muito invasivo e não tem nenhuma privacidade, mas não consigo dizer não. Eu sou muito coração e não posso negar.

Em muitas de nossas tardes, quando falávamos sobre as mães e observávamos as crianças brincarem, Teresa, Sueli e Elza relatavam sobre os efeitos da intimidade tanto para o trabalho quanto para a vida com a família. Teresa contou que, na maioria das vezes, a linha entre o trabalho em casa e a intimidade era bastante tênue, o que dificultava a imposição de certos limites a algumas mães sobre as condições do trabalho de cuidar. Mesmo ciente de que, para as *mães que precisam*, a rotina poderia ser flexibilizada, Teresa destacou que algumas mães acabavam *abusando da sua boa vontade* ao misturar favores com o trabalho. Pelo fato de cuidar de crianças à noite, conforme a necessidade das mães, o horário limite combinado com as mães era às 9 da manhã do dia seguinte. Porém, o acordo nem sempre era cumprido, porque elas *voltavam da balada de madrugada e não conseguiam acordar cedo para pegar a criança*. Teresa lembrou sobre a confusão que o excesso de intimidade com as mães acabava gerando. *Algumas mães sempre ligam perguntando se não podem vir buscar seus filhos, entre 20h e 21h para irem na academia ou fazerem qualquer outra coisa. E aí o que nós vamos fazer, deixar essa criança na rua? Não vamos fazer isso, então nós acabamos ficando com elas*, ela desabafa.

De certo modo, para Teresa e Elza, que moravam no mesmo lugar em que cuidavam das crianças, a intimidade da casa estava sempre tomada por crianças, e resultava na convivência com as rotinas, com os parentes, com os filhos e com os companheiros. Apesar de não trabalhar na mesma casa onde morava, Sueli demonstrou que a intimidade e a privacidade acabavam sendo invadidas, dado o envolvimento integral de *cuidar do filho dos outros*.

Teresa admitia que, apesar dos altos e baixos que esse trabalho envolvia, acabava *criando muito amor* pelas crianças, fazendo questão de dizer que sua relação com as crianças e com as mães era definida *como se fosse uma família, é na base de muito amor e de muito*

carinho. Sou como uma avó para essas crianças. A esse respeito, Sueli mencionou que a ligação com os bebês costumava ser muito próxima, lembrando-se de Amanda, hoje com 2 anos, de quem cuidava desde os 4 meses de idade. Amanda a chamava de ‘mamãe’. Giovana demonstrou ser muito ciumenta com as outras crianças – e também comigo – e interagia pouco, sempre reservada nas suas próprias brincadeiras. Por ser a criança que Sueli cuidava há mais tempo, a cuidadora precisava se desdobrar para dividir a atenção, tamanho o apego e a ligação entre as duas. Assim costumava acontecer com irmãos e com outros bebês, que disputavam a atenção e o colo durante a tarde. Nessas horas, os diversos carrinhos de bebês espalhados pela casa eram os seus principais parceiros que possibilitavam a constante atenção aos pequenos de uma única vez.

Tia Elza também dividia a atenção entre as pequenas, mesmo que elas ficassem dormindo na maior parte da tarde. Naquela tarde, Elza cuidava de quatro meninas que, ao despertarem da soneca, precisavam ter as fraldas trocadas. Ao limpar as meninas, ali mesmo no sofá, Elza contava um pouco sobre a própria maternidade e as gravidezes. Com a diferença de seis anos entre a filha mais velha e o segundo filho, ela confidenciou que resolveu engravidar novamente devido à ‘pressão’ da filha para ter um irmão. Como Elza era filha única e sempre sentiu falta de um irmão, decidiu ceder. Já com o terceiro filho, a descoberta da gravidez veio com os já avançados 5 meses, o que a deixou próxima de ter uma depressão por não ter reconhecido o próprio corpo e por ter se sentido culpada pela possibilidade de ter colocado a saúde do filho em risco.

Falar sobre os filhos a impulsionava a falar sobre a escolha de ter se tornado dona de casa e de acompanhar de perto a criação dos filhos. Sua decisão também estava aliada à vontade de promover um ambiente familiar, que reclamou fazer tanta falta em nossa sociedade nos dias de hoje. Gostar de cuidar de crianças estava associado ao prazer que tinha em ter controle sobre os filhos. Como cuidadora, acabava participando mais de perto do crescimento e do desenvolvimento das crianças do que a própria mãe e a família. Era comum que, no primeiro ano de vida, ela fosse a pessoa que passava mais tempo com as crianças, permanecendo atenta às primeiras palavras, aos primeiros passos e ao desenvolvimento em diversos aspectos. Afinal de contas, muitas crianças ficavam em sua casa por 12 horas, o que seria, na visão dela, inevitável não se apegar às crianças, e elas não se apegarem à cuidadora.

Elza relatou que, tendo se adaptado, a mãe passaria a ter problemas para se adaptar com a criança, o que gerava muito ciúmes nas mães das crianças, porque as crianças acabavam por chamá-la de mãe. Esse comportamento não decorria apenas por ser mais uma figura feminina no convívio diário das crianças, mas principalmente porque, ao cuidar, Elza acabava

participando mais ativamente do dia e da rotina das crianças do que os próprios familiares. De certa maneira, Elza estimulava esse comportamento, ao chamar as crianças de *mãezinha*, enquanto trocava as fraldas ou servia leite com bolachas. Vavá, a menina mais antiga no *cuida-se*, era uma das que mais choravam quando a mãe vinha buscá-la. Elza relatou que escutava a criança gritar lá do portão *mamãe*, chorando para que a cuidadora intercedesse por ela.

3.6.2 Família, casa e cuidados

O envolvimento com as cuidadoras, com as suas casas e com a sua família pressupõe que a prática do acolhimento domiciliar e a incorporação de filhos alheios nos arranjos domésticos podem ajudar a recriar a noção de família nas casas de *cuida-se*, por meio das quais o cuidado infantil se configura como boa oportunidade para a construção de relações de parentesco (MCCALLUM; BUSTAMANTE, 2012, p. 241).

A discussão proposta neste capítulo reacende discussões antigas na área de estudos das famílias brasileiras que se afastam da possibilidade de um único modelo familiar: patriarcal ou nuclear (CORRÊA, 1981). A partir da década de 1990, as pesquisas dos cientistas sociais contemplam diversos modelos familiares para as diferentes classes sociais (SARTI, 1996; BILAC, 1995), que se aproximam da complexidade das relações familiares na sociedade atual. Em seu clássico estudo sobre circulação de crianças nos grupos populares em Porto Alegre, discutindo-se a organização dos cuidados, Fonseca (1995) já apresentou formas múltiplas de se ‘criarem’ crianças. Ao desvelar a noção de que ‘mãe é uma só’, a antropóloga apresenta outras mães, outros pais e outros avós envolvidos na criação de crianças, que se tornam referência de afeto e de compromisso, e criam obrigações de parentesco (FONSECA, 2000, 2002).

Ao fortalecer diálogos com tais estudos e ao se interessar em discutir o cuidado de crianças realizado entre redes de amigos, crianças, parentes e vizinhos no Morro do Palácio em Niterói, Fernandes (2011) observa como as relações de cuidado exprimem um parentesco que se realiza a partir do convívio, da intimidade e da relacionalidade. Nas casas de *cuida-se*, o jogo de expectativas ligado à noção de bom cuidado e de divisão do espaço doméstico cria uma familiarização das relações estabelecidas entre as cuidadoras e as crianças, de modo que essas mulheres se tornem referência de afeto e parentesco (FONSECA, 1995). No entanto, considero importante não esquecermos como o pagamento e o dinheiro revelam outras camadas de análise e de reflexão que, para além do afeto, envolvem as cuidadoras e as famílias.

A preocupação com a alimentação das crianças era uma questão igualmente presente nas casas e relevante na discussão sobre o trabalho e a intimidade. Além desse aspecto, o

período vespertino foi considerado pelas cuidadoras o melhor período para que eu pudesse acompanhar a rotina das casas mais proximamente, visto que as manhãs costumavam ser mais conturbadas, em função do preparo do almoço e da chegada das crianças. No caso, Elza, Sueli e Teresa eram as responsáveis por preparar a comida em suas casas. A relação que cada uma fazia com o cardápio diário das crianças – seja fazendo referência à *comida de creche*, seja seguindo o *cardápio da própria SMED* – indicava a atenção dada à alimentação, que estava incluída no valor pago mensalmente pelas famílias.

A indicação para que as mães enviassem algo para complementar a alimentação da criança durante o dia, como leite com achocolatado, bolacha e iogurte, refletia uma cobrança moral em que mãe e cuidadora dividiriam as responsabilidades sobre a alimentação. Portanto, a mulher que cuida deveria estar atenta aos horários de cada refeição de cada criança, como parte importante do trabalho de cuidar. Sueli aparentava estar sempre alerta aos diferentes horários a que as crianças chegavam e que iam embora, para que elas não retornassem para casa sentindo fome e os responsáveis não presumissem *que as crianças estão passando fome no cuida-se*.

O fato de a criança estar bem alimentada tinha a ver com o fato de ela estar bem cuidada. Sanar a fome, além de um sinal de cuidado, poderia ser visto como um dos critérios de avaliação das cuidadoras pelas famílias. Nesse caso, a comensalidade e o ato de comer criavam vínculo; assim como o compartilhamento íntimo do espaço, da comida e da criação apontavam para a feitura doméstica do parentesco e da família. Estudos sobre o parentesco na Antropologia já enfatizaram como as práticas de cuidado, sobretudo de alimentação e de partilha de comida, são fundamentais para produzir relações de parentesco em diversos grupos. Carsten (1995) demonstra, em sua etnografia em Pulau Langkawi, como a comida cria pessoas tanto no sentido fisiológico quanto sentido de substância: o sangue, por meio do qual as pessoas se relacionam ao morar junto.

Refletir sobre o dinheiro, a intimidade, a confiança, a convivência, o cuidado, a criação e a alimentação são aspectos que ‘fazem famílias’ nesses espaços. A comida, como potência transformadora, está associada diretamente ao doméstico e ilumina sua extensão semântica (MARQUES; LEAL, 2018). Marcelin (1999) sugere que uma antropologia da experiência familiar nas classes populares, que toma como foco a casa e as suas implicações na produção dos laços sociais, pode ajudar a superar as dificuldades das antropologias regionais e nacionais, assim como pode considerar seus objetos em contextos específicos.

Ao analisar a linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano, Marcelin (1999) descreve a casa não somente como bem familiar, mas como prática, construção estratégica na

produção da domesticidade, em que valores e práticas familiares se constroem de modo variável. Nesse sentido, a casa só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas, fazendo parte de uma configuração de casas (MARCELIN, 1999). Para Marcelin (1999), a casa e o processo de construção tanto presumem como produzem os vínculos familiares. A descrição de casa para o autor (1999) está ligada à produção de corpos, de pessoas e de relações, conforme Carsten e Hugh-Jones (1995), e não à prioridade de parentesco consanguíneo.

Em etnografia que aborda as concepções e as práticas locais de educação, de criação e de produção de conhecimento entre moradores, professores e estudantes de uma escola em um bairro na periferia de São Paulo, Arco Neto (2017) escreve como as casas não são, portanto, entidades estáticas, mas dinâmicas, cuja construção é sempre contínua. A casa abriga, acolhe, atrai, amansa, gera e cria não apenas como lugar, mas como agente que envolve afetos, segurança econômica e garantia de privacidade entre os membros residentes (ARCO NETO, 2017). Em suma, a casa é imagem e fábrica de família (ARCO NETO, 2017). Em seu trabalho, o autor (2017) propõe um deslocamento analítico de uma literatura anterior que destaca a união e a solidariedade entre as casas, considerando-se a distância entre tais casas. Para Arco Neto (2017), a casa acompanha o desenvolvimento dos filhos tanto pela casa em si quanto pela palavra (conselhos, broncas, narrativas ou memórias produzidas pelas pessoas). Esse aspecto é fundamental para se discutir a relação entre ‘cuidar’ e ‘educar’, a qual desenvolverei mais adiante.

Por enquanto, destaco como tais etnografias (MARCELIN, 1999; ARCO NETO, 2017) reverberam na minha análise, em que discuto o trabalho realizado pelas cuidadoras nas casas de *cuida-se*. Assim, reitero a impossibilidade de se abordar a casa sem considerar a arquitetura e o processo de construção, que reúnem aspectos como cuidado, dinheiro e intimidade, que juntos, de forma dinâmica e em contínua construção, também fazem família.

Dividir a sala de casa no mesmo terreno da casa da mãe (Elza) e dividir o espaço da garagem com a rotina da família e da casa do filho que fica no andar inferior (Teresa) reforçam a necessidade de se pensarem tais espaços como dinâmicos, os quais constroem rotinas de cuidados compostos por múltiplas relações que produzem vínculo de família e incômodos relativos à intimidade e à falta de privacidade, extrapolando-se, assim, a materialidade das paredes e o interior das casas. Portanto, o trabalho das cuidadoras extrapola a discussão sobre as vagas em creches, não se limitando ao interior das casas; ultrapassa as portas dos *cuida-se*; desloca-se às casas das famílias por meio dos relatos das crianças; e adentra outros espaços, quando necessário e/ou solicitado pelas famílias. Da mesma maneira, ronda a vizinhança, pelos becos e pelas ruas, traçando outras rotas.

3.7 O JOGO DE MORALIDADES NO *CUIDAR*: A VISÃO DAS CUIDADORAS

Até o momento, apresentei informações referentes à organização interna e à composição das casas das cuidadoras, a fim de refletir como tais espaços podem ser entendidos como um dos elementos que compõe essa rotina de cuidado. No entanto, Teresa se diferenciava das outras cuidadoras, ao realizar outras atividades que extrapolavam as paredes da casa, e envolviam outras pessoas e lugares.

O trabalho de Teresa de *cuidar* das crianças que estavam sob sua responsabilidade envolvia permanecer na casa; levar e buscar na escola; acompanhar em consultas; ajudar a fazer tarefas de casa; participar de reuniões de pais e professores; e auxiliar nas demais atividades extracurriculares, desde que as atividades externas fossem solicitadas – e pagas – pelos responsáveis. Reitero que, apesar dessa responsabilidade e desse acordo com as famílias no que tange às atividades externas, o marido de Teresa era o responsável pela condução do veículo, uma vez que Teresa não sabia dirigir. Vô, como costumava ser conhecido pelas crianças, dirigia, participava ativamente das decisões sobre o traslado, negociava os horários, calculava o tempo de cada trajeto, indicava os valores a serem cobrados e definia o número limite de crianças.

Arthur, um menino de cinco anos de idade, de pele negra cintilante e sempre suada pela sua agitação com as brincadeiras, era uma das crianças que Teresa acompanhava em toda e qualquer atividade externa. Tais atividades consistiam em acompanhá-lo ao médico ou a psicopedagoga, ir à reunião de pais na escola, levá-lo e trazê-lo da escola. Teresa explicou que Jane, a avó materna de Arthur, era a responsável por ele desde o falecimento do pai e o desaparecimento da mãe³⁴ do garoto, em função do vício com drogas, e fazia o que fosse necessário para investir no cuidado com o neto. A aposentadoria de Jane permitia que ela pudesse ter condições de pagar pelos cuidados de Teresa e acompanhar as necessidades de Arthur. Por ser a responsável por buscá-lo na escola todos os dias, a cuidadora acabava conversando com as professoras sobre os detalhes do dia a dia em sala de aula, sobre o

³⁴ Na época, a mãe de Arthur estava desaparecida. Jane não sabia informações sobre a filha, que, devido ao vício em crack, passou a não voltar mais para casa. Em dezembro de 2019, meses depois do início da pesquisa, Teresa revelou que a mãe foi encontrada morta e explicou como lidar com o luto passou a fazer parte da vida de Arthur. O seu comprometimento em participar da vida do Arthur estava ligado tanto ao conhecimento de seu histórico familiar quanto ao apego e carinho pelo menino. Mesmo lidando com o dilema diário de cobrar por esse acompanhamento, Teresa sempre explicava que *era o seu trabalho e precisa cobrar*.

comportamento do menino, estando a par dos recados, das instruções e das anotações na agenda sobre as tarefas a serem feitas em casa.

Foi em um desses trajetos que Teresa, ao ser convidada para uma rápida conversa depois da aula, recebeu uma sugestão da professora de Arthur para que a família desse início a um tratamento com uma psicopedagoga, em decorrência do baixo rendimento em sala e das constantes faltas de atenção. Como Jane não media esforços para acompanhar o neto, a avó procurou pela profissional indicada e pediu que Teresa o acompanhasse nos atendimentos (recebendo, para tanto, remuneração extra). Ao final das sessões, a conversa com a psicopedagoga fez Teresa refletir muito sobre o trabalho que realizava e sobre o fato de ela fazer muito mais do que *só cuidar* das crianças.

O desabafo surgiu e reapareceu em diversos outros momentos em que aproveitávamos o horário do lanche das crianças para também fazer uma pausa para um café, enquanto dividíamos bolachas, conversas sobre as crianças e sobre o trabalho. Teresa ressaltava que as crianças passavam mais tempo com ela do que com a própria família, e que a participação na vida do Arthur estava ligada ao conhecimento do histórico familiar e ao apego/carinho que tinha pelo menino. O desabafo apareceu atrelado ao seu dilema diário de cobrar um valor a mais por esse acompanhamento, mesmo se preocupando em me explicar que isso era *o seu trabalho e precisava cobrar*. Por muitas vezes, Teresa reforçava que participava mais ativamente da vida dessas crianças do que dos próprios familiares. Apesar de ratificar a corresponsabilidade da família na educação e na criação dos filhos, a definição dos limites desse ‘cuidar’ ia sendo estabelecida com o passar do tempo e conforme a necessidade de cada família.

A ideia explicitada por Teresa sobre *só cuidar* foi um gatilho para que eu pudesse refletir sobre o que Elza costumava dizer sobre a diferença entre cuidar e educar. Elza explicava que, apesar de estar atenta ao fato de ter de estabelecer algumas regras para o convívio diário das crianças, ela *não tinha como garantir que estava educando e sim que estava cuidando*. Ciente de que as crianças passavam mais tempo com ela do que com a própria família, Elza dividiu comigo o seu forte interesse em ler e conversar sobre temas que envolviam o trabalho de cuidar de crianças, mas confessou não se considerar apta para educar. A esse respeito, Elza relatou que

Já me perguntaram se eu não queria fazer um curso de pedagogia e eu sempre digo que não. Não tenho interesse. Eu gosto mesmo é de cuidar de criança e não educar. Isso eu acho que já são os pais que têm que fazer. Na verdade, eu acho mesmo que cuidadora tinha que ficar com crianças de até 3 anos e depois disso tinha que ser na creche mesmo. Porque a partir dessa idade a criança já está falando todas as palavras, já precisa saber os limites, aprender a ter rotina, as palavras e a falar, coisa de creche mesmo, porque eu não tenho como fazer isso. Para educar é preciso ter toda uma estrutura, ter experiência e eu não tenho nada disso. Eu posso cuidar.

Refletir sobre como o *cuidar* também nos informa sobre o *educar* e sobre o *corrigir* implica importante tarefa, especialmente ao se considerarem as diferentes realidade das casas de *cuida-se* aqui apresentadas. Elza definiu que o que fazia estava em oposição a uma noção de educação institucionalizada pelas creches e pelas escolas públicas, ao tomar o Estado como parâmetro. Recuperando Arco Neto (2017), entendo que a casa acompanha o desenvolvimento dos filhos, tornando-se o lugar onde uma pessoa é construída, para que a experiência nesses espaços transcenda a natureza original do trabalho das cuidadoras, de modo que as crianças possam, nas casas de *cuida-se*, compartilhar longas jornadas, bem como socializar desde muito cedo com outras crianças e com outras pessoas, além da família.

Assim, as casas de *cuida-se*, além de espaços onde as crianças ficam enquanto as mães trabalham, podem ser vistas como “casas que são por excelência um lugar de criação de pessoas, processo que envolve nutrição, conhecimento, proteção, memória, afeto, partilha e dádivas entre aqueles que fazem parte delas, assim como presume relações com outras casas e com o mundo” (MARQUES; LEAL, 2018, p. 41). Mais do que pensar sobre as diferenças entre educar e cuidar, considero fulcral pensar como as casas de *cuida-se* relacionam as famílias à comida, ao afeto, ao cuidado e ao tempo, do mesmo modo que, concomitantemente, gerenciam a criação dessas crianças em diversos espaços e com diferentes pessoas.

A partir da relação com as famílias, tais espaços também mobilizam um conjunto de moralidades. Teresa supunha que as mães eram *ausentes*, expressando o entendimento de que *as mulheres têm que estar mais atentas ao que acontece dentro da sua casa*, ao ter manifestado sua visão sobre a transferência de cuidados dos filhos para outras mulheres. Ao ter comentado sobre a crescente falta de responsabilidade e atenção das mães em relação ao que acontecia com os filhos, Teresa enfatizou como essa situação ainda a colocava em uma posição de impotência. Impotência de alguém que *não pode corrigir no cuida-se, o que não é corrigido em casa*.

Sem a intenção de me aprofundar sobre esse assunto, vale considerar que as cuidadoras sofriam um dilema, visto que corrigir aparecia como forma diferente de educar, a qual precisava ser constantemente negociada com as famílias. Durante o lanche da tarde das crianças, Teresa relembrou que sua sensação era de estar em uma posição complicada, pois, caso dissesse alguma coisa a respeito do comportamento da criança para a mãe, ainda poderia escutar *o filho é meu, vai cuidar da sua vida*. A partilha sobre a ideia de educar relacionada à educação formal, sob as óticas institucional e familiar, evidenciava entre as cuidadoras esse lugar ‘entre’ educar e cuidar do trabalho, ao mesmo tempo que mobilizava um conjunto de moralidades que envolvia a visão das mães quanto ao papel da família na educação.

Ao dizer coisas como *as mães poderiam cuidar, mas preferem pagar para que outra mulher cuide do seu filho*, Teresa expressava suas impressões sobre mães que delegavam a outra mulher o cuidado dos filhos por intermédio do dinheiro. Destaco como o dinheiro aparecia na rotina do cuidado e, de certo modo, também gerenciava moralidades tanto sobre a mãe que podia pagar e, por essa razão, exigia cuidados; quanto sobre a mãe que, eventualmente, deixava de pagar. Quando o dinheiro estava envolvido, a relação entre cuidadoras e mães mobilizava moralidades em torno da maternidade, bem como colocava em questão os limites entre a intimidade e o cuidado.

Por haver uma rotatividade maior de crianças em casa e ter contato com uma diversidade de familiares, Sueli manifestou que o comprometimento das mães com a criação dos filhos também estava relacionada à forma como a criança chegava no *cuida-se* pela manhã ou ao modo como a mochila foi preparada. Em uma das tardes quentes e úmidas de primavera, Sueli me apresentou Lucas, enquanto o segurava no colo, apesar de ter enfatizado, em outras situações, que não gostava de acostumar os bebês a saírem do carrinho, quase como uma alternativa para conseguir dar conta das tarefas sozinha. Enquanto o embalava ao som da televisão ligada e das brincadeiras das crianças que não dormiam após o almoço, ela iniciava uma conversa com o pequeno: *sua mãe te abandonou, mas você não tem culpa*. Falando comigo dessa vez, a cuidadora disse que *não sabe por que as mulheres insistem em querer ter filhos se não querem cuidar*. Seu comentário estava ligado ao fato de Lucas, com apenas 3 meses de idade, já estar sob seus cuidados.

Por essa razão, Sueli usou a palavra *abandono* em relação à atitude da mãe que precisou ter saído de licença maternidade antes do parto e, por essa razão, necessitou retornar ao trabalho mais cedo, apesar da pouca idade do filho. A cuidadora lembrou que, ao cuidar do irmão de Lucas anos antes, o bebê já chegava pela manhã *fedorentinho e mijado*. *Esse outro está cheirosinho, mas está todo assado, deve ser por não trocar a fralda*, disse Sueli. Não enviar a quantidade de fraldas necessária para todo o dia ou não preparar os filhos para passar o dia fora de casa eram ações vistas como falta de cuidado com a criança e como transferência de responsabilidades, já que Sueli precisaria providenciar as fraldas. Ao dizer que *nem em casa cuidam e querem que a gente cuide*, Sueli entendia haver certos cuidados que eram de responsabilidade da mãe, os quais o dinheiro não poderia suprir.

Elza, igualmente, entendia que deveria existir uma diferença entre as preocupações relacionadas às crianças, que eram de responsabilidade dela mesma, e outras preocupações que deveriam ser de responsabilidade dos pais (por exemplo, a vacinação). Atenta de que *hoje em dia virou moda entre as mães mais novas não vacinarem mais os seus filhos*, a cuidadora

redobrou a cobrança relacionada ao cartão de vacina, a fim de se evitar que todas as crianças ficassem doentes devido a essa desatenção. Para Elza, a vacinação era um dos exemplos que demonstrava como ela deveria estar atenta a atitudes que considerava ser de responsabilidade exclusiva dos pais. Ao falar sobre o assunto, lembrou-se de Mateus, um bebê de 6 meses que estava cuidando que já chegou em sua casa com algumas vacinas atrasadas. Ao alertar a mãe e ao ouvir a promessa de que ela regularizaria todas as vacinas nos próximos dias, Elza comentou *como muitas vezes a gente tem que tá 'cuidando' de coisas que são os pais que tem que cuidar, mas nem sempre eles ficam de olho.*

Assim como Sueli falava das mães, ao estar mais próxima dos bebês, Elza, com Mateus no colo, me dizia que ela também cuidava de Julia e Sofia, as duas irmãs mais velhas do menino. Quando as crianças chegaram à sua casa, as meninas contavam que, às vezes, deixavam de brincar para cuidar do irmão mais novo. Como Elza era responsável por isso agora, as meninas aproveitavam para brincar e ter uma rotina mais à vontade. A cuidadora sabia que era comum as irmãs tomarem conta dos irmãos mais novos, caso houvesse necessidade, mas comentou como era importante *saberem ser crianças e que tudo tem a sua hora.* Ao usar o exemplo dos seus filhos, para dizer que ela até hoje era a responsável por levá-los e buscá-los do colégio, Elza entendia não ser responsabilidade de sua filha desempenhar essas atribuições, e comentou, a partir da experiência com os próprios filhos, sobre o modo como os pais da região onde morava costumam criar os filhos.

Hoje em dia por aqui os pais não querem mais saber disso, tô cansada de ver na rua os meninos tudo com 6 anos indo e voltando para a escola sozinha, chega até me dá uma dó no coração. É por isso que o tráfico sente facilidade em cooptar e elas entram nessa vida cada vez mais cedo. Começa com um tênis, uma roupa, uma camisa, ou até mesmo com uma simples atenção, que muitas vezes eles não têm em casa. E veem no tráfico um aliado, alguém de confiança, aí já viu né? Por isso que aqui a gente faz tudo, mas não vive né?

Ao continuar falando sobre a relação dos pais da comunidade com os filhos, Elza deu sua opinião sobre o descaso com a criação das crianças, ao falar sobre o alto volume das músicas de funk que as crianças costumam ouvir aos finais de semana.

Eu sou evangélica, então aqui dentro eu não deixo escutar esse tipo de música porque eu acho um absurdo uma criança que não consegue nem abaixar as calças para ir no banheiro sozinha, os pais ensinarem a rebolar até o chão. Tenha dó. Tem tanta coisa pra ensinar, como as letras do alfabeto, mas não. Só querem ensinar o que não presta. Mesmo que eles convivam com esse tipo de atitude em casa, eu sempre digo pra eles que aqui na tia Elza não pode.

Apesar de não ter a intenção de tratar mais profundamente sobre religião nesta tese, considero importante refletir sobre como o pertencimento dessas cuidadoras a uma comunidade religiosa pode influenciar na forma como elas analisam e percebem as atitudes das mães em relação aos filhos de que cuidam. Em diversas situações, as cuidadoras comentam sobre a predominância da mulher como responsável pelo cuidado da casa e da família, e sobre o fato de uma mulher pagar para outra mulher fazer o que a primeira deveria fazer. A quantidade de filhos e a sexualidade das mães também eram acionadas nas falas das cuidadoras, quando envolvia negociações de valores de diárias e de mensalidades. *Mas também nunca param de ter filho e cada um de um pai diferente* era uma fala recorrente em diversas situações, principalmente ao se exigirem cuidados por meio de pagamento, como se este pudesse isentá-las da responsabilidade de educar e, ainda, justificasse a transferência de responsabilidade para as cuidadoras.

Nos relatos da cuidadoras, era comum que as noções de família aparecessem ligadas à própria trajetória de vida dessas mulheres, a qual era marcada pelo casamento de décadas, pela continuidade da relação, pelo fato de terem cuidado dos próprios filhos, e pela dedicação à casa e à família. *Para que quer ter filho se não quer cuidar*, informa sobre a sexualidade e sobre o cuidado, mobilizando uma ideia de maternidade em que a mãe é a única responsável pelo filho. Apesar de tais comentários, julgamentos e desabafos em torno das mães, as cuidadoras entendiam o trabalho como uma missão *que não tinha ninguém que fizesse igual*, movida pelo amor e pelo comprometimento em ajudar *as mães que precisavam*. Esse aspecto dialoga com a análise de Esteves (2018), em uma etnografia que discute a relação entre a Pastoral da Criança e o Estado brasileiro, ao conceber que o ‘amor’, como caridade, condensaria na sua prática o encontro dos fluxos de recursos, de saberes e de políticas, conferindo-lhe moral cristã.

Essas mulheres lidam diariamente com a rotina de cuidado das crianças. Tendo em vista essa realidade, propus apresentar alguns caminhos para a discussão que envolve os diversos sentidos de cuidado no contexto sob análise. Assim, aproximo-me da visão de Fernandes (2017), no entendimento de que o trabalho realizado por essas mulheres é regulado por meio de negociações flexíveis, realizadas a partir de relações de confiança que intentam considerar as particularidades e as necessidades de cada família³⁵. Portanto, destaco como a opinião das cuidadoras, de certa forma, reflete uma moralidade que hierarquiza as famílias moralmente.

³⁵ Entendo que Fernandes (2017) estava mais interessada em seguir as narrativas sobre a sexualidade feminina ‘errada’ para o denominou de figuras de causação, resgatando sua relação com a discussão sobre as políticas públicas sobre creches. Todavia, recupero seu trabalho pela possibilidade de estabelecer um diálogo com a discussão que a autora faz a partir das ‘Casas de tomar de conta’.

Nesse sentido, não se trata apenas da opinião de mulheres que cuidam de outras crianças, conforme apresentou Fernandes (2017), queixando-se do comportamento sexual exagerado das ‘novinhas’ – por mais que tenha havido, até aqui, diversos comentários semelhantes –, mas também envolve uma moralidade conservadora sobre a noção de que a mulher que precisa voltar a trabalhar fora estaria ‘abandonado’ o filho com meses de vida. A constante referência das cuidadoras no que tange às próprias trajetórias de cuidados com os filhos revela uma noção de que *boa mãe é aquela que dá um jeito de cuidar ela mesma do filho*, sem terceirizar para outras mulheres algo que deveria ser de sua responsabilidade.

Dessa forma, destaco como o jogo de moralidades presente no trabalho de ‘cuidar’ cria uma dupla relação com a vizinhança. Ao mesmo tempo em que a referência dos cuidados é levada de ‘boca em boca’ pelas ruas e pelos becos da comunidade, tais rumores dividem quem bate à porta – ora as mães de crianças de diferentes idades; ora a prefeitura, por meio de funcionários da Secretaria Municipal de Educação –, evidenciando como o reconhecimento e a denúncia andam lado a lado.

3.8 QUANDO O ESTADO BATE À PORTA

Sueli e Teresa juntas colecionavam algumas memórias do dia em que a *prefeitura bateu na sua porta*. As duas experiências foram diferentes, mas carregam um ponto em comum: a suspeita de denúncia dos vizinhos. Ao perceber que se tratava de uma visita de fiscalização, Sueli sempre os atendia da porta mesmo, sem permitir a entrada de *ninguém que não tivesse um ‘papel’* (mandado), e omitia o real número de crianças na casa, se perguntada. O assunto sobre a fiscalização surgia quando conversávamos sobre o número de crianças e sobre as ‘visitas’, provavelmente motivadas por denúncias de vizinhos. Em tom de revolta, Sueli reclamou sobre a fiscalização:

Mas eu vou fazer o quê? Se as mães precisam trabalhar e não têm quem cuide? ‘Eles’ não podem vir e aqui e dizer que eu não posso cuidar se a culpa é deles! ‘Eles’ que deveriam dar creches para essas crianças, não é mesmo? Não é culpa minha! Eu estou fazendo um favor para eles. Se querem fechar minha casa porque eles não constroem uma ‘creche do Estado’ aqui perto? Eu tenho certeza que são os vizinhos que dão um jeito de denunciar. Estou certa disso. Já que eles nunca ajudam, sempre arrumam um jeito de atrapalhar.

De igual modo, Teresa recebia os funcionários da prefeitura na porta da sua casa. No caso de Teresa, a visita era acompanhada da cobrança de várias adequações para a casa, como

o reboco das paredes; a troca do piso frio pelo piso quente; a adaptação das salas para turmas com capacidade de até 10 crianças; a contratação de cozinheira, de faxineira, de coordenadora pedagógica, de um professor por sala com formação em pedagogia; e a área mínima do pátio. Essa visita despertou em Sueli a vontade de transformar o espaço em uma *creche de verdade*, como costumava dizer, de forma que, aos poucos, ela conseguiu se organizar para cumprir com as normas exigidas. Naquele dia, a funcionária da SMED a instruiu que as salas de aula não poderiam ultrapassar a capacidade máxima de nove crianças, enquanto funcionasse como casa de *cuida-se*. E assim Sueli estava fazendo, antes da concretização das alterações.

Para Sueli, deixar os funcionários da prefeitura entrar no *cuida-se* significava estar diante de exigências, burocracias e documentos que guiariam os próximos passos. Sendo assim, era preciso repensar articulações e estabelecer novas formas de agir. Como ela não estava muito interessada em alterar a forma como estava lidando com o seu *cuida-se*, preferia continuar o trabalho da forma mais discreta possível, evitando-se a entrada de funcionários da prefeitura, a sinalização da casa na parte externa e o barulho de crianças correndo pelo pátio.

A informação sobre o limite de nove crianças era difundida entre as casas de *cuida-se* visitadas e na vizinhança. Elza, Teresa e Sueli estavam cientes a respeito da regulamentação das casas de *cuida-se*, o que fez com que cada uma repensasse novos rumos. Enquanto Sueli fechava a porta da casa para funcionários *sem papel*; Elza orientava as novas mães, a fim de se evitarem qualquer tipo de problema com as fiscalizações, do seguinte modo:

Que nem a Mel, ela não ganhou vaga na creche, então o que nós vamos fazer? As crianças novas que estão entrando a gente orienta: façam o pedido da vaga e como dá negado, a gente pega. Porque aí tem esse 'papel' para comprovar que ela foi na 'creche do Estado' e não conseguiu. E o que eu posso fazer? Eles têm que entender que eu estou fazendo o trabalho deles. Alguém tem que cuidar dessas crianças. Daí se aparecer alguém aqui, Conselho Tutelar ou coisa parecida, eu tenho como provar que elas tentaram a vaga, mas não conseguiram.

Apesar de ter se antecipado para uma eventual fiscalização do Estado e, à sua maneira, ter planejado argumentos para utilizar na visita, Elza, desde o nosso primeiro encontro, enfatizava que o ideal mesmo seria que esse tipo de fiscalização ficasse bem longe de sua casa. Ao contrário de Sueli e de Teresa, Elza nunca tinha recebido uma visita nem da SMED nem do Conselho Tutelar, mas estava ciente de que isso costumava acontecer. Por morar em região que, conforme descrevia, era *muito bem organizada pelo crime organizado*, Elza compartilhava a existência de um entendimento geral dos moradores de que as ordens dadas pelos traficantes eram cumpridas. Elza prosseguiu, contando-me que a preocupação dos traficantes da região consistia em manter a comunidade em segurança, ao proibir assaltos e ao vigiar o que ocorria

nas residências (violência doméstica, abuso e maus tratos infantis). Com essas ações, evitava-se que a brigada militar tivesse de aparecer na comunidade e que, por conseguinte, não trouxesse problemas para o tráfico.

Mesmo sem nunca ter recebido uma visita de fiscalização em sua porta, Elza ressaltava que a prioridade do tráfico também era o bem-estar das crianças, de modo que esse elemento reafirmava o seu compromisso de cuidar bem das crianças e de fazer o trabalho com seriedade. Até mesmo porque ela não queria que o tráfico fosse o próximo a bater à sua porta. Ao falar de como as notícias corriam e se espalhavam, ela me contou que o tráfico sugeriu a uma senhora que cuidava de 32 crianças e estava sendo acusada de bater em um bebê que fechasse o seu *cuida-se*. A fofoca que ‘corria’ pelo bairro era de que a mãe, desconfiada dos maus tratos com o filho, colocou o celular com a gravação ativada na bolsa da criança. Indignada com a gravação, a mãe levou o celular à delegacia, o que manteve a polícia mais perto para investigar o ocorrido. Por isso, Elza, sempre que achava uma oportunidade, tentava me convencer sobre a seriedade com que levava o seu trabalho. Afinal de contas, não queria estar no foco de atenção do tráfico nem do Estado, mesmo entendendo *que não tinha muito o que fazer, já que o Estado não atendia essas crianças*.

Tais articulações das cuidadoras surgiam então com a finalidade de evitar tanto que elas continuassem sendo alvo de futuras fiscalizações quanto que o *Estado* batesse à porta novamente. As cuidadoras omitiam a real quantidade de crianças em casa, como no caso de Sueli; alteravam o modo de funcionamento; e criavam documentos próprios que comprovassem a atuação. Seja sob a ameaça de fechamento, seja sob a ameaça de readequações às exigências da prefeitura quanto ao funcionamento do *cuida-se*, essas mulheres seguiam diariamente *fazendo o que o Estado não faz*. Marques e Leal (2018, p. 44), em coletânea intitulada ‘Alquimias do Parentesco’, evidenciam que,

Por muitas razões, as casas não se podem fechar para o mundo e, pelo contrário, se compõem com suas múltiplas influências, uma vez que no mundo se encontram meios de nele perseverar sem sucumbir a ele, não há modo de enfrentá-lo sem conhecê-lo e, para conhecê-lo, é preciso se movimentar por ele. Não há como capturá-lo sem ser capturado em alguma medida.

De alguma maneira, essas mulheres iam recriando alternativas para o funcionamento de suas casas, a depender da negociação entre as próprias limitações e as necessidades das mães que batiam à porta. A discussão quanto às exigências legais sobre o funcionamento dos *cuida-se* refletia no modo como o Estado se fazia presente, mais uma vez, na vida dessas mulheres. Bachtold (2016) – em etnografia que discute ‘quando o Estado encontra suas margens’, a partir

de um mutirão de estratégia de busca ativa no estado do Pará – reflete sobre a relação dos *cuida-se* com o Estado, ao apontar que este, por meio da burocracia, se empenha em classificar ‘de fora’ para ‘dentro’, em tornar o não conhecido legível, e em conhecer e codificar tudo o que ocorre no seu território e em suas margens (BACHTOLD, 2016, p. 278).

A alteração nas resoluções apresentadas neste capítulo, independentemente do número de crianças (argumento recorrente na fala das cuidadoras sobre a sua liberdade de atuação), condicionava as casas de *cuida-se* a uma zona entre o permitido e o não permitido, o regulamentado e o não regulamentado, dentro/fora da norma. Dessa maneira, as casas estavam localizadas nas brechas do que *o Estado não faz* no que tange ao cuidado das crianças, ao mesmo tempo em que eram passíveis de fiscalizações que podiam impedi-las de funcionar. Que outra opção seria possível para as mães de crianças pequenas que viviam nessas comunidades?

As margens não são apenas territoriais, mas também são espaços onde a lei e as demais práticas estatais são colonizadas por outras formas de regulação (SCHUCH, 2018); e lugares especialmente produtivos para se analisarem as fronteiras na luta para expandir ou contrair os limites do ilícito (DAS; POOLE, 2004). Nessas ‘margens’, conhecer os caminhos possíveis, as brechas, as inconsistências da lei e o Estado se mostra uma questão de sobrevivência diante da pauta sobre o acesso a uma vaga em creche. Tal realidade se amplifica, principalmente, em um lugar onde a estrutura não contempla a comunidade em sua realidade, sendo evidenciada à proporção que subimos pelas vielas do morro e nos distanciamos do asfalto. Assim como Bachtold (2016) questiona, questiono igualmente: o que tornaria essas pessoas invisíveis, senão a própria escolha do Estado em não as enxergar? Ou melhor:

O esforço do estado em localizar seus “invisíveis” e registrar suas informações não se dava em uma única direção; o desejo de conhecimento era mútuo, também compartilhado pelas pessoas às margens que, constantemente, questionavam as regras e diretrizes oficiais, aventavam suspeitas para as perguntas não respondidas, criavam novos documentos, iam à luta reivindicar seus direitos e, dessa forma, colonizavam o estado que a elas se mostrava (BACHTOLD, 2016, p. 297).

O Estado quando bate à porta por meio dos seus funcionários reflete um dos muitos processos de racionalização dos seus serviços, produzindo legalidades e ilegalidades. A existência de um discurso legal dominante pautado pelo Estado torna ‘ilegal’ determinadas pessoas e dadas práticas, excluindo-as da comunidade moral-legal e tornando-as disponíveis para a criminalização, a marginalização e até a desumanização (THOMAS; GALEMBA, 2013). Destaco como as distinções entre legalidades e ilegalidades nunca são estáticas, compondo cenários em que legal e ilegal se fundem na prática cotidiana (NORDSTROM, 2007). Antes de

associar ‘ilegalidades’ a algo negativo, proponho que tais práticas sejam investigadas não em oposição, mas associadas aos estudos do Estado, do poder, da ética e do direito (THOMAS; GALEMBA, 2013). A empreitada etnográfica nas casas de *cuida-se* nos revela como as investigações de tais práticas localizadas às margens podem contribuir para a reflexão de outras formas legítimas de existência que extrapolam as fronteiras da legalidade e da ilegalidade.

De igual maneira, o Estado aparece quando não regula. Em sua ausência, ele também se faz presente. Por esse motivo, ele atua como uma das facetas das ações estatais e se faz presente na vida dessas mulheres de outras maneiras. Vale discutir como o Estado se manifesta na vida dessas mulheres e cria os seus efeitos de Estado. Ou melhor, recria, nos termos de Mitchell (2006), formas de regulação social a partir das ideias de suspeita, de fofocas, e de rumores dos vizinhos e moradores das redondezas pelas denúncias. Nesse sentido, a centralidade da desconfiança entre o permitido e o não permitido, como forma de regulação social, (re)cria efeitos de Estado que complexificam a discussão relativa às (in)visibilidades.

Além dos efeitos de Estado a partir das denúncias de pessoas próximas às casas de *cuida-se*, é possível perceber vários indícios da atuação estatal (e por que não dizer sobre a minha presença também) tanto nas falas quanto no cotidiano das cuidadoras, seja pelo *cardápio de creche* para o almoço, seja pela semana de adaptação das crianças, seja pela existência de um *papel* que comprove a inscrição no que denominam de *creche do Estado*. Tais indícios reverberam, eventualmente, em uma desvalorização do trabalho que realizam, que, para essas mulheres, não estão fazendo tudo o que podiam fazer – não estão educando, mas ‘apenas’ cuidando. Logo, as casas de *cuida-se* funcionam nas brechas entre o regulamentado e o não regulamentado, cujas próprias regras e exigências produzem essas fronteiras que demarcam quem está dentro e quem está fora, fazendo com que a ‘ilegalidade’ pareça um objetivo (THOMAS; GALEMBA, 2013) em que coexistem outros/diferentes modos de existir e de funcionar.

3.9 (RE)PENSAR AS FRONTEIRAS

Nas casas de *cuida-se*, conhecemos o trabalho de cuidar e de criar realizado por mulheres moradoras da comunidade do Morro da Polícia e do Campo da Tuca. Esse encontro etnográfico nos possibilitou refletir sobre as encruzilhadas entre cuidado e ensino, educar e cuidar, tanto nas casas de *cuida-se* quanto nos órgãos de fiscalização envolvidos com a pauta no município. Refletir sobre a atuação desses espaços evidencia as negociações envolvidas

entre as normas estatais, as normas da vizinhança, as normas da família e a rotina de funcionamento de cada casa. Dessa maneira, educar e cuidar aparecem como categorias morais acionadas de diferentes formas, na tentativa de mapear outros valores que envolvem o cuidado nas casas.

Tentei abordar, nessas páginas, como a relação entre as cuidadoras, as famílias, os afetos e o Estado produz uma economia moral dos cuidados, a partir de valores e de afetos que são construídos por diversos fatores. Tais fatores, em síntese, se relacionam com a disposição dos espaços domésticos no interior da casa; o vínculo resultante dos atos de alimentar, dar e compartilhar comida; o tempo compartilhado de convivência na casa e em outros espaços; o compromisso e o pagamento da quantia combinada; e a reputação das cuidadoras construída pela vizinhança e pelos rumores que ecoam pelas ruas. A relação entre todos esses atores sociais gerencia moralidades sobre a maternidade, produzidas e reconfiguradas a todo momento, e ajuda a mapear como tais atores circulam nessa trama. As expectativas das mães sobre um ‘bom cuidado’ revelam uma familiarização das casas de *cuida-se*, onde reverbera, nas tias cuidadoras, a ideia de cuidar como (se fosse) uma mãe.

Portanto, refletir sobre dinheiro, intimidade, confiança, convivência, cuidado, criação, alimentação e construção das casas significa produzir vínculos familiares nesses espaços, permitindo-nos discutir como a dinamicidade das casas produzem uma espécie de família – repleta de ambiguidades – entre os moradores e as crianças que por ali circulam. Ao refletir sobre as práticas de cuidado no cotidiano das casas, analisei como o contexto diário envolvia articulações sobre a divisão de comida, as negociações com o trabalho, a intimidade, os *calotes* e os cuidados, que extrapolavam os espaços da casa. Por essa razão, as casas eram vistas como processos dinâmicos, seja pelo fluxo de crianças que oscilava de tempos em tempos, seja pelo desempenho de outras tarefas de cuidado que transcendiam os muros da casa.

Sendo assim, considero relevante localizar essas casas *de cuida-se* nas fronteiras do cuidado, seja ele no campo do afeto/obrigação, seja ele como fonte de rendimento e ocupação. Nesse contexto que envolve o cuidado infantil, na esfera íntima e privada das próprias casas, as cuidadoras encontravam-se na convergência entre o afeto e os constrangimentos, os quais eram causados pela falta de pagamento e pelos *calotes*. Argumento que o dinheiro também gerencia moralidades em torno da maternidade, avaliando-se a mãe que paga para outra mulher cuidar do filho e a mãe que deixa de pagar pelos cuidados da criança que é *cuidada e alimentada*.

Apesar da tentativa de considerar as casas de *cuida-se* como ‘alternativa’ à demanda pelo cuidado na grande região no bairro Partenon, em Porto Alegre, onde estavam localizadas as comunidades em questão, entendo a importância de problematizar para quais famílias a

dinâmica de funcionamento dos *cuida-se* é considerada uma prática possível. Para muitas delas, constitui-se como uma prática possível, principalmente em regiões que carecem de instituições municipais e comunitárias suficientes. Para as famílias que recebem, em média (ou menos de), um salário mínimo³⁶, o valor – que pode variar entre duzentos e trezentos reais mensais por criança – não é uma alternativa possível. Assim, as casas de *cuida-se* não retratam simplesmente uma realidade ou outra, as casas acontecem junto com uma série de outras situações. Por mais que as casas de *cuida-se* tentem suprir parte da demanda do cuidado infantil na região, há de se considerar a existência de uma demanda criada por crianças que não estão nas creches, tampouco nos *cuida-se*. Sem nos esquecer de como muitas crianças que estão nos *cuida-se* também estão nas creches, como forma de complementar a demanda de cuidado daquela família. Trata-se de crianças cujas famílias optam por uma rede de outros cuidadores – em sua maioria, mulheres, membros da família e vizinhança.

Não se trata aqui de tentar ‘romantizar’ essas organizações de cuidado de crianças na cidade, e sim de pensá-las como parte de uma estrutura de cuidados para diversas famílias, com o destaque de que tais organizações não substituem as tantas outras organizações comunitárias já incorporadas pelas políticas de Estado, tampouco as próprias creches. Se, por um lado, não queremos corroborar com a noção de que o Estado vai, idealmente, conseguir se capilarizar e fiscalizar tudo; por outro, temos de estar atentos para não desresponsabilizar o Estado no que concerne à obrigação de prover o cuidado de crianças para aquelas famílias que mais precisam. Logo, também considero fundamental refletir sobre a (re)familiarização dos cuidados, como prática que se volta para a família inteira e, ao mesmo tempo, divide a responsabilidade do cuidado, desonerando a responsabilidade do poder público em atuar na pauta.

Groisman (2015, p. 69) já analisou que

a tendência a relegar para as famílias e para o “mercado” o problema dos cuidados tende a produzir aquilo que Tronto (2013) se refere como sendo um “círculo vicioso de desigualdade nos cuidados”, já que a condição econômica de um indivíduo torna-se um importante determinante para a qualidade dos cuidados que este receberá e, simultaneamente, a necessidade de prover os próprios meios para garantir os cuidados daqueles que lhe são próximos acirra o individualismo e a ideologia de que os cuidados são um problema da vida privada e não da sociedade em geral. Isto requer a regulamentação e o controle por parte do Estado para garantir custos e qualidade adequados bem como o aumento da oferta.

Tais casas promovem também uma forma de cuidado que expressa um elemento de sustentabilidade social, sendo igualmente compreendidas como forma de sustentabilidade do

³⁶ Em 2019, o salário mínimo era equivalente a R\$ 998,00. No ano de 2020, sofreu reajuste para o valor de R\$ 1.045,00. Em 2022, o valor é igual a R\$1.212,00.

Estado (LIMA, 2016). Nesse sentido, destaco que o Estado escolhe não ver muitas dessas casas, não apenas por ignorar, mas justamente por entender que as casas de *cuida-se* integram uma lógica em que o Estado acaba reconhecendo, mesmo que implicitamente, sua incapacidade de fazer o que deveria estar sendo feito. Portanto, vale pensar o Estado como um conceito vivo para o qual a pesquisa antropológica tem contribuído e revelado implicações diversas.

Entre o que é arquivável (por mães e mulheres da vizinhança) e supostamente invisível (nos registros do Estado), tomo aqui as casas de *cuida-se* não apenas como lugar para se pensar sobre a falta de creches, mas também para se enfatizar a sua potência política. Elas servem para enfatizar a organicidade, a agência e o protagonismo das próprias mulheres (mães e cuidadoras), para além do Estado.

O sonho de Teresa de ainda ter uma creche conveniada com a prefeitura coexiste com o comprometimento com o cuidado, mas também com a oferta de um serviço tão crucial para as mães que precisam trabalhar. Argumentei, neste capítulo, que essas casas acontecem o tempo todo, antes e durante a tentativa de fixação de uma norma que as regule. Mais do que enfatizar a legalidade ou a ilegalidade, vejo-as como algo que acontece dentro, fora e às margens do Estado.

Tais apontamentos são relevantes para se discutir como o Estado estrutura dinâmicas locais diversas. Mesmo ciente de tais questões, destaco que a potência da etnografia desta tese está em rastrear essas práticas, focalizando-se as casas de *cuida-se*, que indicam parte de uma vida em movimento de um cotidiano por ruas e becos dos morros. A realidade ainda presente de crianças que não conseguem vaga em creche ou de famílias que não a procuram reflete, além da articulação de mães entre instituições na busca por uma solução, no modo como essa pauta estrutura dinâmicas locais diversas na capital gaúcha, juntamente com as negociações constantes de mulheres e de famílias que sobrevivem *fazendo o que o Estado não faz em cuidar do filho dos outros*.

CAPÍTULO 4

PREENCHENDO AS LACUNAS DO ESTADO COM COMPROMETIMENTO

Não é novidade que as nossas pesquisas são cada vez mais levadas a demonstrar que o ‘Estado’ e a ‘justiça’ não constituem instituições prontas, dadas e acabadas (ABRAMS, 1988), compostas por conselheiros tutelares, por funcionários da Secretaria Municipal de Educação, por defensores públicos, por promotores, por juízes, entre outros. É relevante destacar como o Estado funciona também como uma categoria êmica a ser constantemente construída pelos conselheiros, a partir de uma noção de poderes públicos como instância separada e distante do que eles fazem na prática. Assim, a fabricação discursiva do Estado como polo antagônico (VIANNA; FARIAS, 2011) aos conselheiros – aqui evocado em sua plena dimensão do ‘Estado-ideia’ (ABRAMS, 1988) – segue sendo pertinente. Ao evidenciarmos essa face do Estado que transcende as burocracias ligadas a regras e procedimentos é que conseguimos perceber como o Estado é feito e refeito constantemente pelo que seus agentes fazem (FASSIN, 2014).

A partir desse ponto de partida, nosso objetivo nesse capítulo consiste em discutir a atuação dos conselheiros tutelares junto à presença e ao uso performático da emoção nas solicitações burocráticas (*representações*) que envolvem o acesso à vaga na Educação Infantil. Proponho aqui uma análise dos sentidos morais empreendidos nas práticas dos conselheiros tutelares, ao entender que as trajetórias e a origem desses agentes na periferia, em conjunto com o passado de militância, são importantes elementos que compõem esse conjunto de emoções presente nas demandas por justiça. A constante narrativa de exemplos do comprometimento de tais agentes faz parte de um jogo complexo de atuação pública que torna possível a produção dos conselheiros como representantes dos direitos das crianças em arenas variadas (VIANNA; FARIAS, 2011)³⁷.

A partir da lógica do *comprometimento*, a origem de periferia também aparece como elemento mobilizador entrelaçado por diferentes moralidades e sentimentos na busca pela

³⁷ Vianna e Farias (2011) discutem sobre o engajamento de mães militantes que tiveram seus filhos assassinados pela polícia por justiça. Evidenciam como a ‘emoção’ e o engajamento moral das mães nas audiências públicas no Rio de Janeiro apareciam aliadas a ‘conter a emoção’, e ao domínio de informações, de técnicas, de dados quantitativos, de procedimentos formais, como elementos que eram acionados nos tribunais por meio dos deslocamentos da trajetória moral das vítimas para a trajetória moral e política das mães. Mesmo que as autoras (2011) se juntem a tantos outros pesquisadores que discutem o protagonismo dos familiares de vítimas de violência institucional entre movimentos sociais, recupero este trabalho, a fim de estabelecer conexões com a discussão a respeito da emoção entre os mediadores da burocracia.

garantia dos direitos daqueles que os provocam. Como veremos, a trajetória de *cria de vila* ou daquele que *pertence àquela comunidade que o elegeu* – como os conselheiros costumavam falar – revela discursos mobilizados como um diferencial na justificativa do comprometimento profissional. Aliados às ideias de serem *garantidores de direitos*, como aqueles que querem *mexer no sistema*, percebemos que ambas as expressões em itálico compõem, no discurso, peças importantes concernentes ao trabalho que realizam, revelando uma ambiguidade que deve ser considerada: se são, eles mesmos, parte ou não do Estado. A partir de uma oposição evocada pelos conselheiros – entre a lógica do gabinete e a lógica da rua –, pretendo então discutir como o cotidiano de trabalho seguia marcado pelo dilema entre fazer parte do Estado ‘por dentro’ ou combatê-lo do ‘exterior’. Até o final deste capítulo, espero demonstrar como os conselheiros atuam em uma relação de grande ambivalência – agindo simultaneamente ‘a partir do’ e ‘contra o’ Estado (SCHUCH, 2018).

Por fim, pretendo mostrar como o meu interesse pela procura das vagas, escutando as avaliações dos conselheiros sobre processos sempre falhos do Estado, me ensinou não ser plausível isolar a procura por vagas de outras questões, tal como a realidade da atual rede de creches conveniadas. Cada vez mais, tornou-se inegável que a questão de vaga extravasava o meu raio original de interesses para incluir outro conjunto de circunstâncias que condicionavam o acesso aos direitos fundamentais de cada criança. Especialmente no bojo do novo Marco Regulatório, surgia a seguinte pergunta: Como encontrar um meio-termo entre a creche – conforme idealizada pelas normativas municipais – e as circunstâncias realistas dos múltiplos estabelecimentos que já recebiam crianças há anos? Diante dos impasses criados pela própria administração pública, avalio que os conselheiros – ao menos os conselheiros com os quais trabalhei – mobilizavam um discurso semelhante ao das lideranças comunitárias que conheci, lutando por luz, por água e por saneamento básico. De certa maneira, eram as suas performances, o tom emocional e a mobilização de narrativas morais que preenchiam as lacunas de um Estado intrinsecamente falho.

4.1 TRAJETÓRIAS DE PERIFERIA

4.1.1 Nira: *Era como se na sua casa funcionasse uma filial do Conselho*

Conhecer Elenira Martins Pereira, a Nira do Conselho Tutelar, foi um dos meus primeiros passos como pesquisadora recém-chegada a Porto Alegre, ainda em 2017. O primeiro

detalhe que percebi em nosso encontro inicial foi a sua altura. Como ela era baixinha, seus olhos, seus grandes cílios e seu sorriso sempre aberto chamavam a atenção. Sua altura contrastava com a imensa fama e a competente atuação, já bastante conhecidas pelas conversas que eu andava tendo com a antropóloga Lucia Scalco – coordenadora de uma ONG da região e a ‘ponte’ entre nós (ela que nos apresentou) – e com a minha orientadora, Claudia Fonseca. Desde o primeiro dia, o *comprometimento* dessa conselheira não só com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e com a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 2012 [1988]), mas também com toda sua comunidade ficava aparente.

O contraste de nossas alturas, enquanto nos abraçávamos, despertava nossas risadas. Após esse abraço, Nira, ao dizer que as baixinhas eram sempre as mais bravas, me convidou a entender como sua atuação sempre foi marcada pela vontade de estar próxima das pessoas e de ajudá-las no que fosse preciso, como nos casos do movimento para a habitação no bairro São José (região onde morava com o filho e o marido), e da articulação de campanhas de doação de alimentos, de brinquedos e de roupas. Em decorrência de tais ações, muitas pessoas apareciam na porta da sua casa, a qualquer hora do dia e da noite, à procura de ajuda, de acolhida e de solução.

A dificuldade do seu trabalho aumentava em conformidade com a natureza das situações com as quais tinha de lidar diariamente. Algumas vezes eram casos de abuso sexual de crianças por pais, padrastos, tios ou avós, mas também abrangiam situações escolares, quando, por exemplo, a criança faltava por um período superior a cinco dias ou quando a professora redobrava a atenção pelo teor dos desenhos de dado aluno. Outras vezes dizia respeito às mães que precisavam *trabalhar para comer*, como Nira sempre dizia, e que, por não conseguirem vagas em creches e em pré-escolas próximas à região onde moravam, não tinham onde deixar os filhos. *Aparece lá no conselho que a gente vê o que a gente faz*, é o que Nira costumava responder para as famílias que a procuravam.

Depois de assumir o cargo em 2011, a boa reputação de Nira logo se espalhou pelas ruas e pelos becos da comunidade, e a frequência com que esses casos apareciam na sua casa e no Conselho Tutelar aumentava consideravelmente com o passar do tempo. *Era como se na sua casa funcionasse uma filial do Conselho Tutelar no Morro da Cruz* eram as palavras escolhidas por Nira para ilustrar o comprometimento com a vizinhança no dia em que nos conhecemos. O número de casos de mães e/ou responsáveis que procuravam o Conselho Tutelar na esperança de conseguirem uma vaga em creche era assunto tão constante entre nós quanto o argumento de que *aqui o trabalho funciona*. Em função dos tipos de atendimento que fazia diariamente, Nira sugeriu que um bom começo para minha pesquisa sobre vagas nas creches seria estar atenta

ao período das inscrições para as novas vagas do ano seguinte. Assim, na medida em que a SMED divulgava o resultado sobre quem tinha conseguido a vaga, era uma questão de tempo para que as mães que não conseguiram a vaga começassem a procurar o Conselho Tutelar na tentativa de *resolver sua situação*.

Apesar de Nira ter sido a primeira conselheira para a qual fui apresentada, logo conheci Marcelo (Tatau), Charles, Rodrigo e Joel. Somados quase 8 anos de atuação, a chapa de 5 conselheiros foi eleita pela primeira vez em 2011 e reeleita em 2015. No entanto, apresento mais detalhadamente neste capítulo Nira, Marcelo (Tatau) e Charles, por serem os conselheiros mais atuantes na pauta sobre vagas em creches e em pré-escolas. Para todos os conselheiros, *resolver a situação* estava atrelado às *representações*. Nira e os demais conselheiros defendiam a ideia de *se esgotarem todas as possibilidades* para garantir uma vaga na Educação Infantil, conforme discutido no capítulo 1. Além de Nira, esse também era o lema que movia o trabalho diário de Marcelo (Tatau) e de Charles.

4.1.2 Tatau e Charles: Trabalho hoje onde minha mãe veio pedir ajuda

Tatau era o apelido pelo qual Marcelo era chamado tanto por colegas quanto por juízes, promotores e advogados. Sob a justificativa de que o apelido nasceu praticamente junto com o seu nome, desde que saiu da maternidade, poucas eram as pessoas que o chamavam de Marcelo. Independentemente disso, sua aparência já o fazia uma personagem. De porte grande, sempre trajava uma jaqueta de couro preta com uma boina escura que deixava parte dos seus cabelos da frente à mostra. Sem esquecer do bigode, sua marca registrada. Apesar de ser conselheiro por 7 anos, sua trajetória profissional já teve rumos diversos. Por 11 anos foi motorista de ônibus e esteve muitos anos envolvido com o movimento sindical, além de ter sido carnavalesco de escola de samba e amante do carnaval até hoje. Casado há 29 anos e pai de dois filhos já adultos, Tatau ajudava o filho mais velho nas horas vagas com a tele-entrega do restaurante.

Foi justamente quando começou a trabalhar no Conselho Tutelar que Tatau decidiu aproveitar a estabilidade financeira para retomar os estudos de graduação a distância. Sempre de olho no futuro e no final do seu mandato, Gestão Pública foi a sua escolha. Sua preocupação com o futuro também reapareceu quando expôs a preocupação com o perigo de uma descontinuidade do trabalho que a equipe vinha realizando nos últimos anos e com a nova situação da região, caso houvesse eleição de uma nova chapa de conselheiros³⁸. Ao longo dos

³⁸ O ano de 2019 é o último ano como conselheiro. A preocupação de Tatau com a nova gestão estava relacionada à possibilidade de apenas uma reeleição ser permitida. Essa era a situação em que ele e os outros conselheiros se

anos em que atuou como conselheiro tutelar, Tatau nunca abandonou o *seu envolvimento com a política*, dividindo-se, principalmente durante o período eleitoral, entre ajudar na campanha política, ser conselheiro, ser estudante de graduação e auxiliar nas entregas do restaurante da família. A sobrecarga de trabalho trouxe desavenças com a família, pela pouca disponibilidade, mas Tatau lembrava a esposa, sempre que possível, de que se não fosse o envolvimento com a política, com os deputados e com a associação de moradores, ele não teria chegado ao Conselho Tutelar.

O passar dos dias no conselho despertou minha atenção para o fato de Tatau sempre falar da intensa mobilização de todos com as *representações*, como uma particularidade daquele conselho, mesmo que nem sempre as representações resultassem na garantia das vagas para as famílias. Apesar de todos os conselheiros lidarem com todas as demandas, Tatau era quem liderava a pauta no conselho e, por esse motivo, lidava com a maioria dos casos de requisição de vaga. Nira se referia a ele como alguém com quem se podia contar sempre – alguém capaz de *arrumar confusão* com quem quer que fosse para se *fazer cumprir a lei*.

O relato sobre a sua rotina de trabalho estava ligado à dificuldade diária em ter de lidar com a diversidade de vida das pessoas. Devido a essa proximidade com a realidade, o nível de estresse, envolvimento e esgotamento emocional dos conselheiros oscilava com a natureza dos casos, que, por muitas vezes, invadia as portas de suas próprias casas. Pelo menos essa era uma queixa constante de Tatau. O conselheiro, entre cafés e conversas, contava que a sua família muitas vezes se incomodava pela postura séria e reservada em casa – fato que classificou como reflexo do contato intenso com situações que ele mesmo definia como *nebulosas*. Tatau tinha a impressão que, ao longo dos anos, passou a ser uma referência de figura paterna para muitas crianças que encontrava. Ao aconselhar as crianças, tentava convencê-las a se inspirar na sua história de vida, a fim de mostrar, na prática, a possibilidade de se ter um futuro diferente. *Eu mesmo sou filho de vila e olha onde eu estou hoje*, Tatau relembrou. Assim como Nira, Tatau confessou que o salário não era ruim³⁹, apesar de achar que era um tipo de trabalho que mexia, com intensidade, em esferas emocionais e psicológicas.

encontravam. Contudo, ao retornar ao Conselho Tutelar em maio de 2019, Tatau explicou que foi sancionada a Lei n. 13.824, de 2019, que alterava o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2019a), para permitir a reeleição dos conselheiros tutelares para vários mandatos. A medida constou o PL 1783/2019, aprovado no senado federal em abril deste ano e sancionado pelo presidente em maio (BRASIL, 2019b). A notícia foi recebida com euforia entre os conselheiros e começaram as articulações para uma reeleição. Nessa nova chapa, apenas Tatau e Nira da atual gestão iriam concorrer para assumir em janeiro de 2020, apesar de não esclarecer maiores informações em função da proximidade com a notícia e com a instabilidade de decisões. Para mais informações, sugiro consultar: <http://bit.ly/3WarCny>. Acesso em: 3 jul. 2019.

³⁹ O salário de conselheiro tutelar eleito na região de Porto Alegre para o mandato de 4 anos girava em torno de R\$5.500,00 (entre cinco e seis salários mínimos).

Conviver com Tatau propiciou que eu conhecesse Charles, conselheiro com quem Tatau dividia a sala. Charles era mais alto e mais magro do que o colega, e a sua calvície chamava a atenção. Desde o nosso primeiro encontro – como a mulher de candomblé que sou – reconheci que usava alguns fios de conta de religião⁴⁰, com miçangas coloridas por debaixo da camisa, mesmo que isso nunca tivesse sido um assunto tratado abertamente entre nós. Aparentava ser mais sereno que Tatau, falando pouco e em tom mais baixo, mas igualmente enérgico. O fato de eu ser natural de Brasília e estudante da UFRGS fez com que rapidamente eu virasse *a moça de Brasília*. Imaginei que esse apelido estivesse relacionado tanto a assuntos sobre política quanto ao nome de sua filha mais velha, que morava na capital do país.

Além da *moça de Brasília*, eu também virei a *moça da UFRGS*, e essa relação com a universidade despertava em Charles a discussão sobre a exigência do diploma de curso superior para conselheiro tutelar. Sempre falava que nem sempre a formação acadêmica do profissional refletia quem ele seria na prática. Repetia que estudou até ‘o Jardim B’ e que seu companheiro de sala, Tatau, até o Ensino Médio, a fim de reforçar como o comprometimento com a garantia de direitos não tinha nada a ver com a formação em nível superior. *A experiência de vida é que faz com que você seja um bom conselheiro*, Charles explicava.

Charles trabalhava como conselheiro tutelar havia 15 anos. A história sobre como chegou ao conselho refletia na história da sua vida. Hoje ele trabalhava onde sua mãe veio pedir ajuda quando seu pai faleceu, em decorrência de um equívoco da enfermeira. Ao destacar as coincidências da vida, lembrou que, no lugar onde hoje funcionava o Conselho Tutelar, funcionava antes a LBA (Legião Brasileira de Assistência). Logo após a morte do seu pai, sua mãe procurou uma assistente social para que pudesse encontrar ajuda. Foi a partir daí que ela iniciou o curso de corte e costura, e, com o seu trabalho, conseguiu sustentar a família. E repetia: *trabalho hoje aonde minha mãe veio pedir ajuda*. Foi no final da década de 1990, ao participar do conselho de pais e mestres da escola dos filhos, que acabou *tomando gosto pela coisa* e decidiu concorrer ao Conselho Tutelar. Foi em 2002 que, ao conhecer um amigo que muito lhe ensinou sobre o ECA, participou da primeira eleição e iniciou a trajetória no Conselho Tutelar.

Assim como os colegas, Charles destacava que o comprometimento como conselheiro estava alicerçado à sua trajetória de atuação política e criticava a *entrada* de muitos colegas para defender prefeitos, vereadores ou outros políticos, em vez de garantir direitos. Desde então, ao lado de Nira e de Tatau, Charles colecionava muitas histórias dos embates cotidianos e das

⁴⁰ *Fios de conta de religião* é a forma com que os adeptos de religião de matriz africana (umbanda, quimbanda, batuque) em Porto Alegre costumavam se referir aos seus colares feitos com miçangas de diferentes cores, que fazem referência aos seus guias e aos seus orixás.

brigas que costumava travar para que se fizesse cumprir a lei pela garantia dos direitos das crianças.

4.2 BRIGAS E INDIGNAÇÃO

4.2.1 O ofício do judiciário

Diante desse cenário de falta de vagas, o cotidiano do Conselho Tutelar trazia uma crescente demanda de trabalho. Nira sempre era enfática ao dizer que ali todos – referindo-se aos próprios conselheiros – *adoravam uma briga e que, se preciso fosse, eles representam mesmo*. Em tom de brincadeira, Nira dizia que nunca fugia da luta. O número de casos de mães e/ou responsáveis que procuravam o Conselho Tutelar na esperança de conseguirem uma vaga em creche era assunto tão constante entre nós quanto o argumento de que *aqui o trabalho funciona*.

Em um dos nossos primeiros encontros, Nira, ao reclamar do descaso do Estado diante daquelas famílias que não tinham onde deixar os filhos, caminhou em direção à sua mesa para pegar um documento que classificou como *um absurdo*. Com o papel, Nira explicou, de modo enérgico, que recentemente o Conselho Tutelar havia recebido um ofício do judiciário com a decisão de guarda provisória da avó que decidiu *criar a sua neta por negligência da mãe*. Juntamente com a sentença, ‘o judiciário’ também tinha enviado ao Conselho Tutelar uma solicitação de uma vaga na creche para essa criança. A revolta de Nira estava no fato de que o judiciário – como o destino final das representações – deveria ser a instância responsável por pressionar o executivo para a garantia da vaga, e não exigir que o conselho fosse o responsável por conseguir a vaga por decisão judicial.

Agora me diz se não dá vontade de rir com uma situação dessas era o que Nira exclamava em voz alta, para si mesma, enquanto não conseguia se conter diante da surpresa da situação. *Se o judiciário é quem a gente procura quando não sabemos o que fazer, como que manda um documento desses para cá?*, Nira continuou aparentando indignação. Perguntou para todos na sala, sem esperança de resposta, sobre como ela iria *conseguir uma vaga se o seu trabalho era justamente encaminhar esses casos para o judiciário e aguardar por uma decisão judicial favorável à criança*. *Parece até piada, para você ver como está a situação do nosso estado*. Com esse pensamento, Nira finalizou o assunto, ainda entre risadas incrédulas de quem

só estava acreditando no que estava contando porque estava segurando o documento nas suas próprias mãos.

O exemplo do *ofício do judiciário*, como ficou conhecido entre os conselheiros e mobilizado por Nira em outras situações, refletia tanto parte de sua atuação no trabalho de *representar* quanto o cenário da falta de vagas na Educação Infantil no município. Além de *absurdo*, interpretei que essa reação era motivada por se reconhecerem o comprometimento e a atuação do Conselho Tutelar em pressionar a SMED para disponibilizar uma vaga e por se tratar de uma transferência de responsabilidade dos juízes, que, assim como os conselheiros, já não sabiam a quem endereçar o caso para solucionar a questão. Envoltava semanalmente no discurso de como conjuntamente eles faziam *o trabalho acontecer*, perguntei se Tatau se lembrava de algum caso em que a resposta da SMED tivesse sido positiva. Ou melhor, não apenas tivesse contemplado a vaga, mas também estivesse de acordo com a realidade da família. Sua resposta para o meu questionamento foi o caso do ofício enviado pelo conselheiro que continha *um rio de lágrimas e sangue*.

4.2.2 Um ofício com um rio de lágrimas e sangue

Foram muitas as vezes que Tatau narrou para mim um caso que, aparentemente, não apenas o comovia bastante, mas que também costumava ser orgulhosamente acionado em narrativas diversas quando o assunto era as *representações*. O caso era de uma mãe que ele atendeu, mas que não conseguiu imediatamente a vaga para o filho. Passado algum tempo, em uma caminhada próxima à região do conselho, Tatau a reencontrou, só que dessa vez testemunhou essa mãe (usuária de crack) recolhendo lixo na rua. Foi então que Tatau, ao se aproximar dela, perguntou incrédulo o porquê de ela estar naquela situação. *Eu tenho que viver né*, ela respondeu. *E o seu guri?*, voltou a perguntar o conselheiro, constatando só a partir desse encontro que o menino não tinha conseguido uma vaga na creche. Tatau lembrou então que resolveu ir até a criança, ficando abalado com o fato de o garoto permanecer naquele estado de vulnerabilidade junto com a mãe.

No mesmo momento, tomou o caminho de volta para o conselho para redigir um ofício que dizia conter um *rio de lágrimas e sangue*. Ao utilizar essa expressão, relatou que incluiu no ofício toda a *emoção que queria demonstrar* para a SMED, a fim de explicar o quão grave era a situação daquela família. Sua intenção era convencê-los, para que assim eles pudessem ter uma real noção do sofrimento da mãe e ficassem convencidos da importância da vaga para aquela criança. No mesmo dia em que tinha enviado o ofício, ele recebeu um retorno da SMED.

Impressionado pela rapidez da resposta, o conselheiro deduziu que isso demonstrava o quanto os funcionários da SMED tinham ficado sensibilizados com a gravidade da situação e conseguiram uma vaga para a criança de três anos imediatamente. O nome da mãe era Vanessa, e Tatau nunca mais esqueceu nem do seu nome, nem do seu caso. *As pessoas podem até pensar que isso não vai adiantar nada e que ela vai recair para o mundo das drogas novamente, mas a criança, essa vai estar salva*, comentou Tatau orgulhoso.

O caso do *ofício com lágrimas e sangue* era recorrentemente lembrado como um exemplo da atuação comprometida daquele Conselho Tutelar e voltava a ser acionado como um dos casos em que as *representações deram resultado*. A noção compartilhada entre os conselheiros a respeito da prioridade de a criança *estar salva* é inseparável da constituição do próprio Conselho Tutelar, guiado pela missão de promover o direito onde ele não é atendido e resgatá-lo quando violado (RIBEIRO, 2009; GONÇALVES; BRITO, 2011).

Logo, essas brigas indignadas dos conselheiros se apresentavam como importante ferramenta de análise para refletir sobre representação da demanda e representação do direito (GONÇALVES; BRITO, 2011). No dia a dia do Conselho Tutelar, a distância entre aquilo que o ECA pregava como tese (a interlocução entre família, sociedade e Estado) e a realidade (a demanda concreta pelo direito negado ou violado e as formas de ressarcí-lo) passava a ser preenchido por um conjunto de crenças e de valores dos próprios conselheiros (GONÇALVES; BRITO, 2011, p. 61).

Ou seja, o modo como cada conselheiro representava a demanda e o direito a ela vinculado, à luz dos recursos disponíveis no território em que atuavam, constitui um elemento fundamental na execução da própria lei. É justamente nesse sentido que Gonçalves e Brito (2011) afirmam que o conselheiro tutelar é o primeiro intérprete das leis para a população. No complexo processo de fazer o ECA visível, o conselheiro tutelar “faz a política tornar-se uma prática” (GONÇALVES; BRITO, 2011, p. 60). Sob esse argumento, a prática da representação dos conselheiros causava certo impacto na política social, posicionando-os mais próximos das demandas de direitos da comunidade em que trabalhavam e da qual também faziam parte.

Acrescentar lágrimas e sangue aos documentos funcionava como uma das mediações que emergiam das práticas de mobilização do sistema de justiça (PEDRETE, 2019), em que teatralizar suas vulnerabilidades evidenciava a inseparabilidade entre as condições desiguais que atravessavam os corpos e os territórios (VIANNA; FARIAS, 2011). A cumplicidade dos conselheiros tutelares com a comunidade local na atuação profissional diária revelava o comprometimento com a população que vivia na periferia, e o conhecimento *das ruas* e da realidade eram os maiores trunfos. Nesse sentido, os conselheiros tutelares atuavam como

intermediários das regras estatais referentes à normativa legal para a comunidade de onde eram oriundos. Não só conheciam os caminhos legais e burocráticos que deviam ser seguidos para que suas demandas tivessem maior efeito, mas também mantinham maior proximidade com as narrativas e as histórias das famílias. Como Tatau costumava dizer, a sua prática e o seu engajamento eram acionados como elementos que, para além da ação judicial, tentavam romper diariamente com as *amarras do sistema*.

4.2.3 Casos *faz de conta*

Sob a justificativa de que conhecia bem a região e sabia *muito bem onde tem vaga e onde não tem*, Tatau explicou:

Sempre aparecia uma vaga em creches e regiões distantes daquela família e nós retornávamos o ofício dizendo que a vaga não contemplava as nossas demandas. Eles estão violando direitos quando oferecem a vaga longe para uma criança que mora em outra região. Aliás, estão violando direitos duas vezes: da criança que está longe morando perto daquela creche porque a vaga está indo para outra criança, e dessa criança aqui da região que tem que se deslocar quilômetros até chegar na creche. O que adianta? O nosso dever é fazer cumprir o que está estabelecido no ECA, que devemos garantir uma vaga em creche para a criança próxima da sua residência. Aí sabe o que a SMED fez? Fez um convênio com a creche Pequena Casa da Criança, que é uma creche particular, e comprou cerca de 30 vagas. E eu devolvi essas vagas para lá porque todas eram longe para aquelas crianças. Eu não estou aqui brincando de fazer de conta que estamos garantindo direito.

Tatau enfatizava que os casos *faz de conta* – isto é, a existência de vagas que não contemplavam a necessidade das famílias – era uma realidade cada vez mais comum. Seu relato indignado expressava o entendimento de que, mesmo que essas famílias aceitassem essa vaga distante da região onde moravam, a probabilidade de essas crianças frequentarem a creche sem nenhuma regularidade era muito alta. Ao demonstrar preocupação, Tatau se perguntava:

Agora me diz como uma criança vai pegar dois ônibus para chegar nessa creche? Depois a mãe não leva essa criança e vai ser acusada de negligência, e a creche ou a escola aciona o conselho. Normalmente a família tem um dia para fazer a matrícula, mas não tem cabimento uma história dessas. Aqui todo dia é brincando de fazer de conta que garante direitos. E a resposta da SMED sempre diz que tem vagas e é a família que não quis a vaga e que as mães estão escolhendo demais. Mas como? Essa família precisa comer! Quem vai pagar as passagens?

A esse respeito, Tatau entendia que a forma como a prefeitura lidava com a situação, além de configurar uma *violação de direitos das crianças*, ignorava as condições, as particularidades e a realidade de cada família. A vaga longe de casa evidenciava o entrelace de

questões diversas, como o alto número de faltas nas creches em função da distância e do preço das passagens, as condições de trajeto, o acesso e a disponibilidade de tempo do responsável para se deslocar. O trabalho dos conselheiros seguia movido pela denúncia à postura negligente dos gestores públicos, ao se referirem às famílias que querem *escolher a vaga* e por isso *são negligentes por não realizarem a matrícula das crianças onde há vagas disponíveis*. Por essa razão, por entenderem que *não havia interesse da prefeitura em resolver o problema*, os conselheiros reconheciam que, mais cedo ou mais tarde, as famílias ainda dispostas a lutar pela vaga acabariam voltando ao Conselho Tutelar.

Era comum ouvir dos conselheiros que o atraso da inclusão dessas crianças na creche em idade adequada poderia contribuir para uma crescente vulnerabilidade causada por diferentes tipos de abusos e de violências, por uso de drogas e/ou por ingresso no mundo do crime. A máxima presente na fala de que *nós somos garantidores dos direitos das crianças* refletia em duas importantes questões que, a meu ver, estão interconectadas. A primeira estava diretamente ligada ao reconhecimento da comunidade sobre a relevância e a eficácia do trabalho dos conselheiros tutelares, uma vez que eles eram eleitos por votação da região; ao passo que a segunda dizia respeito aos efeitos da intensa atuação e mobilização em utilizar *todos os recursos ao seu favor* no embate com outros atores e instituições envolvidos na pauta no Estado. O fato de *serem da região da cidade que mais apresenta demanda de vagas para a SMED*, como costumavam se referir ao trabalho que realizavam, resultava no aumento do embate e da pressão *com respeito e educação na luta pela garantia dos direitos das crianças*.

4.2.4 A lógica do gabinete *versus* a lógica da rua

Era quando o ritmo de trabalho no Conselho Tutelar costumava cair ao final da tarde, permitindo algumas pausas para um café, que Nira e Tatau relembavam das diversas experiências que tiveram com delegados, com juízes, com promotores e em reuniões de profissionais de rede na região. Ao aparentar empolgação com a presença do amigo na sala, Nira comentou: *Tem horas que eu acho que eu sou autoridade, né? O Tatau sempre diz que eu sou autoridade e tem horas que eu acredito! Aqui se preciso for nós representamos sempre contra a SMED, porque isso é um dever do município garantir essas vagas para essas crianças*.

Como apresentei no primeiro capítulo desta tese, a postura de *representar sempre contra a SMED* fazia parte de uma noção de autoridade que os profissionais tinham, como conselheiros tutelares, de atuar em nome da comunidade. Autoridade que ousava brigar com outras autoridades, como justiceiros que tentavam, pelo engajamento, moralizar um sistema que não

funcionava conforme as regras, ao mesmo tempo em que mobilizavam moralidades sobre quem merecia e quem mais precisava da vaga.

As outras autoridades, nesse caso, gozavam de um *status* oficial bem ‘acima’ do *status* dos conselheiros. Porém, longe de deferir essa hierarquia de prestígio, os conselheiros sublinhavam a própria vantagem moral a partir da proximidade que eles tinham *da realidade das ruas*.

4.3 O MP SÓ PODE ESTAR DE BRINCADEIRA

Ao lembrar de uma reunião com o MP em 2015 sobre uma campanha nacional para incentivo à matrícula de crianças entre 4 e 6 anos na escola, Tatau explicou que a sua *paciência chegou ao seu limite* com os promotores que agiam *como se as mães fossem desinformadas sobre a necessidade de as crianças irem para a escola. Hoje, por exemplo, foi a tarde inteira só tratando de casos de vagas em creche e em escola para essas crianças. O MP só pode estar de brincadeira!*, Tatau lembrou com aparente tom de reprovação. O incentivo para trabalhar nesse tipo de campanha diante da atual situação de Porto Alegre foi interpretado pelo conselheiro como o reflexo de uma postura do MP desconectada da realidade do município, principalmente diante da rotatividade e da semelhança entre os diversos casos que recebia no seu dia a dia de trabalho.

Nira também costumava desabafar que os juízes não *entendiam nada sobre a realidade ou sobre como viviam os pobres e achavam que por decreto podiam resolver as coisas*. Entre risadas que exibiam uma mistura de ousadia e de nervosismo, Nira contou como temia um dia ser presa, ao lembrar uma situação. Ao final da audiência – sem revelar detalhes sobre o que se tratava –, Nira lembrou como a *juíza mandou a mãe tratar os dentes de seu filho*, como parte da sentença. Ao continuar, Nira contou que retrucou ao dizer: *tu estas escrevendo uma coisa que não vai acontecer. Não existe esse tipo de serviço por aqui! É inacreditável uma coisa dessa*. A juíza apareceu aborrecida com o comentário de Nira e respondeu que estava *exigindo que fosse cumprida essa decisão. A realidade é uma dureza* foi a frase com que a conselheira finalizou o seu relato, sem mais detalhes.

Entre *mexer no sistema* e *estarem amarrados no sistema*, como categorias presentes nos discursos dos conselheiros, a relação com o Estado –figurado ora como a prefeitura, ora como o Ministério Público – era marcado por tensões, por embates e por disputas. A partir da ideia de o Conselho Tutelar *provocar* e *mexer no sistema*, compartilhamos, nessas páginas, algumas

situações em que o Estado foi construído discursivamente como polo antagônico ou, conforme disse Charles na reunião da câmara descrita no início do capítulo 1, *como o maior violador de direitos*. Tal antagonismo é construído a partir de dois pontos importantes: a partir das ideias de que o Estado (i) é o responsável direto pela falta de vagas; e (ii) reforça essa ilegalidade (ou essa violação de direitos), ao não se esforçar – por omissão, inércia, incapacidade ou escolha – para resolver a falta de vagas ou propor alternativas que atendam às reais demandas das famílias.

4.3.1 A visão da rua é outra completamente diferente

Os conselheiros reforçavam que, por serem oriundos da comunidade, compartilhavam com os moradores locais a visão e a vida a partir *da realidade das ruas*. Os relatos das constantes *brigas com respeito* – expressão que remetia ao modo como se referiam aos desentendimentos causados pelas posturas diante de juízes, de promotores e de advogados em diversas situações – refletiam suas opiniões sobre como os gestores públicos de alto escalão possuíam uma *visão de gabinete* ao lidarem com a Educação Infantil. Essa *visão de gabinete* remetia a uma visão distante da realidade vivida no cotidiano dessas famílias.

Ao final do dia no Conselho Tutelar, Tatau costumava conversar em tom de desabafo sobre o seu trabalho, ao achar uma brecha no meio das demandas:

Sempre falo que é preciso lutar pelo acompanhamento psicológico do conselheiro, porque é 24 horas por dia lidando com tudo quanto é tipo de caso. E olha, é cada caso. Outro dia tivemos um caso de um pai que vendeu a filha de 5 anos por conta de droga. É muito difícil. O nosso trabalho é usar um conta gotas tirando água de enchente. Falta muitas políticas públicas e o Conselho Tutelar fica meio sem saber o que fazer em muitos dos casos. Então para muitas dessas famílias nós passamos a ser a figura paterna. Eu, que muitas vezes fico aconselhando essas crianças, dizendo para elas que é possível ter um futuro diferente. Eu mesmo sou filho de vila, e olha onde eu estou hoje. O meu salário não é ruim, apesar de ser um trabalho que mexe com a gente. Então eu uso o meu exemplo para dizer para eles que eles também podem mudar. Podem começar trabalhando num jovem aprendiz. E isso já muda a forma dele se vestir, de falar e pode sair dessa vida da rua e sonhar outras coisas. Então se eu puder mudar nem que seja um pouco essa realidade, eu vou fazer. Meu pai sempre me dizia que eu era maluco por pensar assim, mas eu não vejo outra saída. E o que eu posso fazer é provocar. E isso não são todos os conselheiros que pensam assim, porque quando eu provoco, eu trabalho mais. E provocar gera mais trabalho para mim, claro. Mas tudo isso porque eu quero mexer no sistema. Nós temos mais representações, porque os números mostram, porque aqui nós fazemos esse trabalho. Eu vou estar sempre brigando com o sistema. Eu tô sempre brigando, mas eu tento fazer isso de uma forma responsável. Porque pessoas, como o promotor, têm apenas uma visão sobre as coisas e eu sempre digo que visão de gabinete é uma coisa e a visão de rua é outra completamente diferente. E nós temos a visão da rua, nós que estamos lidando com esses casos. Por isso mesmo que nós temos que esgotar recursos de todas as maneiras possíveis.

A noção de um impasse entre a *visão de gabinete versus a visão de rua* era discutida por Tatau com o intuito de sensibilizar o poder público e, ao mesmo tempo, conseguir maior legitimidade pelo trabalho realizado com a população, a fim de entender e de aproximar as diversidades e as complexidades. O trabalho realizado na ponta, ou seja, diretamente com a população – não apenas no Conselho Tutelar, mas também nas ruas, nos morros e nos becos – respaldava o trabalho realizado pelos conselheiros pelo fato de terem uma trajetória de vida de quem nasceu e ainda vive junto à comunidade.

Percebo que essa trajetória os posiciona nessa luta a partir da lógica que move o discurso de *eu quero mexer no sistema* e recai em implicações diretas sobre a construção que os próprios conselheiros têm sobre o trabalho que realizam. Muito além de considerar os conselheiros tutelares como agentes do Estado, percebo a similaridade nos seus discursos a respeito de sua própria atuação como parte de quem luta por demandas e por garantia de direitos na comunidade de onde vieram, a partir de um outro lugar que é, ao mesmo tempo, ‘a partir’ e ‘contra’ o Estado (SCHUCH, 2018).

Nesse sentido, a proximidade com a comunidade e o entendimento sobre as *reais necessidades* daqueles que batem à porta do Conselho Tutelar são fatores que compõem a relação dos conselheiros entre o público e as instituições, com vistas a pressionar a justiça sobre quem deve ter prioridade na vaga. Essas diferentes observações evidenciam uma postura firme no embate dos conselheiros, assim como refletem um descompasso de expectativas entre o modo como deveriam agir importantes atores (juízes, gestores públicos, promotores) na garantia de direitos e a construção de uma noção do Estado *como o maior violador de direitos*. Aliado ao descompasso entre a *visão de gabinete* e a *visão das ruas*, os conselheiros entendiam que as tensões continuavam na medida em que ocupavam outros espaços que iam além dos muros do Conselho Tutelar, como a reunião externa de assuntos afins. Nesse caso, *visão de gabinete* era a expressão que os conselheiros costumavam utilizar ao se referirem à atuação de juízes, de promotores e de defensores, como algo distante *da realidade das ruas*. Em contraste com a *visão das ruas*, expressão ligada ao trabalho que realizam como conselheiros tutelares, que tem na comunidade sua origem de militância.

4.3.2 Voltando ao Marco Regulatório – exemplo por excelência dos embates

De certa forma, os debates em torno de certos aspectos do Marco Regulatório ilustram o embate das duas lógicas mencionadas até o momento (da rua e do gabinete). Um caso que

ilustra tal embate seria as exigências para a regularização de uma creche acima de 10 crianças, que são quase proibitivas para a maioria das cuidadoras, conforme apresentei no capítulo anterior. Entre os documentos exigidos constam, entre outros, certificado comprobatório de cadastramento, Projeto Político Pedagógico, Projeto de formação profissional continuada, Regimento escolar, Planta de situação, localização e plantas baixas do prédio.

Em reconhecimento tácito às enormes dificuldades que as pequenas creches comunitárias tinham para se adequar a essas exigências, apresentei que a prefeitura propôs, em 2017, um termo de ajustamento para todas as instituições que ainda não preenchiam alguns requisitos de credenciamento⁴¹ exigidos no Marco Regulatório. A motivação para essa iniciativa consistiu em não comprometer o atendimento à população em geral, até que as novas exigências fossem adaptadas nesses espaços. Para dar início ao processo de adoção do novo marco, a SMED iria credenciar as organizações que já prestavam serviços, sendo dispensadas do novo chamamento público, em princípio, por até dois anos. Ao final desse período, as instituições podiam ter os termos do convênio revistos, devendo passar por novo processo de chamada pública com as demais instituições na cidade. A prorrogação de prazo, no entanto, parece ter ajudado pouco, já que, ainda em 2019, poucos estabelecimentos haviam conseguido reunir toda a documentação exigida. Os conselheiros, em diversas reuniões com autoridades públicas, defendiam sistematicamente o ponto de vista das pequenas creches locais.

Na reunião periódica de profissionais integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente em 2018, Nira, sempre com muita desenvoltura ao falar em público, se pronunciou sobre a intensa discussão concernente ao Marco Regulatório – instituído por lei em 2014, mas vigente a partir de 2017 – e a dissonante postura dos últimos prefeitos da cidade, que sempre *empurravam com a barriga* a questão. A decisão por implementar, sob a responsabilidade do atual prefeito, era recente, o que tornou real a promessa de regularização pelo marco, mesmo diante da dificuldade que as creches comunitárias menores teriam para se adequar a todas as exigências. A indignação de Nira estava articulada à argumentação de que as gestões anteriores estavam cientes dos problemas que as instituições enfrentavam diante das dificuldades de adequação às exigências burocráticas e das consequências da implementação do novo Marco Regulatório nas creches conveniadas, mas não demonstravam uma preocupação com as creches pequenas. Como apontamos no capítulo 2, as exigências consistiam em, por exemplo, ter uma área física de, no mínimo, 1000 metros, possuir a escritura do imóvel com habite-se⁴² e garantir

⁴¹ Para mais informações, sugiro consultar o *link*: <http://bit.ly/3FjNLK0>. Acesso em: 9 jul. 2021.

⁴² O habite-se (Carta de Habitação) é uma certidão expedida pela prefeitura atestando que o imóvel está pronto para ser habitado e que foi construído ou reformado conforme as exigências legais estabelecidas pelo município.

a contratação de profissionais com curso superior em Pedagogia. Ou seja, condições administrativas e físicas, muitas vezes, incompatíveis com a realidade de muitas dessas pequenas creches localizadas no alto do morro.

Nira fez duras críticas à iniciativa do prefeito, acusando-o *de tratar a Educação Infantil como se fosse uma empresa*. Com firmeza aparente, chamou a atenção dos participantes da reunião ao dizer:

Por exemplo, os filhos de vocês estão acostumados com as normas. As regras daqui da Vovó Ida [uma creche local pequena] e de repente essa creche tem que entrar em licitação. Vai lá saber quem é que vai ganhar. Com certeza é uma grande escola, como essa dos Maristas. Mas eu quero lhes perguntar uma coisa: Será que eles [na creche grande] vão enxergar os filhos de vocês como uma criança da nossa vila, da nossa realidade? Não, eles querem números. Mas todas as creches comunitárias estão se organizando e vão lutar para não perderem os convênios e os empregos. Todos sabem quanto é difícil conseguir uma vaga numa escola municipal. Eles precisam das conveniadas. Por exemplo, o habite-se do imóvel. Quem possui o habite-se da sua casa? Ninguém tem, ali é uma área verde. Vamos tentar dessa maneira, mas se não der, vamos ter que nos unir e ir lá na frente da prefeitura protestar. Vamos todos nos reunir na frente da creche e abraçar a escola. Chamar o Diário Gaúcho, o Comando Geral. Vocês acham que devemos entregar esse espaço das nossas crianças sem luta? Lembra quando manifestamos para manter a passagem? Isso foi uma vitória do povo. Foi o povo que conseguiu reverter! E vamos repetir se precisar!

Além das discussões em reuniões externas, no Conselho Tutelar, e em conversas conosco, por diversas vezes, Tatau chamava a atenção para o que ele denominou de *a polêmica do novo Marco Regulatório*. Quanto à polêmica, ele refletia sobre quais seriam as instituições que conseguiriam, de fato, se manter com as portas abertas. Apesar de o conselheiro expor a opinião de que *as instituições deveriam ter se organizado antes para se adequar às novas exigências*, Tatau justificava a sua preocupação justamente por conhecer de perto a situação de precariedade que algumas creches ainda enfrentavam. O conselheiro identificava um alto risco de essas instituições *acabarem fechando as portas*, e assim, com o novo modelo de parceria com a prefeitura, de apenas as *grandes instituições* terem condições de continuar funcionando. Essa preocupação também era compartilhada por Nira, como vimos na reunião. Aos olhos dos conselheiros, a discrepância entre as novas regras e o cenário atual das instituições era enorme, refletindo não apenas o desconhecimento que a prefeitura e os gestores públicos tinham da realidade, para além das leis e das condições de funcionamento de muitas dessas instituições, mas principalmente o descaso. Representava um descaso, pois, como insistia Tatau, comprometia ainda mais a equidade da distribuição de vagas, inviabilizando o acesso e a permanência das crianças de vila nas instituições conveniadas.

4.4 MEXENDO COM O SISTEMA

O destaque das *representações* nesta tese reflete parte do comprometimento dos conselheiros com o trabalho, e a judicialização surge como um dos repertórios de mobilização na tentativa de resolução do problema das vagas, com vistas a produzir algum tipo de efeito no *sistema*. Nesse processo de negociação com outras instituições, a preocupação dos conselheiros ressoava no entendimento compartilhado entre eles de que o ponto forte do trabalho como conselheiro consistia em estabelecer uma relação de proximidade e de confiança com a população. Apesar das dificuldades enfrentadas com o que Tatau denominou de Estado, o conselheiro desabafou:

E o que eu posso fazer é provocar. E isso não são todos os conselheiros que pensam assim. Mas tudo isso porque eu quero mexer no sistema. Nós temos mais representações porque os números mostram, porque aqui nós fazemos esse trabalho. Então, eu vou estar sempre brigando com o sistema.

A ideia de *mexer no sistema* bem como a atual situação política e orçamentária da cidade sempre foram assuntos para os cafés com seu colega Charles. Esse comprometimento com a garantia de direitos ganhou mais evidência quando contrastado com o que eles consideravam a motivação de muitos colegas que entraram para o Conselho Tutelar: *apenas para defender prefeitos, vereadores e outros cargos políticos, e não para garantir direitos*. O jogo do compromisso político e a credibilidade perante a população faziam parte de todo o processo de atuação comprometida desses profissionais, até mesmo porque eles eram eleitos por votação da comunidade. Essa ética do herói civilizador, que é muito positiva, significa comprometimento pessoal dos conselheiros, ao mesmo tempo que denota um grande limite, a partir da ideia de trazer para si uma potência ou uma capacidade de mudança (RIFIOTIS, 2017).

O comprometimento e a postura dos conselheiros de *esgotar todas as alternativas para garantir direitos*, a intensa campanha de representação, a luta, o conhecimento, e a narrativa das *lágrimas e do sangue* compõem um conjunto de elementos que extrapolam as formalidades das burocracias. Com criatividade e engajamento, tais conselheiros compõem um Estado em ação (FASSIN, 2014). Portanto, ao acreditar que o Estado é refeito constantemente pelo que os seus agentes fazem, pelas múltiplas influências que exercem, pelos hábitos que desenvolvem, pelas iniciativas que tomam e pelas respostas que recebem, podemos pensar que a proximidade

com os agentes mostra um lado do Estado que é mais do que burocracias ligadas a regras e a procedimentos (FASSIN, 2014).

Por um lado, o conselheiro abraça a ideia de eficácia, como militante de garantia dos direitos das crianças, ao mesmo tempo que mobiliza determinadas retóricas para consolidar a eficácia de sua atuação diante da comunidade. Refletir sobre o trabalho dos conselheiros – assim como sobre a construção do discurso movido pela lógica de *aqui o trabalho funciona e aqui nós conhecemos o ECA* – é um movimento que segue articulado por um conjunto de práticas relativas à criação de formulários e de procedimentos, que utiliza a burocracia como ferramenta de trabalho. As práticas de *representar*, de lidar com lágrimas, de se sensibilizar e de extrapolar as materialidades dos documentos servem como forma de comunicação entre as instituições envolvidas na garantia de acesso a uma vaga na Educação Infantil.

Brigar *com* o sistema a *partir* do sistema (SCHUCH, 2018) tem sido parte do trabalho dos conselheiros tutelares que acreditam serem importantes as suas origens de periferia para não se deixarem contaminar e fazerem parte do Estado a partir de um outro lugar. Nira, por outro lado, mostrou certa ambivalência, ao estar sempre dizendo que era *quase autoridade*. Constantemente, os conselheiros falavam das instituições como se fossem ‘coisas’ de fora, mas na verdade seguiam envolvidos na mesma lógica e na mesma semântica, sendo por meio do trabalho dos conselheiros que as instituições ganhavam vida (RIFIOTIS, 2017). Ao mesmo tempo que a expressão *amarrado no sistema* – comumente repetida por Tatau – previa uma concepção do Estado como perspectiva desestabilizadora, que *atrapalhava* o seu trabalho, funcionava como algo que dava sentido ao que ele fazia.

Neste capítulo, apresentei uma discussão focalizada no Conselho Tutelar e no modo como os conselheiros se viam como justiceiros/heróis que lutavam *contra* e *a partir* do sistema. Esses complexos modos de habitar normas e categorias, nas formas de inscrição política, são possíveis simultaneamente – a *partir* e *contra* o Estado (SCHUCH, 2018) – transformando, produzindo e compondo o Estado de forma dinâmica. Além disso, a análise empreendida nessas páginas evidenciou o resgate à importância de personagens, como os conselheiros tutelares, para o funcionamento do Estado, ao acionarem um repertório sobre o que significava viver às margens, movidos pela tentativa de comover e/ou de mobilizar estratégias que tivessem algum efeito concreto na vida das pessoas que os procuravam.

Portanto, não é possível entender o trabalho dos conselheiros tutelares de forma apartada da comunidade da qual eles fazem parte. Por essa razão, cabe aqui um desdobramento importante. Tatau reconhecia que, se não fosse o seu pertencimento à comunidade e o seu *envolvimento com a política*, *ele não estaria ali*; e Charles criticava a prática da entrada para o

Conselho Tutelar como *forma de articular interesses políticos de prefeitos ou deputados* a partir das suas atuações. Ambos os posicionamentos nos oferecem a possibilidade de refletir sobre a relação entre o Conselho Tutelar e a entrada para a política. Foi só quando passei a acompanhar as cuidadoras e as lideranças comunitárias meses depois, e quando dei início à escrita desta tese, que me dei conta de que o Conselho Tutelar não era apenas uma porta de entrada para a pesquisa, mas também era uma porta de entrada desses atores para a vida na política partidária.

Assim, o Conselho Tutelar se configurava como importante espaço de articulações não apenas com os demais atores e as demais instituições do Estado, conforme discuti até aqui, mas também entre políticos da região e assessores, concebendo, muitas vezes, o próprio interesse dos conselheiros de ingressar na política como resultado da visibilidade do trabalho na comunidade. Mesmo que acompanhar os conselheiros tutelares já não fosse o meu foco de pesquisa desde o final de 2018, foi impossível permanecer no morro nesses últimos anos sem ouvir falar da atuação dessa instância, ou até mesmo de reencontrar conselheiros em diversos outros espaços. De longe, ouvi falar da reeleição de Tatau para o Conselho Tutelar. Nira, apesar de ter sido a conselheira mais votada nas eleições de 2019, acabou não assumindo o cargo novamente e seguiu atuando na comunidade, dando continuidade às suas atividades no morro, como vice-presidente no Coletivo Autônomo do Morro da Cruz (ONG oficializada em 2019), juntamente à antropóloga Lucia Scalco. Tudo isso enquanto eu acompanhava lideranças como Vitória e a decisão de também *entrar para a política* – como costumava dizer – e se candidatar à vereadora nas eleições municipais em 2020. De longe, ouvi também sobre a candidatura de Tatau para deputado estadual nas eleições de 2022.

Esse conjunto de acontecimentos ilustra que a pauta sobre o acesso à vaga em creche aparece nesta tese como tema central e fio condutor, informando-nos sobre um modo de atuação política que brota da própria comunidade e que não se limita a esses agentes eleitos, mas tem, na figura deles, um de seus braços. O comprometimento dos conselheiros com a pauta da vaga em creche aparece como elemento que gera mobilização e identificação direta com a população, por se relacionar com as preocupações das famílias em relação às suas crianças. Assim, esse comprometimento tanto engloba o debate sobre a participação dos conselheiros na política quanto nos alerta sobre a importância de se considerar a articulação de um conjunto de políticas públicas que contemplem, de forma mais ampla, a vida das crianças e das famílias, como uma maneira mais efetiva de atuação na comunidade, atenta às suas demandas e à sua realidade.

Por isso, é central na discussão deste capítulo mostrar que os conselheiros não são apenas agentes do Estado, mas também personagens que, de alguma maneira, desempenham o seu ofício na e para a comunidade, e fazem o Estado a partir dessa comunidade, tendo em vista

fortes interesses na política eleitoreira e partidária. Não é o meu objetivo aprofundar a análise a respeito da relação entre o Conselho Tutelar e a entrada para a política. No entanto, reconheço a necessária ‘costura’ entre esses dois elementos, no qual conselheiros, ativistas e lideranças na comunidade se encontram em uma análise mais ampla sobre uma atuação política comunitária que tem, no Conselho Tutelar, uma de suas vertentes.

Cabe, no entanto, um último comentário sobre a minha própria contaminação pela *lógica da rua*. À medida que eu, como pesquisadora, fui adentrando à vida das ‘autoridades’, dos conselheiros, das mães e das cuidadoras, limitar a minha atenção exclusivamente às vagas na Educação Infantil me soava cada vez menos realista. Como mapear um objeto que vazava capilarizado em preocupações que também envolviam o acesso a condições estruturais básicas das famílias, como água, eletricidade, saúde básica e comida? Os fios de reflexão, em vez de se concentrarem bem comportadamente nos limites pré-traçados, pareciam esvanecer entre os meus dedos, tocando nos direitos fundamentais não só das crianças, mas também das suas famílias.

É fundamental lembrar que os conselheiros eram chamados a solucionar não só a falta de vagas, devendo igualmente atuar em um leque amplo de problemas que tocavam o bem-estar infantil. De certa forma, nem completamente dentro, nem completamente fora do Estado, tais atores fazem parte de uma rede extensa de ativistas comunitários na militância por condições dignas de vida e de reprodução. Assim, nossa pesquisa, originalmente concebida para se concentrar no Conselho Tutelar e em outras instâncias oficiais, foi sendo conduzida para acompanhar mais de perto a atuação de mães e de lideranças comunitárias na promoção de direitos relacionados à Educação Infantil. Na medida em que nos afastávamos da *lógica do gabinete*, ficava cada vez mais evidente que a ‘vaga’, mesmo que, por si só, já importante, não podia estar desatrelada de uma série de outros assuntos que, para os moradores desses bairros, eram de importância política vital.

CAPÍTULO 5

O TRABALHO MATERNO E O ATIVISMO NO COTIDIANO

5.1 TECA – A DILMA DO MORRO

Conheci Teca, como Mara era chamada pelos seus familiares, na semana destinada às inscrições de novas vagas em creche municipal em novembro de 2018, junto com Conceição, Giovana e Beatriz. Não demorou muito até perceber que a sua aparência e o seu jeito de falar lembravam muito a irmã da minha mãe. Sua pele negra iluminava seu rosto, principalmente na testa e nas bochechas, aparentando pouca idade – e não os 39 anos que tinha quando nos conhecemos.

Naquela tarde úmida e quente, anúncio do verão gaúcho, Teca pleiteava uma vaga na creche para a filha Isadora, de três anos, e a neta Sofia, de dois anos. Sofia era filha de Paloma, sua filha mais velha, que havia completado recentemente 18 anos. A proximidade de idade entre a filha mais nova e a neta foi um incentivo para o início de nossa conversa, de modo que Teca falasse sobre a busca pela vaga e sobre a sua família. Com a filha e a neta ainda na primeira infância, ela precisava se dividir entre a rotina exaustiva que combinava trabalho, cuidado das crianças e afazeres da casa.

O esgotamento de Teca com a rotina a movia para buscar por ajuda na creche, mas não somente. *Eu tenho que correr atrás do meu direito*, Teca reafirmava. Naquele momento, chamou a minha atenção ouvi-la falar que estaria disposta *a correr atrás* da vaga quantas vezes fossem necessárias e que já havia ido a *todos os cantos*: SMED, Conselho Tutelar, Defensoria Pública e Promotoria Pública. A descrição de *correr atrás* se aproxima do que Fernandes (2018) definiu tanto como conjunto de ações necessárias na tentativa de conseguir uma ‘vida melhor’ quanto a peregrinação por algum direito ou serviço público. Para Teca, esse *correr atrás* teve início na luta pela vaga na creche para a filha e a neta, estendendo-se a outros direitos que envolviam tanto buscar apoio em redes políticas e comunitárias quanto transitar entre as instituições, as burocracias e os documentos. *Eu coloco a minha pastinha debaixo do braço e vou, não posso deixar a peteca cair* eram frases que eu sempre a ouvia repetir. Para Teca, falar sobre a luta por uma vaga na creche significava lembrar sobre a sua postura de sempre ter de *lutar diante da vida*.

Cerca de três meses depois do nosso primeiro encontro, eu estive na sua casa pela primeira vez e fui devidamente atualizada de sua busca pela vaga. Firme em seguir atrás de uma alternativa, Teca retornou ao Conselho Tutelar em fevereiro de 2019, em busca da vaga para a

neta na mesma creche da filha, para que não tivesse de levar e buscar as crianças em dois lugares diferentes. Ao seguir a indicação do conselheiro tutelar para que retornasse até a central de vagas na SMED, Teca conheceu muitas outras mães reclamando das distâncias entre as vagas atribuídas e as suas casas, sentindo a sua história espelhada na experiência de outras mulheres. Desistir não era uma opção para Teca, que se mostrou bem disposta a procurar a Promotoria como próximo passo, até mesmo porque muitas outras mulheres da vizinhança estavam na mesma situação que ela. Quem sabe assim poderia trazer uma solução mais eficaz para todas.

Naquele mesmo dia em sua casa, a convite do *eu chamo a mulherada e você vem*, combinamos um novo encontro na garagem da sua casa – desta vez, no final de semana –, para que eu pudesse conhecer outras mães que enfrentavam a dificuldade de conseguirem matricular os filhos em creches. Sob a promessa de que faria uma *chamada na rua* e nas proximidades para que os moradores se aproximassem das reivindicações e participassem das mobilizações, Teca revelou que o costume de fazer esse tipo de reunião em sua casa rendeu outro apelido: *Dilma do Morro*.

Mesmo apreensiva de que os moradores achassem que eu poderia ajudá-los com a situação das vagas na região, aceitei participar do encontro e, assim que cheguei, fui firme em explicar sobre o que estava fazendo ali e informar minha pouca influência na garantia da vaga. O que eu não sabia naquele momento era que Teca – apesar de focalizar a luta pela vaga da neta, por ser uma demanda da família – tinha o histórico de coletivizar as conquistas, o que incluía e extrapolava a busca pela vaga.

Desde aquele dia em que fui interpelada pela atuação de Teca, passei a ficar mais atenta – e, ao mesmo tempo, em crise – ao modo como o tema de minha pesquisa parecia escapar sorrateiramente pelos meus dedos. Digo em crise, porque, naquele momento, eu estava vivendo com a angustiante sensação de que a pesquisa não estava dando certo. Por mais que a pauta sobre a vaga em creches estivesse sempre ali e aparecesse conjuntamente como parte das reivindicações de Teca sobre os dilemas domésticos cotidianos, os relatos dela rapidamente iam se encadeando a outros problemas e a outras lutas que eram comuns na vizinhança. Porém, isso não significava que a pergunta inicial de pesquisa tinha desaparecido, e sim que ela estava se reconfigurando e se ampliando, na medida em que a temática creche surgia em uma espécie de ‘pacote de questões’.

Meses depois, já na escrita da tese, a releitura dos diários me convidou para redobrar a atenção para a pesquisa *que não aconteceu*. Chamo-a assim, porque, enquanto relia as minhas anotações, pude perceber que, nas entrelinhas de uma pesquisa que achei que não estava dando certo, alguma pesquisa estava acontecendo e seguia o seu fluxo próprio, guiando-me para

participar e acompanhar essas articulações *com* Teca. Na medida em que fui criando uma relação de amizade com ela, fui percebendo como o tema sobre a luta pela vaga em creche acabou diluído no seu cotidiano, tão marcado pelo surgimento de outras prioridades igualmente importantes. Com o passar do tempo, a luta de Teca pela vaga da neta me impôs tanto uma certeza quanto um desafio: refletir como a falta de creche articulava outras lutas pela garantia de direitos, como, por exemplo, a água encanada, a eletricidade, o saneamento básico e a saúde; e, principalmente, perceber que Teca não apenas reconhecia essas conexões, mas também navegava entre elas.

Com Teca aprendi que entender a abrangência da pauta sobre acesso a vagas em creche revelava a urgência em compreender uma atuação política mais ampla que extrapolava os conselheiros tutelares e que brotava da própria comunidade, com força, potência e diferencial que lhes eram próprios. Neste capítulo, Teca nos convida a conhecer suas movimentações entre a vizinhança, a política e o Estado, como aspecto fundamental, ao reconhecermos um tipo de organização comunitária que acontecia de forma completamente independente do Estado. Fora de espaços institucionais e do Conselho Tutelar, Teca integrava um universo composto por tantas outras mulheres, lideranças, associações e coletivos, que, a todo momento, revelava a importância de estarmos atentas às diversas possibilidades de ação e de participação política e comunitária.

Assim, nas páginas que se seguem, apresento as lutas de Teca para discutir – além da busca pelo acesso à vaga em creche – suas articulações na/fora da comunidade pela garantia de uma série de direitos essenciais. Ao aceitar o desafio de olhar mais proximamente para o emaranhado de questões que atravessavam a vida de Teca, reafirmo o meu compromisso em apresentar a complexidade que envolve a agência dessas mulheres, nem heroínas e nem vítimas, e as histórias de luta pelos direitos básicos. Discutir sobre a trajetória de mobilizações de Teca e o seu *ativismo cotidiano* somam-se às outras possibilidades de reelaboração da política, para além da narrativas de um mundo marcado por ausências. Transcendendo instituições, associações e nomeações conhecidas nos movimentos sociais e políticos, considero ser fundamental conhecer o que mulheres como Teca estão fazendo nas periferias urbanas em meio ao processo de (re)conhecer a multiplicidade de suas lutas e de suas vivências, que oscila entre o sucumbir e o resistir.

5.2 UMA MÃE – LUTANDO DIANTE DA VIDA

Para Teca, falar sobre a luta pela vaga na creche significava lembrar sobre a sua postura de sempre ter de *lutar diante da vida*. Após o resultado das inscrições, apenas a sua filha tinha conseguido a vaga na creche comunitária próxima de sua casa, onde ficava pelo período das 7h às 17h30. Por ser uma creche comunitária, Teca precisava pagar a *contribuição* de 100 reais, *em que, mesmo dividindo o valor com o marido, tira sempre de onde não pode*. Contando com Jairo, seu marido, eram cinco pessoas que dividiam o espaço da casa própria. Quinze anos era o tempo em que morava com a família naquela casa em Porto Alegre, já que Teca era natural de Carazinho, cidade no interior do estado.

Sempre cansado ao final do dia depois de trabalhar como jardineiro, Jairo pouco ‘contribuía’ no cuidado das crianças, e Teca não contava muito com a sua ‘ajuda’. A justificativa estava aliada às recorrentes reclamações do marido sobre não gostar de cuidar ou dar banho nas crianças, pelo fato de elas serem meninas. Teca revelou que o marido se sentia desconfortável em ajudar no cuidado e na higiene das filhas. *Mulher tem mais jeito* foi o que Jairo comentou no dia em que nos conhecemos.

Teca trabalhava como empregada doméstica de carteira assinada na casa de uma senhora viúva de 75 anos em bairro de classe média da cidade. Sem contar com o apoio de Jairo, Teca e a filha Paloma acabavam se revezando no cuidado com as meninas, mas Teca ressaltava que esse arranjo não era o suficiente. *Se eu deixo sozinha, os vizinhos denunciam que eu estou abandonando as crianças, depois vem o Conselho Tutelar, e o que eu posso fazer?*, Teca desabafou. Para que conseguisse conciliar o trabalho com as demais atividades, Teca fez um acordo com a patroa para trabalhar apenas no turno da manhã e ter o turno da tarde livre. Por essa razão, o salário não chegava a um salário mínimo. A fim de complementar a renda, a patroa a liberava às quintas-feiras para fazer faxina na casa de uma amiga moradora do mesmo prédio.

Diante dessa rotina e lembrando sua última visita ao Conselho Tutelar, Teca recebeu de um dos conselheiros um folheto de uma ONG – sem citar com detalhes o nome – que trabalhava com a promessa de conseguir pela justiça a vaga em creche. Movida pelo desespero, Teca me contou que decidiu entrar em contato com a ONG pelo telefone e lembrou que ficou desanimada ao ser informada de que os atendimentos deveriam ser pagos, visto que apenas a primeira consulta seria gratuita. Foi durante aquele mesmo período de busca que Teca conheceu a AMUE⁴³, em busca de ajuda com a vaga, mas não teve muito sucesso. Sem encontrar uma solução, sua última alternativa seria o *cuida-se* que tinha perto da sua casa. Contudo, diante das condições financeiras da família, o valor de 250 reais por mês por criança seria inviável.

⁴³ Vitória e a AMUE serão apresentadas com mais detalhes no próximo capítulo.

Semanas depois, Teca ainda estava sem a vaga para a neta. Diante desse cenário, a filha Paloma – sem ter outra opção – deixou de frequentar a escola para cuidar da menina, e todos da família lamentaram que tivesse de comprometer o último ano do Ensino Médio da garota por não ter com quem deixar a filha.

Em diversos momentos, Teca se perguntava em voz alta, sem pretensão de resposta, *como podiam atuar de forma propositiva para tentar uma mínima transformação da situação que prejudicava a todos*. Apesar de nunca ter recebido qualquer retorno, Teca lembrou da quantidade de abaixo-assinados e das solicitações para a prefeitura, a fim de que fossem construídas creches em áreas próximas e disponíveis. *Tem que puxar nós, fazer abaixo assinado para toda a comunidade poder participar*, Teca repetia energicamente.

Com sorriso nos lábios, Teca se auto intitulava uma líder comunitária. Falar da luta pela vaga na creche para a neta a fazia lembrar sobre a luta com a prefeitura para ter água encanada até o alto do morro e a *saga* pela instalação de rede elétrica adequada. Digo se auto intitulava por ouvi-la reforçar que, apesar de não haver uma associação de moradores na região onde morava, ela estava sempre à frente de muitas reivindicações para a comunidade, movida pelo *ativismo cotidiano*. Foi assim que percebi que, para Teca, falar sobre a importância da mobilização e da união da comunidade quanto a questões cruciais para a sua vivência no morro vinha tomando mais força em nossos encontros. Ao participar de uma reunião na garagem da casa de Teca, eu conseguia visualizar como esse ativismo surgia independentemente da formalização de uma associação de moradores ou do reconhecimento da união dos moradores perante outras instituições.

Reunir parte dos moradores da comunidade no mesmo lugar – ainda mais na presença da *moça da UFRGS* – foi o gatilho necessário para que outros problemas que a comunidade enfrentava viessem à tona. Ausência de água encanada suficiente, de coleta de lixo que resultava no acúmulo de lixo, de saneamento básico e de asfalto eram problemas que se conectavam à cena vivenciada por Teca no dia em que escorregou na descida do morro e caiu na água suja que corria pelo beco. Toda suja de barro e esgoto, teve de voltar para trocar de roupa em casa para finalmente seguir para o ponto de ônibus rumo ao trabalho.

Não é porque somos pobres que temos que viver na sujeira era uma reclamação que caberia na boca de qualquer morador presente naquela reunião. Juntos também reclamavam da falta de fornecimento de energia elétrica por postes da companhia elétrica estatal e da eletricidade conseguida em toda a região por meio dos *gatos*, resultando ora em faíscas que saíam do emaranhado de fios, ora em incêndios constantes devido à sobrecarga. Sobre esse assunto, Jairo elencava outra questão: os traficantes não deixavam o corpo de bombeiros subir

para prestar socorro quando as casas eram atingidas por fogo, restando a união dos moradores, cada um com um balde de água, para evitar que o fogo se alastrasse.

Por mais que aquela reunião contasse com a presença de parentes de Teca, mais do que dos vizinhos de outras ruas, esse fator não a impediu de levar o seu plano mais adiante. O consenso de *não ter vaga* entre os presentes deu início à reunião, e juntos reclamaram do que chamavam de *o jogo de empurra-empurra*: o Conselho Tutelar empurrava para a central de vagas da SMED, que indicava a procura pela própria creche ou pela Defensoria Pública, que indicava para o judiciário. Teca reconhecia que todo esse caminho demandaria mais dinheiro (devido às passagens de ônibus) e exigiria algo de que ela já não dispunha: tempo⁴⁴.

Queixaram-se da inadequação dos *cuida-se*. Inevitavelmente, Teca, Jairo e Dona Sueli, mãe de Teca, tinham histórias de *cuida-se* que conheciam na vizinhança. Relembavam com estranheza e indignação como Dona Evinha – em sua casa próxima ao fim da linha de ônibus a algumas ruas dali – cuidava de crianças de diferentes idades ‘misturadas’ com outras pessoas da sua casa, inclusive os namorados das filhas. A indignação de todos com a presença de crianças mais velhas, além dos rapazes que namoravam as filhas, dava a entender que estava relacionada à inadequação de haver outros homens fora da família compartilhando o mesmo espaço das crianças pequenas.

Queixaram-se da falta de clareza quanto aos critérios prioritários para que a garantia de direito à vaga em creche pública fosse efetivada. Um problema é que, como Fernandes (2017) nos mostrou no caso carioca, a grande maioria das crianças concorrentes à vaga se encaixava em, pelo menos, um dos critérios de vulnerabilidade estabelecidos, e os ‘mais vulneráveis’ ficavam competindo entre si. Entretanto, as pessoas ali presentes nem sempre concordavam com os critérios estabelecidos. Por exemplo, a família de Teca discordava do fato de uma mãe mais nova ter mais prioridade em relação a uma avó ou a outra mulher mais velha. A idade e os problemas de saúde não serem levados em consideração quando uma ‘mãezinha’ – palavra que fazia referência a uma mãe jovem – conseguia a vaga era motivo de muita indignação, por exemplo, de Dona Sueli.

Ainda mais, Dona Sueli chamou atenção para o problema da falta de vagas na creche, que podia se prolongar para outras etapas da Educação Básica – questão já apontada por Charles, conselheiro tutelar, nos capítulos anteriores. A mãe de Teca lembrou a todos de ter enfrentado dificuldades para que os netos mais velhos conseguissem vaga no 1º ano na escola

⁴⁴ Carolina Fernandes (2018), ao discutir sobre o tempo do cuidado, apresenta como a noção de tempo se articulava ao gênero no contexto das classes populares e na vida das pessoas que precisavam dispor desse elemento fundamental para a garantia da sobrevivência e do ‘correr atrás’.

próxima dali. *Vira uma bola de neve. Eu sei de crianças de até uns 8 anos sem nunca ter botado o pé numa escola*, Dona Sueli reclamava. Fabiana, irmã de Teca, rompeu o silêncio, e comentou sobre os casos na vizinhança de crianças que não conseguiram vaga na creche e continuaram sem conseguir a vaga quando ficaram mais velhas. O tema evidenciava a preocupação de todos quanto ao impacto da falta de creches pelo interesse e pelo gosto das crianças em frequentarem a escola e aprenderem a ler. Todavia, em pouco tempo, o assunto da reunião e o objeto das demandas coletivas já estavam migrando para muitas outras áreas, além das vagas escolares.

A partir daquele encontro na garagem da sua casa, entendi que conhecer Teca era conhecer sua luta por condições de trabalho, para educar as filhas, para alimentar a família, para ter água encanada, para ter energia elétrica em casa, e, enfim, para ter uma vida digna. Nossas conversas sobre a falta de vagas em creches evidenciaram o seu ir e vir entre a central de vagas na SMED, o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, as ONG que prometem a vaga por meio de processos de judicialização, a associação de Mulheres do morro (AMUE) e as casas de *cuidar-se*. Reafirmava ser uma mulher que não desistia facilmente diante das portas fechadas que encontrava ao longo do caminho, assim como aconteceu com a briga pela água. Ao se valer dessas experiências para navegar entre as burocracias e as instituições, mobilizando os vizinhos em torno de estratégias que deram algum resultado em momentos anteriores, reforço que Teca nos ajuda a entender porque e como o tema das creches se conecta a tantos outros.

5.3 PREENCHENDO AS LACUNAS DE UMA INFRAESTRUTURA DEFICIENTE

Ao lidar com a dificuldade de falar sobre creche, sem que outras questões viessem à tona, segui um percurso metodológico muito parecido com o enfrentado por Carolina Pierobon (2018) em sua tese, ao se dedicar à discussão concernente à produção antropológica sobre infraestruturas. A partir das questões mencionadas por Teca, iniciei a busca por bibliografias que me ajudassem a entender o que eu via e ouvia sobre os problemas infraestruturais, como a falta de creche, de água potável encanada, de eletricidade, de saneamento básico e de coleta de lixo.

Pierobon (2018) relata que, a partir da relação de amizade com Leonor – moradora de uma ocupação popular no centro da cidade do Rio de Janeiro –, a análise do cotidiano da ocupação revelou diversos problemas que alargavam o campo do entendimento da pobreza, da precariedade e das violências. Destaco que sua etnografia adensa a complexidade da vida cotidiana das ocupações urbanas a partir de três eixos de discussão. O primeiro enfatiza as

memórias de dor e de sofrimento que habitavam a vida diária de Leonor; o segundo discute as éticas do cuidado, e os efeitos no corpo e na subjetividade de Leonor para cuidar da mãe idosa; e o terceiro analisa as precariedades infraestruturais da moradia de Leonor.

Nessa terceira parte, Pierobon (2018) discute como o acesso à água potável e à rede de energia elétrica não estavam garantidos, tendo sido analisados em meio a um emaranhado de relações conflituosas que envolviam vizinhos, agentes do Estado, integrantes de movimentos sociais e integrantes do tráfico de drogas. Da mesma forma, proponho ressaltar neste capítulo que mulheres como Teca, nesse cenário de ausências de infraestruturas básicas, estão entre o *correr atrás* e o *não deixar a peteca cair*, aprendendo diariamente a se articular em diferentes espaços e distintas situações, em busca da transformação da realidade em que vivem.

Torna-se evidente como o cuidado das crianças é só um elemento em toda uma estratégia de reprodução que envolve um conjunto de infraestruturas (água potável, eletricidade, esgoto, etc.). Nesse sentido, as infraestruturas tanto aparecem como experiências incorporadas à vida cotidiana, sendo constitutivas da precariedade cotidiana e dos jogos de poder; quanto produzem relações entre vizinhos, familiares e políticos. Além disso, tais infraestruturas estão no centro das discussões quando ocorrem encontros com os agentes das instituições estatais (APPEL *et al.*, 2015; PIEROBON, 2018).

Quando Nikhil Anand (2017) escreve sobre os efeitos no cotidiano do abastecimento de água em Mumbai, enfatiza-se que devemos estar atentos aos processos de transformações das infraestruturas da cidade, como chave analítica para entendermos a produção e a atualização da desigualdade. A partir do abastecimento desigual e feito em escalas, em que bairros mais ricos recebem mais água e bairros mais pobres recebem menos água, a produção de escalas de tempo na cidade incide de forma específica na vida das mulheres pobres. Ao se analisar a dinâmica de trabalho de três mulheres para abastecer a casa com água potável, Anand (2017) argumenta que esse abastecimento de água reatualiza o lugar das mulheres nas dinâmicas domésticas, uma vez que são elas as responsáveis pela vida cotidiana da casa e, por conseguinte, acabam deixando o trabalho e/ou os estudos para que as casas e a família tenham água.

Vemos, nesse sentido, como o problema da infraestrutura aparece como fundamental na produção de vizinhanças (PIEROBON, 2018), podendo ser vista como produtora de uma moral que classifica quem faz tudo certo pelo bem da comunidade e quem sequer aparece nas reuniões ou engana os vizinhos para pegar mais água do que a família precisa. Como destaca Anand (2017), a distribuição desigual da água está ancorada às desigualdades estruturais da vida urbana e segue produzida por meio de atividades diárias na cidade.

A trajetória de Teca nos desafia a refletir como o seu envolvimento na luta pela água engloba a responsabilidade com a casa, as atividades domésticas e o cuidado com as crianças, estimulando-a a continuar engajada na conquista por outros direitos para si, para a família e para a comunidade, de modo a conectar, assim, sua vida privada e pública.

Dos anos que vivia ali, Teca podia contar com a *água saindo da torneira* há apenas 2 anos. Antes tinha de acordar de madrugada para conseguir encher a caixa d'água no alto da rua e trazer nos baldes a água necessária para o consumo do dia. Teca contava que a *briga pela água* podia ser dividida em dois momentos: a *briga entre os vizinhos* e a *briga com a prefeitura*. Não demorou muito para que o relato de todos sobre a luta pela água encanada e os sete anos e meio esperando atendimento no corredor do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) fossem intercalados com os impasses diários que a falta de água causava na vida de todos. Teca compartilhou que a falta de água sempre foi um motivo de briga entre os vizinhos, seja por terem de levantar de madrugada para encher a caixa d'água (e quem acordasse tarde podia ficar sem água), seja por disputarem baldes de água com o receio de que, na divisão, não houvesse água suficiente para as necessidades básicas de cada família. Teca lembrou o período em que chegaram a ficar 1 mês sem água, tomando banho no serviço e *se virando do jeito que dava*. Por isso, para Teca, a solução era *colocar a pastinha debaixo do braço e correr para a prefeitura*.

Entre idas e vindas na prefeitura, reunião de grupos de gestão participativa, grupos de serviços sociais e ONG de mulheres negras, Teca acabou conhecendo Alberto – morador da região e assessor parlamentar da vereadora Sofia Cavedon (vereadora à época e atualmente deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores – PT). Atento às diversas mobilizações da comunidade pela água, Alberto conseguiu intermediar um encontro entre Teca e a então vereadora. Desde então, Cavedon se comprometeu com a causa e agendou uma reunião com o diretor da DMAE. Assim, acompanhada pela parlamentar, Teca conseguiu um acordo que prometia água encanada em alguns meses.

Teca não escondeu sua surpresa com a concretização do que achou *ser apenas uma promessa política* quando deparou com os funcionários da DMAE subindo o morro. Ver a água finalmente jorrando pela torneira depois de tanto tempo a deixou sem acreditar no que estava vivenciando. Afinal de contas, estava acostumada a lidar com recorrentes promessas políticas eleitoreiras não cumpridas. *Na época da 'política' todo mundo sobe o morro e depois nunca mais aparecem. Queria entender porque o Estado insiste em não nos enxergar. Nós estamos aqui a minutos do centro de Porto Alegre. É um absurdo não termos água*, Teca reclamava constantemente.

Mesmo com a *conquista da água encanada* – como costumava chamar – Teca relatou que até hoje não conseguia tomar banho de chuveiro, porque a água – ainda fria – não tinha força suficiente para chegar à sua casa, uma das últimas da rua. Pelo baixo fluxo de água, os chuveiros elétricos sempre queimavam, o que impossibilitava a família de tomar banhos quentes. Em consequência disso, o inverno era sempre uma preocupação, e as baixas temperaturas traziam outras dificuldades para a família que, em função da proximidade com áreas verdes, retornavam aos banhos de baldes com água aquecida no calor da brasa da lenha.

Como sugere Anand (2017), a água é um dos meios materiais que conectam a vida pública e a vida privada, de forma que, nessa junção, o lugar das mulheres é atualizado nas atividades domésticas, ao mesmo tempo em que reposicionam o ativismo dessas mulheres, majoritariamente negras, ao se engajarem na luta por condições de uma vida mais digna. Entre a casa e as instituições do Estado, entre o morro e o asfalto, entre reuniões e documentos, mulheres como Teca desenvolviam estratégias por meio das quais o *ativismo cotidiano* se reatualizava em busca de melhores condições para a família, mas que beneficiava toda a comunidade pela conquista de suas mobilizações.

A pesquisa de Keisha-Khan Perry (2005) sobre as organizações comunitárias de mulheres negras na periferia de Salvador traz perspectivas instigantes, ao se destacar a relação direta entre o subdesenvolvimento urbano e o surgimento da militância de mulheres negras em nível comunitário. Naquele contexto, dos anos 1990 na ocupação Gamboa de baixo, analisou-se como a maioria dos moradores associava o abandono do Estado à história do racismo no Brasil, enxergando-se nas reivindicações maior visibilidade às lutas antirracistas. Da mesma forma, o constante questionamento de Teca impresso na frase *por que o Estado insiste em não nos enxergar* demonstrava que a vivência seguia marcada pelo sentimento de invisibilidade diante do poder público e que as lutas eram justamente pelo direito de existir.

Enfim, ao nos juntarmos ao trabalho de décadas de muitas acadêmicas negras brasileiras, (re)afirmamos juntas que as mulheres negras sempre se organizaram por meio dessas redes políticas de base, muitas vezes como líderes, para cuidar das preocupações cotidianas de sua existência material (CARNEIRO, 2000; SANTOS, 1999; SILVA, 1999). Esses trabalhos nos ajudam a estabelecer conexões relevantes para evidenciar que a luta urbana negra não seja marcada apenas pela sobrevivência e pela subsistência material, podendo se constituir como forma política de oposição negra contra (infra)estruturas, práticas, burocracias e lógicas que articulam e atualizam o racismo, o sexismo, o classismo e o etarismo, buscando-se, portanto, transformação social (PERRY, 2005).

Os problemas e os desconfortos causados pela falta de água encanada eram os mesmos mobilizados quando o tema era a eletricidade. Eram eles que motivavam Teca a continuar *brigando* pela instalação da luz elétrica, desde que decidiu dar entrada no processo na Defensoria Pública do estado. Não conseguir viver plenamente questões cotidianas, como ter água saindo direto da torneira ou tomar um banho de chuveiro quente, era algo que motivava o *ativismo cotidiano* de Teca e estruturava outras dinâmicas de luta por condições melhores de vida que oscilavam entre diferentes arranjos comunitários (promover abaixo-assinado, estabelecer relações com políticos da região, fazer reuniões improvisadas no pátio de casa) e interações com o Estado por seus agentes e suas instituições. É nesse cenário que Teca ora fazia tudo isso sozinha, liderando solitariamente essas reivindicações; ora articulava parcerias pelos lugares que andava, em busca de conseguir a tão sonhada eletricidade, de superar os problemas cotidianos que a sua família enfrentava e de realizar o sonho do banho quente.

5.4 A SAGA DA LUZ – O COTIDIANO DE UMA CIDADANIA DESFALCADA

Eu precisava cumprir com a promessa de retornar à Galdino de Jesus para um almoço na casa de Dona Sueli, que, por ser tão próxima à casa de Teca, tornava possível vê-la estender alguns panos de prato no varal, enquanto, aos gritos, anunciava o almoço. Apesar de ser uma casa ao lado da outra, era preciso dar a volta pela rua para chegar à outra. A casa de Dona Sueli era bem ampla e tudo estava no seu devido lugar. Armários, cadeiras, sofás, fogão de lenha e espetos para o churrasco enfileirados, bem próximos ao armário. Seu marido, José, sempre muito calado, também já nos aguardava.

Era 2019. A situação social e política do país sempre marcava o início de nossas conversas. Sempre lamentávamos o momento político que estávamos vivendo e já emendávamos no assunto sobre a situação dos funcionários da saúde da família que foram demitidos pela prefeitura naquela semana⁴⁵: *O que vai restar para nós? Onde nós vamos ser consultados? Sabe o que eu acho, eles querem nos exterminar de uma vez só!*, falavam em voz

⁴⁵ Em setembro de 2019, o prefeito de Porto Alegre anunciou a extinção do Instituto Municipal de Estratégia da Saúde da Família (Imesf) após decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, reafirmada pelo Superior Tribunal Federal, sobre a inconstitucionalidade da lei que criou o Imesf em 2011. A decisão deve acarretar quase duas mil demissões de funcionários da saúde do município. Desde então, os trabalhadores vêm lutando para reverter a situação que ainda tem desdobramentos até 2022. Recupero esse evento novamente no próximo capítulo, quando apresento as articulações de Vitória e da AMUE. Para mais informações, sugiro consultar os sítios: <http://bit.ly/3DdudEA>, <http://bit.ly/3zqPmtF> e <http://bit.ly/3DEEMSn>. Acesso em: 9 jul. 2021.

alta, enquanto Jairo complementava indignado sobre as mudanças que estava acontecendo no governo da cidade e do país.

Durante o almoço, Dona Sueli enfatizou que, apesar de viver sem luxo, tinha o que precisava e era feliz, mesmo com a falta do fornecimento de energia elétrica pela companhia responsável. A energia elétrica disponível hoje na região era proveniente de muitos *gatos* e *gambiarras* de fios. Por essa razão, era tão comum saírem faíscas dos fios que passavam pela rua. Dona Sueli relatou que a dificuldade de viver sem energia consistia principalmente no fato de ser diabética e não poder guardar as injeções de insulina de forma adequada, porque a temperatura da geladeira não era ideal para armazenar esse tipo medicamento. Agravava o fato de a energia elétrica utilizada ser fruto *gatos* e *gambiarras*, cuja potência era comprometida. Em vez disso, ela nos relatou ter de ingerir um *comprimido enorme*, o que sempre causava muito desconforto no seu estômago.

Os problemas eram diversos e específicos, de acordo com a estação do ano. No alto do verão, com temperaturas que se aproximavam dos 40 graus, Dona Sueli reclamava sobre a impossibilidade de tomar água gelada ou sobre não ter reserva de gelo em casa. Devido ao calor intenso, a temperatura da geladeira não era suficiente para o congelamento dos mantimentos e costumava estragar toda a comida. Além desse transtorno e do desperdício, Dona Sueli reclamava do mau cheiro que invadia toda a casa.

Já no inverno, com temperaturas mais baixas e alta umidade, o risco de derretimento dos fios aumentava com a sobrecarga do uso de eletrodomésticos, o que sempre causava muitos incêndios. Além de não tomarem banho quente no frio intenso, como já mencionei anteriormente, utilizavam apenas a TV e a geladeira, que funcionavam graças aos *gatos*. Dona Sueli lamentava não poder ter uma máquina de lavar roupas, por exemplo, devido ao baixo fluxo de água.

Gupta (2015) e Boyer (2015) afirmam que os estudos sobre eletricidade têm sido negligenciados nas pesquisas antropológicas, mas a distribuição da energia elétrica é fundamental para entendermos as linhas de força que atravessam o mundo contemporâneo e a vida cotidiana. Nos últimos anos, os trabalhos de Pierobon (2018) e de Tavares (2016) – dedicados a entender como se deu a instalação de medidores digitais de energia elétrica pela empresa *Light* na favela Santa Marta, após a instalação de uma UPP no local –, assim como o trabalho de Von Schnitzler (2016), sobre a instalação de medidores digitais em Johannesburgo, na África do Sul, são ricos para pensarmos nos conflitos que envolvem eletricidade entre o poder público, as empresas privadas (no caso, multinacionais) e os moradores pobres urbanos.

Entre 2019 e 2021, acompanhei – tanto presencialmente quanto por ligações telefônicas – os eventos e as audiências sobre *a saga da luz*, tendo em vista que os mais recentes encaminhamentos foram acontecendo durante a pandemia causada pela propagação do vírus SARS-CoV-2 no país, entre 2020 e 2021. Assim, seguir a trajetória de luta de Teca nos permitia refletir como a relação entre a comunidade, a eletricidade e o poder público produzia relações de vizinhança e de família, a partir da produção de alianças, do trânsito de moralidades, e das dinâmicas domésticas e públicas específicas.

Para Teca e a família, a falta de água e a falta de luz evidenciavam a invisibilidade que sentiam diante das condições básicas de vida, que deveriam ser garantidas pelo poder público. *Ninguém enxerga esse lugar, nós somos homens das cavernas para a prefeitura. Sem luz, sem nada. Por que nós que vivemos na capital não temos luz?*, Teca se perguntava em busca de uma resposta. Ao discutir sobre a condição em que viviam no alto do morro, ela timidamente se definia como *petista*, enquanto notava um olhar de desconfiança, temendo a minha reação. Percebi que a sua timidez encontrava eco no momento de avanço de pautas conservadoras no estado e no país, bem como na intensa polarização contrária ao partido desde as eleições de 2014, intensificadas nas últimas eleições de 2018. Talvez seja pela afinidade com o partido que fosse conhecida por todos como a *Dilma do Morro*, por mais que me arriscasse a dizer que o fato de ser uma mulher gaúcha em busca de melhorias e de diálogo com políticos da região também pode ter contribuído para a associação com a ex-presidenta.

A vontade de *correr atrás* de melhorias para a comunidade era antiga e, mesmo sem saber por onde ir ou começar, após conversar com uma vizinha *mais orientada e estudada*, foi apresentada e levada até a Defensoria Pública. Esse encontro de Teca com a Defensoria Pública como um lugar que poderia acolher as suas demandas tinha cerca de três anos, período em que ainda continuava *brigando* pela instalação de luz elétrica. Assim, cada vez mais próxima de Teca, passei a acompanhar atentamente as suas reivindicações e as suas articulações na comunidade que envolviam *a luta pela luz* com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE), bem como os entraves que tiveram de enfrentar.

5.5 A BATALHA CONTRA A INVISIBILIDADE: OS ENTRAVES NO ESTADO

Desde que passei a ficar mais atenta às discussões sobre a luz, costumava ouvir Teca relembrar a audiência de que participou na Defensoria Pública, como um evento que mostrava as dificuldades de negociação que estavam tendo com a CEE, definindo que o processo era

permeado por *mais burocracias do que na época da briga pela água com o DMAE*. O primeiro grande impasse para Teca foi ouvir dos representantes da CEE que a instalação dos postes não seria possível, porque a rua não estava cadastrada, logo a rua não existia. *Mas como nós não existimos, se nós estamos aqui?*, Teca e Jairo compartilhavam da mesma indignação. Falar sobre a inexistência da rua rapidamente fez com que Jairo a procurasse no mapa – pelo GPS do celular –, enquanto se movia na garagem segurando o aparelho no alto do braço esticado em busca de um melhor sinal de internet. Ouvir insistentemente que *eles não existem* dos representantes da CEE despertava revolta. Jairo, ainda com o celular na mão, digitou o endereço da Rua Galdino de Jesus no mapa e nos mostrou como, para o GPS, a rua não existia. Logo, a leitura que faziam do que tinham ouvido na defensoria era: sem aparecer no GPS e sem constar no ‘sistema’, a rua, as casas e as pessoas, assim como os seus problemas, *não existiam*.

Essa questão nos fez refletir que a busca pela instalação dos postes de eletricidade – com Teca marcando presença nos corredores de todos os espaços necessários – estava relacionada ao processo de romper com o esquecimento do Estado. Para Teca, negar a existência da rua significava negar a sua existência e a plena garantia do seu direito de viver naquela região. Uma vez ciente desse primeiro desentendimento, o passo seguinte consistia em reunir documentos que pudessem ser utilizados como possíveis provas de que a rua, de fato, existia, mesmo que essa questão ainda demorasse um tempo para se resolver.

Tempos depois – ainda recuperando sua memória sobre o histórico das reivindicações – Teca relembrou como foi o dia em que os representantes da CEE estiveram lá acompanhados por uma engenheira para fazer o estudo de área. A profissional concluiu que a rua tinha limitações físicas para receber a estrutura dos postes – era muito estreita, tinha espaço insuficiente para que a máquina de recapeamento pudesse passar e representava riscos de desabamento. Por esses motivos, a profissional temia que a rua não fosse sustentar o peso dos postes e, ao ceder em algumas partes, pudesse colocar em risco a segurança das casas e das famílias.

Diante desse segundo impasse, Alberto decidiu levar outro engenheiro para ter uma segunda opinião sobre o caso. Os dois engenheiros concordaram que, com o espaço atual, não seria possível a instalação dos postes, mas o segundo profissional sugeriu uma alternativa: que cada vizinho da rua cedesse um espaço de seus terrenos, disponibilizando espaço na rua pelas casas, para que assim aumentassem o espaço necessário para o trânsito das máquinas e pudessem instalar todos os postes, conforme o exigido pela CEE.

Após o parecer da engenheira levado pela CEE, Teca e os vizinhos depararam com outra questão: a ilegalidade da área do Morro da Polícia, considerada como área da brigada militar.

Pelo fato de a região ser considerada invasão de propriedade pública, mesmo depois de avançada a negociação com a CEE, a empresa decidiu travar o andamento do processo, por se tratar de uma área pertencente ao Rio Grande do Sul. A questão seria travar uma briga com o estado do Rio Grande do Sul, e não mais com o município.

Logo, a ausência de logradouro⁴⁶, que apareceu como um dos primeiros entraves da CEE, sob a justificativa de que a *rua não existia*, retorna como parte do motivo para a paralisação do andamento do processo de instalação dos postes. Em princípio, parecia ser um processo simples: reunir os comprovantes de residência, como a conta de água emitida pela DMAE. Só que os moradores da Rua Galdino enfrentavam outro entrave: os correios. Ao tirar da bolsa um documento que continha as cobranças de água atrasadas desde maio/junho, Teca relatou que não havia recebido qualquer entrega dos correios, inclusive as contas a pagar. Sem saber direito o porquê, contou que o carteiro havia se recusado a entregar as correspondências na sua rua, sempre as deixando no mercadinho da esquina, em uma rua abaixo, impossibilitando a comprovação de residência e dificultando o pagamento antes do vencimento.

Em uma mistura de revolta e dúvida, Teca indagou as contradições presentes no processo. Podia, sim, provar que a rua existia. Primeiramente, porque os engenheiros estiveram lá e estudaram todas as possibilidades infraestruturais para a instalação dos postes. A segunda contradição estava relacionada ao endereço, uma vez que aquelas famílias recebiam as contas de água pela DMAE, com o endereço completo, incluindo o CEP. *Como pode não existir ou não estar cadastrada?*, Teca permaneceu questionando, enquanto também se perguntava como a *placa azul com o nome da Rua Galdino*, localizada à entrada da rua e instalada pela prefeitura, não era suficiente para a rua *constar no sistema*.

Ao ser atualizada sobre o andamento do processo na Defensoria Pública, percebi que os entraves com o Estado iam do argumento de que *a rua não existe*; passavam pelas condições físicas e estruturais da rua localizada em área considerada verde e irregular, e pela incompatibilidade com a instalação dos postes; chegava a uma *indisposição política* entre estado *versus* município sobre a legalidade daquela região; retornando para a questão inicial: o logradouro da rua. O início desse processo da saga da luz sinalizava que o principal entrave de Teca e da comunidade consistia em romper com a invisibilidade diante da burocracia, evidenciando um jogo perverso entre as ausências e as presenças que envolviam uma *rua que não existia*, e o pagamento de contas e as cobranças que chegavam somente quando os correios entregavam. Provar a sua existência no alto do morro e lidar com as contradições do próprio

⁴⁶ Logradouro é o endereço de espaço público reconhecido oficialmente pela administração de cada município.

sistema seguiam sendo os desafios de Teca naquela caminhada, enquanto se preparava para nova audiência na Defensoria Pública, que havia sido adiada para o final de novembro de 2019.

5.5.1 Na Defensoria Pública

Eu estava junto com Teca e Alberto nos bancos da sala de espera da Defensoria Pública, quando ouvimos ecoar pelo corredor o nome dela, indicando que deveríamos entrar. Teca sentou-se na cadeira de canto próxima à janela, Alberto ficou ao seu lado e eu peguei outra cadeira da mesa logo atrás. A defensora, muito bem vestida e com uns óculos grandes que tomavam parte do seu rosto, pesquisou no computador à sua frente o histórico da já existente ação de 48 páginas sobre o caso. Sem muitos detalhes, a defensora explicou a presença de um conflito administrativo e político na própria defensoria sobre esse tipo de caso, alegando que, infelizmente, *estava de mãos atadas*. Ao nos entreolharmos, ficamos sem reação, enquanto ela continuava. Apesar de evidenciar que gostava de trabalhar com pautas de interesse da comunidade e de reconhecer que isso não seria possível sem a sua presença nas comunidades, a defensora reafirmou que não havia muito o que pudesse fazer.

Teca ainda fez alguns comentários sobre a realidade que viviam sem energia elétrica, sobre os perigos de incêndios com a sobrecarga dos fios e sobre as idas e vindas dali, há algum tempo, sem uma resposta efetiva, enquanto a defensora a observava calada, parecendo lamentar e repetindo que pouco poderia fazer. Alberto também tentou endossar os comentários de Teca na tentativa articular, mesmo que de um jeito truncado, que iria recorrer ao estatuto do idoso, se preciso fosse, para provar que a vida daquela população era influenciada pela falta de energia elétrica segura. Mesmo depois de ouvir os dois, a defensora se demonstrou interessada em ver uma alternativa, encaminhando o caso para o Núcleo de Atendimento Comunitário da própria defensoria, com a promessa de que Teca seria contatada nos próximos dias. Caso falhasse o contato, ela já havia deixado um retorno com Teca pré-agendado para o dia 19 de dezembro, às 10h. Ao final do atendimento, Teca recebeu uma cópia de um documento que dizia:

GAUDINO DE JESUS - Maria Inês comparece informando que conseguiram fornecimento de água e a abertura da rua para que a CEE possa iniciar o fornecimento de energia elétrica, mesmo sem a regularização fundiária da comunidade. Solicitam que haja acompanhamento pela defensoria das questões envolvendo o fornecimento de energia elétrica. Foram informados que a minuta de Ação Civil Pública está pronta e que serão encaminhados para o atendimento jurídico junto ao NUDECONTU, que avaliará se é o caso de ação ou de manutenção dos procedimentos administrativos.

Com esse documento, saímos do prédio. No caminho até a rua, conversamos sobre a urgência de tentar adiantar o que fosse possível antes do final do ano, mesmo sabendo que não seria possível. Já estávamos no final de novembro de 2019, e Teca só conseguiria agenda para um próximo atendimento na defensoria meses depois, em março de 2020, coincidindo com o início da pandemia, que acometeu todo o país e o mundo, provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

5.5.2 A Covid-19, as novas alianças e a conquista da luz

A audiência na Defensoria Pública foi o último encontro presencial que tive com Teca em Porto Alegre. Em 2020, mantivemos contato por telefone sempre que possível. A minha preocupação com a saúde e o bem-estar de todos, diante da grave crise sanitária a qual vivíamos, era constante. Nos primeiros meses, a ideia de seguir com a pesquisa, mesmo que de longe (eu já estava em Brasília), parecia cada vez mais difícil de se concretizar. Todos da sua família estavam bem de saúde, apesar das dificuldades evidenciadas devido à pandemia. Com as medidas de isolamento, Teca havia sido dispensada do emprego. Por trabalhar na casa de uma senhora idosa, não foi possível seguir com sua atividade laboral, apesar de ter tentado tomar todas as precauções necessárias.

Com a demissão, Teca passou a receber o seguro desemprego, o que a impossibilitou solicitar o auxílio emergencial, implementado pelo Governo Federal em 2020. *Não deixar a peteca cair* continuava sendo o seu lema de vida, enquanto dividia comigo a novidade – sem muitos detalhes – de que tinha se separado de Jairo. O casamento não tinha resistido aos problemas de convivência que tinham pelo fato de ele estar desempregado há mais de um ano. Como ela era a única da casa que estava garantindo alguma renda, a sensação de sobrecarga era intensa. Teca acreditava que Jairo não gostou muito de ter sido cobrado para tomar uma atitude, e, por essa razão, decidiu sair de casa e seguir a vida sem ela. Enquanto isso, Teca já estava *correndo atrás* da justiça para conseguir o pagamento da pensão alimentícia da filha mais nova.

Foi pelo telefone que Teca me contou sobre as quatro audiências que aconteceram online no ano de 2020 para resolver o problema da luz. O processo *estava parado*, até que outro defensor público, um *rapaz bom de briga*, assumiu o caso e devolveu a esperança para estabelecer uma negociação com a CEE. Teca, com as energias renovadas, contou que o novo defensor estava interessado em romper com o *empurra-empurra* anterior. Além disso, ele esteve duas vezes em sua casa e mantinha contato por telefone regularmente. Sempre comprometido com o processo, solicitava os documentos que poderiam contribuir na argumentação, como o laudo das crianças com asma que precisavam de nebulização e a listagem de idosos que

precisavam aguardar insulina, como era o caso de sua mãe. Com os documentos em mão, a pressão do defensor para que o diretor da CEE comparecesse às audiências – e não apenas mandasse os seus representantes – tinha o objetivo de acelerar um rápido e favorável desfecho para a comunidade. Era nítido o contraste da atenção dada ao processo pelos dois defensores naqueles anos, justificando a antiga e persistente crítica de Teca a respeito da invisibilidade, do esquecimento e do descaso que costumavam receber do Estado ali do alto do morro.

Apesar dos novos ventos, as notícias mais animadoras em relação ao andamento do processo só vieram em maio de 2021, quando fui surpreendida com uma mensagem de Teca compartilhando a novidade de que *tinham conseguido a luz*. Muito feliz e ainda sem acreditar, Teca quis compartilhar a notícia comigo, por ter lembrado de mim como alguém que fazia parte da conquista, enquanto ela repetia *não vou parar, vou lutar por mais melhorias para a nossa comunidade*. Teca contou, com excitação em meio a uma gargalhada de realização, *nem que eu tenha que pagar 200 reais e tirar os atrasados de todos os banhos quentes que eu não tomei*. Compartilhei da sua alegria e da ansiedade em saber mais detalhes sobre as últimas decisões, enquanto combinávamos uma ligação.

A primeira novidade foi a realização de uma vitória em maio de 2021, que contou com a presença do defensor (diretor da CEE), o assessor do vereador Oliboni e o advogado de apoio indicado pela Deputada Sofia Cavedon. A nítida animação na sua voz indicava que *ela chamou o pessoal e todos vieram* para apoiá-la, ao se referir às novas alianças que havia estabelecido desde o nosso último encontro. Relembrou-se de como *o pessoal do estado* ficou com o *empurra-empurra* bem na sua frente e de como o diretor da CEE ficou meio sem saber o que responder diante da comunidade, até decidir favoravelmente pela instalação dos postes. *O Estado pode colocar a luz para vocês. Até julho a gente traz a obra*, Teca relatou o comentário do diretor da CEE, um dos presentes que mais despertou surpresa. Teca enfatizou que quase não conseguia acreditar que finalmente essa negociação com a CEE estaria terminando.

Se Deus quiser vai vir outras melhorias para a comunidade. Agora eu vou continuar, eu não vou parar, ainda mais agora que me deu energia, Teca desabafou animada com os últimos acontecimentos. Chamou a minha atenção ouvi-la falar de novos nomes de pessoas que a apoiaram em 2020. Teca comentou que o Vereador Oliboni tinha sido um aliado desde o início da pandemia, lembrando que *aquele outro lá estava me levando para o fundo do poço* (referindo-se a Alberto) *e por isso tive que me aliar com outro*.

Sob a queixa de que ele ficava se *intrometendo no Morro* e só ficava de *conversinha*, sem encaminhar o que realmente importava, Teca compartilhou que ela e Alberto deixaram de

ser aliados depois de ela ter se negado a apoiar a campanha de reeleição do vereador que Alberto apoiava.

Ranna, de promessa a gente tá cheio! A gente quer ver o negócio acontecer e com o Alberto era só conversinha furada e sem ação. A gente sabe que aquele vereador dele é meio burguês. A gente quer atitude. Direto tem gente subindo o morro para procurar voto e depois de tudo esquece da gente. Aqui não! Nós botamos ele e aquele vereador dele pra correr daqui!

Depois do acontecido, Teca teve de redefinir as suas estratégias e *correr atrás* de novos aliados para estabelecer novas alianças. O encontro com Nelson, assessor do vereador Oliboni, foi resultado de uma das suas andanças.

Continuei puxando apoio grande pra cá e conhecia o pessoal da Sofia Cavedon da eleição, porque eu tava lá e batia de frente. Eu já não sabia onde ia e até na Tuca eu já fui. Foi aí que eu desisti dessa história de associação e montamos uma chapa. Eu e o Fernando agora seremos encarregados de fiscalizar a obra. O próprio defensor me perguntou: “por que você precisa de uma Associação, se você sozinha tem mais força? Você não já conseguiu a água e agora a luz?” E fiquei pensando que ele tem razão. E ainda vou conseguir muito mais, você vai ver só!

Foi depois disso que Teca decidiu então integrar uma chapa com Fernando, um de seus vizinhos que, assim como ela, *gostava de briga* e estava participando de forma mais ativa das mobilizações, diminuindo a solidão e a sobrecarga que ela sentia de ter de tomar a frente. Assim, Teca e Fernando passaram a trabalhar mais próximos, e os moradores concordaram que Teca fosse a presidente – como reconhecimento de liderança de quem fez a maior parte das movimentações nos últimos anos. Fernando foi escolhido como o vice-presidente; e Paloma, sua filha, a secretária.

No entanto, Teca não estava satisfeita. Ao compartilhar *a saga da luz* em uma conversa com a diretora da creche da filha, ela foi convidada para participar de uma reunião que aconteceria na Associação do Campo da Tuca, à época das eleições municipais em 2020. Lá estavam Manuela D’ávila, Sofia Cavedon e Nelson, assessor de Oliboni. Ao aproveitar a presença das candidatas, Teca relatou parte da luta e dos problemas cotidianos que a família e os moradores enfrentavam. A partir do relato, Nelson se comprometeu a acompanhá-la nas audiências, e a sua primeira contribuição foi fundamental para o prosseguimento do processo: a comprovação do endereço da rua. Como a DMAE tinha registrado a rua com a instalação da água encanada, Nelson sugeriu que os próximos passos seriam fazer uma cópia de todos os documentos e de todas as contas para comprovar que a rua existia, combatendo-se o argumento

de que a *rua não existia*. Mesmo sem a entrega pelos correios das contas mais recentes, Nelson ajudou Teca a conseguir a segunda via das contas.

Para o desfecho esperado, a intenção de Teca era convencer tanto a defensoria quanto a CEE sobre a importância de todos subirem o morro, defendendo o argumento de que todos precisariam ver a realidade vivida por eles de perto. Durante esse processo, houve um dia em que os fios começaram a pegar fogo na rua, e os moradores presenciaram um incêndio. Naquele momento, Teca se apressou em gravar um vídeo e o encaminhou para o defensor. *Todos eles vinham e não olhavam o que tinham que ver. A gente não quer ser capa de jornal dizendo que 27 famílias morreram queimadas com uma coisa que a CEE poderia resolver*, relatou com firmeza. Teca acreditava que as imagens finalmente convenceriam o defensor a subir o morro e que seria uma questão de tempo agendar a vistoria.

Juntas compartilhamos a alegria e a parabenizei pela colheita do resultado de tanta briga e insistência. *Era pra você estar aqui com nós, você também faz parte disso*. Ouvir isso anos depois do nosso primeiro contato deu um novo sentido para a pesquisa, que eu achava não estar acontecendo. Prometendo não parar, Teca ressaltou como ficaria de *butuca ligada* dali em diante e lembrou:

Quando eles estiveram aqui pela primeira vez e disseram que não tinha espaço para passar a máquina para a instalação dos postes, eu chamei todo mundo e nos reunimos e começamos a alargar a rua com os próprios braços, tirando barro com as nossas próprias mãos. Agora já está tudo pronto, não tem mais essa desculpa. Se eu não estiver de olho, o Fernando, que é o meu vice, vai estar e assim vamos indo. Só nós, sem envolver política, senão vai dar problema. Não adianta, a gente tem que ter um apoio que vem de lá de cima!

Ao reconhecer que precisava de ajuda de assessores e políticos para articular encontros e reuniões, Teca ressaltou a importância de todos continuarem lutando pelos interesses da comunidade, o que transcendia os interesses de campanha eleitoral. Atenta a isso, Teca decidiu convocar uma reunião com os moradores da rua para que pudessem conversar sobre os detalhes das obras: os próximos passos e as mudanças na vida da comunidade com a instalação dos postes. A principal alteração seria os custos dos postes – equivalente ao valor de 750 reais divididos em 24 parcelas – que seriam embutidas nas futuras contas de luz. Com os novos encaminhamentos, os rumores sobre a inclusão de cerca de 200 reais nas contas de energia começaram a dividir as opiniões da vizinhança.

Ao compartilharem com alegria o resultado das mobilizações com a notícia da instalação dos postes, os consensos entre os moradores se faziam presentes tanto quanto as acusações de falta de comprometimento e de *panelinhas*, desencadeando brigas e tensões. Na seção seguinte,

reflito sobre as relações de comunidade a partir de suas complexidades; evidencio a união e a solidariedade entre os moradores, bem como as contradições e as ambiguidades; e aponto como as relações de vizinhança e de comunidade estavam envoltas em um complexo emaranhado de questões.

5.6 A COMUNIDADE E AS PANELINHAS

5.6.1 O parto na cabana

Você sabia que agora eu sou parteira? Assim Dona Sueli introduziu o relato do parto da vizinha de trás, *a mulher que bebia todos os dias e nem sabia que estava grávida*. O companheiro da mulher foi quem veio pedir ajuda, ao chamá-la por volta das seis da manhã debaixo de *toda a chuva que Deus mandou*, como frisou. Mesmo tão cedo e debaixo de tanta chuva, Dona Sueli correu até lá e narrou com muita surpresa o que viu. *A mulher estava agarrada numa garrafa de cachaça completamente bêbada com a criança coroando entre as suas pernas, com os pés sujos como os pés de lavoura*, contou com espanto. A cabana, como bem chamou o lugar, foi descrita por Dona Sueli como um lugar muito simples e descuidado.

Ela compartilhou a memória de que o chão batido virou lama, com toda a água da chuva, e o colchão em que ela estava deitada para dar à luz estava completamente sujo de barro. Ainda chocada, a única coisa que fez foi pedir um pano limpo para segurar a criança, que rapidamente veio parar nos seus braços. Ela ficou assustada com a rapidez com que a criança nasceu e com a reação da mulher, que pareceu não sentir qualquer dor, mesmo que seu palpite fosse que a dor tivesse sido amortecida pelo álcool. Com o bebê no colo, recordou que pediu uma tesoura para o companheiro. Contudo, seguiu seus instintos, recusando-se a cortar o cordão umbilical do menino, ao olhar com atenção para o objeto coberto de ferrugem. Dona Sueli apenas o enrolou junto a um pedaço de pano, enquanto esperavam pela chegada de uma ambulância do SAMU.

Como a rua era muito estreita, o carro não pode ir até lá e tiveram de descobrir um jeito para levar a parturiente ao veículo. Rapidamente, o companheiro da mulher e outro vizinho – que se dispôs a ajudar ao ver a situação – estenderam um lençol formando uma rede improvisada, na qual eles carregaram a mulher até a ambulância. *Como se fosse um corpo morto*, frisou Dona Sueli, ao se lembrar do choque. A chuva insistia em cair, e Dona Sueli lamentou a precariedade de toda a situação e o que poderia ter acontecido com ela. Quando o enfermeiro chegou, Dona Sueli explicou o que tinha acontecido e a razão pela qual decidiu não

cortar o cordão umbilical. Os enfermeiros a parabenizaram pela opção e, ao agradecerem, prometeram que ela receberia, a partir daquele momento, a assistência do hospital. Entre risos de estranheza e risos que remetiam a alegria de ter driblado essa situação, lamentamos juntas que tudo tenha acontecido dessa forma, ao mesmo tempo que celebramos o desfecho positivo da história.

Dona Sueli contou que a vizinha queria dar o filho, dias depois do parto, e até perguntou se ela não queria ficar com a criança. Entretanto, antes mesmo que isso pudesse acontecer, o atual companheiro e pai da criança registrou o filho, que acabara de nascer, e regularizou o registro dos outros quatro, que estavam sem documento. Agora todos estavam com documento, e ele tinha registrado as crianças como seus filhos. Com a regularização do registro, ele acabou levando o filho, que hoje está com dois meses. Dona Sueli contou que, de vez em quando, ele voltava para deixar comida para as crianças, porque ele sabia que se deixasse dinheiro a ex-companheira acabaria comprando cachaça, em vez de comprar comida para as crianças. Ela sabia que o lugar dos filhos era ao lado da mãe, mas confessou que, naquele caso, ficava se perguntando se não seria melhor alguma intervenção de algum lugar.

O relato de Dona Sueli sobre o parto na cabana indicava a alegria em poder ajudar a vizinha de alguma forma diante de uma emergência médica em um dia de chuva. Até mesmo porque Dona Sueli costumava ajudar tanto as mães quanto as crianças próximas de sua casa. No entanto, por mais que fosse importante evidenciar as redes de ajuda e de solidariedade existentes na comunidade do Morro da Polícia, não podemos esquecer que a vida cotidiana dessas pessoas era regida por uma lógica de precarização sistêmica, que implicava que os moradores dessem conta dessa precariedade. Nesse caso, a solidariedade se unia à lógica de *ter que dar um jeito*, porque o SAMU foi chamado, mas não conseguiu chegar antes de a mulher dar à luz. A lógica de precarização de estruturas do Estado pode ter consequências perigosas tanto na presença quanto na ausência, o que nos alerta para a importância de uma análise sobre a complexidade da sociabilidade da vida cotidiana dessas pessoas.

Conforme relatei até o momento, mesmo que tais lutas e disputas em torno da infraestrutura coloquem os moradores daquela parte do Morro da Polícia unidos por problemas cotidianos similares relativos à comunidade e à família – principalmente por parte da vizinhança ser formada majoritariamente por parentes de Teca –, a relação de Teca com os vizinhos apontava dicotomias que oscilavam entre redes de união/solidariedade e tensões. Percebo como tal relação se dava por um duplo caminho, na tentativa de me distanciar da ideia de que, em lugares marcados pela precariedade, se fundavam apenas ‘comunidades compartilhadas’

(BIRMAN, 2008), nas quais os conflitos eram colocados em segundo plano ou, até mesmo, permaneciam ausentes das discussões.

Aqui apresento uma discussão que se contrapõe à noção de ‘comunidade’ como local essencialmente sem conflitos ou como estacionada no tempo, esperando apoio, resgate ou concessão de voz por parte da antropologia por meio da minha escrita. Cristalizar a comunidade no tempo seria perder de vista a dinamicidade (FLEISCHER, 2013) e a complexidade. Analiso que a noção de ‘comunidade’ a qual me refiro, a partir da vivência de Teca, se constitui, por um lado, na importância de todos os moradores assumirem conjuntamente as reivindicações na comunidade por melhorias de condição de vida para todos, por meio do senso de união, da solidariedade e da ajuda mútua. Constitui-se, por outro, pelas brigas em torno da distribuição da água, pelas acusações de irresponsabilidade com o próprio lixo, pelas suspeitas de denúncias ao Conselho Tutelar e pela baixa adesão às mobilizações comunitárias.

Grande parte das reclamações de Teca com a vizinhança estava ligada à desunião dos moradores e à falta de articulação necessária para *correrem atrás dos seus direitos*. Por ser constantemente lembrada pelos defensores públicos nas audiências das quais participava sobre a falta que a regularização de uma associação de moradores fazia diante dessas demandas, Teca seguia adiante em busca de alternativas que trouxessem soluções mais definitivas. Portanto, o poder público, de alguma forma, condicionou o andamento e a institucionalização das relações comunitárias por meio da formalização da associação de moradores que colidiam com as formas de sociabilidade e com a organização política da comunidade naquele momento. Assim, o percurso de Teca seguia movido tanto pelo incômodo provocado pela pouca mobilização dos moradores com a luta da água e da luz quanto pelas suas reclamações presentes em falas como a seguinte:

Aqui todos querem que as coisas cheguem até eles, mas ninguém quer correr atrás de nada. E quando eu me junto com as minhas irmãs e a minha mãe para fazer as coisas acontecerem, ainda acusam a gente de fazer panelinha, mas quando eu convoco as pessoas para participarem ninguém aparece, daí eu pego eu faço sozinha mesmo.

A trajetória das lutas de Teca aparece marcada pela centralidade dos vínculos familiares no *ativismo cotidiano*, ao mesmo tempo que sinaliza as tensões com a comunidade pelas acusações de que elas formam uma *panelinha*. Na tentativa de se esquivar das acusações individualistas ou de *panelinhas* com parentes nas articulações políticas no morro, Teca enfatizou que as demandas de água e a instalação de postes da rede de energia elétrica diante do Estado não eram apenas para uso e benefício próprios, e sim para toda a vizinhança.

Por mais que fosse ela quem aparecesse no corredor da DMAE com a sua *pastinha debaixo do braço*, Teca frisou que a demanda era coletiva e, assim como ela, que muitas outras famílias enfrentavam os dilemas de uma vida sem água e sem luz. Os seus planos de finalmente montar uma associação se mostravam mais difíceis de se concretizar do que ela pleitear diretamente com a Defensoria Pública. Nesse sentido, a *panelinha* era, por um lado, uma categoria que sinalizava tensão e acusação a Teca e sua família, de estarem tomando decisões pela comunidade sem diálogo com os demais. Por outro, Teca era muito acionada na discussão sobre os critérios em torno do acesso a vaga nas creches. A seguir, retomo o modo como a ideia de *panelinha* causava desconforto entre as mães daquela parte da comunidade.

5.6.2 A *panelinha*: entre acusar e ser acusada

A *panelinha* das vagas era o que mais incomodava as mães, incluindo Teca, quando o assunto era a vaga em creche e em escola. Dona Sueli acreditava que os funcionários que trabalhavam nas creches e nas escolas acabavam conseguindo a vaga para filhos, parentes e conhecidos, por terem *costas quentes*, e todas as mulheres presentes na reunião na garagem concordavam com ela. Teca lembrou que uma vez teve de pedir para uma sobrinha que trabalhava na escola dizer que Paloma era sua filha, a fim de conseguir a vaga, de modo que, por sorte, coincidência ou direito, ela conseguiu. O fato de ela ter, à época, conseguido a vaga – no Ensino Fundamental, e não em creche para a filha adolescente – nos remete a pensar que os vínculos familiares parecem centrais na gestão da vida educacional das crianças, seja para estabelecer redes de cuidado na falta de creches, seja para conseguir uma vaga mobilizando a política das *panelinhas*.

Portanto, as *panelinhas* são elementos importantes na análise deste capítulo, porque elas sinalizam que os critérios das políticas públicas de distribuição de vagas pouco ecoam em um lugar em que tais critérios não discriminam prioridades, pois todas as crianças precisam e têm direito. Assim, outros critérios entram em cena, replicando uma lógica de focalização que parece centralizar vínculos familiares. Isso opera em um contexto em que, de fato, faltam vagas. Há muitas crianças sem acesso às creches. As estratégias de cuidado e as dinâmicas que movem o *ativismo cotidiano* conflitam com as exigências das burocracias do Estado.

As *panelinhas* aparecem aqui como termos mobilizados por Teca, localizados entre o acusar e o ser acusada. Acusava as funcionárias da creche próxima à sua casa de fazerem *panelinhas*, ao contemplarem familiares com vagas. Todavia, tal acusação de *panelinha* reaparecia quando Teca e sua mãe decidiam sobre o rumo das mobilizações, contando apenas

com membros da família. Devido a essa postura de *tomar a frente, falar com quem for preciso* e construir redes locais, Teca escutava as reclamações de *panelinhas* voltarem, dessa vez como uma acusação de que apenas ela e sua mãe estavam decidindo sobre questões importantes para a comunidade, sem consultarem toda a coletividade. Ao protagonizar e liderar as negociações, seja com a DMAE ou com a Defensoria Pública, Teca reclamava que, além de estar solitária, recebia críticas de que fazia *panelinhas*, e de que tudo ficava concentrado em suas mãos e nas mãos de sua família.

As *panelinhas* operavam como uma categoria que envolvia uma articulação entre níveis de relação política e de convivência, uma vez que nos ajudava a pensar na relação entre Teca e os vizinhos e no acesso à vaga. Nesse sentido, acusar e ser acusada dizem respeito à mobilização de uma categoria em diferentes níveis, seja entre a comunidade, o Estado, a família e a vizinhança de Teca. Portanto, a crítica elaborada por Teca sobre a falta de compromisso e de mobilização dos moradores em comparecer nas reuniões surgia como defesa contra as acusações de *panelinhas* que costumava receber, medindo o desinteresse da comunidade a partir da ausência dos vizinhos nas reuniões e nas articulações. Essa avaliação contrastava com o contraponto feito por Teca de que, mesmo sem demonstrar interesse nas reuniões sobre as articulações necessárias em busca da água ou da luz, os vizinhos demonstravam outro tipo de *interesse* de participação na comunidade: as ameaças de denúncias para o Conselho Tutelar. Ao perceberem que algo necessitava de intervenção/presença do Conselho Tutelar – como, por exemplo, crianças em casa sozinhas, alcoolismo da vizinha e filhos ausentes na escola –, Teca e sua mãe temiam a denúncia e a presença dos conselheiros na rua.

Ao relembrar o histórico de luta pela água encanada, Teca também evocava as confusões na madrugada entre os moradores pela falta de água, e as discussões para que a água fosse dividida igualmente e fosse suficiente para todos. A ideia da falta de senso de comunidade na divisão da pouca água disponível para todas as famílias também encontrava eco nas brigas decorrentes do desleixo de muitas famílias com o próprio lixo. Até mesmo porque a falta de comprometimento no armazenamento do lixo de uma família comprometia o bem-estar de todas as outras, e a falta da coleta seletiva impunha maior responsabilidade às famílias com o próprio lixo.

Teca não escondeu as confusões que vieram depois da conquista da luz e dos burburinhos que eclodiram entre alguns moradores sobre os valores que seriam cobrados nas contas de luz. Na verdade, Teca reclamou que, após a decisão favorável da CEE à instalação dos postes, as brigas na comunidade se intensificaram. Muitos vizinhos apareceram na porta de sua casa *virando onça* para reclamarem das despesas que teriam de arcar a partir daquele

momento com a instalação dos postes. Sob acusações de que ela era a responsável por aquela mudança, Teca e a família voltaram a ser acusadas de formar *panelinhas* e foram culpabilizadas por não terem consultado os demais moradores quanto aos custos dos postes e ao aumento nas contas de energia. Mesmo sem acompanhar de perto as mobilizações na comunidade nessa reta final, os relatos de Teca, para mim, destacavam a ideia de que ela passou a ser atacada por parte da comunidade por estar fazendo isso em busca de autopromoção, que *estava bom do jeito que estava*, e dali em diante todos teriam de arcar com as consequências das *suas* mobilizações. Mesmo aparentando não se incomodar muito com as críticas, a visão de Teca sobre esse tipo de comentário se mantinha: *agora que já estava tudo pronto, aparecem para reclamar, mas participar ninguém queria*.

As críticas pelo descuido e pela falta de zelo na comunidade de alguns vizinhos caminhavam lado a lado com a união e a solidariedade da comunidade do Morro da Polícia. Entre carregar água no balde o suficiente para apagar o fogo de pequenos incêndios próximos e o receio de uma mãe em ser penalizada pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a comunidade articulava estratégias diárias movidas pelo sentimento de solidariedade, mesmo com a ausência de alguns serviços, e com a presença do Estado para intervenção e punição. A escolha da não denúncia ao Conselho Tutelar convivia conjuntamente com o medo da denúncia dos outros vizinhos por suas ações, partindo da diferenciação de um julgamento moral sobre o que poderia ser considerado certo/ideal de se fazer. Dona Sueli não pensou duas vezes em ajudar a realizar o parto da vizinha e, diante da dificuldade de mobilidade, rapidamente organizou para que os homens por perto ajudassem com os lençóis, um de cada lado, para que ela pudesse chegar até a ambulância.

Entre decidir intervir e não intervir, além de decidir qual a melhor intervenção, a comunidade, também composta por moralidades que eram fluidas, decidiu quando e como deveria intervir. Por essa razão, o parto feito na cabana alimentava uma importante reflexão. Até o momento, discuti que entre a comunidade daquela região do Morro da Polícia existia solidariedade e união, ao mesmo tempo que existia desarticulação, desinteresse, ameaça de denúncias ao Conselho Tutelar, e acusações de *panelinhas* que iam e voltavam.

Entendo comunidade e sentimento de comunidade, tantas vezes explícitos por Teca, como espaço geopolítico demarcado por uma sociabilidade que se estabelece na multiplicidade das contradições (NUNES, 2021) entre brigas, ausências e violências; assim como pelas presenças que se estabelecem como espaços de solidariedade, de união e de laços de vizinhança. Por essa razão, a noção de comunidade integra a análise sobre a organização social e política do cuidado, uma vez que, principalmente em camadas populares, a comunidade tem especial

relevância, seja para a discussão de mulheres que cuidam de crianças na vizinhança marcadas pela informalidade, seja por articulações comunitárias em prol da luta por melhores condições de vida e de infraestrutura. É nesse cenário que se articulavam as lutas de Teca.

5.7. A FORÇA DO CUIDADO COMUNITÁRIO

A vida cotidiana de Teca e sua *peleja* vislumbram uma reflexão sobre a centralidade dos problemas contemporâneos relacionados à infraestrutura, e aos emaranhados de relações sociais e políticas envolvidas, conforme apontam Appel *et al.* (2015). Tais autores (2015) discutem que, ao estarmos atentos para a formação e a demolição de estradas, bem como para as tubulações de água ou de redes elétricas, podemos questionar como tais questões, referentes à infraestrutura, iluminam questões antropológicas sobre afetos, conflitos, esperanças e imaginações, como foi discutido neste capítulo, na união dos moradores, nas brigas pela falta de água e no sonho pelo banho quente. Essa correlação nos induz a discutir que o acesso a vagas na creche, à água potável encanada e à eletricidade, por exemplo, revela desigualdades de gênero, de raça, de classe e de geração, bem como produz relações políticas, familiares e de vizinhança.

Apesar de salientar, neste capítulo, o sentimento de solidão de Teca em suas lutas, não posso deixar de considerar a coexistência do seu reconhecimento acerca do caráter coletivo – ora mais, ora menos –, e dos esforços da comunidade na mobilização para essas conquistas de direitos, na indicação de caminhos e de brechas, na apresentação de pessoas, de instituições e de processos, na participação de reuniões, na cobrança de promessas ou no acompanhamento de obras. A discussão a respeito dos problemas sociais, políticos e sanitários das periferias urbanas presentes nesse texto buscou evidenciar como os moradores (não) acessam esses bens, e como eles se articularam em reuniões, em protocolos de atendimentos e em movimentos ‘políticos’ pela garantia de seus direitos e de uma vida digna.

Entrelaçadamente, discutimos como as relações entre familiares, vizinhança, políticos e cabos eleitorais que Teca conheceu no Morro da Polícia revelam relações de solidariedade marcadas por contradições e ambiguidades, envolvendo tanto a união e a cumplicidade quanto o medo de denúncias, as tensões e os interesses políticos eleitorais. A análise aqui realizada compõe um cenário de discussão sobre como as articulações entre moradores, políticos, burocracias e instituições do Estado em busca do acesso à água encanada e à eletricidade refletem como a luta por infraestrutura é composta por um acúmulo de leis, de histórias sociais,

de práticas micro e macropolíticas, e de materiais (ANAND, 2017). O intuito de somar às discussões em torno do acesso à vaga em creches foi a motivação maior de escrita deste capítulo. Friso, ainda, que o contexto de articulações de cuidado de crianças pequenas não pode ser dissociado da discussão sobre as articulações nas famílias e na comunidade, tampouco da burocracia, do Estado e das instituições, o qual emerge na medida em que o cotidiano dessas mulheres seguia movido pela lógica de *ir à luta*.

A partir da trajetória de luta de Teca pela vaga, pela água encanada e pela instalação dos postes na comunidade, refletimos sobre a sua vida política a partir do seu *ativismo cotidiano*, ao evidenciarmos as desigualdades nos centros urbanos, bem como os efeitos de raça, de gênero e de classe. O potente encontro com Teca, nesta pesquisa, contribuiu para se pensar que a luta pela energia constrói gênero, raça, desigualdade e pobreza, a partir de condições materiais de existências desiguais no espaço urbano da cidade, revelando-se uma forma de viver. Uma vivência que perpassa a família e a vizinhança, e que oscila entre o sucumbir e o resistir. Refletir sobre as lutas de Teca reforça o protagonismo das mulheres no cuidado de crianças pequenas e na luta pela vaga em creche, ao mesmo tempo que revela a diversidade das experiências de maternidade que engendram desigualdades entre mulheres negras e brancas, ricas e pobres, dependendo da região onde vivem. Reforço que, de um lado, tais lutas reforçam diferentes níveis de desigualdades sociais; mas, por outro, correm o risco de atualizarem o estereótipo que recai sobre as mulheres negras ‘guerreiras’, as quais atuam como líderes de iniciativas de mudanças estruturais significativas, enquanto os outros colhem os frutos das reivindicações.

O *ativismo cotidiano* de Teca passou a ser construído pelas práticas cotidianas que podiam ser localizadas em um caminho do ‘entre’, rompendo esse lugar do ativismo de movimentos sociais, de partidos ou de associações comunitárias, mas sim ‘entre’ todos eles, considerando-se a complexidade do ativismo de mulheres negras (COLLINS, 2019). Ao discutir que, a partir da luta pela vaga na creche para a filha e a neta, outras lutas e mobilizações aconteceram no cotidiano de Teca, refletimos que o trabalho materno de mulheres negras mostra que a consciência política pode surgir das experiências vivenciadas no dia a dia (COLLINS, 2019, p. 340).

Dessa forma, a participação das mulheres negras em um conjunto de atividades relacionadas ao que se poderia convencionar de ‘trabalho materno’, como cuidar de crianças pequenas, acaba por fomentar o surgimento de uma sensibilidade política específica (COLLINS, 2019). Conhecer mulheres como Teca, que lutam por condições dignas de sobrevivência da sua comunidade, e por transformações sociais e institucionais, põe em xeque qualquer separação radical entre o que é público, privado e político.

A trajetória de vida e as lutas de Teca – e de um conjunto de outras mulheres em diversos lugares do Brasil por melhorias de vida da sua comunidade – desestabilizam a ideia de que a política está localizada apenas em espaços públicos, institucionais ou partidários, revelando a importância de se destacar o que essas mulheres estão fazendo em diversos outros espaços privados, seja em suas casas, seja em diálogos com diferentes pessoas, instituições, documentos de/para/sobre as suas casas. Proponho neste texto uma abordagem que não fragmente ativismo e maternagem, família e comunidade, casa e rua, mas que compreenda que muitas mulheres começam a se envolver na política comunitária em decorrência das questões referentes aos filhos, mesmo que o envolvimento político (anterior ou futuro) seja reflexo de problemas pessoais e familiares politicamente construídos na esfera pública.

Teca, por outro lado, demonstrou astúcia ao entrecruzar diferentes espaços domésticos e institucionais, propondo diferentes ‘costuras’ que, muito embora nem sempre se revelassem muito seguras, iam lhe dando terreno para construir estratégias futuras de ação. Nesse mesmo sentido, seja pela relação com a maternidade e os filhos, seja pelas lutas por condições infraestruturais, como eletricidade, água encanada e saneamento básico, Teca nos ajudou a refletir que todas as suas reivindicações focalizavam o trabalho e o desenvolvimento da comunidade. As articulações, os mecanismos e as tecnologias de solidariedade dessa mulher operavam como uma das formas de diminuir as desigualdades que eram evidenciadas pelas condições materiais de sobrevivência. Por meio da luta por justiça social e da transformação que beneficiava a família e a comunidade, suas reivindicações surgiam como uma resposta a um mundo de precariedade.

Em sua tese, Moreno (2019) busca estudar o trabalho e as práticas de cuidado de crianças pequenas a partir de diferentes processos e sujeitos que os realizam. Ao iluminar a dimensão precária da situação de trabalho dessas mulheres, afilio-me a Moreno (2019), na medida em que reconheço a história de Teca como uma entre muitas outras possíveis experiências de construção e de reconstrução de práticas de cuidado integradas a projetos que forjam transformações nas relações sociais em um contexto de profundas iniquidades. Ao se referir aos movimentos sociais como os de moradia, Moreno (2019) aponta outra forma de organizar o cotidiano da vida comum. Ao fazer essa ressalva, a socióloga entende que a noção de comunidade integra a análise sobre organização social e política de cuidado, uma vez que, principalmente em camadas populares, a comunidade tem especial relevância, seja para a discussão de mulheres que cuidam de crianças na vizinhança, conforme vimos nos *cuida-se*, seja por articulações comunitárias para a luta por água e por demais condições de vida.

Especialmente nesse cenário de retrocessos de direitos, seguindo os rastros discutidos e deixados por Moreno (2019), destaco ser preciso sublinhar que esta perspectiva política de organização comunitária vinculada à luta e à transformação social é um importante caminho de pesquisa que deve continuar sendo trilhado, a fim de iluminar as resistências que constroem comunidade em todos os sentidos, no qual Vitória – líder comunitária, presidente da AMUE e personagem central do próximo capítulo – tem muito a nos ensinar.

CAPÍTULO 6

ONDE O ESTADO NÃO CHEGA, A GENTE TRABALHA: CASA, ACOLHIMENTO E POLÍTICA

A luta pela esperança significa a denúncia franca, sem meias-palavras, dos desmandos, das falcatruas, das omissões. Denunciando-os, despertamos nos outros e em nós a necessidade, mas o gosto também, da esperança (FREIRE, 1995, p. 215).

O trecho de Paulo Freire, proveniente da obra ‘À sombra desta mangueira’ (FREIRE, 1995), sustenta o que o autor chama de ‘pedagogia da esperança’, assentando-se nela os fundamentos das comunidades educativas e de resistências. Nesse sentido, conforme escreve Ednéia Gonçalves no prefácio da recente edição brasileira de ‘Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança’ (GONÇALVES, 2021), de bell hooks (2021), esperar é para hooks e Freire condição para o estabelecimento de comunidades educativas dispostas a reagir à violência das opressões vigentes em ambientes estruturalmente hostis à liberdade de expressão e a questionamentos das relações verticalizadas autoritárias que as sustentam. Em referência à sala de aula e à educação como prática da liberdade, hooks nos orienta para a construção de um ambiente educacional em que estudantes e professores, por meio da alegria, do amor, da cumplicidade e da autorrealização, articulem conhecimentos de diferentes procedências, construindo, nesse processo, aprendizagens significativas e transformadoras, com repercussões ao longo de toda a vida (HOOKS, 2017, 2020, 2021).

Ao seguir os caminhos dessa articulação, este capítulo pretende aprender com parte da trajetória de vida e atuação política de Vitória, líder comunitária e presidente da AMUE, do Morro da Polícia. Sua história evidencia uma das muitas camadas de atuações políticas comunitárias de mulheres – que, a partir das suas vivências e (re)existências, sonham, lutam e atuam nos seus territórios para a construção de um futuro melhor. Sejam movidas pela esperança, sejam vinculadas à luta pela transformação social das famílias e das comunidades, o compartilhar de suas lutas revela as complexidades que envolvem as suas caminhadas.

A história de Vitória soma-se à atuação das outras mulheres presentes nesta tese – Nira, Teresa e Teca – nos desvelando um conjunto diverso e inesgotável de possibilidades de lutas e de articulações comunitárias que se imiscuem em um cenário complexo de relações entre as desigualdades de raça, de gênero e de políticas públicas no Morro da Polícia. A luta por direitos que envolve escassez de vagas em creches públicas, de água, de luz, de asfalto, de coleta de lixo, de moradia, de segurança pública e de postos de saúde evoca parte das reivindicações de

Vitória e nos convida a refletir sobre a organização política da luta de mulheres negras contra as forças de opressão estruturadas pelo racismo, as desigualdades de gênero e as desigualdades de classe. *Estou sempre articulando*, assim Vitória nomeava suas ações, sinalizava maneiras de tentar reverter situações precárias, como a falta de acesso a direitos básicos e as injustiças, acionando outras pessoas da própria comunidade ou atores em posições sociais, políticas e institucionais estratégicas que pudessem dar visibilidade às situações vivenciadas pela comunidade e contribuir para a sua transformação.

Neste capítulo, busco elaborar os sentidos e os efeitos das *articulações* de Vitória. Entre *articular por trás e tomar a frente*, a casa de Vitória tem uma centralidade analítica importante, ao entrelaçar um espaço de política, e de articulações entre a comunidade com/perante o Estado e sua família. Refletindo sobre a sede da AMUE estar localizada na casa de Vitória, sigo, ao longo deste texto, inspirada na noção que constitui o lar como espaço de resistência, conforme discutido por bell hooks (2020). A intelectual nos convida a visitar o lugar político da casa, vista como o coração das famílias negras que vivem em territórios periféricos. Ao acionar as lembranças da casa da avó, hooks (2020) evidencia o ato de recordar como gesto consciente de honrar a luta e o esforço das mulheres que vieram antes de nós, a partir da certeza de que o cuidado é um ‘ato político radicalmente subversivo’.

Neste capítulo, a história de Vitória é narrada como uma – entre muitas outras existentes Brasil afora – e nos confirma a possibilidade de se concretizarem objetivos populares das políticas feministas que muitas intelectuais feministas negras, como Lélia Gonzalez, Ângela Bairros, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins e bell hooks, já há muito sustentam. Tais mulheres focalizam em expandir as nossas ‘comunidades de resistência’, no entendimento de que estas não são compostas apenas por estudantes, como eu, por professores universitários ou por políticos com boa formação educacional (HOOKS, 2021). Esse cenário evidencia a importância de se discutir conjuntamente a respeito da relação entre casa, família e política, a partir da AMUE, atentando-se para as alianças legítimas em busca das diferentes maneiras de forjar resistências que constroem comunidades em todos os sentidos.

Trilhando caminhos já traçados por Ângela Bairros, a intelectual e ativista negra nos inspira a seguir refletindo quanto à inseparabilidade das dimensões que envolvem as lutas contra o sexismo e o racismo, considerando-se que, do ponto de vista da reflexão e da ação, uma não existe sem a outra (BAIRROS, 1995). A autora (1995) inclusive recupera que hooks, ao considerar o pessoal e o político muito mais do que a primazia de um sobre o outro, compreende que o pessoal pode constituir-se como ponto de partida para a conexão entre a politização e a transformação da consciência. Por essa razão, não se trata apenas de mera

descrição da experiência de opressão de mulheres, mas do entendimento crítico sobre o terreno de onde essa realidade emerge (BAIRROS, 1995).

Portanto, Ângela Bairros nos ensina a considerar a relevância do conhecimento produzido por mulheres que pensaram suas experiências diárias cotidianas como contribuição intelectual fundamental para o feminismo negro, ao oferecerem um ângulo particular de visão do ‘eu’, da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por ela vivenciadas (BAIRROS, 1995). A partir dessa perspectiva, as páginas que se seguem são um convite para conhecer Vitória e sua casa, adentrando em parte do seu cotidiano de articulações, em busca de se construir comunidades de educação, de resistência e de esperança.

6.1 VITÓRIA

Conheci Vitória e a casa dela no mesmo dia, em 2019. Para chegar até lá, seguir a instrução de ir pelos ‘fundos’ do número 248 não foi o suficiente. Natural do Planalto Central, eu não estava acostumada com bairros verticais e, na dúvida, decidi ir até a vendinha a alguns metros dali para pedir mais orientações. Mesmo guiada pelo endereço que tinha, a moça que estava arrumando umas caixas perguntou por quem eu estava procurando. Ao dizer o nome de Vitória, ela me orientou que eu deveria subir pela entrada do beco, do lado da casa 248, para encontrá-la. A subida era estreita, e sempre arrancava suspiros intensos nos dias quentes e atenção redobrada nos dias molhados de chuva. A casa de Vitória era no meio do beco, localizada ainda na subida entre uma das muitas passagens que possibilitavam a entrada para as ruas e as vielas cada vez mais acima. Do lado de fora, através do portão de madeira na altura do peito e preso por um arame envolto a um prego, pude vê-la estendendo roupa no pátio e acompanhar o movimento no interior da casa.

Muito simpática desde o primeiro dia, Vitória me convidou para entrar, enquanto seguia pelo chão batido em direção à porta, próximo de onde o *banner* da associação – com uma logomarca preta no fundo branco que lembrava uma mulher com turbante – estava pendurado. Naquele primeiro momento, Vitória pediu que eu não reparasse nem na bagunça, nem na simplicidade. Os cachorros sempre a acompanhavam, rente à canela de sua perna, por onde quer que ela fosse. Mesmo que minha anfitriã garantisse que pertenciam à comunidade, os cachorros costumavam ficar dentro de casa. Vitória suspeitava que o fato de ela ter dado abrigo e comida tenha sido decisivo para que eles não mais a deixassem. Pipoca, sua fiel escudeira, a

acompanhava por onde fosse em todos os momentos, e nunca a abandonou, nem mesmo em nossas andanças pela comunidade. Até já nos acompanhou em protestos ao som de latidos estridentes e constantes.

Ao longo dos últimos dois anos, adentrar o pátio de sua casa era um convite para ouvir sobre todas as atividades de que Vitória já tinha participado, incluindo-se as não tão bem-sucedidas, para compartilhar as suas aspirações futuras e participar daquelas que ainda pretendia fazer, enquanto me convidava para entrar. *Senta aqui dentro para você ver a nossa realidade* foi o que ela me disse no dia em que nos conhecemos. Sentadas uma de frente para a outra, pude ver melhor seus apliques de cabelos cacheados bem presos no alto da cabeça, que, em alguns dias, alternavam com tranças, cachos volumosos e variados turbantes; e outros dias, davam lugar ao cabelo natural curto, preso com turbantes baixos e coloridos mais próximos ao couro cabeludo. Seus olhos brilhavam de animação e, sempre ativa e falante, sua vivacidade contagiava todo o ambiente. *Eu quero é solução e divulgação do que nós fazemos aqui* era um pensamento constante que nos acompanhava ao longo da pesquisa.

A casa de Vitória era o mesmo lugar onde funcionava a sede da AMUE. Tendo visto *verdade em meus olhos*, minha anfitriã me considerava bem-vinda. Vitória – natural de Porto Alegre – definia a si mesma como mãe de quatro filhos, líder comunitária, militante, solidária e amiga. Sempre muito ágil e rápida nas palavras, falava sobre as suas ações e as suas atividades na comunidade, seja a partir das redes e das pontes que gostava de construir com os *parceiros que tinham um olhar diferenciado para a comunidade*, seja como Promotora Legal Popular (PLP)⁴⁷ e como Promotora de Saúde da População Negra, formada em curso promovido pela Prefeitura Municipal.

Mesmo que, ao longo do período em que convivemos, suas atividades com a Themis estivessem interrompidas, Vitória repetia sempre que *o seu trabalho era abrir portas para as mulheres que foram atrás dos seus direitos e ajudar com o empoderamento*. Por isso, ela alimentava o sonho de contribuir para a geração de renda das mulheres do morro por meio do desejo de promover cursos, como o de cuidadora de idosos, por exemplo⁴⁸. Entre os bicos como

⁴⁷ As Promotoras Legais Populares (PLP) é um projeto iniciado em 1993 pela organização não governamental Themis – Gênero, Justiça e Direitos humanos, com o objetivo de formar lideranças comunitárias para atuarem como mediadoras e promotoras dos direitos humanos e da mulher na prevenção à violência de gênero. Bonetti (2000), em etnografia que buscava compreender a participação política de mulheres de camadas populares de Porto Alegre que haviam realizado um curso de capacitação sobre direitos oferecidos pela referida ONG, aponta uma alternativa, a partir da categoria ‘mulherista’, para discutir esse ativismo sem necessariamente reforçar os estereótipos femininos presentes nas discussões referentes à politização da maternidade.

⁴⁸ Alves (2018), em pesquisa realizada na AMUE, objetivou analisar como um grupo de mulheres negras compreendia suas práticas políticas, apontando como o trabalho social realizado pelas mulheres do Morro da Polícia intentava melhorar a perspectiva de vida daqueles em situação de vulnerabilidade social e capacitar mulheres com o intuito de gerar renda.

cuidadora de idosos, diarista e trancista, Vitória se dividia – e também se sobrecarregava – àquela época entre os trabalhos que envolviam casa, família, comunidade e militância. Aliás, as fronteiras entre essas diferentes atuações eram marcadas por linhas cada vez mais tênues e, em alguns momentos, inexistentes.

Casada há 38 anos, mesmo tempo em que morava naquela casa com a família, relembra, sempre que possível, que mesmo que cada um de seus filhos tivesse a sua profissão (os gêmeos eram donos de uma oficina mecânica na comunidade, o filho do meio era músico e a mais velha era fonoaudióloga), eles a assessoravam de perto no que eventualmente precisava. Eles se envolviam com as atividades da ONG – como Vitória costumava se referir à AMUE em diferentes situações – e ‘corriam atrás’ de seus próprios objetivos. Vitória se orgulhava de ter filhos trabalhadores e de ter uma filha formada pela universidade. Defendia que a informação e a educação eram transformadoras de nossa realidade, e era orgulhosa de ter conseguido formar uma filha na universidade, apesar da descrença de seus patrões à época. A fotografia da filha de beca segurando o canudo ficava pendurada na parede, bem visível para todos que entravam.

Falar sobre os filhos era uma ponte para falar sobre os outros membros da família, principalmente a mãe e a irmã, enquanto relembra dos 21 filhos que a mãe cuidava. Desses, 14 eram dela – ao se referir aos filhos biológicos – e os outros 7 tinham sido ‘adotados’. Sua mãe – sempre comprometida com a comunidade e focada em nunca deixar ninguém desabrigado – foi acolhendo todos que precisavam, enquanto ensinava a família a zelar pelo bem-estar do outro. Na lição e no aprendizado que teve com a mãe, Vitória recebeu o maior exemplo de militância e comprometimento com o próximo. Por essa razão, Vitória definia a AMUE como *herança de família* que já atravessava gerações de parentes que viveram naquela região em Porto Alegre, desde quando ainda *não tinha nada e nem nenhuma outra casa em volta, nem mesmo o presídio*. Por isso, ela dava continuidade ao trabalho iniciado pela mãe no morro.

Pela proximidade de sua casa com o presídio⁴⁹, cresceu vendo a mãe *cuidando dos presos e enfrentando a polícia e quem mais preciso fosse*. A memória da luta da família na comunidade evocava o amor e a luta por melhores condições, mas também implicava ter de lidar diariamente com ausências do Estado, convidando-nos a refletir sobre a sua presença. O ‘Estado’ – aqui entre aspas por ser um elemento acionado por Vitória em situações diversas –

⁴⁹ O Presídio Central de Porto Alegre, hoje chamado de Cadeia Pública de Porto Alegre, a partir da alteração pelo Decreto Estadual n. 53297, de 10 de novembro de 2016, foi fundado em 1959 (RIO GRANDE DO SUL, 2016), no bairro Coronel Aparício Borges, onde está localizado o Morro da Polícia.

aparecia marcado na vida da comunidade a partir das ambiguidades delineadas entre ausências e presenças.

A presença do Estado por meio do presídio não deixava Vitória se esquecer da importância de dar o pontapé inicial para fazer as mudanças das quais a comunidade precisava. Pesquisas – como Alves (2018), no Morro da Polícia, em Porto Alegre; e Nunes (2021), no Rio de Janeiro, na área da assistência social – desenvolveram análises que, de modo interseccional, tratavam da centralidade do território, e da complexidade e da heterogeneidade dessas mulheres, correlacionando-se suas práticas de ativismo a resistências diárias dirigidas para a supressão das desigualdades em que elas cotidianamente viviam. Estamos falando de mulheres que se inserem em uma luta coletiva cujas fronteiras extrapolam as dimensões de gênero e de classe, incluindo-se raça e origem geográfica como aspectos analíticos importantes.

Assim como Teca, Vitória reclamava sobre o histórico de esquecimento do morro pelo poder público, por não terem total acesso à água encanada e ao saneamento básico, mesmo vivendo tão próximo do centro de uma cidade como Porto Alegre.

Não sai água na torneira e o descaso ‘deles’ é porque aqui são terras valiosas. Aqui é lugar de elite, de gente rica. É por causa dessa vista que a gente tem, do alto da cidade, que eles não querem que a gente fique. Se eles nos derem água, ‘eles’ vão achar que isso vai chamar mais gente para cá e ‘eles’ querem que a gente saia daqui.

Ao se referir aos *poderosos* e representantes do Estado como ‘eles’, assim como ao ‘Estado’, Vitória nos apresenta uma dimensão de Estado construída discursivamente, conforme discutem Vianna e Farias (2011), que oscilava entre o antagonismo e o *nós da comunidade*, bem como entre um espaço acionado para a garantia e a efetivação de direitos básicos.

Por viver pautada pela lógica de um Estado ausente para políticas sociais, mas presente na proximidade com o presídio e com a brigada militar, a referência ao esquecimento aparecia associada a uma escolha – e também insistência – de um Estado que escolhia não olhar para aquela parcela de sua comunidade. A presença desses serviços ligados à Brigada Militar foi um dos fatores responsáveis pela região ter sido popularmente conhecida como Morro da Polícia. Inicialmente, como resultado de uma ocupação dos familiares dos militares nas proximidades da academia militar e do presídio central, a região passou a ser ocupada por familiares dos presidiários e por pessoas envolvidas no Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), em um dos pontos mais elevados de Porto Alegre, com 286 metros de altitude (SAAVEDRA, 2013).

Para Vitória, narrar as articulações e as atividades desenvolvidas pela AMUE remetia discutir sobre o Estado, e a situação de esquecimento e de invisibilidade na qual sua família e a sua comunidade estavam inseridas. Nesse contexto, quando dizia *ninguém quer olhar por nós*, Vitória reafirmava o compromisso em estabelecer relações com quem estivesse disposto a ajudar as ações da AMUE. Movida pela lógica de *onde o Estado não chega, a gente trabalha*, Vitória se movimentava e se articulava para realizar ações que sinalizavam uma resposta às ausências, aos esquecimentos e ao abandono.

6.2. O QUE A GENTE FAZ INCOMODA: RACISMO NO DIA A DIA DO ESTADO

Hoje eu tirei o dia para ti. Foi o que Vitória me disse quando combinamos que passaríamos o dia juntas na primeira de muitas outras caminhadas pelo morro desde abril de 2019. Nesse dia, ela iria me apresentar duas casas de *cuida-se* próximas à sua casa, lideradas por Teresa e por Sueli, conforme apresentei no capítulo 3. Entre o almoço na sua casa, as visitas aos *cuida-se* e a nossa caminhada nas ruas da comunidade, quase não pude perceber o quão exausta eu estava. *Você já está cansada? Não se deixa para amanhã o que se pode fazer hoje* foi o que Vitória disse, enquanto notava o meu cansaço e reafirmava que não estava brincando quando disse que tinha *tirado o dia inteiro para mim*. Ela tinha razão. Naquele momento, não percebi, mas para Vitória, conhecê-la significava também conhecer a comunidade que a criou. Apesar de cansada, seguimos com a nossa caminhada, driblando as ruas entre subidas intensas e descidas reconfortantes para o cansaço das pernas.

Durante todo o percurso, Vitória era constantemente reconhecida pelos moradores que andavam na rua, como aconteceu com um sobrinho que passou de carro quase junto a nós, ou com os vizinhos sentados na porta de suas casas no final da tarde, tomando chimarrão, que acenavam enquanto passávamos e perguntavam sobre os filhos de Vitória.

Enquanto subíamos lentamente por uma das lombas principais que fazia parte do trajeto do ônibus, Vitória indicou – mesmo de longe – um espaço ao lado de um lava-jato que achava *estar sem uso*, podendo ser um bom espaço para ser utilizado pela comunidade, como, por exemplo, um centro de assistência social, algo que faltava na redondeza. Mesmo com o adiantado da hora, como já estávamos bem próximas, decidimos que não custava nada entrarmos para que eu pudesse conhecer um local na comunidade que Vitória sempre sonhou ocupar não apenas pela sua excelente estrutura, mas também pela boa localização e pelo fácil acesso a todos.

Sem portões que impedissem o nosso acesso, entramos com facilidade, enquanto Vitória sonhava em voz alta e compartilhava comigo suas aspirações sobre como aquele espaço poderia ser melhor aproveitado, enquanto listava as atividades que poderiam ser desenvolvidas ali. Continuamos explorando juntas o local que, até então, não demonstrava sinais de uso ou de ocupação – até que pude perceber, através de algumas janelas de vidro, camas e armários que pareciam guardar os pertences de alguém. Ao entrarmos pelo corredor lateral, ainda por fora do prédio, levamos alguns instantes para descobrir que o local estava ocupado, quando uma mulher nos cumprimentou perguntando se poderia nos ajudar em alguma coisa.

Surpresas de estarmos acompanhadas em um lugar que achávamos que estava vazio, tanto Vitória quanto eu ficamos tímidas e temerosas em estarmos entrando em um local no qual não estávamos devidamente autorizadas para estar. Ao nos apresentarmos, Vitória explicou que era moradora da comunidade e que sempre passava por ali. Como não havia qualquer movimentação mais intensa, ela achou que o lugar estava abandonado. Por isso, ela decidiu entrar e me apresentar o lugar que sempre achou que seria ideal para que funcionasse um centro de referência de assistência social para a comunidade, algo de que sentia muita falta para as crianças e adultos da região, justamente por desempenhar um papel social na associação que presidia ruas acima dali.

A mulher, que nos fitava atentamente com seus olhos azuis, se apresentou instantes depois como sargenta da brigada militar, demonstrando surpresa com a fala de Vitória em achar que o local estava abandonado. *Esse espaço sempre foi da brigada e nunca esteve abandonado. Tanto que hoje funciona um alojamento com acomodações para os agentes da penitenciária. Ele estava sem uso e viemos para cá tem pouco tempo, mas aqui sempre foi área da brigada,* ela explicou sem nos dizer como se chamava. Enquanto a sargenta ainda olhava atentamente para nós, Vitória a respondeu dizendo que não sabia e que, por esse motivo, havia entrado para me mostrar o lugar, enquanto compartilhava conosco suas aspirações futuras de ter um espaço como aquele para oferecer recreação e atendimento especializado para as crianças da comunidade.

A sargenta sorriu, enquanto Vitória explicava, e aproveitou o término de sua fala para fazer um comentário que explicava o motivo da sua risada, expressando um tom irônico.

Mas vocês sabem que nada disso adianta para essas crianças, né? Aqui todas já são caso perdido e todo mundo sabe qual é o destino delas, né? O presídio. Essas crianças não querem nada com nada e quando você menos espera elas já estão envolvidas com o tráfico e com tudo que não presta. Hoje em dia, tudo o que você vê são crianças que não querem estudar e se voltam contra pai e mãe, e todos que queiram dar limites. Não tem mais salvação. E ressocialização também não adianta. É outra conversa

fiada, vai voltar para onde? Para isso aqui? Tem hora que eu acho que só a morte mesmo, porque, olha, a situação hoje em dia está complicada.

A violência e o racismo em suas palavras, no meio de uma conversa sobre assistência social, me desconcertaram, enquanto sentia a revolta e a irritação crescerem em mim. Pude notar a inquietação de Vitória, que rapidamente afirmou: *eu acredito nessas crianças, e se eu não acreditasse, eu não faria o que eu faço. E o que a senhora faz?* – a sargenta perguntou. *Eu sou uma líder comunitária e eu luto por essa comunidade,* Vitória respondeu. *Boa sorte, mas eu acho complicado* foi o que a sargenta respondeu. O silêncio e o constrangimento da situação nos indicavam que estava na hora de ir e que mais nada adiantaria discutir ou convencê-la do contrário. Já tínhamos escutado demais. A tensão pairava no ar e, movida pelo incômodo, sinalizei que estava na hora de ir, enquanto já andava em direção ao portão virado para a rua.

No caminho de volta, assim que atravessamos a rua, nos entreolhamos, quase que sem acreditar no que havíamos acabado de presenciar, entre risos de nervoso e uma revolta que crescia na medida em que lembrávamos das palavras da sargenta. Vitória exclamava *tu viu o que a branca falou?* Incrédulas e com muita raiva, compartilhamos impressões e xingamentos até o próximo *cuida-se*, que já estava próximo. *Tu viu como ela nos olhava, com aquele olho de cobra? Tá vendo como o que a gente faz incomoda? Por isso que eu não vou desistir!*

Durante o restante do caminho, tentávamos juntas recriar o momento, em uma tentativa de expurgar a raiva e estruturar possibilidades de resposta que poderíamos termos dado diante de tamanho absurdo. Fizemos isso uma vez. Duas. Três. A violência da situação me deixou impactada e calada, sem reação. Todavia, Vitória não apenas a respondeu reafirmando o seu lugar de luta na comunidade, como também reivindicou o morro como o lugar de sua morada. Esse episódio sempre voltava entre nós como um lembrete daquele dia de caminhada entre um *cuida-se* e outro, funcionando como um convite para que, daquele dia em diante, passássemos a acompanhar o trabalho entre as mulheres unidas pela esperança de não se fazer cumprir as palavras da sargenta. Com o passar do tempo, fui aprendendo com Vitória que esse encontro da sargenta não foi apenas uma situação isolada, mas um combustível que movia o seu trabalho e as suas articulações com a AMUE no morro, como uma resposta para todo o racismo e todo o preconceito presente na fala da sargenta.

6.3 AMUE – AS MULHERES UNIDAS PELA ESPERANÇA

Trazer os direitos de volta para a comunidade era um dos objetivos que moviam a decisão de formar uma associação no morro. Eram eventos, fofocas, burburinhos e comentários como esse que presenciamos no encontro com a sargenta que apareciam na fala de Vitória como estimulantes e definidores de que a sua luta deveria continuar. Essa *luta por direitos* envolvia desde o combate à fome e a capacitação profissional de mulheres até a luta por vagas em creches públicas, por abastecimento de água encanada, por instalação de rede de luz elétrica, por asfalto, por coleta de lixo, por segurança pública, por postos de saúde com médicos e pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

A decisão de fundar a associação em busca de melhorias para a comunidade surgiu sob o lema de *nós podemos*. A luta pela água encanada foi o pontapé inicial, seguida pela garantia de atividades e de cursos que visassem à profissionalização de outras mulheres. Além da herança de família e o impulso de lutar por melhorias na comunidade, Vitória falava como a irmã, que era *do movimento*, foi uma personagem importante para criar a associação, tornando-se uma referência, nos últimos anos, para além do trabalho de sua mãe. Referir-se ao *movimento* indicava a sua relação no movimento negro com a política (partidária). Sua irmã sempre aconselhava sobre como as duas políticas deveriam andar lado a lado: a política feita no dia a dia na comunidade e a ‘política’. A intenção era reafirmar tanto a importância da participação política partidária e *devolver o direito para a ponta*, para aqueles que estavam nas comunidades de base; quanto do trabalho diário em prol da sua comunidade, *entre os nossos*. Inspirada no conselho da irmã, não demorou muito até que Vitória desse o primeiro passo e começasse a fazer reuniões na sua casa, com o intuito de discutir estratégias para melhorias. Em uma dessas reuniões entre os moradores da comunidade, nasceu a ideia da associação.

Apesar de a associação ser registrada com estatuto desde 2008, o trabalho na comunidade já acontecia desde antes da sua criação. Havia cerca de 20 anos, na rua acima da sua casa, funcionava a Associação Clara Nunes, da qual Vitória participava ativamente ao ministrar, junto com outras mulheres, oficinas de tranças, de corte e costura, de reforço escolar e de dança, para quem tivesse interesse. No entanto, em função de um desentendimento com o responsável pela associação à época, Vitória e as mulheres envolvidas decidiram romper com a associação e encerrar as atividades. Em um movimento caracterizado por Vitória como *a revolta das mulheres*, ela foi convencida pelas outras a criar uma nova associação, dessa vez liderada e feita pelas mulheres do morro, dando continuidade às atividades que elas já realizavam. A AMUE surgiu como resultado da primeira reunião realizada na casa de Vitória. Na verdade, o nome foi resultado da junção do lema *unidas, nós podemos*, aliado à esperança compartilhada por todas de uma vida mais digna para a comunidade.

Uma vez criada a AMUE, Vitória e suas colaboradoras começaram a dar continuidade às atividades que já realizavam na Associação Clara Nunes, retomando a realização de oficinas de corte e costura, e de artesanato. Com a articulação de parcerias com o posto de saúde, Vitória compartilhava comigo as palestras que já realizaram para a comunidade sobre temas como pressão alta, diabetes, prevenção de DST, incentivo do uso de camisinha, planejamento familiar e campanhas de conscientização sobre os cuidados para se evitar a transmissão de doenças, como a dengue.

A sua articulação entre diferentes espaços se devia também aos convites que recebia para falar em eventos relativos ao dia da consciência negra, em hospitais ou em cursos de capacitação, para apresentar a *visão da comunidade*. Por diversas vezes, Vitória dizia não entender a razão pela qual continuava recebendo esses convites ou então por que foi premiada com o Prêmio Ângela Bairros⁵⁰. Suspeito que sua dúvida venha dos comentários que costumava ouvir e que reproduzia quando o assunto vinha à tona.

‘Essa negra não tem nada e ficam chamando ela pra tudo’ – é o que as pessoas falam, eu sei! Eu escuto. Esse prêmio até hoje eu não sei como eu ganhei, porque só as pessoas que tem carro, apartamento bom, juíza negra ou intelectual negra e ninguém entende porque eu sempre apareço se eu não sou uma intelectual. Eu não sei porque eles me chamam para essas coisas, a neguinha burra do morro. Tudo que eu sei é a realidade.

Vitória desabafava. Quando ouvia esse tipo de comentário, minha intenção se voltava para reforçar como as suas participações nesse tipo de evento estavam atreladas principalmente à sua liderança, ao seu ativismo e à sua conexão com as questões que envolviam o cotidiano da comunidade. Eu acrescentava que esse conhecimento ocupava um lugar fundamental. Nunca soube se a convenci disso, mas, pelo menos, parecia reconhecer o seu trabalho.

Para além dessas atividades, Vitória sempre estava comprometida com a arrecadação de alimentos, de roupas, de cobertores, de brinquedos e de enxovais para bebês. Como tarefa de fluxo constante da AMUE, as arrecadações visavam a atender as principais demandas de muitas famílias que costumavam bater à sua porta. Ali mesmo da sala de sua casa, Vitória dividia o espaço da convivência com a família entre caixas, sacolas de roupas e alimentos. O *acolhimento* realizado por Vitória era uma vertente importante do seu trabalho e força motriz da luta pela sede, além de revelar aspectos significativos das articulações entre a atuação da AMUE e a sua casa. Com o passar do tempo, Vitória recebia os mais variados tipos de casos em casa, e, por

⁵⁰ O prêmio Ângela Bairros foi entregue pela diretoria da escola de Samba Imperadores do Samba para algumas personalidades negras em Porto Alegre, em reconhecimento ao trabalho realizado na comunidade em 2019.

essa razão, seguia motivada em *articular* em busca de parcerias com profissionais, como assistentes sociais e psicólogos, para atender, de forma especializada, um *número cada vez maior de pessoas* na comunidade.

6.3.1 O acolhimento

Desculpa não ter te atendido, eu estava dando um acolhimento. Era o que Vitória falava em diversos momentos nos quais eu tentava falar com ela. Por algumas vezes, ela dividia comigo sobre o que se tratava a situação; por outras, silêncio. Passei a ouvir as *suas correrias* e os seus diversos relatos de casos que chegavam até ela, tanto quando nos reencontrávamos em sua casa quanto nas longas chamadas que fazíamos ao telefone. Não cheguei a acompanhar nenhum *acolhimento* presencialmente. Atribuo isso ao fato de serem situações que pudessem acontecer a qualquer momento na sua casa, inclusive aos finais de semana, e nunca coincidiram com os momentos em que eu estivesse por lá. Especialmente no início, eu nem sempre ficava a par dos casos atendidos. Seja pelo respeito, pela intimidade ou pela confidencialidade dos casos, seja pela gravidade, Vitória sempre *acolheu* todos os casos sozinha e atenta para que as informações compartilhadas naquele espaço não ultrapassassem as portas de sua casa, sendo o sigilo um importante aliado.

Com o passar do tempo, Vitória passou a compartilhar mais comigo as situações que atendia. Por isso, sempre que nos reencontrávamos, eu podia ouvir com mais detalhes sobre alguns casos, enquanto ela enfatizava sobre a confidencialidade. Falar sobre o *acolhimento* significava reduzir o tom da voz a quase um sussurro, enquanto movimentava rapidamente a cabeça, dividindo os olhares entre mim, a redobrada atenção ao movimento da casa e os olhares para o portão na aparente intenção de perceber a aproximação de alguém. Afinal de contas, poderia se aproximar alguém conhecido ou até mesmo a própria pessoa envolvida.

Os casos mais marcantes envolviam situações de violência doméstica, de prevenção ao suicídio, de reconhecimento de paternidade ou de inclusão de nome social no registro civil. No entanto, incluíam também ajuda em situações mais específicas, como auxílio com o Cadastro Único, com o Bolsa Família, com o Jovem Aprendiz; informações sobre o CRAS; ajuda com familiares dos presidiários, com um banho e comida; ou simplesmente um espaço de *acolhida e escuta sem julgamento*.

Dos casos que ouvi, teve um que sempre virava assunto entre nós. Tratava-se de uma mulher que, ao decidir se separar do marido após constantes violências e agressões, passou a receber ameaças de morte, caso ela terminasse a relação. Com muito medo do que poderia

acontecer a ela mesma, a mulher acabou não procurando a polícia. Em um primeiro momento, tinha medo de como seria tratada pelos policiais na delegacia, mas também temia pela própria vida após a denúncia. Vivendo muitos meses sob muita tensão, medo e insegurança ainda dentro da mesma casa, ela voltou a procurar Vitória tempos depois, quando seu marido, ainda sem aceitar o final do relacionamento, ateou fogo na casa em que eles moravam, enquanto ela ainda estava dentro.

Com uma prova de que as ameaças tinham se materializado em ações perigosas, Vitória, ao conversar novamente com a mulher, sugeriu que ela finalmente procurasse a polícia, acompanhando-a à delegacia para registrar o boletim de ocorrência. Apesar de sensibilizada pela gravidade da situação, Vitória aparentava estar animada, ao contar que o desfecho do caso foi o encaminhamento da mulher para uma Casa Lar, onde finalmente pudesse estar em segurança. Vitória revelou o orgulho em poder estar nesse lugar de ajudar a construir um diálogo mais atento aos detalhes. Frisava que, dessa maneira, ia além de uma visão superficial que nem sempre dava conta da situação e que normalmente as mulheres violentadas passavam por muitos julgamentos dos policiais, como se elas merecessem passar por esse tipo de situação.

Acolher é solucionar o problema era a frase que Vitória falava quando entrava em detalhes sobre o que fazia. Por muitas vezes, *resolver o problema*, como costumava dizer, era o resultado de uma escuta atenta, e livre de preconceitos e de julgamentos. Como os casos de violência doméstica costumavam ser os mais presentes, em diversas situações, a denúncia nem sempre era o objetivo final daquelas mulheres, mas sim *o empoderar aquela mulher para que não mais se submetesse a determinadas situações*. Nesse sentido, *acolher* e *empoderar*, em alguns casos, faziam parte da mesma estratégia de *tentar solucionar o problema*, que pode ser desde matar a fome de alguém até compartilhar uma informação ou *dar uma orientação em qual porta ela deveria bater*.

Sobre esse assunto, em um dos nossos encontros na sua casa, Vitória recuperou o exemplo de uma mulher que trabalhava como gari, que queria ter o direito ao seu nome social na carteira de identidade. Apesar de já ter ido a vários lugares, ela nem sempre se sentia acolhida e relatava que era tratada com indiferença por ser uma mulher trans. Foram os boatos na redondeza que a levaram até Vitória, na promessa de que poderia ser a pessoa ideal para ajudá-la, principalmente por ser mais próxima da comunidade, e poderia tratá-la como ela achava que devia/merecia. Vitória não deixava de fora o carisma, elemento que acreditava ser fundamental para que ela fosse referência nesse tipo de trabalho e pudesse fazer toda a diferença na vida das pessoas que a procuravam.

Apesar de as demais atividades da AMUE envolverem sempre um grupo variado de mulheres e de familiares, o *acolhimento* era realizado exclusivamente por Vitória, sem intermédio de terceiros. O intuito principal era não constranger as pessoas que a procuravam, a depender do grau de vulnerabilidade em que se encontravam. Por essa razão, Vitória preferia que as demais apoiadoras da AMUE colaborassem de outra maneira e de outros lugares. *As pessoas chegam na AMUE quando elas não encontram mais saída. Tanto as mães como as mulheres só querem desabafar sem querer que eu faça nada, ou receber um abraço, ou elas perguntam, 'você pode me escutar?'*, Vitória explicava. Ela também lembrou o caso de uma pessoa que a definiu como alguém *importante* e que, embora não morasse na comunidade, a procurou para conversar sobre uma tentativa de suicídio em um momento de desabafo e de escuta. Ao compartilhar sua vivência, Vitória pode contribuir para que ele procurasse ajuda para enfrentar a depressão.

Além da intenção de *solucionar o problema*, o *acolhimento* era, para Vitória, *o movimento de se colocar no lugar do outro e dar o tratamento que eu gostaria de receber dos outros, o acolhimento com responsabilidade*. É a partir de uma escuta comprometida que Vitória entendia que *esse acolhimento iria levar o conhecimento, a conscientização de direitos e de igualdade que eles não tinham*. Mesmo que a transformação na vida dessas pessoas que a procuravam não acontecesse imediatamente, o sentimento de conseguir contribuir, nem que fosse com um abraço ou com uma orientação sobre o que fazer, já cumpria o desafio de estabelecer uma reconexão entre as pessoas com os seus processos de retomada pela garantia dos seus direitos e da sua humanidade.

O *acolhimento* feito por Vitória era, antes de qualquer coisa, um reflexo do seu compromisso em atuar por sua comunidade, conforme as suas reais necessidades, e poder fazer a diferença – mesmo que mínima e *dentro de suas possibilidades* – na vida das pessoas que a procuravam. O *acolhimento* feito em sua casa suscitava a reflexão sobre as dinâmicas cotidianas entre Vitória e AMUE, na garantia de sigilo e de privacidade em um espaço compartilhado com a família, de trânsito constante de pessoas na subida e na descida pelo beco que dava acesso ao alto do morro.

Do lado de dentro de casa, Vitória acolhia as diversas situações que chegavam na sua porta em um movimento de escuta e de ação, *articulava* entre o morro e o asfalto⁵¹ com

⁵¹ Entre o morro e o asfalto consiste em uma expressão comumente utilizada nos estudos sobre periferias urbanas (NUNES, 2018), presente também nas falas de Vitória, que dizem respeito às representações das pessoas que moram nas favelas e nas comunidades mais próximas do asfalto, marcada principalmente por dimensões de raça e de classe. No Morro da Polícia, era notório que as casas mais próximas do asfalto tinham estruturas mais bem-acabadas e, na medida em que subíamos pelo morro, as condições de moradias se tornavam mais precárias, ia

diferentes atores, espaços e instituições as possibilidades de resolução de problemas. A partir desse encontro com as demandas das pessoas que batiam à sua porta, Vitória ampliava o trânsito de pessoas e de informações na sua casa, promovendo atividades diversas para a comunidade.

6.3.2 Atividades: Festas, ‘Fala Comunidade’ e ‘Projeto Ubuntu’

Além de contar com parcerias entre diferentes personagens na comunidade para apoio nas realizações dos eventos e na arrecadação de alimentos, a AMUE também estabelecia uma relação com diversos parceiros que tinham como bandeira o incentivo de práticas de mulheres em suas comunidades de base. Em relação às atividades desenvolvidas por meio de parcerias com outras instituições, participei de dois encontros que tinham esse foco: a participação no programa ‘Fala Comunidade’, exibido em canal de televisão aberta; e a reunião com Gil, representante do projeto de geração de renda de mulheres, proposto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A relação da AMUE com a imprensa era movida pelo interesse de Vitória em divulgar o *retrato da realidade do morro*, trazendo, assim, apoiadores que queriam ajudar de alguma forma.

Naquele sábado chuvoso, ainda em 2019, Vitória me convidou para acompanhar a reportagem que seria produzida pela equipe de filmagem do programa ‘Fala comunidade’. De caráter semanal, o programa iria mostrar o trabalho realizado pela AMUE, a fim de divulgar o protagonismo das mulheres do morro. Animada com a presença da TV na sua casa, Vitória tinha organizado o pátio como costumava fazer quando recebia visitas. As doações de brechó estavam arrumadas junto com o artesanato feito por Dona Genoveva e as bonecas abayomis,⁵² feitas por Gabi. Estavam postas ao lado do pôster da associação, sempre pendurado perto da porta. Dona Genoveva e Gabi eram duas parceiras sempre presentes na participação da AMUE em eventos e na organização de doações. Afinal de contas, era Dona Genoveva quem costurava os enxovais de bebês e quem também participava das oficinas de corte e costura, e Gabi quem participava das oficinas de artesanato para a confecção das bonecas.

Teresa também estava presente e participou da gravação, ao comentar como *aqui a mulherada se junta e trabalha para fazer o que eles não fazem por nós*. Até eu acabei virando

enegrecendo a cor de seus moradores. Para Vitória, as expressões que mais utilizava era *asfalto* ou *lá embaixo*, para se referir às pessoas ou às instituições que estavam mais distantes da realidade *lá de cima*.

⁵²As bonecas Abayomi – termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, como uma das maiores etnias do continente africano – são símbolos de resistência. Feitas com tecidos de fibra de algodão e sem costura alguma, apenas com tranças ou nós, as bonecas não possuem demarcação de olho, de nariz ou de boca para representar a multiplicidade das etnias africanas. São diversas as iniciativas de confecção das bonecas no país todo, e as oficinas promovidas pela AMUE tanto ensinam o processo de criação e de venda quanto promovem a discussão em torno da importância histórica e social da boneca.

modelo durante a gravação, quando Vitória explicou sobre as oficinas de turbante, como movimentos de ruptura de preconceitos e de empoderamento da identidade negra. Tudo foi rápido, apesar de a regravação ter acontecido tantas vezes que roubou a espontaneidade de Vitória, de Lucia e de todas as outras mulheres que estavam por lá. Débora, sua vizinha da rua atrás, que estava se aproximando da diretoria da AMUE, chegou quando já estávamos nos despedindo da equipe de filmagem. Foi quando Vitória esquentou uma água para que pudéssemos tomar um chimarrão, depois que a equipe de filmagem foi embora.

Em agosto de 2019, ao contrário do dia da gravação, um dia ensolarado marcou o nosso encontro. A reunião do ‘Projeto Ubuntu’ também aconteceu no pátio, onde caberia mais gente. Vitória sempre providenciava uns bancos improvisados de tábuas para que todas pudessem ficar acomodadas. Foi nesse dia que conheci Gil, estudante de administração pública, funcionária do MPT e responsável por nos apresentar o projeto. Ao se definir como *cria da ONG Maria Mulher*⁵³, antes de explicar o motivo que a levava até ali, Gil compartilhou a sua alegria em poder retornar para as comunidades, a fim de estabelecer mais uma ponte com projetos emancipatórios. Por ser mulher negra e de comunidade, Gil destacou sua animação em construir esse diálogo com outras mulheres a partir do MPT, considerando-se a proximidade e a identificação com iniciativas como a da AMUE.

Ubuntu significa *Eu sou porque nós somos*. É assim que Gil, depois de se apresentar, deu início a sua explicação sobre o projeto. Construído a partir da lógica de economia solidária, presente entre outros coletivos de mulheres negras, o ‘Projeto Ubuntu’ tinha o objetivo de *extrair potencialidades do que gera renda entre a mulherada*, para que Gil pudesse ajudar a pensar – juntamente com os apoiadores do projeto – quais propostas de oficinas seriam as mais adequadas. Ou seja, aquele primeiro encontro teve o intuito de mapear as habilidades das mulheres ali presentes.

Após a explicação, Gil distribuiu uma folha para recolher as informações das mulheres que estavam presentes como, por exemplo, o nome, o endereço e a documentação (RG ou CPF). Enquanto a folha ia circulando entre elas, Gil pediu que aproveitássemos aquele espaço aberto ao diálogo para que todas pudessem se apresentar, e compartilhar o que podiam e sabiam fazer. Crochê, bordado no pano de prato, pães e doces, reciclagens eram as respostas que iam

⁵³ A ONG Maria Mulher é um centro de vivências, projetos, legados e inserções de mulheres negras em diversos espaços sociais do Rio Grande do Sul e do Brasil, que, há 35 anos, trabalha sob o lema institucional da defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, principalmente de afrodescendentes, e do combate às discriminações sexista, étnico-racial e social. Para mais informações, recomendo consultar: <http://mariamulher.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

aparecendo. Enquanto isso, Gil ia tentando pensar em sugestões de atividades e de oficinas que poderiam ser realizadas, bem como explicitava as condições materiais e financeiras para isso.

A reunião durou pouco mais de uma hora. Vitória já tinha preparado uma mesa de lanches para que ninguém voltasse para casa com fome. Daquele dia em diante, apesar das promessas de um reencontro para pensar nas possibilidades futuras de oficinas, até o final de 2019, não consegui acompanhar outras reuniões desse projeto, seja porque Vitória estava envolvida com outras questões, seja porque esse encontro não aconteceu.

Ao fazer reuniões para difundir informações na comunidade ou *articular parcerias*, como ela costumava dizer, atrevo-me a dizer que, entre as atividades realizadas pela AMUE, realizar eventos para as crianças da comunidade nas principais festas comemorativas no ano era uma das partes favoritas de Vitória, embora não fosse a única. Mesmo ciente da importância de uma mobilização diretamente com as diferentes instâncias e instituições em busca de *chamar a atenção do poder público*, Vitória sempre dizia que *não abre mão de fazer o que for preciso para que as crianças tenham a sua infância preservada*.

Bolo, guaraná, pipoca, cachorro-quente, balas e doces estavam presentes na festa junina, somados a diversas doações de brinquedos na festa das crianças, em outubro, e na realização do Natal solidário, em dezembro. Apesar do empenho na organização dessas festas, Vitória extrapolava as datas comemorativas e dava continuidade à arrecadação e às distribuições das doações durante todo o ano. Sempre que possível, de acordo com o fluxo das doações, a AMUE conseguia distribuir cestas básicas e caixas de leite para parte das mães presentes nos eventos e para aquelas famílias que acabavam batendo à sua porta.

Portanto, a organização dos eventos concentrava duas preocupações que lhe eram muito caras. A primeira consistia no seu objetivo de – sempre que possível – não receber dinheiro dos apoiadores, e sim doações que pudessem ser facilmente encaminhadas a qualquer momento para as crianças e as famílias que mais precisavam. A segunda estava relacionada ao seu receio de ser parte de esquemas de corrupção ou de desvio de verbas, sob a justificativa de realização de ações sociais a partir do CNPJ da associação. A realização dos eventos para as crianças aparecia lado a lado com a sua participação em eventos em homenagem à mulher negra latina e caribenha⁵⁴ e com a articulação para a campanha de eleição no Conselho Tutelar de candidatos de sua confiança, como era o caso de Nira e de Tatau.

⁵⁴ O dia 25 de julho é destinado à comemoração do Dia Internacional da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha, instituído em 1992 no 1º Encontro de Mulheres Afro-latinas Americanas e afro-caribenhas na República Dominicana. O evento surgiu para dar visibilidade à luta das mulheres negras contra a opressão de gênero, a exploração e o racismo. No Brasil, a data também homenageia a líder quilombola que viveu no século XVIII, Tereza de Benguela, símbolo de luta e resistência do povo negro no período escravagista. Após a morte

Ao dizer que *foi mãe oxum me chamando que me dá as ideias* para justificar a origem de sua inspiração, Vitória, em julho de 2020, mesmo ainda em um momento crítico da pandemia provocada pela Covid-19 no país, decidiu realizar o evento em comemoração ao dia da Mulher Negra Latina e Caribenha junto com outras mulheres da comunidade. Como naquele período eu já não estava em Porto Alegre, fiquei sabendo sobre os detalhes da organização por algumas ligações telefônicas, em que sempre me lembrava como, *com uma só voz, nós iremos fazer a transformação*. O formato do evento seria a realização de uma mesa composta por quatro mulheres: Reginete Bispo, Carminha, Mãe Nara e ela. Além dessas, outras 25 mulheres da comunidade também iriam participar do evento sobre temas transversais à atuação da AMUE e à violência contra as mulheres.

Já no domingo das eleições para o Conselho Tutelar, em outubro de 2019, Vitória relembrou que ficou engajada com a possibilidade de reeleição de uma candidata como a Nira e fez o que pode para ajudar.

Você precisava me ver fazendo política! Eu peguei Preto, meu marido, pra dirigir o carro e fiquei a tarde inteira subindo e descendo morro com o carro cheio de gente até os lugares de votação. Todo mundo que passava eu ficava perguntando quem já tinha votado e se não tivesse, eu botava dentro do carro e descia até a votação.

Por meio do trabalho de articulação para apoiar a campanha de candidatos comprometidos com a comunidade, Vitória acreditava que esses representantes iriam trabalhar conjuntamente para o bem *das nossas crianças* – disse ela ao se intitular como alguém comprometida com todas as pautas que envolviam as crianças no morro. *Aqui as nossas crianças não vão para abrigo. Abrigo não é lugar de criança, principalmente se ela está passando fome* era o pensamento que Vitória compartilhava sempre, aproximando o seu comprometimento ao dos conselheiros tutelares.

A participação dela nas eleições para o Conselho Tutelar refletiu um envolvimento semelhante, quando chegou à comunidade a notícia da demissão dos funcionários do Instituto Municipal de Estratégia da Saúde da Família (IMESF). O Instituto foi extinto em 2019, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucional a sua criação. A decisão do STF gerou a demissão de mais de mil trabalhadores, entre profissionais de saúde,

do marido, Tereza assumiu a liderança do quilombo do Quariterê por décadas. Sua estratégia resultou na criação de um sistema de defesa e organização próprio. Além de Tereza de Benguela, a data celebra outras tantas mulheres negras que, com suas histórias de vida, representam um legado de luta pela emancipação das mulheres negras, como Antonieta de Barros, Aqualtune, Theodosina Rosário Ribeiro, Benedita da Silva, Jurema Batista, Leci Brandão, Chiquinha Gonzaga, Ruth de Souza, Elisa Lucinda, Conceição Evaristo, Maria Filipa, Maria Conceição Nazaré (Mãe Menininha de Gantois), Ângela Mahin, Lélia Gonzalez, Dandara, Carolina Maria de Jesus, Elza Soares, Mãe Stella de Oxóssi, entre tantas outras.

agentes comunitários de saúde e agentes de combates a endemias, que deveriam ser substituídos por servidores concursados, contratados em processo seletivo futuro. Sob a acusação de redução salarial e de precarização das relações de trabalho, os postos que eram geridos pelo IMESF passaram a ficar sob a responsabilidade de três instituições privadas: a Associação Hospitalar Vila Nova, a Sociedade Sulina Divina Providência e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.

Esses novos acontecimentos e o receio de ficarem sem o atendimento do postinho de saúde na região foram importantes para dar início à *luta* e às *articulações* tanto na comunidade quanto em outros lugares, para garantir o acesso da população da região à saúde pública. Tais articulações revelavam que a figura da Vitória e da AMUE se misturavam nas atuações políticas no morro. Logo, ao trazer a AMUE para a cena, as pessoas buscavam Vitória para as suas articulações; Vitória, por sua vez, se articulava em redes no que fosse preciso para as atividades da AMUE.

6.3.3 Entre *articular por trás*, *politicagens* e *coincidências*

A ida ao postinho de saúde próximo à sua casa naquela manhã chuvosa de quarta-feira foi um dos muitos outros convites que passaram a permear a nossa relação deste dia em diante. Invertendo a lógica na qual eu a procurava, naquele dia Vitória entrou em contato comigo para me pedir que a acompanhasse no postinho de saúde junto com a Dona Vera – parceira antiga da AMUE – para apresentar a chapa com a sua candidatura para ocupar o Conselho Municipal de Saúde. Diferentemente do costume, combinamos um encontro diretamente no postinho, bem próximo da sua casa. Ao seguir as suas orientações, não tive dificuldade de encontrar. Só tive de subir parte da lomba e, assim que cheguei, pude notar que o postinho estava fechado por um cadeado largo, e a entrada e a saída das pessoas estava sendo controlada por uma mulher sentada bem próxima à porta. Logo, falei que iria encontrar com a Vitória, o que fez com que ela rapidamente identificasse o nome à pessoa, autorizando a minha entrada.

Ao passar pela porta, encontrei Vitória e Vera sentadas nos bancos próximos à janela, conversando com outras duas mulheres que pareciam ser funcionárias do posto, com um aparente ar de preocupação. Logo depois de cumprimentar todas elas, pude entender o porquê. Na noite anterior, o prefeito havia demitido todos os profissionais que trabalhavam na área da saúde da família, e todos estavam sem saber o que fazer. Naquele momento, elas estavam organizando uma mobilização com a comunidade por meio de lideranças como Vitória. Percebi que as conversas que presenciei naquele momento sinalizavam que aquela era a oportunidade

de juntar o interesse dos profissionais que ficaram sem empregos com o interesse da comunidade em ter atendimento público de saúde.

As duas funcionárias do posto, agitadas com a situação, não paravam de falar sobre como ficaram sabendo do anúncio público do prefeito no jornal no dia anterior, sem terem sequer recebido um e-mail ou um telefonema para explicar a situação. Todas estavam muito abaladas com a exoneração. Com o intuito de conseguirmos conversar melhor, sem interferir no atendimento de um senhor ao nosso lado que estava recebendo instruções sobre um medicamento, fomos para um banquinho que ficava na parte externa do posto, mas ainda dentro dos limites do portão.

Passados alguns minutos, chegou Jaqueline, também a convite de Vitória, para formar a chapa, que logo se juntou a nós. Enquanto nos protegíamos como podíamos do vento frio, pensávamos juntas nas possibilidades de ação, enquanto as funcionárias tentavam nos convencer sobre a adesão e a futura pressão da população diante desse quadro. Naquele momento, Dona Vera era a mais indignada. Sempre falante, pensava em voz alta sobre como seria preciso fazer abaixo-assinado, convocar as lideranças comunitárias, falar com aliados políticos, como o Oliboni, e conseguir ônibus para que a população pudesse comparecer em peso na Câmara Municipal para a discussão sobre a situação da saúde em Porto Alegre. Com a demissão dos 14 funcionários contratados pelo IMESF, só permaneceriam neste posto do morro quatro funcionários estatutários.

Uma das funcionárias demonstrava estar atenta à importância de alertar aos usuários do posto sobre os impactos da atitude do prefeito, enquanto repetia que, ao todo, eram 140 postos de saúde na capital, reduzidos para apenas 19 postos para toda a cidade, que funcionariam com um número reduzido de funcionários. *Minha preocupação é: quem eles vão contratar para cuidar da comunidade? A Santa Casa? Os grandes hospitais? Quem vai cuidar da saúde de Porto Alegre?*, ela questionava em voz alta sem esperança de uma resposta, enquanto Dona Verinha falava sem parar sobre como todos esses cortes *tinham a ver com ter mais dinheiro para uma reeleição. Com isso, o povo ficava largado.*

Não demorou muito para que Gisela, uma jovem enfermeira do posto, se aproximasse com seus cabelos loiros presos em um rabo de cavalo. Sua preocupação estava relacionada a um plano de privatização e de terceirização da saúde que acreditava estar em curso, a exemplo do que acontecia no estado do Rio de Janeiro. Nesse modelo, a prefeitura transferia para uma empresa a responsabilidade sobre o pagamento desses profissionais e sobre a gestão de saúde. Antes de se retirar da conversa, Gisela pediu, mais uma vez, a adesão e o comparecimento da

comunidade na mobilização, avisando que, no dia seguinte, estaria ali cedo conversando com a comunidade, e esclarecendo todos sobre os últimos acontecimentos e as possibilidades futuras.

Anunciando a participação da comunidade na manifestação, Vitória estava interessada em saber se a comunidade teria espaço de fala na câmara e ficou procurando na memória os nomes dos aliados que poderiam falar pela comunidade, já que de nada adiantaria ir à manifestação e não conseguirem falar. Rapidamente, Vera a interrompeu rispidamente dizendo *nós iremos falar por nós Vitória, não precisamos de ninguém falando por nós*. Com risos desconcertados, Vitória consentiu e explicitou que estava apenas tentando explicar os nomes dos aliados políticos, como o Oliboni, por exemplo, como pessoas que reforçariam os interesses da comunidade.

Assim que se calou, viramos para ver o carro do gabinete na rua do vereador Oliboni, que se aproximava devagar e parou em frente ao postinho. Um homem que parecia seu assessor estava divulgando panfletos com informações sobre a IMESF e convocando todos para a manifestação na segunda seguinte. Com a promessa de articulação com Rosa Helena, do Conselho Municipal de Saúde, e com Nira, do Conselho tutelar, saí do postinho acompanhada de Vera, de Vitória e de Jaque. Recuei e esperei que uma delas indicasse o caminho que iríamos fazer pela rua de cima, enquanto as três seguiam conversando sobre o absurdo da situação. *Nós vamos ser deixados para morrer* era o que Dona Vera repetia com indignação, enquanto caminhávamos em direção à casa de Vitória.

Na medida em que íamos subindo as escadas e passando entre os becos, Vitória aproveitava o caminho para cumprimentar quem estivesse em casa, em tempo de comentar sobre o fechamento do posto e a demissão dos funcionários. Todos pareciam estar cientes do ocorrido e, mesmo chocados, aproveitaram a situação para reclamar das péssimas condições nas quais o posto já funcionava e para opinar *que ninguém queria trabalhar*. Eu entendi, pelas críticas, que os moradores achavam importante a permanência dos funcionários, mas tinham reivindicações antigas sobre a forma como os atendimentos estavam funcionando até então. Assim que chegamos, Vitória já estava *articulando* ali mesmo pelo celular, mandando mensagens para Rosa Helena e quem mais achasse que poderia ajudar na mobilização.

O dia da reunião na Câmara de Vereadores, naquela segunda-feira da semana seguinte ao nosso encontro no postinho, foi uma confusão. Como era de se imaginar, a entrada do povo foi barrada, e muitos eram os funcionários na porta que se organizavam de diferentes maneiras, com megafones, panelas, carros de som com palavras de ordem, cartazes e faixas por todos lados. Apesar de não termos conseguido entrar naquele dia na câmara, outro ato foi realizado alguns dias depois, só que dessa vez seria no sanatório, na avenida Bento Gonçalves, às 17h.

Naquele dia, eu estava no *cuida-se* de Teresa e decidi ligar para Vitória assim que saí de lá, enquanto descia pela rua. Assim que peguei o telefone, vi as duas ligações perdidas dela e, ao retornar, seu neto foi quem atendeu, dizendo que ela tinha deixado o celular em casa. Nosso desencontro me fez decidir que não iria ao ato e iria direto para casa. Cerca de dois minutos depois, ainda na esquina da rua de Teresa, vi Vitória acompanhada de duas vizinhas se aproximar. Naquele momento, a coincidência do encontro decidiu. Resolvi então seguir o destino e caminhamos juntas ruas abaixo até o ato.

O trajeto pelo morro com a Vitória era sempre uma experiência. Pipoca e Amarelo, seus cachorros, a seguiam por todos os lugares, e assim foi durante todo o ato, passando na frente dos carros e latindo para tudo e para todos. Além disso, o caminho era sempre uma história de vida e de comunidade. Ela sempre recuperava o nome das pessoas e dos moradores da região, falava sobre a sua família, reconhecia as casas e seus moradores, recuperava suas histórias. A caminhada parecia um caminho no tempo e refletia a história da comunidade. Na medida em que íamos descendo o morro, cada vez mais próximas da *pista*, Vitória apontava para as casas que lembrava serem apenas malocas há alguns anos, comentando que hoje eram casas *boas de se morar. Tá vendo como as casas aqui são melhores*, Vitória falava ao mesmo tempo que apontava para várias outras casas no caminho.

Mesmo ainda do outro lado da rua, podíamos ver a movimentação em frente ao sanatório. Rosa Helena estava com o microfone nas mãos, organizando os últimos detalhes. Alberto, assessor de outro vereador, e Nira também estavam por lá, todos mobilizados em decorrência da demissão dos funcionários da IMESF. O ato foi rápido e organizado com cartazes e panfletos que explicavam para a população que estava de passagem sobre os últimos acontecimentos. Quando o sinal fechava, todos ocupavam a faixa de pedestres segurando cartazes, enquanto alguns panfletos explicativos eram distribuídos aos carros que estavam parados aguardando a liberação do sinal. O carro de som com um microfone ficava disponível para quem quisesse falar algumas palavras de ordem, alternados com músicas que chamavam a atenção de quem passasse por perto.

Além de Vitória, de Nira, de Rosa Helena e de Alberto, observei, no início da noite, que Reginete, suplente do Senador Paulo Paim (PT), elegante com suas roupas de tecidos africanos, atravessava a rua para se unir ao ato. Instantes depois, fomos apresentadas uma a outra, e eu disse que estava feliz em conhecer alguém que era muito famosa na boca de Vitória. Para a minha surpresa, ela disse o mesmo de mim. Logo depois de ter cumprimentado os presentes, Reginete se inscreveu para falar e, ao pegar o microfone, me deu o celular para que eu registrasse a sua fala e a sua presença no ato, fazendo questão que cada passo fosse fotografado.

Naquele momento, tanto Vitória quanto Rosa Helena me pediram ajuda para o registro de suas presenças e participação no ato também. Com isso, percebi que as fotos e os vídeos eram utilizados como prova da parceria durante o ato ou qualquer outra movimentação política. Nira (a conselheira tutelar), por sua vez, não demonstrava a mesma preocupação com a fotografia. Sempre com cartazes e gritos de ordem, participou ativamente do ato, mas de um outro lugar, no meio dos funcionários, no meio dos carros e perto do semáforo. A impressão que tive é que ela não estava preocupada em provar que estava lá, porque ela simplesmente estava.

Ao me despedir de todos na saída do ato, estava indo rumo à parada de ônibus, quando ouvi Alberto me chamar do outro lado da rua. Ele pediu que eu esperasse, porque ele queria falar comigo e me ofereceu uma carona até em casa. Achei estranho e, mesmo querendo negar, aceitei. Durante o caminho, conversamos sobre a luta por energia elétrica na Galdino com Teca e ele fez questão de mostrar o quanto era articulado e estava chateado com Vitória, por ter votado com a ‘direita’ nas últimas eleições municipais. Quando estávamos quase chegando, Alberto insinuou que *arrumaria algo pela Câmara* para mim e, caso precisasse de qualquer coisa, poderia falar com ele. Pensei comigo mesma, a barganha política parece sempre a mesma: cargo, posição e apoio, seja em Brasília, seja em Porto Alegre.

Alberto pode aqui ser reconhecido como um dos trabalhadores na política, ou seja, pessoas que trabalharam como cabos eleitorais dos mandatos eleitos em que obtiveram seus empregos. Pode também ser lembrado como os empregados na política, conforme descrito por Borges (2018), em pesquisa realizada no Rio de Janeiro com cabos eleitorais que mantêm os governos, que, por sua vez, mantêm o Estado. Ao revelar como as contribuições teóricas da análise antropológica do emprego na política residiram na contraposição etnográfica de um estado ideal, a autora (2018) revela que é justamente sobre o Estado, como conceito vivo, que a pesquisa antropológica tem se debruçado e revelado implicações importantes para desmanchar definições atemporais.

Apesar de a relação de troca de empregos na política não ser exatamente o foco da discussão aqui empreendida, é válido ressaltar que ela é um universo no qual o voto e o emprego não são meros termos que se traduzem, conforme aponta Borges (2018). Ambos compõem um universo próprio, que é o da política eleitoral, da composição dos governos, enfim, o mundo de um Estado vivo e não dotado de uma racionalidade associal (BORGES, 2018). O caso estudado por Borges (2018), a partir de três sujeitos etnográficos, desafia a perspectiva a qual aponta o mediador como uma ponte que une dois mundos desarticulados – o mundo das demandas da sociedade e o mundo das políticas públicas do Estado. Nesta tese, Alberto aparece como um sujeito que compõe o cenário das movimentações políticas e comunitárias. Como morador da

comunidade, transita entre os moradores, os vereadores, os atos políticos, a câmara municipal e as lideranças, como Vitória e Teca.

Acompanhar o ato no sanatório foi um momento marcante na pesquisa, pois representava a união de diferentes atores da região que atuavam de maneira mais forte e ativa na comunidade em um só lugar. Ali se encontravam Vitória, Alberto, Rosa Helena, Nira, Reginete, entre alguns outros que não conhecia. Naquele cenário, explicitavam-se uma etapa e um resultado das *articulações* que Vitória fazia e das quais, ela própria, fez parte. Reconhecer todas as pessoas presentes e ser reconhecida, cumprimentá-las e ser cumprimentada contribuiu para que naquele momento eu pudesse ter a sensação de que estava no lugar certo. Por coincidência ou por destino, passei, a partir daquele momento, a estar atenta à força das articulações entre essas pessoas. Tornou-se evidente para mim a forma como a ‘política’ se entrelaçava com o passar do tempo para discutir sobre as pautas que interessavam não só à comunidade (*pautas da elite*, direita e esquerda, trabalho de base no morro, campanhas políticas e eleição, influência política e recursos), mas principalmente às lideranças e às articulações locais que envolviam todos, inclusive eu.

Entre a *politicagem* e a coincidência dos encontros em diversos lugares e situações que envolviam as articulações locais pelas garantias de direitos na comunidade, aos poucos fui conhecendo alguns personagens centrais dessas articulações. Pelos constantes (re)encontros, também fui inserida na rede de fofocas. Entre uma figura e outra, pude acompanhar diferentes formas de articulações políticas na região e, com o passar do tempo, passei a ser lida como um coringa, presente entre diferentes situações, espaços e pessoas. Devido a isso, pude observar diversos entendimentos sobre a ‘política’ e diferentes noções sobre o que seria uma ‘atuação política mais adequada’ na comunidade.

Com o passar do tempo, além de estar inserida nas fofocas, eu estava sendo envolvida pelo tempo da política (PALMEIRA; HERÉDIA, 1995), conceito pioneiramente cunhado para designar os períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte da sua vida social. Proponho, no entanto, refletir a respeito da complexificação de se pensar a política a partir da esfera temporal e dos espaços da política. Isto é, atento para onde essas atividades seguiam sendo realizadas – desde a sala da casa de Vitória até a beira da rua do asfalto próximo à entrada de um ponto central de uma grande avenida na cidade. Mesmo sem intentar demonstrar nenhuma originalidade nesta constatação, a pesquisa realizada nesta tese revela que o exercício e a prática da política seguem sendo atravessados na vida cotidiana de moradores e de lideranças, como Vitória, e seguem sendo mobilizadas em diferentes espaços, por diferentes

atores, movidos por diferentes objetivos dentro do mesmo território que segue sendo afetado pelo tempo da política.

Sendo assim, a ideia de *articulação* para Vitória também aparecia ligada ao trânsito de informações. Seja pessoalmente, seja em suas caminhadas pelas esquinas e conversas de porta em porta, seja por mensagem de *WhatsApp*, Vitória defendia a importância de a população estar informada sobre os acontecimentos para que, assim, pudessem mapear as alternativas que tinham para reivindicar seus direitos (como, por exemplo, no caso de acesso ao posto de saúde).

Ao recuperar cenas como o ato no sanatório, os acolhimentos na casa de Vitória, e as atividades nas ruas do bairro, nas manifestações na câmara e nas casas de *cuida-se*, pretendo explicitar não somente as possibilidades de *articulações*, conversando com os funcionários do posto, mandando mensagens pelo celular, batendo panela na câmara municipal ou participando do ato. Vitória e a AMUE, *articulando por trás* juntamente com outras pessoas, tanto motivadas pelo comprometimento com a comunidade quanto movidas pelas articulações políticas e partidárias nos convidam a pensar sobre como a atuação no morro reflete as imbricações entre o ativismo político, a casa e a família dessas lideranças femininas⁵⁵.

6.4 CASA, POLÍTICA E FAMÍLIA: MOVIMENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

É na casa de Vitória que funcionava a sede da AMUE há mais de 12 anos no Morro da Polícia. Era do cotidiano pulsante de dentro da sua casa também que se movimentava o sonho antigo da construção da sede da associação em outro lugar maior. Apesar do desejo coletivo de construção de uma sede, Vitória reafirmava sempre como *elas gostam é daqui, dessa maloca*, ao se referir a sua casa como o principal lugar de *articulação* da associação. Do sofá da sala comentava sobre a sua influência política na comunidade, e suas articulações por melhorias e pelos direitos da comunidade. Dali, peitava quem *aparecesse na sua frente para conseguir as respostas que precisava*.

Tudo é aqui era o que Vitória enfatizava. Nesse trânsito pela comunidade, as mulheres – em sua maioria – batiam à sua porta por diversos motivos. Esse ‘tudo’ caracterizava a diversidade de apoio, de ajuda, de orientação ou de explicação sobre temas diversos a todos que a procuravam no seu trabalho de *acolhimento*. A relação de Vitória com a sua casa apresentava semelhanças com a relação de Nira, apresentada no capítulo 4. Vitória estabelecia uma conexão

⁵⁵ As *articulações* apontam para a relação com a vontade oscilante de concretizar o que Vitória chama de *entrar para a política*, como pretendo discutir mais adiante.

com a sua casa como se fosse uma extensão do Conselho Tutelar, como um lugar que se tornou disponível para dar qualquer tipo de apoio a quem precisasse. E até mesmo com a casa de Teca, apresentada no capítulo 5, como espaço de encontro entre sua vida doméstica/familiar e as reuniões com a vizinhança.

Havia dias que sua sala estava cheia de crianças, seja porque vinham brincar com os seus netos, seja porque vinham à procura de abrigo, de comida ou de doces na ausência das mães. Havia dias que o espaço estava tomado por doações de roupas, sapatos e/ou alimentos para que se pudesse entregar a quem batia à porta para reclamar da fome e do frio. Ora mais cheia, ora mais vazia, as doações guardadas na sala oscilavam entre as épocas de eventos tradicionais, como a páscoa, a festa junina, a festa do dia das crianças e o natal solidário. Também era no sofá da sala que recebia quem precisasse para fazer o *acolhimento*. Dali mesmo podíamos ver quem se aproximava, quem subia e descia pelo beco, assim como quem entrava. A sua casa era a referência de acolhimento, de abrigo, de doações, de orientações e de articulações (entre a comunidade e entre outros atores envolvidos com o mesmo trabalho na região). Entre crianças, cachorros, doações e rotina diária, sua casa também dividia o espaço com candidatos em busca de apoio eleitoral, a partir da tentativa de ficarem mais perto das comunidades de base, principalmente a partir da figura da Vitória e das pontes com as quais ela conseguia estabelecer.

Toda essa movimentação se diversificava com o cotidiano da família, impondo a ela a difícil, mas necessária, tarefa de ter de estabelecer um limite, em determinadas situações, para evitar que a sua casa se transformasse em um espaço onde as mães, por não terem quem cuidasse dos filhos e por confiarem nela, deixassem suas crianças. Vitória lembrou que, em outros tempos, muitas mães saíam para trabalhar, e os filhos, sem terem para onde ir ou o que comer, se dividiam entre a casa de Vitória e a rua, até que as mães voltassem. Sem condições de cuidar de crianças ou de oferecer ajuda com o cuidado para além do que fazia, estabelecer limites nesse sentido para Vitória parecia fundamental. *Quero ajudar ao próximo, mas é preciso ter privacidade. As pessoas batem na minha porta a qualquer momento, tem hora que é difícil*, Vitória comentou na gravação da roda de conversa sobre o empoderamento das mulheres no morro, que apresentaria como trabalho de conclusão do curso de formação política para mulheres negras promovido pela Akanni⁵⁶.

⁵⁶ Akanni é um instituto de pesquisa e assessoria em direitos humanos, gênero, raça e etnias, resultado da organização de mulheres negras, constituído oficialmente em 2005, com sede no município de Porto Alegre. O instituto tem o objetivo de implementar projetos sociais, desenvolver pesquisas e assessorar organizações governamentais e não governamentais na solução de problemas que afligem as minorias, especialmente mulheres

Handerson (2015), em pesquisa que analisa as experiências de mobilidade dos haitianos no Brasil, considera a casa como uma das dimensões de sua análise, ao articular as lógicas e as configurações das quais as pessoas em mobilidade e imobilidade fazem parte. O antropólogo considera que a casa é vista como elemento de continuidade da diáspora, composta por fluxos de relações que circulam afetos, dinheiro, seres humanos e não-humanos, comida, espaço de cuidar e ser cuidado, e espaço de relações ambíguas. Portanto, ao mesmo tempo em que Vitória relatava com euforia a concentração de apoio e referência na própria casa, queixava-se da falta de privacidade e da sobrecarga de atividades. Apesar da dificuldade de dissociar sua vida particular, sua vida familiar e sua vida como liderança comunitária, é importante afirmar que era justamente nesse interstício em que era construída a sua vivência não apenas para a comunidade, mas principalmente como parte da sua identidade.

Borges (2013), a partir de experiências etnográficas no Brasil e na África do Sul, analisa a relação imaginativa que as mulheres com as quais fez pesquisa engendram com as suas moradias, ao discutir que as lições aprendidas com elas nos ajudam a desafiar cisões ainda persistentes na antropologia, como aquelas entre público e privado. A autora (2013) percebe que as casas não são espaços privados e exclusivos, e, conseqüentemente, não se separam do espaço público, propondo-nos a rentabilidade analítica de associar as mulheres às suas casas para compreendermos suas causas e, a partir daí, desafiar a separação estruturalista que divide o mundo social em esfera pública ou privada, em domínios masculinos ou femininos, entre sujeitos e objetos (BORGES, 2013). Portanto, a casa de Vitória pertencia tanto a todos aqueles que precisavam de sua agenda quanto àqueles que eram comprometidos com a comunidade. Todos eram regidos por regras de convivência e de limites, compartilhadas entre aqueles que transitavam por lá.

A falta de uma sede própria para a associação não era o único fator que fazia com que a sua casa se tornasse o principal ponto de encontro. O fato de ser um lugar de passagem, de fácil acessibilidade no morro, foi crucial para que se tornasse um lugar de referência, um espaço que agregava todos. A casa de Vitória configurou-se como um espaço que matava a fome de quem precisava e reunia políticos da região. Era também lá onde Vitória guardava os troféus e os prêmios de reconhecimento do seu trabalho em maior evidência nos dias em que recebia visitas, junto com a mesa posta para o café e os livros sobre negritude empilhados na estante próxima à TV, sem pretender camuflar a sua vida real. Os brinquedos de seus netos dividiam a mesa com o prêmio Mulher Nota 10, que ela recebeu em 2018, na Câmara Legislativa, e ficava ao

e afrodescendentes. Para mais informações, deve-se consultar: <http://www.akanni.org.br/instituto>. Acesso em: 9 jul. 2021.

lado do Prêmio Ângela Bairros, que fomos juntas buscar na quadra da Imperadores do Samba, pelo seu reconhecimento de atuação junto à comunidade. Misturados entre a fotografia de seus filhos penduradas em quadros nas paredes e a fotografia do dia da formatura da filha, sua casa concentrava detalhes de sua vida, de sua família e de sua militância.

Na sala de sua casa, em uma das rodas em que compartilhávamos o chimarrão, falávamos quase que diariamente sobre os problemas da região. Ouvi repetidas vezes a mesma história sobre uma mulher que assumiu a diretoria de uma creche *lá embaixo*, na qual Teresa trabalhava como pedagoga à época. A primeira vez que ouvi esse relato foi no mesmo dia da gravação do Programa ‘Fala Comunidade’. Estávamos eu, Vitória, Teresa e Débora (sua vizinha da rua de trás) lembrando sobre o histórico de luta na comunidade, enquanto tomávamos chimarrão depois que todas já tinham ido embora. Foi aí que surgiu o nome de Márcia, a diretora a que acabei de me referir. Débora lembrou da confusão entre elas quando foi denunciada para o Conselho Tutelar por ter se atrasado para buscar o filho na creche, visto que, naquela época, *tudo era motivo de confusão* para a diretora. Ao trazer à tona o desafeto, Débora também reacendeu a memória de Teresa sobre o período em que trabalharam juntas na creche, juntando-se à conversa nesse momento de indignação.

Para isso, Teresa lembrou com certo orgulho como conseguiu matricular mais de 80 crianças na creche, seguindo a lei que tratava dos critérios de vagas: estar em situação de vulnerabilidade e morar perto da instituição. A cuidadora seguiu a conversa, ao lembrar sobre a frustração de ter visto todo o trabalho ter sido *destruído* por outra pessoa. Na transição do antigo diretor para que Leda, sua sucessora, assumisse, Teresa foi questionada se iria continuar na creche depois que assumisse a direção. Teresa contou, com certo espanto, em detalhes, o que a diretora então enfatizou: *eu quero que você fique, só que o que eu fizer, é lei. Você só vai ter que acatar. A primeira coisa que eu quero que você faça é mandar essa negada toda embora, não sei por que você se mete com essa gente pobre*. ‘Negada?’, Vitória questionou com revolta imediatamente. Nesse momento, Vitória olhou para mim, ao falar que *ela queria tirar os nossos de lá*, ao mesmo tempo que apontou o dedo indicador pelo próprio antebraço em um movimento repetido entre o punho e o cotovelo, indicando a cor da sua pele.

E tirou. Teresa confirmou lembrando – um por um – os nomes das crianças que *perderam* suas vagas na creche. *A mãe do Denner foi uma, a Tati foi outra, e a Michele também. Guria, eu quase tive um derrame na época*. Teresa recuperou o seu nervosismo da época por entender que estava fazendo uma coisa errada, mesmo que tivesse sido a pedido de sua chefe. Em voz alta, Teresa se queixou:

Como que eu vou dizer para uma mãe que ela não pagou, que ela não pode mais entrar aqui? Eu não posso fazer isso! A lei garante que essa criança fique. E os pais reclamando o tempo todo, mas eu não podia mandar. Eu me deparava com a lei e como é que eu vou brigar com a lei? É preciso entender a situação, se a mãe não tem pra pagar, ela não vai pagar! Guria, eu só aguentei seis meses porque tudo tinha que passar pelo crivo dela. Eu perdi minha autonomia pra trabalhar, eu perdi tudo.

Tá vendo? Para onde vão nossas crianças? Por que as nossas crianças não têm direito?

Era o que Vitória questionava, enquanto nós escutávamos esse relato indignadas. Além desse dia, sempre que nos reuníamos, Vitória recuperava em sua memória o histórico de outros encontros que já teve em sua casa, da quantidade de pessoas que costumava receber, das confusões e das brigas em que já tinha se ‘metido’ para defender o interesse *dos seus* e da comunidade. Falar sobre as brigas sempre nos trazia algumas risadas, mas também fazia ressurgir tensões já vividas. Sua casa, espaço também de refúgio, aparecia como um lugar seguro no qual mulheres negras e outras da comunidade podiam se reunir para conversar sobre planos futuros e se *empoderar*, sem despertar a atenção dos *poderosos*, como Vitória costumava falar.

Considero importante neste capítulo que família e política sejam discutidas juntas, a fim de evidenciar que falar de política é falar de família, e vice e versa. Ao serem indissociáveis uma da outra, a política é introduzida na vida de Vitória por herança familiar, e por sua relação com os movimentos sociais e com o território onde viveu. Ao refletir sobre a política pela família por meio da militância, recupero que a ativista e intelectual Nilma Lino Gomes (2017, p. 24) define o movimento negro como um “importante ator político que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira em prol da superação do racismo”. Nos ensinamentos do movimento negro como herança ancestral da mãe, Vitória, em sua trajetória de vida, acumulou saberes diversos que foram fundamentais para a sua construção como liderança comunitária na luta pela igualdade de direitos para a população negra. Teca, conforme discutido no capítulo anterior, foi instigada pela família a entrar na movimentação política. No caso de Vitória, a família era política e a política era a família. A casa de Vitória, localizada no beco, uma área de passagem, conectava assim as partes mais altas do morro, como ponto estratégico de análise nesta tese, entre conhecer e articular as lutas de Teca, a sua casa e o *cuida-se* de Teresa.

De certa forma, a narrativa da história de luta e das reivindicações dessas mulheres para a garantia de direitos fundamentais apresentadas ao longo desta tese nos revela diversos elementos importantes para se pensar sobre a relação que estabelecem com as suas casas a partir

da localização geográfica no morro. Entre os que moram *lá embaixo*, conforme dizia Vitória e nos apresentou Alves (2018), como era o caso da casa de Teresa, localizada mais proximamente ao ponto de ônibus e ao asfalto, e os que moram *lá em cima*, como era o caso de Teca, que morava no alto do morro mais proximamente à Zona da Mata, a casa de Vitória se configurava como um espaço agregador que estabelecia conexões entre diferentes localidades no próprio morro.

Ao discutir a noção de constituir o lar como espaço de resistência, a partir da revisitação da casa da avó pela memória, bell hooks (2020) nos convida a considerar a casa como um lugar político. Nesse trabalho, a casa é vista como um lugar fundamental para a sobrevivência política das famílias negras que vivem em territórios periféricos, para a reprodução social e para a perpetuação como grupo. Ao acionar as lembranças da casa da avó, hooks (2020) lembra que as casas pertenciam às mulheres da família não como propriedades, mas como lugares onde se encontrava aquilo que mais importava na vida: calor, conforto, alimento e nutrição para a alma. Ali também era o lugar onde se encontrava dignidade e integridade, aprendendo-se a ter fé na construção de uma vida possível guiada e ensinada por mulheres negras. Com esse texto manifesto, bell hooks (2020) convida o leitor a um chamado que situa o ato de recordar como gesto consciente de honrar a luta e o esforço das mulheres que vieram antes de nós, ratificando o cuidado como ‘ato político radicalmente subversivo’ (HOOKS, 2020).

hooks (2020) nos relembra, principalmente, sobre a importância de considerar que a vida das mulheres negras não era fácil, já que era marcada pela tensão entre ter de se dedicar a serviços fora da casa e a tarefas da família, no esforço de preservar tempo e energia o suficiente para prestar serviços de acolhimento e de cuidado na própria família e na comunidade. Esse duplo esforço reflete alguns dos muitos fatores que distinguiram o destino das mulheres negras do destino dos homens negros, que vivem nessa sociedade patriarcal da supremacia branca. Nesse sentido, hooks (2020) escreve sobre como a luta de pessoas negras na contemporaneidade deve honrar esse histórico de prestação de serviços, assim como criticar esse papel como algo ‘naturalmente’ destinado às mulheres. Nesse sentido, tem sido sobretudo responsabilidade das mulheres negras construir lares como espaço de acolhimento e de cuidado, face à dura e brutal realidade de opressão racista e de dominação machista.

A autora (2020) também aponta como, ao longo da história, as pessoas afro-americanas têm mostrado acreditar que a construção de uma casa, ainda que frágil e simples – a cabana de escravizados, o barraco de madeira ou a ‘maloca’ – como Vitória se referia à própria casa –, tem uma dimensão política radical. Portanto, Vitória somava à sua trajetória a trajetória de tantas outras mulheres negras que resistiam constituindo lares onde todos os ‘pretos e pobres’

pudessem se empenhar em ser sujeitos, e não objetos; e pudéssemos encontrar conforto para os nossos pensamentos, apesar da pobreza, das dificuldades e das privações, restaurando-se a dignidade que nos foi negada do lado de fora, no mundo público, como aponta hooks (2020). Seja com o acolhimento, o prato de comida ou um simples abraço, Vitória reconstruía um novo sentido para a sua casa como espaço seguro, no qual as pessoas negras e pobres pudessem dar forças umas às outras, dando continuidade à tarefa de constituir um lar como comunidade de resistência.

Não é minha intenção aqui construir um relato emocionado ou romantizado da luta de mulheres como Vitória para a constituição de suas casas como lares de resistência, mas sim de tentar entender como a questão política do impacto do racismo deu forma ao pensamento dessas mulheres negras em suas lutas diárias na construção de uma consciência política, reconhecendo-se a importância política do esforço de resistência em cada lar (HOOKS, 2020). Sendo assim, pensar sobre o espaço doméstico a partir da casa de Vitória, segundo bell hooks (2020), tem sido um local fundamental de organização e de formação da solidariedade política, que, entre o amor por acolher e o cansaço da rotina, constroem diariamente possibilidades de mundo que confrontam lógicas racistas. Nesse sentido, hooks (2020, p. 116-117) avalia que

quando renovamos nosso interesse pelo lar, temos condições de abordar as questões políticas que mais afetam a nossa vida diária. Ao ressaltar as habilidades e recursos de mulheres negras que tenham começado a achar que não possuem nenhuma contribuição significativa para oferecer; de mulheres que podem ou não ter educação formal, mas que têm saberes fundamentais para compartilhar; de mulheres que têm experiências práticas que funcionam como base de criação para toda teoria que se mostra útil, podemos começar a nos relacionar umas com as outras de maneira a renovar a nossa solidariedade na busca por um espaço onde podemos curar nossas feridas e nos tornarmos inteiras.

Ao acumular o conhecimento transmitido por sua mãe por meio das lutas do movimento negro como espaço educador de lutas por emancipação do povo negro, como escreveu Gomes (2017), e ao acompanhar de perto sua família em ação na comunidade ao longo de sua vida, Vitória, por meio da AMUE – mas não somente –, reconstrói o espaço da sua casa como um lugar que, a partir da união, da conversa e da solidariedade entre mulheres, é capaz de se constituir em um espaço de cura. Entre brigas e solidariedades, a sua casa se constitui como espaço de comunicação e de diálogo que estimula o ‘acolher’ de realidades diferentes, como o lugar de se colocar no lugar do outro, sendo, igualmente, estimulante para se desenvolverem ações que rompam com opiniões, como a da sargenta da Polícia Militar, ou reiterem a luta pela retomada da garantia das crianças pela permanência na creche. Entre ímpetos de forças e

frustrações de uma luta que parece nos assolar, Vitória nos ensina como manter a fé e acreditar na possibilidade de construção de uma realidade diferente.

Essas cenas são importantes para se discutir como Vitória, Teca e Nira estão vivendo e lutando no dia a dia da comunidade como forma de construir família e comunidade. São importantes para se fazer política a partir de uma vivência que rompe fortemente com o olhar do outro que constantemente as inferioriza, e, a partir de um estereótipo aprisionador, insiste em dizer qual o lugar, a trajetória e as imagens de futuro que toda aquela população merece. Na luta pela possibilidade de construção de outros futuros possíveis, foi em sua casa que Vitória rearticulava suas estratégias de ação. Em certo momento, no ano de 2019, ela passou a considerar *entrar na política* como forma de descobrir *porque o direito não chega aqui pra nós*. Nesse contexto, a sala de sua casa também foi cenário de brigas e discussões com ‘figurões’ do PT que subiam até lá para exigirem satisfações sobre os boatos de sua possível candidatura à vereadora por outro partido de direita. Entretanto, foi também o lugar em que recebeu a diretoria do PRB para convencê-la da candidatura.

6.5 TOMAR A FRENTE: A ENTRADA PARA A POLÍTICA

Entrar para a política era um desejo oscilante na vida de Vitória. Entre se orgulhar sobre as pontes que construía com os candidatos e com a comunidade, e pensar sobre a sua decisão em disputar uma eleição como representante da comunidade, Vitória mobilizou muitas expectativas e frustrações, principalmente no que dizia respeito às suas afiliações partidárias. Em uma das visitas que comecei a fazer sem agendar horário em sua casa, nos dias em que estava em uma das casas de *cuida-se* por perto, pude ouvir parte de suas reclamações com o celular na mão, logo assim que cheguei. Ela estava contando para a nora – e agora também para mim – que um amigo *do movimento* mandou mensagem para ela em um dos grupos dos quais fazia parte dizendo *que não sabia exatamente de que lado que ela estava*. Questionava que ela ficava compartilhando informações sobre a atuação de mulheres da igreja universal, mesmo ela sendo uma mulher *de religião*.

Revoltada com a rigidez do colega na mensagem, Vitória disse em resposta ao seu comentário que ela tinha o direito de ter a liberdade para opinar conforme fosse melhor para ela.

Toda pauta que discute direitos e que trabalha em prol da mulher, eu tô dentro. Direita, esquerda, evangélico, de religião, não me interessa. Eu não posso escolher a quem eu vou ajudar quando bate na minha porta. Não interessa se é PT ou PRB. Meu compromisso não é com dinheiro, é com a transparência e no foco na luta da mulher preta e pobre. É o que eu chamo de nova política.

Esse episódio a fez lembrar das críticas que costumava receber de colegas da comunidade e do *movimento* por se envolver e fazer articulações com representantes de partidos considerados ‘de direita’. *Nem direita, nem esquerda, eu quero o que é melhor para a comunidade.* Esse era o posicionamento de Vitória desde quando nos conhecemos e, apesar de ser filiada ao PT até hoje, não escondia sua frustração com os posicionamentos do partido ao longo dos últimos anos, principalmente por não terem apoiado muitas candidaturas de mulheres negras. *O PT só quer saber de usar a negada como massa de manobra e nunca fez questão de apoiar nenhuma candidatura de nenhuma mulher negra. Pode ver que sempre são as mesmas pessoas e sempre são pessoas brancas.* Estou cansada disso, Vitória reclamava.

Sua principal crítica aos partidos de esquerda consistia em achar que o partido não levava a sério as suas pretensões políticas, por ela ser apenas uma *neguinha do morro sem canudo*. Apesar do seu tempo de filiação e de participação no partido, não só nunca apoiaram a sua candidatura, como também nunca deram o retorno esperado, após de tanto apoio a *eles*. *A gente só ergue eles e eles só te usam* era uma de muitas reclamações constantes de Vitória em relação à política partidária.

Apesar de as críticas em relação à falta de apoio dos partidos de esquerda para a candidatura de mulheres negras da comunidade, o desejo de Vitória de *entrar para a política* oscilava nos últimos anos entre a dúvida de *tomar a frente e articular por trás* – aliado à preocupação de assumir mais compromissos do que conseguiria cumprir. Seu medo de que os interesses da comunidade continuassem sendo negligenciados pelos políticos após a eleição eram persistentes. Vitória negou muitos convites para concorrer a conselheira tutelar, pois nunca acreditou que tinha o perfil necessário para ocupar o Conselho Tutelar. Por outro lado, postergar uma possível candidatura estava associado ao receio de ficar presa às *politicagens* – expressão que Vitória usava para se referir a determinados protocolos políticos que dependiam de sua filiação partidária (direita/esquerda) –, em vez de estar verdadeiramente comprometida com o que, de fato, a interessava: trabalhar sem se distanciar da comunidade.

Em um movimento similar ao de criar a associação, Vitória começou a refletir e a considerar – cada vez mais encorajada pelas mulheres que a acompanham na AMUE – a importância de todos lutarem para representar na arena política a garantia dos mais diversos direitos na comunidade. Entre o pensamento de *Nós mulheres, podemos e Agora é nós por nós*,

Vitória passou a não mais esperar pela sensibilização de políticos que subiam o morro e passavam a reivindicar melhorias em uma realidade até então desconhecida por eles. Estava na hora de ela mesma *tomar a frente* e assumir a responsabilidade de continuar lutando por sua comunidade.

Vitória evidenciava que, independentemente do partido, ter apoio político era importante para que pudesse continuar trabalhando pela comunidade. Nesse sentido, o apoio político que buscava englobava a vinculação a algum partido refletido no financiamento tanto da sua campanha como candidata à vereadora quanto na contratação para cargos comissionados no mandato de outros candidatos eleitos. Por mais que essa última opção nunca tivesse sido bem vista por Vitória, por receio de *ser comprada por um cargo* ou de *ser calada pelo Estado*, o passar dos anos, aliado às dificuldades financeiras e aos entraves de concretizar projetos para a comunidade de forma mais efetiva, fez com que Vitória passasse a pensar com mais abertura sobre o assunto.

Por essa razão, a decisão de finalmente vir como candidata amadureceu desde que recebeu uma proposta de *apoio* do Partido Republicano Brasileiro no final de 2019, véspera de ano eleitoral para as eleições municipais. Esse *apoio* se dava da seguinte maneira: ela receberia recursos para financiar a campanha como candidata à vereadora e, caso não fosse eleita, assumiria um cargo na prefeitura para que, uma vez empregada, conseguisse dar continuidade ao trabalho. Desde o convite até a decisão final, muitos foram os dilemas que a acompanharam na sua indecisão.

Entre o receio de estar sendo enganada e deixar passar a oportunidade de ocupar esse lugar que acreditava ter sido sempre ocupado por pessoas ricas, brancas e conservadoras, Vitória ficou vários meses avaliando e refletindo sobre o convite. Foram longas as nossas conversas e os questionamentos sobre qual decisão tomar. Vitória chegou a me convidar para participar da reunião com os diretores do partido em sua casa, para que eu pudesse ajudá-la a perceber *a real intenção deles* em apoiá-la. Por ter sido algo que nunca tinha acontecido antes, Vitória ainda via com certa desconfiança todo esse interesse em apoiar a sua ‘entrada para a política’. Apesar de não estar presente na reunião, eu tentava evidenciar que acreditava na sua experiência e na sua perspicácia para lidar com a situação. Mesmo dizendo que não se importava se o partido era de direita ou de esquerda, o fato de o PRB ser um partido de direita levantava muitas suspeitas e desconfianças em Vitória, principalmente pelo receio em tomar uma decisão que fosse de encontro a tudo que ela sempre acreditou e defendeu nesses anos, e muito menos que traísse o seu povo.

A decisão final e positiva sobre a sua candidatura à vereadora pelo PRB veio em março de 2020, logo após a visita do presidente do partido e do seu assessor para uma reunião em sua casa. Surpresa com a decisão, eu também estava curiosa para saber a razão pela qual estava tão convencida, se algumas semanas antes ela estava tão indecisa. Sem pestanejar, Vitória me contou que finalmente decidiu após saber que *uns antigos do movimento, o pessoal do movimento dos nossos* estavam aderindo ao partido, juntamente com outras personalidades negras que ela respeitava. Ao repetir *agora é a nossa vez*, Vitória agora demonstrava confiança, em vez de dúvida de meses atrás, ao dizer que *o fato de ele ter subido até ali era porque ele estava realmente muito interessado em sua presença no partido, mas também na sua candidatura*.

Sua candidatura foi então impulsionada pelos diferentes ‘apoios’ que receberia do partido e pela ampliação de suas possibilidades de atuação. *Não estou interessada no dinheiro, eu quero foco no trabalho e no direito das mulheres*, Vitória dizia. *Vai tu direto da favela* era o que ela costumava ouvir de outras mulheres do morro e de apoiadores da AMUE. No que parecia ser uma tentativa de se convencer da escolha certa, Vitória reiterou a crítica aos partidos de esquerda: como *não dão espaço pra gente* e como nunca receberam tanto apoio quanto as candidatas brancas. De forma previsível, sua candidatura, por um partido de direita, gerou muitas controvérsias entre as mulheres da comunidade, principalmente entre as outras mulheres negras de esquerda que teceram críticas no *boca a boca* e nas redes sociais diante da decisão. Acompanhando tudo de longe, por meio de mensagens e de ligações telefônicas devido à pandemia, Vitória me contava sobre as repercussões, as críticas e o apoio que recebia de outras mulheres na comunidade em sua campanha.

Agora é nós por nós era algo que Vitória sempre reforçava, muito similarmente ao que Ratts e Rio (2010) diziam a respeito da trajetória política de Lélia Gonzalez, a partir do pensamento “Se não formos nós por nós, quem será?” (RATTS; RIO, 2010, p. 37-38). Ao tratarem da mudança de Lélia Gonzalez quanto à filiação partidária (do PT para o PDT), por motivos muito parecidos com todas as críticas dirigidas a Vitória, os autores (2010) exemplificam parte da captura de pessoas negras por partidos de direita. As críticas de Vitória e de Gonzalez nos dão muitos elementos para pensar sobre o movimento de pessoas negras para os partidos de direita. No entanto, sem pretender aqui ser reducionista ou fazer análises apressadas e descabidas, sigo neste momento interessada apenas em refletir sobre as complexidades e as camadas do envolvimento político de Vitória ao longo do tempo em que convivemos.

Entre as expectativas da eleição com menos de três mil votos e os dilemas que teve de enfrentar desde que a notícia de sua candidatura se espalhou, Vitória compartilhava as constantes discussões entre outras mulheres negras *da esquerda* na comunidade durante o período de campanha. Por mensagem, acompanhei à distância as estratégias de campanha e os principais planos e manifestações. As fotografias, os vídeos e os *jingles* de campanha chegavam a todo momento, para que eu pudesse acompanhar mais ativamente a campanha eleitoral, feita com muitas limitações, em 2020, quando o país ainda vivia a pandemia provocada pelo coronavírus.

Semanas depois, o resultado das eleições não foi favorável às suas expectativas de finalmente *entrar para a política*, o que fez com que Vitória agora passasse a esperar que fossem cumpridas as promessas de um emprego na prefeitura. A fofoca e o burburinho que já a envolviam se intensificaram depois que Vitória postou nas redes sociais uma fotografia ao lado do Sebastião Melo – prefeito eleito em 2020. Esse foi o estopim para que seus conhecidos do movimento de mulheres negras *caíssem de pau em cima* dela. Passaram-se alguns meses entre a derrota nas urnas e algumas participações em reuniões do partido até a posse em cargo na Secretaria de Habitação, em que ela continuaria desenvolvendo atividades de *estar articulando com a comunidade* e trabalhando pela luta por moradias.

Apesar de ter deixado a presidência da AMUE, desde que tomou posse na prefeitura, as mobilizações de Vitória na/pela comunidade entravam em um novo momento que, de antemão, já indicava novos caminhos e novos desafios, só que agora de outro lugar. Seu novo lugar de atuação continuava situado entre o morro e o asfalto, entre *articular por trás* e *tomar a frente*, na esperança de que a trajetória e o comprometimento com a comunidade pudesse fazer alguma diferença, uma vez dentro do Estado. Mesmo com receio de que as ações da AMUE ficassem enfraquecidas, após a retirada da liderança e a maior ligação dos apoiadores à sua pessoa do que à causa, Vitória, mesmo com disponibilidade menor, ainda disponibilizava a sua casa para encontros e reuniões. Neste ponto, encerrei a pesquisa desta tese de modo mais sistemático, mas fiquei sabendo como todas essas situações se rearticulavam nesse novo contexto.

A convivência com Vitória me aproximou de um conjunto de estudos por antropólogas e antropólogos sobre as periferias urbanas que visavam a entender, de forma não dicotômica, as manifestações tidas como contraditórias entre o autoritarismo, o racismo, a solidariedade e a resistência cotidiana. Vitória escancarava a crítica contundente direcionada à grande parte da esquerda partidária e a desconexão com as pessoas comuns que viviam nas periferias urbanas, provocando um efeito de negação da realidade (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Sua decisão de mudar ‘de lado’ e se juntar, mesmo que fosse circunstancialmente, a um partido de direita

foi resultado muito mais de reflexão consciente sobre a realidade em que vivia do que falta de coerência política.

Ao mesmo tempo, o partilhar dos dias com Vitória nos impunha o desafio de estarmos atentas à ruptura da ideia de que uma figura estereotipada, como uma mulher negra e pobre, deveria votar e se filiar política e ideologicamente a dado partido. Pensar que tais histórias do cotidiano vivido de Vitória, compartilhadas nesta tese, perpassa a busca por vagas na creche, a falta de água, o convívio diário com a brigada militar e a luta contra o racismo cotidiano e compõem um conjunto de desigualdades sociais e raciais que precisam ser considerados em um projeto político que seja, de fato, comprometido com essas pessoas.

Vitória e a AMUE compõem o que Paulo Freire denominou de esperançar, como força que procura mudar a realidade ligada à fundamental construção de uma política da esperança. Patrícia Hill Collins, ao nos convidar como leitores a repensar o ativismo das mulheres negras, expõe a relevância de se avaliar o ativismo desses grupos, menos pelo conteúdo ideológico de cada sistema de crenças individual – seja ele conservador, reformista, progressista ou radical – e mais pelas ações coletivas das mulheres negras que enfrentam cotidianamente a dominação nessas esferas multifacetadas. Em vez de reduzir o ativismo das mulheres negras a um tipo de feminismo negro ‘autêntico’ imaginado pelas feministas negras, essa abordagem poderia criar espaços para que outras mulheres *pretas e pobres* (para usar a expressão da própria Vitória) vejam como as suas atividades cotidianas são uma forma de ativismo (COLLINS, 2019).

6.6 O LEGADO DE VITÓRIA

Entre muitos elementos, este capítulo diz respeito à esperança de transformação movida por Vitória e pela AMUE, mesmo quando o cansaço e as dificuldades pareciam ser maiores. Mesmo que a esperança fosse um, mas não apenas o único elemento que movia as suas lutas, entendo que, para além de melhorar a perspectiva de vida daqueles que viviam em sua comunidade em situações de vulnerabilidade, conforme analisou Alves (2018), a participação de Vitória na comunidade, por meio das *articulações*, estava comprometida em iniciar uma transformação mais focalizada na integridade e na dignidade das pessoas. *Empoderar*, nesse sentido, mesmo que em grande parte estivesse acompanhado da ideia de independência financeira das mulheres, sinalizava que a atuação de Vitória também era focalizada em estimular a capacidade de ação de outras mulheres em busca de uma transformação, seja na própria vida, seja na vida da família, seja na vida da comunidade como um todo.

Pelo tempo que compartilhamos, Vitória lembrou da família como exemplo e lição de perseverança, que, para além do ensinamento sobre como viver em uma sociedade estruturada pelo racismo em suas entranhas, seguia guiada pela memória de luta da mãe, como combustível de esperança. Apesar das dificuldades, Vitória e a AMUE atuaram no que podiam para garantir um futuro com outras possibilidades para essas famílias. Entre a política, a família e a assistência, Vitória caminhava entre esses espaços como uma importante liderança que militava por outros destinos possíveis, para que a sua comunidade que não fosse fruto dos estereótipos do racismo e da pobreza.

Suas ações na comunidade – preparação de eventos, reuniões com parcerias – foram movidas por suas articulações em prol de uma vida mais digna para a comunidade. Nessas relações, a sua casa era vista como o lugar de *acolher*, como o lugar que refletia o movimento de se colocar no lugar do outro. Nesse sentido, o lugar da sua casa se configurava como o lugar em que Vitória fazia política, uma política que emergia da realidade em que vivia, que nasceu, passou e permaneceu dentro e por meio da sua casa. Nesse sentido, o cuidado de Vitória com as crianças e com a comunidade não era só um espaço de reprodução do patriarcado, mas de resistência e de produção radical de transformações para a comunidade. Se, por um lado, o peso do cuidado comunitário se coadunava com o cansaço advindo dos esforços de Vitória para dar algum limite aos usos da sua casa; por outro, havia uma dimensão política daquele espaço que ela própria não abria mão, na companhia de outras mulheres negras: lutar por uma vida melhor para os seus.

Tomo o que Vitória denominou de *nova política* como algo que se faz a partir de um processo de retomada de passos que vieram de longe, que fazem parte da história da sua família e que a impulsionaram a seguir. Dentro e fora da sua casa, as movimentações de Vitória se inseriam em uma caminhada de muitas outras mulheres negras espalhadas pelo Brasil que lutavam por condições estruturais para a família e a comunidade. Ao mesmo tempo em que *tomar a frente e entrar para a política* sugeriram como efeitos da articulação de Vitória entre diferentes atores e instituições, gerou-se um fluxo de energias e de pessoas da comunidade na sua casa e na minha vida.

No final do processo de escrita desta tese, percebi que talvez *articular* fosse a palavra que mais se parecia com a Vitória. Digo parecer, porque de longe era suficiente para defini-la. Articular, entre os seus muitos significados, significa unir pelas juntas, juntar pelas articulações, assim informa o dicionário. Contudo, também podia significar movimento e ventania, assim como Yansã, dona de sua cabeça e senhora de sua vida. No dia 17 de março de 2022, Vitória deixou esse mundo com 59 anos de idade. Vencida pela agressividade de um câncer fulminante

de pâncreas, hoje seu legado de *correrias e articulações* segue firme em mim, enquanto escrevo para celebrar – nem que seja um pouco – a forma como viveu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese, procurei apresentar uma discussão a respeito da complexidade dos elementos que compõem o cuidado de crianças pequenas e alguns dos diferentes arranjos que envolvem esforços individuais – conselheiros, mães, lideranças e cuidadoras – e coletivos (associações). Busquei pensar *com e a partir* das mulheres que conheci sobre o caráter multivariado do *ativismo cotidiano* que marcava suas vidas, interconectadas com diversas camadas de relações, iminentemente preenchidas por suas múltiplas ações políticas.

Ao tomar como ponto de partida uma análise em torno das articulações (institucionais, políticas e de cuidado) de mães para o acesso a vaga em creche para os filhos, discuti como a articulação dessas mulheres sobre a pauta das vagas somava-se à luta e à articulação pela garantia e pelo acesso à água encanada, à energia elétrica segura e constante, a serviços de saneamento básico, à saúde pública; bem como pelo combate à violência doméstica. Enfim, pautas que integravam a garantia de direitos em sua plenitude e que possibilitavam condições minimamente dignas para as famílias.

O resultado desta pesquisa etnográfica – realizada ao longo dos últimos quatro anos, em diferentes espaços e temporalidades, e por distintos atores – reflete um encontro diverso e potente entre conselheiros tutelares, mães, cuidadoras e lideranças comunitárias. Guiada pelas pessoas que conheci e pelo entrecruzar dos nossos caminhos, o passar do tempo me fez perceber a impossibilidade de se discutir sobre o acesso à vaga em creche como assunto isolado. Mais ainda, era necessário entender a sua indissociabilidade com outras questões sociais e estruturais da vida das mulheres e das famílias que moravam nas periferias urbanas. Esse aspecto foi central para se escrever uma tese compromissada em levar a sério o que essas mulheres que conheci queriam me dizer.

Nesse sentido, a análise sobre a falta de creches revelou um jogo de ausências/presenças do Estado que, ao evidenciar condições de precariedade diversas, funcionou como fio condutor para discutir sobre um conjunto de articulações políticas e sobre mobilizações comunitárias cotidianas lideradas por mulheres que reivindicavam direitos essenciais para uma vida digna para si, para a família e para a comunidade. Para alinhar a multiplicidade de experiências que vivi e compartilhei com essas pessoas, mobilizei as teorias de feministas negras (GONZALEZ, 1984; HOOKS, 2019; BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; COLLINS, 2019), os estudos sobre o Estado (ABRAMS, 1988; MITCHELL, 2006; FASSIN, 2015; VIANNA; LOWENKRON, 2017b; SCHUCH, 2018), as pesquisas sobre a casa (MARCELIN, 1999;

BORGES, 2013; HOOKS, 2021) e as produções sobre infraestruturas (ANAND, 2017; APPEL *et al.*, 2015).

Trilhar os primeiros passos desta pesquisa em um espaço como o Conselho Tutelar me permitiu, logo de início, ser seduzida para procurar o que o cenário da Educação Infantil no município de Porto Alegre me revelaria. Fui movida, a partir dessa trajetória de pesquisa, a entender o que antecedia o Conselho Tutelar e a olhar com mais atenção para a vida que pulsava na comunidade. Dessa maneira, pude, com tempo, ressignificar o próprio Conselho Tutelar. Além de articular a atuação dos conselheiros na busca pela vaga em creche com o ativismo cotidiano de mulheres líderes no alto do morro, vim perceber o Conselho Tutelar como integrante de um processo de entrada para a política. Essa percepção foi central para entender parte de um ciclo de atuação política comunitária que brotava e, conseqüentemente, voltava para a comunidade. E que, principalmente, tinha no espaço do Conselho Tutelar uma de suas articulações possíveis.

O resultado desses anos de pesquisa e escrita articulava, principalmente, a complexidade da vida cotidiana das comunidades, marcada pela diversidade de atores e de suas respectivas atuações políticas comunitárias. Por mais que tenhamos acompanhado de perto o interesse da Vitória para *tomar a frente e entrar na política*, e que testemunhamos, não de tão perto, a relação de Tatau com os políticos da região até a sua decisão em ser candidato em 2022, encontramos ativistas que se negaram a seguir esse caminho. Teresa, por exemplo, recusou o convite para ser candidata a conselheira, preferindo trabalhar com as crianças no *cuida-se*, enquanto batalhava pelo conveniamento com a prefeitura. Testemunhamos, igualmente, as articulações de Teca, ao entrar e sair de categorizações como ‘associações de moradores’ ou ‘lideranças comunitárias’, na tentativa de nomear o que fazia. Vimos como chegou a negociar apoio político em certos momentos, enquanto decidia continuar agindo *sem se envolver em política*. Na verdade, a entrada para a política de Tatau e de Vitória era apenas mais uma das possibilidades de espaços de atuação dessas pessoas, mas não o único. Mulheres como Nira, Teresa e Teca continuaram se organizando e articulando novas possibilidades de atuação em prol de suas comunidades entre diferentes espaços, atores e instituições⁵⁷.

⁵⁷ A partir dessas diferentes trajetórias e práticas, reconheço que, por mais que não tenham sido discutidas nesta tese a expansão de instituições religiosas e a atuação do tráfico de drogas nesses territórios, entendo que são elementos que disputam espaços no cotidiano da estruturação da sociabilidade comunitária, traduzindo-se em capacidade de mobilização eleitoral, ora mais ora menos. O interessante aqui é perceber a comunidade como um espaço em que essas diversas possibilidades coexistem. A vida e a pauta que envolve a vaga em creche tem um fio condutor importante para essa análise.

Ao longo de seis capítulos, apresentei uma reflexão sobre como discutir acerca do acesso à creche implicou estarmos atentos às articulações de mulheres tanto em torno das vagas quanto para o acesso a outros direitos, mobilizando-se instituições (SMED, Conselho Tutelar, Defensoria Pública e ONG), atores sociais (conselheiros tutelares, defensores públicos, lideranças comunitárias, candidatos e políticos eleitos), comunidade (vizinhos, *cuida-se* e familiares) e suas casas.

No primeiro capítulo, apresentei parte da estrutura institucional atuante na Educação Infantil em que a judicialização para o acesso a vaga apareceu como resposta burocrática imediata e pouco comprometida com a elaboração de políticas públicas mais efetivas, limitando-se, assim, à plena garantia de direitos para as famílias que mais precisavam. As *representações* refletiam como a própria burocratização, também presente no Conselho Tutelar, evidenciou complexidades, moralidades e contradições, percebendo-se como a demanda e a crítica à judicialização coexistiam entre os conselheiros.

O encontro com as mães em busca da vaga, narrado no segundo capítulo, teve como pano de fundo a discussão sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Esse tema foi central para se discutir a respeito do dilema das *contribuições* das escolas conveniadas. O assunto serviu para introduzir outras moralidades na discussão que envolviam tanto as mães (que (não) conseguiam a vaga) quanto as secretárias das creches, as diretoras das creches, os funcionários da SMED e os conselheiros tutelares. Tais moralidades compuseram parte do jogo de suspeitas estimulado pelas secretárias sobre as mães, a partir da noção *de jogar com o sistema* e das desconfianças dos conselheiros de *pistolão* sobre as matrículas das famílias que teriam condições de pagar e estariam ocupando as vagas das famílias que mais precisavam.

A discussão a respeito da falta de creches demonstrou que nem sempre as reais necessidades das famílias eram levadas em consideração. O horário de funcionamento, a distância ou outros problemas relativos às creches faziam com que muitas mães tivessem de acionar redes alternativas de cuidado, como as casas de *cuida-se*. A questão era que, independentemente do acesso à vaga, as casas de *cuida-se* apareceram como espaços importantes que, já há muito tempo, integrava uma rede de cuidados comunitários nas periferias brasileiras, ao lado das creches municipais e conveniadas. Além disso, tais casas foram relevantes para enfatizar a presença e o protagonismo das mulheres cuidadoras comprometidas com a sua comunidade.

No capítulo três, ao acompanhar a rotina de cuidado das casas de *cuida-se* de Teresa, de Sueli e de Elza, pude aprofundar a questão de como o trabalho das casas não era algo que se fazia presente apenas quando *o Estado não está lá*, mas sim um arranjo comunitário de cuidados

que acontecia fora, durante e dentro das tentativas de regulamentações. As donas de *cuida-se* mostraram então como as suas expectativas se encontravam (ou não) com as expectativas das mães sobre um *bom cuidado*, apontando para uma familiarização desses espaços e para a ideia de cuidar *como se fosse uma mãe*. Por um lado, foi possível perceber uma moralidade familiar conservadora nas trocas sobre cuidado infantil; enquanto, por outro, uma politização do assunto, com pessoas como Nira, Teca e Vitória, que insistiam nos direitos das mães de terem creches gratuitas e de qualidade para os filhos. Não quero com isso afirmar que família e politização funcionavam em esferas distantes e separadas, muito pelo contrário. O ponto aqui é justamente reforçar como tais articulações comunitárias, para além das casas de *cuida-se*, reivindicam uma corresponsabilização de políticas públicas, de modo a atuar em conjunto com as associações comunitárias e com as famílias nas comunidades.

No capítulo seguinte, refleti sobre a *visão das ruas* dos conselheiros tutelares em oposição à *visão de gabinete* de outros atores institucionais da pauta da Educação Infantil no município. Essa abordagem evidenciou como o comprometimento pessoal e a origem *de vila* apareceram como importantes elementos dirigidos à provocação do *sistema*, em meio a um Estado permeado de críticas, de falhas, de omissão e de desarticulação. Agindo simultaneamente a partir e contra o Estado (SCHUCH, 2015), o discurso dos conselheiros os aproximava de lideranças como Teca e Vitória. Suas performances e seus tons emocionais, ao mobilizarem certas narrativas morais, preenchiam as mesmas lacunas de um Estado intrinsecamente falho na garantia de direitos básicos. Nesse sentido, reitero a importância de recuperar a atuação dos conselheiros tutelares como personagens significativos para o funcionamento dinâmico do Estado. Estimulados por um repertório diverso sobre o que significava viver às margens, os conselheiros mobilizaram diferentes estratégias, incluindo-se a sensibilização e a comoção pela emoção, a fim de que pudessem ter algum efeito concreto na vida das pessoas da comunidade.

A semelhança entre o trabalho realizado pelos conselheiros e as lideranças comunitárias nos informa sobre uma atuação política na vida cotidiana da comunidade que pulsa nos pátios e nas vilas, tendo no Conselho Tutelar um de seus braços. Portanto, conselheiros, ativistas e lideranças se encontravam em uma análise mais ampla sobre uma atuação política comunitária que tinha no Conselho Tutelar uma das suas vertentes, a partir da construção de estratégias compromissadas em pautar as demandas da comunidade em um espaço com mais possibilidade de articulações institucionais, localizando-se, ao mesmo tempo, lado a lado a mulheres que se organizavam cotidianamente, independentemente do Estado.

Tendo em vista essa dinâmica política mais ampla que atravessava o cotidiano das comunidades, conhecemos, nos dois últimos capítulos, parte da vida e da atuação comunitária de Teca e de Vitória. Primeiramente, Teca nos fez o convite para conhecer de perto o seu *ativismo cotidiano* que movia articulações dentro e fora da comunidade nas suas reivindicações por direitos essenciais. Além da sua luta pelo acesso à vaga, a sua presença como líder das articulações para o acesso a outras infraestruturas essenciais reafirmava as já existentes desigualdades de gênero, de raça, de classe e de geração. Compromissada em destacar as condições infraestruturais das quais viviam as famílias que conheci, reafirmo o meu interesse em ressaltar como os moradores do morro se articularam na vizinhança, na ‘política’ e entre os seus familiares, na busca por mudanças significativas na forma como vivem hoje e na retomada de sonhos para a construção de um futuro melhor.

Seguir o *ativismo cotidiano* de Teca foi essencial para que eu pudesse compreender o emaranhado de relações que envolviam a família, a vizinhança, os políticos e os atores institucionais diversos que seguiam marcados por contradições, ambiguidades, solidariedade e tensões, sinalizando a complexidade da vida cotidiana dessas comunidades. Argumento que essa complexidade, envolta nesse emaranhado de relações, revelou, antes de tudo, uma forma de viver entre a família e a vizinhança, oscilando entre o sucumbir e o resistir.

Quando aceitei o convite de conhecer Vitória, sua casa e o seu trabalho, sentia que seria um encontro especial. Compartilhar dias, semanas, meses e anos me fez compreender que conhecer Vitória significava entender as suas articulações. Por isso, no último capítulo, apresentei os sentidos das articulações políticas de Vitória – entre *articular por trás e tomar a frente* – e destaquei como a sua casa tinha potencialidade e centralidade analítica ao reunir um espaço de política, e de articulações entre a comunidade com/perante o Estado e a família. Por meio das articulações, Vitória seguia comprometida, mesmo que devagar, a estimular a capacidade de ação de outras mulheres para transformar as próprias vidas, as vidas da família e as vidas da comunidade, tendo como foco a integridade e a dignidade plenas para todos. Seja na política, seja na família, seja na vizinhança, Vitória cruzava os mais diversos espaços na luta por outros destinos possíveis para a sua comunidade que não fossem frutos dos estereótipos do racismo e da pobreza.

Para cumprir seus planos, sua casa se apresentou como um lugar de acolher, de agregar e de movimentar encontros na política. Era uma política que emergia da realidade que viveu e que se encontrou com diferentes partidos e apoiadores, em diversos momentos. Assim, sua casa, além de ser onde sua família morava, era também o ponto de encontro (berço e sede da AMUE), o cenário de reuniões e o palco de festas e comemorações. Tendo nas festas que organizava

grande parte de suas articulações, Vitória não desistia de lutar para que a infância daquelas crianças fosse preservada, de forma que elas pudessem ter brinquedos, bem como comer doces, bolos e refrigerantes. Foi o lugar onde criou seus filhos, honrou e deu continuidade aos ensinamentos de sua mãe, negou convites e aceitou flertes partidários de promessas políticas futuras. Do sofá da sala, sempre com a TV ligada no canal local e brigando com o neto imerso em joguinhos barulhentos pela vez de usar o seu próprio celular, presenciei Vitória *articular por trás* e decidir *tomar a frente*. Além dos sonhos, planos e histórias que dividimos em sua casa, parte da minha vida também seguiu por lá. Pelo menos um pedaço. Parte de sua casa, parte de suas articulações e parte de Vitória também seguem em mim, nesta tese, e em todos que um dia a conheceram.

Terminar esta tese com Vitória é uma das maneiras que encontrei para demonstrar como a vida e a trajetória de mobilizações das mulheres que conheci nesta pesquisa seguem marcadas pela conectividade entre as suas lutas. Nesse sentido, lutar pela creche para as suas crianças era o meio do caminho, como mais uma das inúmeras reivindicações que faziam parte do cotidiano.

Meu encontro com mulheres como Nira, Teresa, Teca e Vitória foi fundamental para que eu pudesse perceber que a discussão sobre o cuidado na primeira infância era apenas um ponto de partida de pesquisa, antes que pudesse prever o percurso. Foi justamente essa trajetória de pesquisa que me levou para uma apreciação muito mais ampla do que significava atuação política para as minhas interlocutoras do morro. Desde muito tempo lutando por condições e por direitos essenciais para as suas existências nas comunidades, o *ativismo cotidiano* dessas mulheres se fragmentava, mais uma vez, entre trabalhar pelo acesso à vaga em creche gratuita e de qualidade para as crianças *de vila*, e criar espaços de cuidados para as crianças, como mais um dos elementos de suas reivindicações.

Na encruzilhada entre o *ativismo cotidiano* e o cuidado na primeira infância, as moralidades se encontraram por um lado, no imperativo de uma noção de que um *bom cuidado* das crianças fosse feito pela mãe ou pela família da cuidadora na comunidade. Por outro, na interligação do entendimento de que um *bom cuidado* passava por conseguir ter condições de uma vida digna, que não fosse pautada pela fome, tampouco pela escassez de água, de energia elétrica, de saneamento básico e de condições de higiene precárias.

No meio dessa moralidade/política, temos o Estado – que chama o outro lado da equação. Um Estado em constante mudança, ora se esquivando, ora intervindo nesses territórios. Esta tese tratou o Estado não como uma unidade estável e coesa, mas sim como um processo heterogêneo que podia e precisava ser compreendido por meio de suas práticas, dos aparatos de gestão e das disputas de sentido (VIANNA; LOWENKRON, 2017a). Apresentei,

ao longo dos capítulos, um conjunto de interações cotidianas que se davam em/por meio de diversos aparatos administrativos, ao se evidenciarem dinâmicas diversas de um Estado em ato. Nira, Tatau, Teresa, Sueli, Teca e Vitória demonstraram como os modos pelos quais evocavam, repudiavam e silenciavam as práticas estatais muito nos dizia sobre o próprio Estado – tanto em sua dimensão de ideia ou de sistema como em uma perspectiva de espaço de disputa ideológica, existencial e política (VIANNA; LOWENKRON, 2017b).

O investimento etnográfico presente neste texto revelou diversos níveis, dimensões e camadas de um processo de construção mútua e processual do Estado, mas também expôs diferentes percepções sobre a concepção e a polissemia situacional do Estado. Entre *brigas com e a partir do sistema* e *mexer no sistema* (capítulo 1 e 4), a *creche do Estado* e as *mães que jogam com o sistema* (capítulo 2), as mulheres que *fazem o que o Estado não faz* e o *Estado que bate à porta* (capítulo 3), o *Estado que insiste em não nos enxergar* (capítulo 5), e *a gente que trabalha onde o Estado não chega* (capítulo 6) emerge um quadro dinâmico e complexo. O Estado assumiu diferentes posições nessas disputas de sentido e diferentes contradições que atravessaram toda a tese, mantendo-se imerso em diversas articulações com diversos atores entre a comunidade, a vizinhança, as instituições e os políticos eleitos da região.

Na tentativa de responder às demandas da sua comunidade e exigir que se faça funcionar os serviços, essas mulheres mobilizaram seus corpos, suas almas e suas casas nessa zona de quase governo. Assim, entre as ausências e as presenças do Estado, principalmente ao se considerar que o Estado se faz presente na vida dos moradores das periferias urbanas em Porto Alegre, essas mulheres lideranças, ao lutarem pela preservação da infância como terreno de sonhos e possibilidades diversas, eram impulsionadas por urgências diárias, como uma resposta de combate ao racismo e ao classismo que estruturavam suas vidas e prejudicavam o acesso a condições básicas de existência.

Somente ao final da escrita desta tese, ao rememorar as experiências que tive em campo, que me dei conta que a pesquisa que fiz consistiu em acompanhar as múltiplas formas da atuação política de mães, de cuidadoras, de lideranças e de conselheiros tutelares no cotidiano de suas comunidades, em um denso cenário que evidenciou desigualdades de gênero e de raça, assim como diferentes noções de Estado e de política. Busquei, com isso, apresentar uma narrativa etnográfica que visou contribuir teoricamente com as discussões sobre um Estado em ato, alinhada ao compromisso de ecoar as diferentes ações políticas comunitárias possíveis e inesgotáveis, circunscritas no período pelo qual as acompanhei. Também aprendi que seguir parte da atuação política de mulheres como Teca e Vitória, por exemplo, fazia parte do processo de reivindicação de suas existências e do combate à invisibilização que sentiam naquela parte

do morro, ensinando-nos que a forma como lutaram e se articularam, ao longo da vida, era uma forma possível de sobreviver como mulheres pretas e pobres no sul do país.

Devo ainda dizer que o contexto de pandemia da Covid-19 que vivenciamos nos últimos dois anos evidenciou a importância do tema sobre cuidados de forma geral, agenciando desafios futuros de pesquisa, entre os quais os cuidados na primeira infância, que não podem ser negligenciados. Ao mesmo tempo, esse período de grave crise sanitária mundial funcionou como amarga lente de aumento para desigualdades de gênero, de raça e de classe já preexistentes e tão latentes, assim como reafirmou a relevância da construção de políticas públicas para a primeira infância que levassem em consideração as condições estruturais de moradia, de renda, de trabalho e de higiene das famílias como um todo. Portanto, atrevo-me a afirmar que talvez o mais importante a refletir sobre a conexão das lutas das famílias de mulheres pobres e negras que vivem nas periferias urbanas de Porto Alegre seja justamente reafirmar como os desafios das políticas de cuidado e de educação para a infância no país estão perpassados pela inter-relação de políticas que operam em diferentes estruturas de governo, com vistas a uma atenção integral, de fato, que vise superar os preconceitos de raça e de classe.

Reitero que a confecção desta tese teve o compromisso em tecer uma escrita que levasse em consideração a complexidade das existências das mulheres que conheci e tomaram forma neste texto. Ao juntar essas palavras, descrevi o presente que foi esse encontro com uma vivência negra e racializada, que me ensinou a ouvir e a aprender sobre a diversidade de suas existências, sobre suas contradições e ambiguidades, e, principalmente, sobre suas potências.

Por fim, devo dizer que o meu corpo de mulher negra em campo me ensinou também um outro jeito de ver as coisas, de nomeá-las e de calá-las, de dizer sem ter de dizer, de sentir. Esse encontro entre nós, que me guiou por essas questões, nos fez compartilhar o racismo cotidiano. Colocar meu corpo e as minhas trajetórias raciais, familiares, de classe e de gênero se revelou como fundamental para a captura desses processos complexos que compõem o Estado em ato e no fazer vida, nos quais os densos processos que tentamos destrinchar – de racialização ou de genereficação – não nos rodeiam simplesmente, mas nos produzem como sujeito (VIANNA; LOWENKRON, 2017a, 2017b). Enfim, entre tantas outras possibilidades de discussões, fui convocada a compreender e levar a sério a dinamicidade da vida cotidiana dessas mulheres, por meio de uma etnografia que segue buscando contribuir teoricamente para a diversidade de ações políticas voltadas para o combate à discriminação e à desigualdade que assola nosso universo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, P. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58-90, 1988.
- ALBUQUERQUE, F. 2017. Meu corpo em campo: reflexões e desafios no trabalho etnográfico com imigrantes na Itália. *Cadernos de Campo*, v. 26, n. 1, p. 309-326, 2017.
- ALVAREZ, S. E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380
- ALVES, T. R. *Entre a política e o movimento: as concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da Polícia/Porto Alegre*. 2018. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- ANAND, N. *Hydraulic City: water and infrastructures of citizenship in Mumbai*. Durham: Duke University Press, 2017.
- APPEL, H.; ANAND, N.; GUPTA, A. The infrastructure toolbox. Theorizing the contemporary. *Cultural anthropology*, 2015. Disponível em: <http://culanth.org/fieldsights/introduction-the-infrastructure-toolbox>. Acesso em: 6 ago 2019.
- ARCO NETO, N. D. B. *A educação vem de casa: família e escola na periferia de São Paulo*. 2017. 368f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BACHTOLD, I. V. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n. 46, p. 273-301, 2016.
- BAIROS, A. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BIEHL, J. The juridical hospital: claiming the right to pharmaceuticals in Brazilian courts. In: HARPER, I.; KELLY, T.; KANNA, A. (Eds.). *The clinic and the court: law, medicine and anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 163-196
- BIEHL, J. Patient-Citizen-Consumers: Judicialization of health and metamorphosis of biopolitics. *Lua Nova*, v. 98, p. 77-105, 2016.
- BIEHL, J.; PETRYNA, A. Tratamentos jurídicos: os mercados terapêuticos e a judicialização do direito à saúde. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 23, n. 1, p. 173-192, 2016.
- BIRMAN, P. Favela é comunidade? In: SILVA, L. A. M. (Org.). *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 99-114
- BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. p. 29-38
- BONETTI, A. L. *Entre Feministas e Mulheristas: Uma Etnografia sobre Promotoras Legais e Novas Configurações da Participação Política Feminina Popular em Porto Alegre*. 2000. 195f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- BORGES, A. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. *Cadernos pagu*, v. 40, p. 197-227, 2013.

BORGES, A. O emprego na política e suas implicações teóricas para uma Antropologia da política. *Anuário Antropológico*, v. 31, n. 1, p. 91-125, 2018.

BOYER, D. Anthropology electric. *Cultural Anthropology*, v. 30, n. 4, p. 531-539, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012 [1988].

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 28 out 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 jul 2019.

BRASIL. Lei n. 11.114, de 16 de maio de 2005. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 maio 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm. Acesso em: 28 jul 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 7/2010, de 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jul 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jul 2019.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>. Acesso em: 3 jul 2019.

BRASIL. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em: 28 jul 2019.

BRASIL. Lei n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não as transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de

dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 dez. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm. Acesso em: 3 jul 2019.

BRASIL. Lei n. 13.306, de 4 de julho de 2016. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jul 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13306.htm#art1. Acesso em: 3 jul 2019.

BRASIL. Lei n. 13.824, de 9 de maio de 2019. Altera o art.132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 maio 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13824.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.824%2C%20DE%209,a%20recondu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20conselheiros%20tutelares. Acesso em: 3 jul 2019.

BRASIL. Projeto de Lei n. 1783, de 16 de maio de 2019. Altera o art.132 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 maio 2019b. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135984>. Acesso em: 3 jul 2019.

CALLEGARI, C. A judicialização da educação infantil no Brasil. In: CRUZ, P.; MONTEIRO, L.; FALZETTA, R. (Coord.). *Reflexões sobre justiça e educação*. São Paulo: Moderna, 2017. p. 67-78

CARNEIRO, S. Black Women's Identity in Brazil. In: REICHMANN, R. (Ed.). *Race in Contemporary Brazil: From Indifference to Inequality*. Pennsylvania: The University of Pennsylvania State Press, 2000. p. 217-228

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CORREA, R. M. S. *Procuram-se pais: um estudo etnográfico sobre investigações de paternidade para o registro civil*. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CARSTEN, J. The substance of kinship and the heat of the hearth: feeding, personhood, and relatedness among Malays in Pulau Langkawi. *American Ethnologist*, v. 22, n. 2, p. 223-241, 1995.

CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (Eds.). *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 206-225

CASTRO, R. Pele negra, jalecos brancos: racismo, cor(po) e (est)ética no trabalho de campo antropológico. *Revista de Antropologia*, v. 65, n. 1, p. 1-23, 2022.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, p. 5-16, 1981.

- CRUZ, M. C. M. T. *A implementação da política de creches nos municípios brasileiros após 1988: avanços e desafios nas relações intergovernamentais e intersetoriais*. 2017. 688f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.
- CRUZ, F. Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida: Análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. *Civitas*, v. 15, n. 2, p. 326-341, 2015.
- DAS, V.; POOLE, D. (Eds.). *Anthropology in the margins of the state*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *RBCS*, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008.
- ESTEVES, U. Expandindo a “missão”: articulações para a (inter) nacionalização de uma “rede de solidariedade”. *Horizontes Antropológicos*, v. 24, n. 52, p. 223-248, 2018.
- FARIA, A. L. G. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, 2005.
- FASSIN, D. Moral economies revisited. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 64, n. 6, p. 1237-1266, 2009.
- FASSIN, D. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. Tradução de Gleicy Mailly da Silva e Pedro Lopes. *Ponto Urbe*, n. 15, p. 1-26, 2014.
- FASSIN, D. Can States be Moral? Preface to the English Edition. In: FASSIN, D. *et al.* (Eds.). *At the Heart of the State: The moral World of Institutions*. Translated by Patrick Brown and Didier Fassin. London: Pluto Press: 2015.
- FERNANDES, C. “Ficar com”: Parentesco, Criança e Gênero no cotidiano. 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- FERNANDES, C. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado*. 2017. 246f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- FERNANDES, C. O tempo do cuidado. Batalhas femininas por autonomia e mobilidade. In: RANGEL, E.; FERNANDES, C.; LIMA, T. (Orgs.). *(Des)prazer da norma*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 297-320
- FLEISCHER, S. Saúde Popular: espaços etnográficos para definir o conceito. *Revista Pós UnB*, v. 12, n. 1, p. 7-17, 2013.
- FREIRE, P. *À sombra desta mangueira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.
- FREIRE, L. Entre disputas e convênios: algumas notas sobre a “resolução administrativa” dos litígios em saúde no Rio de Janeiro. *Encontro nacional de Antropologia do Direito*, v. 5, p. 1-12, 2017. Disponível em: <http://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Entre%20disputas%20e%20conv%C3%A2nios%20-%20Lucas%20Freire.pdf>. Acesso em: 5 ago 2019.
- FONSECA, C. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

- FONSECA, C. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicol. USP*, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.
- FONSECA, C. 'Ordem e Progresso' à brasileira: lei, ciência e gente na 'co-produção' de novas moralidades familiares. In: FERREIRA, J. (Org.). *Direitos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2010. p. 151-181
- FONSECA, C. Tecnologias globais de moralidade materna: políticas para a primeira infância no Brasil contemporâneo. In: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P. S. *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 253-275
- GOMES, J. D. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*. 2013. 180f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, E. Reaprendendo a esperar. In: HOOKS, B. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.
- GONÇALVES, H. S.; BRITO, T. S. Conselheiros Tutelares: Um estudo acerca de suas representações e de suas práticas. *Civitas*, v. 11, n. 1, p. 56-77, 2011.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- GROISMAN, D. *O cuidado enquanto trabalho: envelhecimento, dependência e políticas para o bem estar no Brasil*. 2015. 210f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; POSTHUMA, A. *O trabalho do cuidado*. Balanço e primeiras reflexões a partir do caso brasileiro. Documento apresentado na Oficina Inaugural Rede Latino Americana de Pesquisa – Projeto Trabalho, Cuidado e Políticas Públicas: um estudo comparativo internacional. Universidade de São Paulo, 15 out. 2018.
- GUPTA, A. An anthropology of electricity from the global south. *Cultural Anthropology*, v. 30, n. 4, p. 555-568, 2015.
- HANDERSON, J. Diáspora. Sentidos Sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, n. 43, p. 51-78, 2015.
- HOOKS, B. *Talking Back: Thinking feminism, talking black*. Boston: South End Press, 1989.
- HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2. ed. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, B. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HOOKS, B. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria e prática*. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.
- HOOKS, B. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.
- HURSTON, Z. N. *Tell My Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica*. New York: Harper Perennial, 1990 [1938].
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

- LIMA, A. P. O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais. *Cadernos pagu*, n. 46, p. 79-105, 2016.
- TAVARES, P. L. *Energia da Crítica: o conflito entre a Light e os moradores da favela Santa Marta, Rio de Janeiro, em contexto de “pacificação”*. 2016. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- LORDE, A. A poesia não é um luxo. In: LORDE, A. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MARCELIN, L. H. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 31-60, 1999.
- MARCONDES, M. M. *A corresponsabilização do Estado pelo cuidado: Uma análise sobre a Política de Creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho*. 2013. 172f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MARCONDES, M. M. *Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda*. 2019. 332f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.
- MARCONDES, M. M.; FARAH, M. F. S.; SIERRA, I. P. Agenda feminista e serviços de cuidado infantil: Brasil, Argentina e Uruguai. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 176, p. 410-428, 2020.
- MARCONDES, M; MORENO, R. Cuidado infantil e trabalho na perspectiva feminista. In: CARDOSO JR., J. C. (Org) *A constituição golpeada: 1988- 2018*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. p. 177-205
- MARQUES, A. C. D. R.; LEAL, N. S. *Alquimias do parentesco: casas, gentes, papéis, territórios*. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro nome, 2018.
- MEDEIROS, F. Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis. *Cadernos de Campo*, v. 26, n. 1, p. 327-347, 2017.
- MITCHELL, T. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (Eds.). *The Anthropology of the State: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 169-186
- MCCALLUM, C.; BUSTAMANTE, V. Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. *Etnográfica*, v. 16, n. 2, p. 221-246, 2012.
- MORENO, R. F. C. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. 2019. 329f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- NASCIMENTO, S. S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Rev. antropol.*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019.
- NORDSTROM, C. *Global Outlaws: Crime, Money, and Power in the Contemporary World*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- NUNES, N. R. *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

- NUNES, N. R. Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades. *Em Pauta*, v. 19, n. 47, p. 103-120, 2021.
- OLIVEIRA, V. E.; SILVA, M. P.; MARCHETTI, V. Judiciário e políticas públicas: O caso das vagas em creche na cidade de São Paulo. *Educ. Soc.*, v. 39, n. 144, p. 652-670, 2018.
- PALMEIRA, M. G. S.; HEREDIA, B. M. A. Os Comícios e a Política de Facções. *Anuário Antropológico*, v. 94, p. 31-94, 1995.
- PEDRETE, L. A. *Crônicas invisíveis na “capital brasileira da judicialização da saúde”*. 2019. 302f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PERONI, V. M. V.; SUSIN, M. O. K. A parceria entre o poder público municipal e as creches comunitárias: a educação infantil em Porto Alegre. *RBPAAE*, v. 27, n. 2, p. 185-201, 2011.
- PIEROBON, C. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. 2018. 324f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- PERRY, K.-K. Y. Social memory and black resistance: Black women and neighborhood struggles in Salvador, Bahia, Brazil. *The Latin Americanist*, v. 49, n. 1, p. 7-38, 2005.
- PINHEIRO-MACHADO, R. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta Atual, 2019.
- PORTO ALEGRE. *Resolução n. 003*, de 25 de janeiro de 2001. Estabelece normas para a oferta de Educação Infantil, no Sistema Municipal de Ensino. Disponível em: <https://docplayer.com.br/57384234-Resolucao-n-o-003-2001-do-conselho-municipal-de-educacao-cme.html>. Acesso em: 10 jul 2019.
- PORTO ALEGRE. *Resolução n. 015*, de 18 de dezembro de 2014. Fixa normas para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/refantil.pdf. Acesso em: 10 jul 2019.
- PORTO ALEGRE. *Lei n. 12.512*, de 31 de janeiro de 2019. Assegura à criança e ao adolescente cujos pais ou responsáveis sejam pessoas com deficiência ou com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos a prioridade de vaga em unidade da rede pública municipal de ensino mais próxima de sua residência. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2019/1252/12512/lei-ordinaria-n-12512-2019-assegura-a-crianca-e-ao-adolescente-cujos-pais-ou-responsaveis-sejam-pessoas-com-deficiencia-ou-com-idade-igual-ou-superior-a-60-sessenta-anos-a-prioridade-de-vaga-em-unidade-da-rede-publica-municipal-de-ensino-mais-proxima-de-sua-residencia>. Acesso em: 10 jul 2019.
- RATTS, A.; RIOS F. *Lélia Gonzalez*. Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIBEIRO, F. B. Conselho Tutelar e negociação de conflitos. In: FONSECA, C.; SCHUCH, P. *Políticas de proteção à infância – um olhar antropológico*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009. p. 93-112
- RIO GRANDE DO SUL. *Decreto n. 53.297*, de 10 de novembro de 2016. Cria, extingue e altera a denominação de estabelecimentos prisionais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acesso em: 10 jul 2019.

- RIO GRANDE DO SUL. *Radiografia da Educação Infantil, RS*. Porto Alegre: Tribunal de Contas do Estado, 2017.
- RIFIOTIS, F.; RIFIOTIS, T. Conselho Tutelar como tecnologia de governo. Relações agonísticas entre proteção e vigilância. *Runa*, v. 40, n. 2, p. 239-256, 2019.
- RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, n. 7, p. 26-39, 2017.
- ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de pesquisa*, n. 107, p. 7-40, 1999.
- ROSEMBERG, F. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 151-197, 2001.
- ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de pesquisa*, n. 115, p. 25-63, 2002.
- RODRIGUES, J.; CRUZ, L. R. Práticas cotidianas de proteção à infância: Movimentos de (pre)ocupação com quem? *Psicol. Argum.*, v. 28, n. 63, p. 351-357, 2010.
- ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. Políticas e atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. *Cadernos de pesquisa*, n. 115, p. 65-100, 2002.
- SAAVEDRA, L. P. R. *A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: a mediação social de uma ONG local numa zona da periferia de Porto Alegre*. 2013. 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editora Autores Associados/FAPESP, 1996.
- SANTOS, T. The Black Movement: Without Identity There is no Consciousness or Struggle. In: CROOK, L.; JOHNSON, R. (Eds.). *Black Brazil: Culture, Identity, and Social Mobilization*. Los Angeles: UCLA. 1999. p. 23-30
- SCHEINVAR, E. Conselho tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. esp., p. 45-51, 2012.
- SCHEINVAR, E. Conselho tutelar não se escreve com maiúscula. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 70, n. spe, p. 105-116, 2018.
- SCHNITZLER, A. V. *Democracy's infrastructure: Thecno-Politics and protest after apartheid*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- SILVA, B. Race and Politics in Brazil. In: CROOK, L.; JOHNSON, R. (Eds.). *Black Brazil: Culture, Identity, and Social Mobilization*. Los Angeles: UCLA. 1999. p. 17-21
- SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Orgs.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: CEGOV, 2015. p. 121-145
- SCHUCH, P. Direitos humanos e as pessoas em situação de rua no Brasil: discutindo a legibilidade. In: SOUZA LIMA, A. C.; BELTRÃO, J. F.; LOBO, A.; CASTILHO, S.; LACERDA, P.; OSORIO, P. (Orgs.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. p. 303-327

SOUZA LIMA, A. C. Apresentação Dossiê Fazendo Estado: O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. *Revista Antropologia*, v. 55, n. 2, p. 559-564, 2012.

SUSIN, M. O. K. *A Educação Infantil em Porto Alegre: Um estudo das Creches Comunitárias*. 2005. 248f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

THOMAS, K.; GALEMBA, R. B. Illegal anthropology: An introduction. *PoLAR*, v. 36, n. 2, p. 211-214, 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19. *Nota Técnica*, 2020.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. Apresentação. *Cadernos pagu*, v. 51, s/p., 2017a.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos pagu*, v. 51, s/p., 2017b.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos pagu*, v. 37, p. 79-116, 2011.

ZELIZER, V. *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.